



Universidade de Évora - Instituto de Investigação e Formação Avançada

Programa de Doutoramento em Sociologia

Tese de Doutoramento

**Os partidos políticos na Democracia Representativa em
Timor-Leste**

Martinho Pereira

Orientador(es) | Maria da Saudade Baltazar

Évora 2021



Universidade de Évora - Instituto de Investigação e Formação Avançada

Programa de Doutoramento em Sociologia

Tese de Doutoramento

**Os partidos políticos na Democracia Representativa em
Timor-Leste**

Martinho Pereira

Orientador(es) | Maria da Saudade Baltazar

Évora 2021



A tese de doutoramento foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor do Instituto de Investigação e Formação Avançada:

Presidente | Pedro Damião Henriques (Universidade de Évora)

Vogais | João Carlos de Andrade Marques Graça (Universidade de Lisboa - Instituto Superior de Economia e Gestão)
Maria Asensio Menchero (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa)
Maria da Saudade Baltazar (Universidade de Évora) (Orientador)
Nuno Gonçalo de Carvalho Canas Mendes (Universidade de Lisboa - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas)
Pedro Damião Henriques (Universidade de Évora)

PREFÁCIO

O presente trabalho corresponde a uma tese de doutoramento em Sociologia que resulta de uma pesquisa empírica, efetuada em Timor-Leste, no período entre Junho 2017 a Setembro de 2018, sobre o tema: “Os Partidos Políticos na Democracia Representativa”. Esta investigação enquadra-se no percurso académico conducente ao grau de doutoramento ministrado no Departamento de Sociologia da Universidade de Évora, com recurso aos trabalhos e estudos acumulados desde Setembro 2015. Considerou-se um tema pertinente para os estudos em Sociologia Política, na linha das Ciências Sociais, e um fenómeno indispensável na vida política das sociedades contemporâneas, especificamente na sociedade Timorenses, pelo que se definiu como objeto do estudo.

Este trabalho foi fruto da produção individual de uma conceção coletiva. Neste sentido, sinto-me muito grato e seria imperdoável o não reconhecimento. Em profunda consciência e justiça, oportunamente agradecer a Deus Todo-Poderoso e a todas as partes de forma diversa que contribuíram para este processo até ao seu término.

De forma especial, os meus profundos agradecimentos são devidos aos que diretamente contribuíram durante todo este percurso:

- À Professora Doutora Maria Saudade Baltazar, na sua dedicação profissional como orientadora principal, pela paciência pela minha enorme limitação na língua portuguesa, apesar de tudo, inesquecível a sua motivação que me encorajou para conseguir este resultado. Foi uma grande aprendizagem durante a sua orientação na trunco da Sociologia Política.
- Ao Professor Doutor Carlos Silva, diretor do curso de doutoramento em Sociologia da Universidade de Évora, pelo seu acolhimento institucional e pessoal, com carinho e humanidade, cheio de motivação e apoio, verdadeiro ponto de referência desde a minha chegada até à conclusão deste trabalho.

- Ao corpo docente do Departamento Sociologia e aos colegas do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade de Évora (CICS.NOVA. UÉvora), pelo carinho e amizade durante os nossos encontros e pela partilha de conhecimento e contributos, académico e profissional, para o desenvolvimento de múltiplas capacidades e competências.
- Ao Presidente do Parlamento Nacional, Arão Noé de Jesus da Costa Amaral, por disponibilizar o acesso à informação sobre os mecanismos de funcionamento do órgão legislativo e pela sua atuação política e de representação partidária.
- Ao Presidente da Comissão Nacional de Eleições de Timor-Leste, Alcino Baris que me forneceu documentação sobre atos eleitorais e o envolvimento dos partidos políticos, bem como as formas de contacto dos responsáveis dos partidos.
- Ao Presidente do Tribunal de Recurso de Timor-Leste, Deolindo dos Santos por disponibilizar o acesso aos documentos dos Partidos políticos.
- Ao Presidente do Conselho Administrativo da Rádio e Televisão Timor-Leste (Rttlep), Milena Abrantes Soares pelo seu acolhimento e disponibilidade no acesso ao arquivo do programa, principalmente ao programa “Lian Partido” (em português: a voz do partido).
- Aos entrevistados que representam os líderes dos partidos, peças-chave e parte substancial do trabalho que forneceram informações indispensáveis, dado que sem a informação que estes disponibilizaram este trabalho ficaria empobrecido.

RESUMO

A emergência da democracia em Timor-Leste é um processo ainda recente, apresenta um sistema político multipartidário em que o número de partidos políticos registados já é de 35 partidos e com tendência a crescer em cada período eleitoral. Geograficamente é um pequeno país, com uma área de 14.954,44 km² e com uma população que é inferior a 1,261 milhões de pessoas, e é também considerado muito heterogéneo em termos sociais, económicos e culturais, atributos que importam realçar em função da clivagem dos partidos políticos. Face a esta especificidade, justifica-se o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre a dinâmica dos partidos políticos e participação dos cidadãos com vista a contribuir para uma maior compreensão sobre o processo de consolidação da democracia em Timor-Leste.

Para o efeito, aplica-se uma metodologia mista, predominantemente qualitativa, assente numa intensa pesquisa documental e complementada com informação provocada em resposta aos objetivos traçados. O estudo desenvolveu-se o com recurso a dados recolhidos através de entrevistas, com 14 representantes de líderes dos partidos, documentos oficiais dos partidos (estatutos e manuais políticos) e estatísticas publicadas pela Comissão Nacional de Eleições sobre a participação política e dinâmica evolutiva dos partidos políticos em Timor-Leste. Complementarmente são analisadas entrevistas e debates públicos dos líderes políticos divulgados na Radio Televisão Timor Leste-empresa pública (RTTL-ep) no decorrer do último período eleitoral.

Os principais resultados do estudo evidenciam que o povo timorense demonstra a vontade de presença da democracia, assente num espírito de liberdade política e humanismo que fomenta a motivação dos cidadãos em formar partidos políticos. Estes são um meio institucional para a consolidação da democracia, com vista a prevenir a hegemonia política partidária, promovendo igualdade e participação política no desenvolvimento nacional baseado na identidade cultural. De fato, a representação política partidária no Parlamento Nacional, maioritariamente de ideologia socialista e tendência para um socialismo moderado, evidencia a modalidade política de clientelismo do tipo de partido *elite-based*.

Palavas chave: Partidos Políticos, Participação Política, Democracia Representativa e Timor-Leste.

POLITICAL PARTIES IN THE REPRESENTATIVE DEMOCRACY IN EAST TIMOR.

ABSTRACT

The emergence of democracy in Timor-Leste is still a recent process, it presents a multi party-political system in which the number of registered political parties is already 35 parties and with a tendency to grow in each electoral period. Geographically, it is a small country, with an area of 14,954.44 km², and a population that is less than 1.261 million people, and also considered very heterogeneous in social, economic and cultural terms, attributes that are important to highlight due to the cleavage of the political parties. Given this specificity, the objective of deepening knowledge about the dynamics of political parties and citizen participation is justified, with a view to contributing to a greater understanding of the process of consolidating democracy in Timor-Leste.

For this purpose, a mixed methodology is applied, predominantly qualitative, based on intense documental research and complemented with information generated in response to the outlined objectives. The study was published using data collected through declarations, with 14 representatives of party leaders, official documents of the parties (statutes and political manuals) and statistics published by the National Election Commission on political participation and evolutionary dynamics of the parties' politicians in Timor-Leste. In addition, related issues and public debates of political leaders published on Radio Televisão Timor-Leste – empresa pública (Rttl-ep) during the last electoral period are analyzed.

The main result of the study shows that the Timorese people demonstrate the will for the presence of democracy, based on a spirit of political freedom and humanism that fosters the motivation of citizens to form political parties. These are an institutional means for the consolidation of democracy, with a view to preventing party political hegemony, promoting political participation and participation in national development based on cultural identity. In fact, the party politics in the National Parliament, mostly of socialist ideology and tendency towards a moderate socialism, evidences the political modality of clientelism of the elite party type.

Keywords: Political Parties, Political Participation, Representative Democracy, Political Culture and East Timor.

ÍNDICE GERAL

PREFÁCIO	II
RESUMO.....	IV
ABSTRACT.....	V
ÍNDICE GERAL.....	VI
ÍNDICE DE TABELAS	ix
ÍNDICE DE FIGURAS.....	ix
GLOSSÁRIO DE SIGLAS.....	XII
INTRODUÇÃO	1
1.1. Da problematização aos objetivos de trabalho.....	2
1.2. Opções metodológicas	11
1.2.1. Delimitação do objeto da pesquisa e unidade de estudo.....	19
1.2.2. Técnicas de investigação.....	21
1.2.3. Técnicas de tratamento e análise dos dados.....	26
PARTE I : ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL: PARA UMA APROXIMAÇÃO SOCIOLÓGICA SOBRE A DEMOCRACIA, PARTIDOS POLÍTICOS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	31
CAPÍTULO 1: TEORIAS DA DEMOCRACIA E DA TRANSIÇÃO PARA A DEMOCRATIZAÇÃO.....	35
1.1. Da Emergência das Teorias Democráticas à Contemporaneidade	36
1.1.1. Modelo de Democracia Direta.....	40
1.1.2. Modelo de Democracia Representativa	41
1.1.3. Modelo de Democracia Deliberativa	48
1.1.4. Breve sistematização das tendências teóricas de democracia contemporânea	53
1.2. Principais Abordagens Teóricas da Transição para a Democracia.....	56
1.2.1. A Democratização como processo faseado e dinâmico	56
1.2.2. As Condições para a Emergência e Consolidação Democrática.....	62
CAPÍTULO 2: TEORIAS DOS PARTIDOS POLÍTICOS.....	81
2.1. Conceito de partido político: gênese e tendências atuais	83
2.2. Dinâmicas na base e estrutura das formações partidárias	89
2.2.1. (Re)formulação da base social dos Partidos Políticos.....	89
2.2.2. Tendências evolutivas das tipologias partidárias	92
2.3. A Institucionalização do Partido Político e do Sistema Partidário	108
2.4. As funções dos partidos políticos	118

CAPÍTULO 3: TEORIAS DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E DA CULTURA POLÍTICA DEMOCRÁTICA.....	129
3.1. Participação Política.....	130
3.1.1. Origem e Definição do Conceito de Participação Política.....	131
3.1.2. Dimensões e Modalidades da Participação Política	141
3.2. Cultura Política Democrática.....	145
 PARTE II: OS PARTIDOS POLÍTICOS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA EM TIMOR-LESTE.....	 151
 CAPÍTULO 4: A EMERGÊNCIA E A DINÂMICA DA DEMOCRACIA DE TIMOR- LESTE	 152
4.1. Liberdade Política e Descolonização.....	156
4.1.1. Descolonização portuguesa	156
4.1.2. A Ocupação Indonésia	161
4.2. Transição para a Democracia	165
4.3. A Consolidação da Democracia	171
 CAPÍTULO 5: OS PARTIDOS POLÍTICOS EM TIMOR-LESTE: CONTRIBUTOS PARA UMA LEITURA SOCIOLÓGICA DA SUA GÉNESE, BASE SOCIAL E DINÂMICA PARTIDÁRIA.....	 184
5.1. Origem e Base Social Partidária.....	186
5.2. Dinamização dos Partidos Políticos.....	194
5.2.1. Coligação dos Partidos Políticos.....	203
5.2.2. O Contributo dos Antigos Partidos Políticos.....	204
5.2.3. O Contributo dos Novos Partidos	211
5.3. Análise dos Motivos da Constituição dos Partidos Políticos	224
5.3.1. Consolidação da Democracia.....	226
5.3.2. Participar no processo de desenvolvimento nacional	232
5.3.3. Promoção da Identidade Timorense (Defender a cultura e a dignidade do povo Maubere)	233
5.3.4. Assegurar a estabilidade e a unidade nacional.....	235
5.5. Um Olhar Sociológico Sobre a Tipologia Partidária.....	244
5.6. Os Desafios da Institucionalização Partidária.....	249
 CAPÍTULO 6: PARTIDOS POLÍTICOS E DEMOCRACIA REPRESENTATIVA EM TIMOR-LESTE	 253
6.1. Performance da Política Representativa Parlamentar.....	254
6.1.1. Papel do Programa (da Campanha) Eleitoral em busca de uma Política Representativa	261

6.1.2. Leitura da base social dos eleitorados de acordo com a ideologia política no Parlamento Nacional.....	267
6.2. Sistema Eleitoral e o Mecanismo de Conversão de Votos em Assentos Parlamentares.....	273
6.2.1. Sistema de Representação Mista.....	273
6.2.2. Sistema de Representação Proporcional	278
6.3. Análise da base social dos eleitorados - partidos com representantes no Parlamento Nacional	283
6.4. Papel dos partidos políticos na promoção da participação política	287
6.4.1. Participação eleitoral – os concorrentes e os votos.....	289
6.4.2. O apoio dos eleitores no processo de apresentação dos candidatos.....	291
6.4.3. A mobilização dos cidadãos nas campanhas eleitorais.	293
6.5. As dinâmicas eleitorais.....	295
6.5.1. Ciclo Eleitoral 2001/2002.....	295
6.5.2. Ciclo Eleitoral 2007.....	296
6.5.3. Ciclo Eleitoral 2012.....	299
6.5.4. Ciclo Eleitoral de 2017 e Eleição antecipada de 2018	301
 CAPÍTULO 7: CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 305
7.1. Discussão dos Resultados.....	306
7.2. Conclusões.....	319
 BIBLIOGRAFIA.....	 323
LEGISLAÇÃO CONSULTADA.....	344
ANEXOS	345
Anexo 1: Guião da Pesquisa.....	345
Anexo 2 Guião das entrevistas semi-estruturadas.	346
Anexo 3. Estrutura dos conteúdos das Entrevistas Semi-estruturadas, dos Estatutos e Manual Político dos Partidos e Entrevistas da Rttl-ep (NVivo 12).	347
Anexo 4. Votantes nos partidos com assento parlamentar por Município	349
Anexo 5: Conversão de votos em mandatos conforme o método D'Hondt.....	350

Índice de Tabelas

Tabela 1: Índice de Democracia 2019 por tipo do regime.	4
Tabela 2: As entrevistas na Radio Televisão de Timor-Leste Empresa Publico (RTTL-ep), período da campanha eleitoral da Assembleia 2017	23
Tabela 3: Representantes dos partidos políticos entrevistados no âmbito da pesquisa...	26
Tabela 4: Síntese das correntes teóricas	55
Tabela 5: As abordagens sobre a emergência e consolidação da democracia	79
Tabela 6: A tipologia octogonal de Lipset & Rokkan.....	91
Tabela 7: Diferença entre os partidos de massas e o Catch-all Party.....	99
Tabela 8: Modelos de partidos políticos e suas características	103
Tabela 9: A estrutura de competição partidária e o padrão de alternância.....	117
Tabela 10: Tipos e modalidades de participação política.....	144
Tabela 11: Grau de envolvimento popular no processo de tomada de decisão	145
Tabela 12: Representatividade dos partidos políticos na eleição da Assembleia Constituinte de Timor-Leste, 2001	167
Tabela 13: As Coligações nos Ciclos Eleitorais	204
Tabela 14: Tendência Ideológica dos Partidos Políticos	243
Tabela 15: Distribuição orçamental - subvenção pública aos partidos políticos.	247
Tabela 16: Representação Parlamentar dos Partidos Políticos	257
Tabela 17: Fragmentação ideológica dos eleitores por municípios	268
Tabela 18: Atribuição de assentos parlamentares em 2001, de acordo com o sistema de representação proporcional.	275
Tabela 19: Atribuição de Assentos Parlamentares - 1ª legislatura 2002-2007.....	276
Tabela 20: Cláusula de barreira de 3% e 4%, nas eleições parlamentares de 2007 - 2018	277
Tabela 21: Atribuição de mandatos aos partidos políticos na eleição parlamentar de 2007.....	278
Tabela 22: Atribuição de mandatos aos partidos políticos, na eleição parlamentar de 2012.....	279
Tabela 23: Atribuição de lugares por Partidos Políticos, na eleição legislativa de 2017	280
Tabela 24: Atribuição de lugares por partidos políticos na legislatura de 2018.....	282
Tabela 25: Participação Política Eleitoral: por realização de votos e concorrentes.....	290
Tabela 26: Participação política eleitoral no processo de apresentação de candidaturas	293

Tabela 27: Resultado eleitoral dos Candidatos a Presidente da República 2012-2017.300

Tabela 28: Resultado eleitoral dos Candidatos na Eleição Presidencial de 2017.....302

Índice de Figuras

Figura 1: Processo do tratamento de dados com NVivo 12.....	30
Figura 2: A multidimensionalidade da Democracia Representativa.....	34
Figura 3: Três Modelos de Democracia	39
Figura 4: Os Quatro Modelos da Governação Democrática.....	45
Figura 5: Abordagens sobre Emergência e Consolidação Democracia	63
Figura 6: Papel do Garantismo para a Promoção da Democratização	72
Figura 7: Extensão das tipologias dos Partidos Políticos	101
Figura 8: Evolução cíclica das principais tipologias partidárias.....	107
Figura 9: Tipologia dos partidos políticos.....	115
Figura 10: Demand e Support como Dimensão da Participação Política no Sistema Político do Estado Democrático.....	137
Figura 11: Dinamização dos partidos políticos.....	202
Figura 12: A evolução da Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente.....	205
Figura 13: Motivos para a formação dos partidos políticos em Timor Leste.....	225
Figura 14: A preocupação dos partidos FRETILIN, ASDT e MLPM pelo povo Maubere.....	235
Figura 15: Comparação dos objetivos dos partidos	238
Figura 16: Fragmentação das tendências ideológicas políticas dos partidos com representação no Parlamento Nacional desde período 2002 ate atualidade.....	259
Figura 17: Cluster por similaridade de codificação ao Programa Político da Campanha eleitoral dos partidos e coligação partidária que competem na eleição legislativo 2017.....	264
Figura 18: Comparação da intensidade e frequência por cluster dos programas dos partidos políticos na campanha eleitoral 2017.....	265
Figura 19: Mapeamento da fragmentação ideológica dos eleitores por municípios.....	269
Figura 20: Mapa político eleitoral 2007 - partido mais votado por município.....	272
Figura 21: Mapa político eleitoral 2017-2018 - partido mais votado por município....	272

Figura 22: Distribuição de votos nos candidatos vencedores, por maioria relativa e por distritos em 2001 (em %)	274
Figura 23: Representação geográfica da base social eleitoral - partidos com assentos parlamentares na eleição geral de 2001	284
Figura 24: Representação geográfica da base social eleitoral dos partidos com assentos parlamentares na eleição geral de 2007	284
Figura 25: Representação geográfica das bases sociais eleitorais - partidos com assentos parlamentar na eleição geral de 2012	285
Figura 26: Representação geográfica da base social eleitoral dos partidos com assento parlamentar nas eleições de 2017 e 2018.	286
Figura 27: Hierarquia do envolvimento político	288
Figura 28: Votação eleitoral dos candidatos - PR 2002-2007	295
Figura 29: Resultado Eleitoral dos Candidatos a Presidente da República 2007-2012 (1ª Volta)	296
Figura 30: Resultado Eleitoral dos Candidatos a Presidente da República 2007-2012 (2ª Volta)	297
Figura 31: Panorama da competição dos partidos políticos na eleição parlamentar de 2007	298
Figura 32: Resultado eleitoral dos partidos e coligações partidárias na eleição de 2012	301
Figura 33: Resultado eleitoral dos partidos políticos na eleição antecipada de 2018	303
Figura 34: Resultado eleitoral dos partidos políticos na eleição antecipada de 2018	303
Figura 35: Motivos de constituição dos partidos políticos e Efetividade na Democracia Representativa	318

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

AC	Assembleia Constituinte
ADITLA	Associação Democrática à Integração Timor-Leste na Austrália
AMP	Aliança Maioria Parlamentar
AMP	Aliança Mudança e Progresso
APMT	Associação Popular Monarquia Timorese
APODETI	Associação Popular Democrática Timorese
ASDT	Associação Social-Democrata Timorese
BRTT	<i>Barisan Rakyat Timor – Timur</i>
CASDT	Centro Ação Social-democrata Timorese
CCN	Conselho Consultivo Nacional
CEI	Comissão Eleitoral Independente
CN	Conselho Nacional
CNE	Comissão Nacional de Eleições
CNRM	Conselho Nacional da Resistência Maubere
CNRT	Conselho Nacional da Resistência Timorese
CNRT	Congresso Nacional da Reconstrução Timorese
CSD	Coligação Social-democrata
DSMPPT	<i>Dewan Solidaritas Mahasiswa Pemuda da Pelajar Timor-Timur</i>
EIU	<i>The Economist Intelligence Unit</i>
EUA	Estados Unidos da América
FALINTIL	Forças Armadas da Libertação de Timor-Leste
FDD	Frente Desenvolvimento Democrático
FMI	Fundo Monetário Internacional
FPDK	<i>Forum Perdamaian Demokrasi da Keadialan</i>
FRENTI-Mudança	Frente da Reconstrução de Timor-Leste
FRETILIN	Frente Revolucionária de Timor Leste Independente
GOLKAR	<i>Golongan Kaya</i>

GTTL	Governo Transitório de Timor-Leste
INTERFET	<i>International Forces in East Timor</i>
KHUNTO	Kmanek Haburas Unidade Nacional Timor Oan
KOTA	Klibur Oan Timor Asuain
MFA	Movimento das Forças Armadas
MLPM	Partido Movimento Libertação do Povo Maubere
ONU	Organização das Nações Unidas
PARENTIL	Partido da República Nacional de Timor Leste
PD	Partido Democrático
PDC	Partido Democrata Cristão
PDI	<i>Partai Demokrat Indonesia</i>
PDL	Partido de Desenvolvimento Liberal
PDM	Partido Democrata Maubere
PDN	Partido Desenvolvimento Nacional
PDRT	Partido Democrática República de Timor
PTD	Partido Timorense Democrático
PEP	Partido Esperança da Pátria
PL	Partido Liberal
PLPA	Partido Liberta Povo Ai-Leba
PMD	Partido Milénio Democrático
PNT	Partido Nacionalista Timorense
PNT	Partido Nacionalista Timorense
PNTL	Polícia Nacional de Timor-Leste
PPP	<i>Partai Persatuan Pembangunan</i>
PPT	Partido Popular Timorense
PR	Partido Republicano
PSD	Partido Social Democrata
PST	Partido Socialista Timorense
PTT	Partido Trabalhista Timorense
PUDD	Partido Uidade Desenvolvimento Democrático

PUN	Partido Unidade Nacional
RDTL	República Democrática de Timor-Leste
RENETIL	Resistência Nacional dos Estudantes de Timor-Leste
UDC	União Democrática Crista
UDT	União Democrática Timorese
UGM	<i>Universitas Gajah Mada</i>
UNAMET	<i>United Nations Assistants Missions for East Timor</i>
UNDERTIM	União Nacional Democrática da Resistência Timorese
UNDP	<i>United Nations Development Program</i>
UNMIK	<i>Missão de Administração Interina das Nações Unidas no Kosovo</i>
UNTAET	<i>United Nations Transitional Administrations in East Timor</i>
UNTIM	<i>Universitas Timor-Timur</i>

INTRODUÇÃO

O presente trabalho corresponde à investigação desenvolvida no âmbito do curso de Doutoramento em Sociologia da Universidade de Évora, iniciado em setembro de 2015. A tese de doutoramento intitula-se “Os Partidos Políticos na Democracia Representativa em Timor-Leste”, e tem por base a realização do trabalho empírico, desenvolvido entre junho de 2017 e setembro de 2019. Período temporal circunscrito aos últimos ciclos eleitorais decorridos em Timor – Leste, os quais integram o objeto de estudo desta tese de doutoramento. Considera-se tratar de uma temática relevante no domínio da sociologia, nomeadamente na perspetiva política e com reconhecido interesse na contemporaneidade.

1.1. Da problematização aos objetivos de trabalho

A democracia em Timor-Leste é um processo ainda recente e, esta conquista da soberania, fica assinalada através do referendo de 30 de agosto de 1999. A origem da transição para a cultura política democrática, situa-se, principalmente, nas vagas de terceiras correntes de democratização que ocorreram na última década do século XX (Huntington, 1991), e que resultaram na capacidade dos Timorenses aproveitarem a liberdade política que decorreu da mudança de regime político em Portugal com a revolução do 25 de abril 1974 e a destituição do poder político ditatorial pelo Movimento das Forças Armadas (MFA).

O povo Timorense demonstra a vontade da presença de uma democracia, através da transformação da cultura política do país, assente em valores de liberdade e de igualdade, fundados pelo movimento nacionalista anticolonial dos anos 70, e que não se desmobilizaram mesmo face à força política invasora da Indonésia durante 24 anos, que ocupou e anexou o país. Pelo contrário, a presença das forças militares da Indonésia em favor do poder da ditadura de Soeharto, com a sua persistente violação dos direitos humanos, aumentou o desejo do povo maubere pela liberdade, justiça e igualdade, conseqüentemente visando alcançar os padrões de uma sociedade inclusiva e próspera, ancorada no princípio esmagador de libertar o povo e libertar a pátria.

Olhando para o horizonte geográfico da região asiática, a conquista da independência de Timor-Leste restaurada no país em 20 de maio de 2002, demarca-se

como o fim da colonização na região Asiática para a transição em democracia. Entretanto, nas circunstâncias das terceiras vagas de democratização, Timor-Leste é o último Estado-nação “no Leste e Sudeste Asiático onde encontra o seu processo de transição para a democracia depois das Filipinas (1986), da Coreia do Sul (1987), da Mongólia (1990), da Tailândia e de Taiwan (1992), do Cambodia (1993) e da Indonésia (1999)” (Croissantl & Völkel, 2009, p. 236).

De fato, Timor-Leste ainda está mergulhado na fase de consolidação da democracia. Numa sociedade pós-colonial, em conflito e sem experiência de vida política democrática, este processo da consolidação da democracia ocorreu de forma bastante positiva. Desde a restauração da independência em 20 de maio de 2002, o sistema político caracterizado por multipartidarismo, teve início com eleições democráticas para a Assembleia Constituinte em 2001, com 16 partidos políticos a desempenharem o papel de facilitar a participação dos cidadãos, em manifestar as suas preferências políticas. Assim, por mudança e desenvolvimento da capacidade de preferência política, resultou no aumento do número dos partidos, por período eleitoral, de cinco em cinco anos. Até à realização desta pesquisa, foram identificados 35 partidos políticos registados, incluindo os que foram rejeitados por não terem preenchido os requisitos necessários para concorrerem às eleições de 2017.

A existência de partidos políticos, é relevante na participação pública na política nacional, principalmente no ato eleitoral, instrumento único da democracia representativa, com elevada taxa de participação, numa média de 80% nos 11 atos de eleições nacionais, sejam nas eleições presidenciais ou nas eleições parlamentares (cf Relatórios da CNE). Esta realidade é demonstrada na existência de pluralidade social e no ânimo de envolvimento na política democrática pela população, condições primárias na consolidação da democracia deste jovem país.

Numa ótica institucional, e numa perspetiva internacional, para refletir este processo ocorrido em duas décadas, acrescenta-se uma indução adequadamente progressiva: de acordo com o relatório divulgado pela *The Economist Intelligence Unit (EIU)* edição de 2019, onde Timor-Leste foi líder dos países do sudeste asiático, sendo o 6º na Ásia e Oceânia, enquanto globalmente, posiciona-se em 41º classificado por obter valor 7.19, no conjunto dos países mais desenvolvidos, como o Japão e os

Estados Unidos da América, incluindo também: Singapura, Malásia e Indonésia na categoria de *Flawed Democracies*. Portugal, nos anos anteriores, estava no mesmo nível e subiu ao nível *Full Democracy*, posicionando-se no último *ranking* dentro dos 22 países nesta categoria, por obter o valor de 8.03 (*Economist Intelligence Unit, 2019*). A avaliação do Índice de Democracia envolvendo 167 países independentes, baseia-se em cinco indicadores principais: o processo eleitoral e pluralismo; o funcionamento do governo; a participação política; a cultura política e as liberdades civis. Em suma, com base em suas pontuações numa série de indicadores dentro dessas categorias, cada país é então classificado, com um dos quatro tipos de regimes: 1) Democracia Plena; 2) Democracia Imperfeita; 3) Regime Híbrido; 4) Regime Autoritário (*Economist Intelligence Unit, 2019*).

De facto, Timor-Leste conseguiu integrar a categoria *Flawed democracies* em 2019, no conjunto dos 54 países subdesenvolvidos como o mais desenvolvido, posicionando-se no *ranking* 41, por obter o valor médio de 7,19, mantendo esta justificação na realidade política durante as quase duas décadas da sua independência. A comissão da *Economist Intelligence Unit, 2019* avaliou um conjunto de 167 países e agrupou-os em quatro categorias da democracia como se observa na *Tabela nº 1*.

Tabela 1: Índice de Democracia 2019 por tipo do regime.

Democracy categories	No. of Countries	Countries (%)	Population of world (%)
<i>Full democracies</i>	22	13.2	5.7
<i>Flawed democracies</i>	54	32.3	42.7
<i>Hybrid regimes</i>	37	22.2	16.0
<i>Authoritarian regimes</i>	54	32.3	35.6

Fonte : *Economist Intelligence Unit, (2019, p. 3)*.

Situação que não teria sido alcançada sem a presença da ONU (Organização das Nações Unidas) em facilitar a vontade do povo timorense em promover este processo. Foi uma participação curta, mas eficaz no contributo do país rumo à democratização. Inicialmente, em 1999 facilitou o referendo com base no acordo trilateral de 5 de maio, denominado *United Nations Administration Mission for East Timor (UNAMET)* e nos dois anos a seguir de Administração transitória pela *United Nations Transition Administrations in East Timor (UNTAET)*. No entanto, a UNTAET funcionava num quadro muito mais ambíguo, com base na lei de resolução 1272 (25

de outubro 1999) do Conselho de Segurança da ONU, que referia como elementos do mandato, entre outros, garantir a segurança, manter a lei e a ordem, estabelecer uma administração eficaz e apoiar a criação de competências para a auto governação. Numa atuação diferente, podemos comparar com a Missão de Administração Interina das Nações Unidas no Kosovo (UNMIK), com base na Resolução 1244 (10 de junho de 1999) do Conselho de Segurança, sobre a criação e supervisão de “desenvolvimento de instituições provisórias de autogoverno democrático”, curiosamente enfatizado por Matsuno, “o mandato da UNTAET a ausência do atributo democrático, mas referente ao autogoverno” (2014, p. 87). Apesar da ambiguidade, existe um amplo entendimento que a democracia significa um sistema multipartidário com a eleição livre, baseada no princípio de sufrágio universal e a divisão de poderes entre órgãos do Estado. Foi assim, que foi cumprindo o mandato da UNTAET antes de realização da transição para auto governação e início da transição para a democracia em Timor-Leste.

Numa reflexão deste processo, foi identificado um paradoxo no alcance dos critérios: o país adota a pluralidade política com elevado número de partidos políticos. Baseado nos dados desta pesquisa, Timor-Leste regista 35 partidos políticos, dos quais mais de 15 partidos políticos participam ativamente nos processos eleitorais em curso, com apoio eleitoral bastante elevado, numa média de 80% dos eleitores. Timor-Leste, sendo um pequeno país, geograficamente com uma área de 14.954,44 km², e com uma população inferior a 1,261 milhões de pessoas, apresenta uma taxa de crescimento anual da população na ordem dos 1.6% (INE, 2018). Inclui mecanismos de controlo social, transparentes e responsáveis perante a coisa pública, assente na dimensão principal do funcionamento do sistema democrático. Economicamente, a maioria da população ainda vive “em circunstâncias difíceis” (Lundahl & Sjöholm, 2008). Baseada no Relatório do Banco Mundial, a taxa de pobreza é elevada (30,3%), isto é, em média dispõem de \$1,9/dia (World Bank, 2018). O maior desafio desde o início da independência como herança da colonização e ocupação Indonésia, com recurso à ação brutal da milícia, antes e depois do resultado do referendo de 1999, é, de facto, a pobreza.

Considerando que o maior constrangimento à redução da pobreza, após a independência do país, são os limites ao investimento no setor público e privado, como

é possível observar-se pela elevada taxa de desemprego e no baixo rendimento familiar. A maior parte da população vive, tradicionalmente, da agricultura de subsistência, embora o setor agrícola esteja definido como um dos setores prioritários do desenvolvimento nacional. Na mesma realidade, a educação é outro dos sectores prioritários, que foi acrescentado no Plano de Estratégia do Desenvolvimento Nacional: a educação é a chave para as oportunidades do melhoramento da qualidade de vida da população (Ministério das Finanças, 2011).

Além dos desafios económicos, o setor da educação ainda continua a ser um problema, persistente no país, nestas duas décadas de independência (Costa, 2018). No relatório mundial do PNUD, quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano (HDI) posiciona Timor-Leste no *ranking* 141 entre os 185 países.¹ Este posicionamento deve-se ao facto do HDI apresentar o valor 0,606. Índice que se desagrega em uma esperança de vida de 69.5 anos, e ainda por a população timorense ter em média menos de 5 anos escolaridade e um rendimento bruto *per capita* de 4,440\$ (UNDP, 2020). Por seu turno esta problemática ainda se agudiza mais se a abordagem se reportar à constante violação dos direitos humanos, dimensão crucial no discurso para uma Democracia. O relatório publicado pelo Governo dos Estados Unidos da América (EUA) sobre direitos humanos no ano 2019, e divulgado pela Agência Lusa aponta:

A corrupção generalizada entre os funcionários do Governo" de Timor-Leste, nomeadamente com frequentes alegações de "nepotismo" nas contratações. Corrupção, violência contra as mulheres e trabalho infantil forçado foram os "problemas significativos" em matéria de direitos humanos em Timor-Leste, em 2019 (Washington, 11 mar 2020 - Lusa).

O atraso no nível de desenvolvimento económico, apresenta uma contradição à proposta dos cientistas, como exposto por Linz & Stepan, por ser o desenvolvimento económico uma das cinco condições para a consolidação da democracia. Assim, entre outros, Martin P. Lipset, Robert A. Dahl acreditam no alcance económico dum país como requisito essencial para a consolidação da democracia. Ao refletir sobre este índice de democracia, vemos que Timor-Leste não é caso único, pelo contrário, países mais desenvolvidos também apresentam níveis de democracia que se enquadram no

¹Situação que se tem vindo a revelar um agravamento da sua posição neste ranking mundial em termos de desenvolvimento humano. A título de exemplo, em 2018, ocupava a posição 132 (de um total de 189 países) com o valor de 0,625.

tipo de regime denominado de *Fellow Democracy*, entre outros, os Estados Unidos da América, Inglaterra, Singapura e Austrália. Enquanto Portugal já tinha avançado neste último ano, para a categoria: *Full Democracy*, como antes se indicara.

Nestas circunstâncias contraditórias da realidade política timorense, a presente temática de estudo é considerada como um dos desafios com que o país se confronta e que é tido como contributo do desenvolvimento do país, merecendo, pois, um estudo profundo na perspetiva da Sociologia Política. Observamos no processo para a consolidação da democracia em Timor-Leste, tanto na abordagem teórica como nos estudos empíricos em matéria dos partidos políticos e na governação em democracia, os diferentes tipos de escolas ideológicas. Entretanto, das publicações de referência na área das ciências sociais, no domínio da política, no pós-guerra fria, ficou conhecida como “terceira vaga das democratizações” (Huntington, 1991). Para a época, o tema “democracia foi objeto de um projeto dos Estados Unidos da América e está englobado mundialmente no conceito de civilização política” (Huntington, 1999, p. 114). Embora a promoção da democracia esteja no topo da lista de prioridades da política externa dos EUA, não há consenso no governo dos EUA sobre o que constitui uma democracia. Segundo, Francis Fukuyama, “durante o período de 40 anos, desde 1970 a 2010, houve um enorme crescimento do número de democracias à escala mundial” (Fukuyama 2018, p. 19). A palavra de Fukuyama, evidencia-se pelos factos de *Freedom House*, como uma organização não-governamental, que estabelece parâmetros quantitativos das liberdades cívicas e políticas em países no mundo inteiro: “em 1973, apenas 45 dos 151 países existentes no mundo eram considerados como países livres” (Fukuyama, 2018, p. 19). Acredita-se que nem todos os países, tornaram as mudanças políticas para uma democracia em pleno, como o indicado pela liberdade política e direitos humanos. Devemos tomar cuidado com estas transformações nos países autoritários e no autoritarismo moderno, por exigências globais das democracias, como forma política da civilização.

Nesta perspetiva, Arch Puddington no seu sumário executivo do relatório intitulado “*Breaking Down Democracy: Goals, Strategies, and Methods of Modern Authoritarians*” identifica os países que se autodenominam de modernos, definidos através de um conjunto de diferentes características:

- An illusion of pluralism that masks state control over key political institutions, with co-opted or otherwise defanged opposition parties allowed to participate in regular elections;
- State or oligarchic control over key elements of the national economy, which is otherwise open to the global economy and private investment, to ensure loyalty to the regime and bolster regime claims of legitimacy based on economic prosperity;
- State or oligarchic control over information on certain political subjects and key sectors of the media, which are otherwise pluralistic, with high production values and entertaining content; independent outlets survive with small audiences and little influence;
- Suppression of nongovernmental organizations (NGOs) that are focused on human rights or political reform, but state tolerance or support for pro government or apolitical groups that work on public health, education, and other development issues;
- Legalized political repression, with targets punished through vaguely worded laws and politically obedient courts;
- Limited, selective, and typically hidden use of extralegal force or violence, with a concentration on political dissidents, critical journalists, and officials who have fallen from favor;
- Opportunistic, non-ideological cooperation with fellow authoritarian states against pressure for democratic reform or leadership changes, international human rights norms and mechanisms, and international security or justice interventions;
- Knowledge-sharing with or emulation of fellow authoritarian states regarding tactics and legislation to enhance domestic control (Puddington, 2017, p. 6).

No entanto acontece um paradoxo, enquanto a democracia liberal se expande e promove ideologia liberal em todo o mundo, poderíamos esperar que se estivesse a implantar, de uma forma geral muito sólida, o que não acontece. De facto, enquanto a consolidação da democracia em Timor-Leste processa-se, muito consideravelmente, com uma média de 80% na taxa de participação eleitoral (cf. relatórios da CNE), constata-se que por outro lado, “a democracia está em crise nos seus principais países de origem” (Giddens, 2007, p. 433), onde a taxa de participação dos cidadãos nas eleições gerais diminui cada vez mais, sendo que quase metade do total dos eleitores não participam nem exercem o seu direito de voto.

Uma vez que a democracia contemporânea enfrenta vários obstáculos, está em causa, inegavelmente, a representatividade política e, por conseguinte, a realização da soberania popular. Perante este panorama que caracteriza uma grande parte da

democracia representativa, enquadrada por um modelo competitivo (Schumpeter, 1961; Dahl, 1991; 1994; 1997), e por um modelo deliberativo (Habermas, 2001; Pateman, 1992; Taylor, 2000), pode-se considerar da maior relevância compreender a realidade política contemporânea. Sendo que nesta realidade, os partidos políticos assumem o papel de facilitar e de promover a participação política dos cidadãos, e estabelecer ligação entre os governados e os governantes como elemento do Estado. Deste modo, entende-se que os partidos políticos modernos pressupõem as condições da democracia representativa (Daalder, 2007). Assim, Weber considera as “organizações partidárias como componentes da democracia, requerendo o direito do voto, extensivo às massas, e à necessidade de recrutar e organizar os eleitores” (2000, p. 58).

De facto, a democracia de Timor-Leste foi caracterizada pelo aparecimento dos partidos políticos, num total de 35 partidos. Ainda assim, alguns líderes políticos têm tendência afundar os seus próprios partidos, quando terminam sua função principal no Estado. Enquanto a base social do surgimento dos partidos não está bem identificada e não há preocupação com esse assunto como elemento básico dos partidos. Como se pode observar, não há significativas diferenças de programação entre os partidos novos e os velhos, enquanto os líderes dos partidos são muito próximos das suas relações, sejam familiares sejam no círculo das suas carreiras profissionais e políticas.

Com base na problematização acima apresentada, este trabalho estrutura-se a partir de questões tidas como ponto de partida para facilitar e sistematizar a orientação da pesquisa. Para o efeito apresentam-se as seguintes perguntas de pesquisa:

- 1). Quais são as motivações que estão na génese da formação dos partidos políticos em Timor-Leste, quando são já muitos e com tendência a aumentarem a cada período eleitoral?
- 2). Qual é a base social dos partidos políticos em Timor-Leste?
- 3). Como é que os partidos políticos asseguraram os interesses e as aspirações do povo timorenses (dos seus eleitores), no contexto de uma democracia representativa?
- 4). Quais são os principais obstáculos com que se confrontam os partidos políticos para promoverem a participação política dos cidadãos em Timor-Leste?

Em resposta às questões apresentadas, encontramos várias publicações sobre partidos políticos que se destacaram em todo o mundo académico. Seja através de uma abordagem teórica ou empírica, debates e estudos sobre este tema, confirmam que a democracia em geral e os partidos políticos são elementos indispensáveis numa democracia representativa. Recordando as palavras de Robert Michels na introdução da sua obra *Political parties: A sociological study of the oligarchical tendencies of modern democracy*, acrescenta que, “os trabalhos foram escritos sobre a história de quase todos os partidos políticos do mundo ocidental” (Michels & Lipset, 2017, p. 6).

Quando passamos a olhar para o contexto de Timor-Leste, descobrimos que é ainda muito raro, o estudo empírico sobre as questões apresentadas como objeto de estudo da presente tese, enquanto campo de estudo em Sociologia. No que concerne ao acervo das teses realizadas sobre política em Timor-Leste, encontramos a dissertação de Mestrado, de Martinho Martins (2015) intitulada: “Sistema dos Partidos Políticos de Timor-Leste”, e Camilo Ximenes (2013) intitulada: “Sistema das eleições Presidenciais em Timor-Leste”. Foi igualmente identificado o contributo de Saldanha. (2008) com o seu artigo intitulado “*Anatomy of Political Parties in Timor-Leste*”, e publicado no jornal *Political Parties in the Pasific Island*. É ainda importante referir outras perspetivas externas de estudo sobre o território, como por exemplo o trabalho de Feijó. (2015) intitulado “*Dinamyc of Democracy in Timor-Leste: The Birth of Democratic Nations, 1999-2012*” e o de Luis. (2015) com o capítulo de livro intitulado “Eleições em Timor-Leste: o papel da participação popular na construção do Estado publicado em Freire. *Consolidação da paz e a sua sustentabilidade: as missões da ONU em Timor-Leste e a contribuição de Portugal*. Acrescem os contributos da Asia Foundation (2015), com “*Democary, Representation, and Accuntability in Timor-Leste*”, de Leach (2018) com “*Nation-Building and National Identity in Timor-Leste*”. Importa ainda destacar as obras de Shoemitha última publicada em 2020 e intituladas *Party Systems and Factionalism in Timor-Leste*, em 2012 publicada o artigo “*Is small beautiful? Multiparty politics and democratic consolidation in Timor-Leste*” publicado no jornal “*Asian Politics & Policy*”, e em 2017. “*Timor-Leste in 2016: Redefining Democracy*”, publicado no jornal *Southeast Asian Affairs*. E ainda nesta perspetiva refira-se o trabalho editado por Leach, M. & Kingsbury (2013), intitulado “*The politic of Timor-Leste, Democratic Consolidation After intervention*”.

Com vista a contrariar a fraca tradição de pesquisa sobre os partidos políticos e democracia em Timor-Leste, este estudo tem como propósito, explorar dados sobre os tópicos atrás enunciados, na perspectiva da sociologia política, e centrada num objetivo geral: **Aprofundar o conhecimento sobre a dinâmica dos partidos políticos na democracia representativa timorense, nomeadamente a sua génese, base social, liderança, e de participação dos cidadãos com vista a contribuir para o entendimento sobre a consolidação democrática em Timor-Leste.** Este objetivo, divide-se em quatro outros objetivos de nível específico, nomeadamente:

- a) Contribuir para a sistematização das principais abordagens teóricas sobre partidos políticos, participação política e democracia representativa;
- b) Identificar e analisar os motivos de constituição/formação e tipologia dos partidos políticos em Timor-Leste, numa perspectiva diacrónica da sua dinâmica partidária;
- c) Descrever e analisar as principais tendências da evolução político-representativa parlamentar dos partidos políticos e as formas de promoção da participação eleitoral.
- d) Compreender como a dinâmica partidária e a participação política eleitoral legitimam a consolidação da democracia representativa em Timor-Leste.

1.2. Opções metodológicas

Tendo o foco nos objetivos apresentados, foi feita uma pesquisa exaustiva sobre as metodologias de pesquisas nas áreas das Ciências Sociais. Sendo a metodologia um dos eixos fundamentais da qualquer investigação (Galego & Gomes, 2005), uma vez que engloba a coerência das várias componentes de ação, que asseguram os objetivos de trabalho traçados para o efeito.

Daí, a escolha do(s) método(s) e da(s) técnica(s) de investigação requererem uma habilidade metodológica, em consciência aos problemas e aos objetivos do estudo, inclusivamente a natureza do objeto em análise. Assim, o posicionamento num método de pesquisa na Sociologia e, naturalmente demais ciências sociais, envolve uma ampla descoberta sobre o paradigma de referência. Desde então, o paradigma pode ser definido em interligação ao conjunto de crenças, valores e tendências, expressas num dado momento por determinada comunidade científica no processo de

investigação (Kuhn, 1983; Lessard-Hébert et al., 1994; Gray, 2004). Seguindo a mesma ideia, Guba (1990:17), considera que o paradigma é, “*a basic set of beliefs that guides actions, whether for the everyday garden variety or action taken in connections with a disciplined inquiry.*” Porém, os posicionamentos dos investigadores num dado paradigma ocupam uma posição determinante no processo da investigação, dado que correspondem a e um conjunto de crenças que orientam a ação de todo processo da pesquisa e em que medida, asseguram a atribuição de um determinado conhecimento científico.

Decorrente deste enquadramento, o conhecimento científico não é um qualquer conhecimento. Segundo Lessard-Hébert et al. (1994), como citado por Oliveira (2020), indica que:

O conhecimento científico, é-o numa determinada envolvente orientada pelo paradigma, ou seja, pelos critérios científicos que o determinam, como a objetividade, a fidelidade e a validade. Os critérios científicos a utilizar numa metodologia qualitativa, inserem-se na mesma linha de uma investigação quantitativa «a objetividade, validade e fidelidade (Oliveira, 2020, p. 74).

A **objetividade** no processo da investigação científico é o recorrente critério desejável pela comunidade científica. Principalmente numa investigação qualitativa, em função do balanço que se faz da autonomia conferida ao investigador para compreender e construir o seu conhecimento a partir do objeto do estudo, com base numa observação neutra e independente. Paralelamente, o critério da objetividade exige as premissas da **validade e fidelidade** “por parte do investigador que procura que os seus dados correspondam estritamente àquilo que pretendem representar, de um modo verdadeiro e autêntico” (Gauthier, 1987, citado por Lessard-Hébert et al., (1994, p. 64).

Os pressupostos inerentes à validade confrontam um conjunto de dimensões, como recorda Lessard-Hébert *et al.* (1994), ao referir a ideia de Gauthier (1987), que a validade da investigação qualitativa demarca que “os dados surgiram naturalmente de forma evidente: a validade instrumental sendo que a utilização de diferentes técnicas de recolha de dados produz os mesmos resultados; e a validade teórica, quando a teoria comprova os factos” (Lessard-Hébert *et al.*, (1994, p. 68).

Já para o critério de fidelidade, segundo ao mesmo autor, os procedimentos de investigação pressupõem que se apresente os resultados idênticos em situações idênticas. Para esse critério, segundo Kirk e Miller citado por Lessard-Hébert *et al.* (1994), a fidelidade em investigações qualitativas requerem a sincronização de dados por várias técnicas de recolha de dados que orientam para a similitude das observações desenvolvidas num mesmo período temporal. O tratamento em “comparação dos dados obtidos de diferentes formas permite que se avalie este tipo de fidelidade interna” (Lessard-Hébert *et al.* 1994, p. 81).

Com vista à reflexão sobre os fenómenos sociais e a evolução do conhecimento e ciência do conhecimento, recorda-se as várias epistemologias das ciências que na terminologia científica se designa por paradigma, podem corresponder aos mais clássicos aos contemporâneos. De acordo com Medeiros (2015), de uma forma mais clássica, as metodologias das Ciências Sociais enquadram-se em três paradigmas, resultante de três grandes correntes do pensamento ocidental: o positivismo de Auguste Comte, a fenomenologia husserliana (referente ao filósofo Edmund Husserl) e a dialética marxista que, como o próprio nome indica, toma como base o pensamento de Karl Marx (Goldenberg, 1991; Medeiros, 2015). Considerando que a pesquisa científica exige, entre outras características, a criatividade, a disciplina, a organização e a modéstia do pesquisador, deve-se também levar em conta os confrontos. Nesse sentido, a pesquisa em Ciências Sociais deve, entre outras coisas, suscitar o debate entre a sociologia positivista e os outros tipos. Baseando-se nesta identificação, o posicionamento do método e da estratégia de pesquisa no patamar dos objetivos traçados, podemos considerar como um trabalho científico.

De entre os três paradigmas assume-se que “o *período tradicional* está associado ao paradigma positivista. Inicia-se em 1900 e prolonga-se até à II Guerra Mundial (Aires, 2015, p. 9). Neste período, o paradigma positivismo corresponde ao método da pesquisa “quantitativo” empírico-analítico, tendo por base a influência das características das ciências exatas. Do ponto de vista de Auguste Comte, pode-se estudar os fenómenos sociais com base nos mesmos princípios dos outros fenómenos. Na investigação aos fenómenos sociais (e políticos) deveria ser utilizado um método compatível com aquele que é utilizado nas Ciências da Natureza (Medeiros, (2015).

Com base no paradigma positivismo (clássico), já no *período moderno ou idade de ouro* contruiu-se o paradigma da Fenomenologia que se consolidou como uma linha de pensamento do século XX a partir das ideias do filósofo alemão Edmund Husserl (1859-1938). Husserl, como citado por Medeiros (2015), define a Fenomenologia como *Ciência dos Fenómenos*, sendo fenômeno compreendido como aquilo que é imediatamente dado em si, mesmo à consciência do homem. Para Husserl, a fenomenologia assume, principalmente, o papel de um método ou do modo de ver a essência do mundo e de tudo quanto nele existe. A fenomenologia ocupa-se da análise e interpretação dos fenômenos, mas com uma atitude totalmente diferente das Ciências Empíricas e Exatas. Por esta razão, se existe o “*método qualitativo*” é porque foi considerado que o investigador tem autonomia de interpretar os fenômenos, que são vividos pela consciência, pelos atos e pelas suas correlações (Medeiros, 2015).

Na base da ideia de Husserl, o estudo fenomenológico em que a realidade é imediata, busca-se o significado e os pressupostos dos fenômenos. Para Triviños (1992), o enfoque fenomenológico na pesquisa em Ciências Sociais começou nos últimos anos da década de 1970, numa abordagem qualitativa. Pelo que, “a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas sim com o aprofundamento da compreensão a partir de um grupo social, de uma organização, etc.” (Jardim, 2009, p. 3).

Ainda sobre a descrição sobre a pesquisa qualitativa, Denzin (1994) resumiu “o processo de investigação qualitativa como uma trajetória que vai do *campo* ao *texto* e do *texto* ao *leitor*” (Denzin, 1994, citado por Aires, 2015, p. 16). Para Denzin, a habilidade e arte de interpretação faz sentido com o que foi aprendido pelo autor da pesquisa. Entretanto, é um processo com trajetória constituída por um processo reflexivo e complexo. “O investigador faz a *pesquisa no terreno*, para obter informação, orientando-se por duas persuasões básicas: *persuasão científica* que define e descreve a natureza da realidade social, e *persuasão epistemológica* que determina e orienta o modo de captar e compreender a realidade” (Aires, 2015, p. 16).

Um dos princípios básicos da Fenomenologia é o respeito à intencionalidade da consciência da pessoa humana. Cada pessoa humana tem a sua própria consciência

e compreensão sobre um objeto da realidade, estando direcionada para esse objeto de estudo. Por intermédio da ideia de intencionalidade, a Fenomenologia busca a superação das tendências empiristas e racionalistas, visando eliminar a dicotomia: experiência-razão no processo de elaboração do conhecimento.

A intencionalidade do sujeito (investigador) na apreensão do objeto, vivência, e redução à essência radica “na ideia de que a consciência não existe separada dos objetos, posto que é sempre a consciência de alguma coisa (que lhe dá significado); e que o objeto deve ser compreendido pelo desvelar dos sucessivos perfis, nas variadas perspectivas (Medeiros, 2015, p. 5). Conforme a ideia de Husserl define-se a Fenomenologia como *Ciência dos Fenômenos*, sendo o fenômeno compreendido como aquilo que é imediatamente dado em si mesmo à consciência do homem. Para Husserl, a Fenomenologia assume, principalmente, o papel de um método ou modo de ver a essência do mundo e de tudo quanto nele existe. A Fenomenologia ocupa-se da análise e interpretação dos fenômenos, mas com uma atitude totalmente diferente das Ciências Empíricas e das Ciências Exatas. Os Fenômenos são os vividos pela consciência, os atos e os correlatos dessa consciência (Medeiros, 2015).

O avanço no conhecimento humano, derivou também em mudanças de paradigma no conhecimento científico, de o Positivismo e a Fenomenologia ao paradigma crítico construtivista, que paulatinamente se foi desenvolvendo a partir das premissas defendidas por Karl Marx. Dentro dessas categorias destacam-se, tal como na fenomenologia, uma pesquisa epistemológica numa perspectiva crítico-dialética, que inclui “elementos gnosiológicos, lógicos, ontológicos e históricos, presentes nos processos de conhecimento humano” (Medeiros, 2015, p. 8).

Paradigma crítico que surgiu no período de 1970-1990, as ciências humanas desempenham um papel central na teoria crítica interpretativa. Defende Luísa Aires (2015), este período está ligado a uma grande variedade de perspectivas de interpretação como “a hermenêutica, o estruturalismo, a semiótica, a fenomenologia, os estudos culturais e o feminismo” (Aires, 2015, 10). Desta forma, a autora acrescenta que:

A investigação qualitativa aplicada começa a conquistar um espaço específico no contexto científico; as investigações vão centrar-se na teoria

enraizada (*Grounded theory*), no estudo de caso, nos métodos de pesquisa históricos e biográficos, na ação etnográfica e clínica; as técnicas de recolha e análise empírica de materiais predominantemente aplicadas são as entrevistas qualitativas (abertas ou semi-estruturadas), a observação, a experiência pessoal e os documentários; os computadores começam a ser utilizados na análise de conteúdo das narrativas (Aires, 2015, p. 10).

Em função de filosofia e do paradigma crítico, Anthony Giddens (1970) dedica “grande parte na sua obra científica, à reavaliação crítica das mais diversas tradições teóricas e disciplinas constituindo esta um pilar fulcral na sua proposta de construção da teoria social (Baltazar, 2005). Com vista a recordar a ideia de Giddens, Baltazar (2016) frisou que a dualidade que Giddens nos apresenta entre a estrutura e a ação, é a relação dialética que o próprio define como estruturação. Segundo Baltazar (2016) como citado por Oliveira (2020), a teoria estruturação residi no axioma: “a realidade social é construída partindo das condições e resultados da ação (p. 22). Em aprofundamento do teorema de Giddens, sobre a teoria da estruturação, Oliveira (2020) salientou que:

A realidade decorre do contexto social e político de uma sociedade. Assim, a verdade depende de uma criação social interiorizada assumida e partilhada. O mundo quotidiano que define a sociedade percecionando as ações e interações de, e com o outro, constrói o mundo social. A realidade da vida quotidiana é o conhecimento que orienta as condutas diárias dos indivíduos, interpretada por estes, formando um mundo coerente [...] no entanto a verdade absoluta não é universal, sendo que a realidade é uma construção social decorrente da cultura de determinada comunidade (Oliveira, 2020, p. 77).

Esta proposta de Giddens influência fortemente a investigação científica contemporânea, e considera que na sua proposta as características do fenómeno social têm os «seus limites no espaço e no tempo» tal como abordado na sua «teoria da estruturação». No entendimento de Giddens, como citando por Baltazar (2005) o significado ao sistema social:

é formação de modelos regularizados de interações sociais tidas como práticas reproduzidas no espaço e no tempo, e evidente a existência de um todo estabilizado, não bastante a explica advertência de os sistemas sociais só excecionalmente são detentores de um tipo de unidade interna que é frequente nos sistemas biológicos e físicos (Baltazar, 2005, p. 9).

Sendo assim, a proposta de Giddens (1984) em citado por Baltazar (2005), “toda a investigação em ciências sociais ou em história se tem preocupado com a relação entre ação e estrutura [...] e em caso algum a estrutura «determina» a ação ou vice-versa” (Baltazar, 2005, p. 4).

Com base na reflexão sobre os três paradigmas, defendo que o presente trabalho posiciona-se marcadamente como um trabalho orientado pelo paradigma crítico interpretativista. De forma que, considera como da maior relevância a compreensão da intencionalidade e do conhecimento sobre a gênese e desenvolvimento dos partidos políticos, e a participação política dos cidadãos na consolidação da democracia em Timor-Leste.

Habitualmente, não se utiliza um único método ou técnica de investigação, pelo contrário, combinam-se os métodos qualitativos e quantitativos, que possibilitam a promoção do desenvolvimento teórico (Strauss & Corbin, 2008). No mínimo, a utilização do método misto, proporciona uma melhor compreensão do problema da pesquisa, sendo que as duas metodologias se complementam (Barker & Elliot, 2002; Creswell, 2003). É neste contexto que se assume que a presente pesquisa se enquadra na denominada metodologia mista, e onde predomina uma abordagem qualitativa para maior possibilidade de coerência com a complexidade do fenómeno do processo de evolução dos partidos políticos e da dinâmica de democracia em Timor-Leste. Assim, foram considerados neste trabalho, como uma investigação em Sociologia onde se privilegiaram, quer métodos de natureza qualitativos, quer os quantitativos, quer mistos (Bryman, 2016; Freitas & Janissek, 2000). A explicitação sobre metodologias qualitativas e quantitativas disponibiliza-se na parte referente ao tratamento de dados, na parte seguinte, e que assenta predominantemente na pesquisa documental (com recurso também a informação de natureza estatística) e pesquisa de inquirição (através da realização de inquéritos por entrevista).

O procedimento na análise de dados tem concordância com a técnica qualitativa de carácter descritivo e analítico, se dirigido à compreensão do significado da experiência e da ação humana, recorrendo a dados/textos verbais variados (ex., narrativas, observações) (Yoshikawa *et al.*, 2013), sendo por isso, um processo

intuitivo e de interpretação (Caregnato & Mutti, 2006; Strauss & Corbin, 2008). Entretanto, Strauss & Corbin (2008), por sua vez como referenciado pelo Ximenes (2016), identificam as atuações dos métodos qualitativos, em cinco tarefas específicas:

- 1) Codificação ao conjunto dos dados recolhidos para a investigação;
- 2) Anotação de reflexão, ou seja, comentários para além de códigos;
- 3) Identificar as relações entre as variáveis codificadas, seus padrões, as diferenças entre os grupos e as sequências comuns;
- 4) Elaboração gradual de um conjunto de generalizações, que cubram as consistências encontradas ao longo das análises às entrevistas;
- 5) Confrontação destas generalizações com o corpo teorista formal (Ximenes, 2016, p. 67).

Segundo John W. Creswell (2003; 14-15), o método qualitativo requer várias aproximações e, ele é pertinente para diversas estratégias, nomeadamente, *Ethnographies, Grounded theory, Case Studies, Phenomenological Research e Narrative Research*. Assim, efetuar-se-á a estratégia de estudo de caso, dadas as características do fenómeno ao processo das dinâmicas dos partidos políticos, no contexto da democracia representativa em Timor-Leste.

O trabalho assenta num tratamento de estudo de caso; no enquadramento do que Robert K. Yin, explica:

Estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenómeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenómeno e o contexto não estão claramente definidos. Assim, investigação de estudo de caso enfrenta uma situação tecnicamente única em que haverá muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados, e, como resultado baseia-se em várias fontes de evidências, com os dados precisando convergir em um formato de triângulo, e, como outro resultado, - beneficia-se do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e a análise de dados (Yin, 2003, p. 32-33).

Esta investigação é um *Estudo de Caso*, com estratégia de tratamento de dados, e aplica-se à designada estratégia *interpretativa construtivista* sobre os fenómenos dos partidos políticos e democracia em Timor-Leste. Que se podem associar com a ideia

de Berger & Luckman (2004), que definem a “realidade como uma qualidade pertencente a fenômenos que reconhecemos terem um ser independente da nossa própria volição (não podemos “fazer que não existam, com a nossa vontade”) e definir “conhecimento” como a certeza de que os fenômenos são reais e possuem características específicas”. (Berger & Luckman, 2004, citado por Oliveira, 2020 p. 79)

Dependendo desta estratégia de pesquisa, na perspectiva do construcionismo social, provavelmente, será mais uma aproximação indutiva (intensa associada ao método qualitativo), do que uma aproximação dedutiva (extensa associada ao método quantitativo), com base em duas razões fundamentais:

- 1) Neste estudo, aposta-se num trabalho explicativo intensivo, sobre os fenômenos observados com liberdade de interpretar, o que é entendido sobre o objeto. Não é um estudo para examinar ou testar a teoria como foi dito na parte de enquadramento teórico posterior, nem tem interesse na correlação entre fenômenos ou na relação da variável de pesquisa.
- 2) Dependendo do objetivo deste pesquisa, os motivos da constituição dos partidos políticos e da participação do cidadão, podem ser entendidos, em vários sentidos, dependendo dos fenômenos a pesquisar. Daí que o paradigma fenomenológico tem vantagem como base de entendimento do foco de estudo e no método qualitativo em correspondência ao caminho deste pensamento.

1.2.1. Delimitação do objeto da pesquisa e unidade de estudo

Com a finalidade de alcançar os objetivos traçados para este estudo, a realização deste trabalho exige que se enunciem claramente as opções que estão na base da sua delimitação. Por um lado tem uma evidente delimitação contextual do fenômeno em estudo, decorrente da gênese dos partidos políticos no contexto da democracia de Timor-Leste, considerado como um objeto de análise, sem ter a motivação de comparação com experiências de outros países. Enquanto delimitação temporal, a investigação tem início na preparação da restauração da independência de

Timor-Leste, especificamente no processo de eleição dos membros da Assembleia Constituinte em 2001; repensar a trajetória ao longo dos 20 anos do processo de consolidação da democracia até ao momento presente da realização deste estudo. Desta forma, em consideração ao fenómeno histórico dos partidos políticos desde o início da revolução da independência em 1974, antecedente inesquecível, que deve ser mencionado como ponto de partida, e nem sempre base da análise de relevância substancial.

Nesta pesquisa, focam-se também duas perspectivas de abordagem da unidade de estudo: *Primeiro*, unidade institucional, nomeadamente os Partidos Políticos - 35 partidos ao todo, como instituição social política de nível nacional. *Segundo*, unidade pessoal, referente aos representantes dos líderes partidários em associação à base social mobilizadora da dinâmica dos partidos políticos. Consideramos que tais perspectivas têm funções recíprocas que se reforçam mutuamente, e mediante as informações recolhidas a fim de serem alcançados os objetivos traçados para a pesquisa.

De acordo com a especificidade das características das unidades de estudo, principalmente no que respeita aos líderes ou representantes dos partidos políticos, a investigação assenta no perfil e dinâmica dos partidos políticos de acordo com as informações constantes nos relatórios da CNE (Comissão Nacional da Eleição) e outras fontes oficiais, tendo por base um conjunto de critérios analíticos definidos para o efeito. Em complemento, do total foram 14 partidos políticos identificados para constituírem o grupo amostra para o desenvolvimento do trabalho empírico a partir da realização das entrevistas semiestruturadas, cuja categorização foi estabelecida da seguinte forma:

- 1) Antigo partido (partido que surge no período de 1974/75) com Representantes no Parlamento Nacional;
- 2) Antigo partido que não tem Representante no Parlamento Nacional;
- 3) Novos Partidos (que surgem após o referendo de 30 de agosto de 1999) com assentos parlamentares;
- 4) Novos Partidos que não têm representantes com assento parlamentar;
- 5) Partido recente, que participa pela primeira vez no ato eleitoral de 2017.

1.2.2. Técnicas de investigação

Para persecução dos objetivos traçados foram aplicadas quatro técnicas de recolha de dados, nomeadamente: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, observações direta e indireta e entrevista semi-estruturada. A utilização das quatro técnicas de investigação tem como fundamento a triangulação metodológica que possibilita o reforço da informação recolhida e em simultâneo da credibilidade dada à pesquisa na conquista dos seus objetivos. Contudo, quantas mais técnicas de investigação, assim como as fontes de evidência se utilizar, melhores e mais fiáveis resultados se obterão, uma vez que tais fontes são complementares (Yin, 2013).

1.2.2.1. Pesquisa bibliográfica

Relativamente, à pesquisa bibliográfica, primeira etapa no processo da pesquisa, contribuiu para a sistematização das abordagens teóricas sobre partidos políticos, participação política e democracia representativa. Deste modo, foi possível estruturar, perspetivar e identificar os mecanismos de realização da pesquisa de campo.

A pesquisa bibliográfica foi realizada por via do acesso à biblioteca geral da Universidade de Évora, com recurso à Internet, seja via biblioteca *online* (B On), Google académico, Google escolar entre outras referências disponibilizadas. O processo teve início em 2016 e prosseguirá até ao fim de elaboração da tese.

1.2.2.2. Pesquisa documental

Além das entrevistas semi-estruturadas, a investigação procedeu à pesquisa de documentos, nomeadamente os estatutos e agenda política dos partidos políticos, os programas e relatórios de atividades dos partidos, os relatórios da Comissão Nacional da Eleição (CNE), assim como discursos, intervenções políticas escritas e gravações eletrónicas de Rádio e Televisão de Timor-Leste-Empresa Pública (Rttl-ep).

A investigação teve início com a apresentação do pedido de apoio ao presidente da CNE no início de Maio, pouco tempo antes campanha eleitoral para Assembleia da República 2017, numa audiência com o presidente da CEN, Sr. Alcino Barris, em um encontro no seu gabinete. O resultado desta audiência foi positivo, com um despacho do diretor Geral para que se disponibilizasse os dados pertinentes à proposta da pesquisa. Enquanto o diretor geral disponibilizou dados eleitorais e listas de contactos de todos os partidos políticos como guião de contacto dos líderes e dos representantes dos partidos políticos. Da lista mencionada, efetivamente, conseguiu-se contactar alguns representantes e líderes dos partidos. Embora não tenha sido possível estabelecer contacto com todos os líderes dos partidos e/ou os seus representantes por limitações de tempo para realização do trabalho empírico, balizado pelos ciclos eleitorais em análise, e também porque alguns partidos registados foram desativando os seus números de contacto assim como a sede do secretariado do partido.

Entretanto, para proceder á recolha documental sobre 35 partidos políticos registados no notariado e apresentados com candidatos nas eleições parlamentares, foi efetuado um pedido de disponibilização de informação junto do Presidente do Tribunal de Recursos, Dr. Deolindo dos Santos, em Janeiro de 2018. No seu despacho, o Presidente do Tribunal de Recursos, efetuado no dia seguinte à entrega da solicitação, este autorizou o acesso aos documentos pertinentes à pesquisa. Assim, no gabinete do direção geral da administração de Tribunal do Recurso autorizou o acesso aos documentos dos partidos, desde os estatutos, manuais políticos dos partidos e as suas listas dos candidatos e apoiantes.

Disponibilizados muitos e volumosos documentos e por limitações de equipamentos e digitalização disponíveis no gabinete, recorreu-se à sua digitalização através da ferramenta scâner do telemóvel em formato: Word e pdf, sendo, posteriormente, transferidos para o portátil, antes de fazer o tratamento e análise de dados como apresentada na parte referente de tratamento de dados na presente investigação. Os referidos documentos estavam redigidos, na sua maioria em língua Tétum, como língua dominante na sociedade timorense. Posteriormente, o processo de transcrição dos dados efetuou-se com a sua tradução em português, feita pelo próprio investigador. Dadas as suas limitações no domínio da língua portuguesa, teve auxílio

por profissionais da área linguística portuguesa e revisão supervisionada pela orientada da tese.

Tabela 2: As entrevistas na Radio Televisão de Timor-Leste Empresa Publico (RTTL-ep), período da campanha eleitoral da Assembleia 2017

Número	Entrevistado e Cargo	Fontes
E/RTTL/01	Adelino Monteiro (Comissário Nacional do Partido APMT)	https://www.youtube.com/watch?v=cSAnkXS0-as .
E/RTTL/02	Francisco Guterres “Manubui”, (O Secretário Geral do partido UNDERTIM)	http://www.1src.com/video/t_9gtghPor4XA
E/RTTL/03	Gil Alves (O fundador e Presidente do partido CASDT)	https://www.youtube.com/watch?v=kHydxM4i_w
E/RTTL/04	Francisco Calbuadi Lay (Secretário gera do partido CNRT)	http://www.1src.com/video/t_XVHXrnf4C2c
E/RTTL/05	Rui Maria de Araújo, (Membro Comissão Política Nacional do partido FRETILIN)	http://www.1src.com/video/t_5RBnMSVgjUQ
E/RTTL/06	José Luís Guterres (Fundador e presidente do FRENTI-MUDANCA)	https://www.youtube.com/watch?v=-DUrhxyDzos
E/RTTL/07	José Agostinho da Silva (Secretario Geral do Partido KHUNTO)	https://www.youtube.com/watch?v=xVAHLZLjrV4 .
E/RTTL/08	Samuel Mendonça (atual I Vice-Presidente do PD)	https://www.youtube.com/watch?v=J_KJx-bbyWg .
E/RTTL/09	António Ximenes (Fundador e Presidente do PDC).	https://www.youtube.com/watch?v=nt8iNBDBGrM
E/RTTL/10	Fidélis Magalhães, (Vice-presidente do PLP)	https://www.youtube.com/watch?v=v_8Uk9IBx8o
E/RTTL/11	Fernando Dias Gusmão (Fundador e Presidente do PDN).	https://www.youtube.com/watch?v=FtZx2Yfh24M
E/RTTL/12	Calisto Neves dos Santos “Moruk Lao Lemorai” (Secretário-geral do PDP).	https://www.youtube.com/watch?v=FrPQSnzSiVI
E/RTTL/13	Ano Gusmão (Presidente e fundador do PEP).	https://www.youtube.com/watch?v=PwmHKEhAyWM
E/RTTL/14	Nelson Salsinha (Fundador e Presidente do partido LPM).	https://www.ytube.com/watch?v=v2DeKYDCJqw
E/RTTL/15	João Mariano Saldanha (Fundador e Presidente do PR).	https://www.youtube.com/watch?v=wGtSNWY4E9M
E/RTTL/16	Avelino Coelho (Fundador e Presidente do PST).	https://www.youtube.com/watch?v=jEQ0aEvuzMk
E/RTTL/17	António de Chá Benevides (Presidente e fundador do PUDD).	https://www.youtube.com/watch?v=9Xte21s-ELc

Fonte: Elaboração própria.

Além dos documentos já descritos, foram também recolhidos documentos de áudio visual disponibilizados no YouTube, com origem nos media, principalmente o programa de entrevista da “Lian Partido” (língua tétum), que traduzido em português “A Voz do Partido”, disponível no site do Rttl-ep. O programa de entrevistas foi realizado por Daqui Belo, um dos jornalistas e apresentador da Rttl-ep, onde são focados os objetivos, visão e missão de cada partido, terminando coma alusão aos programas de agenda política para eleição da Assembleia de 2017.

O processo de acesso a tais documentos teve autorização do Presidente do Conselho Administrativo da Radio e Televisão Timor-Leste - empresa pública (Rttl-ep), após a realização da campanha eleitoral parlamentar de 2017. Os documentos foram produzidos em língua Tétum e o mecanismo de transcrição e tradução para a língua Portuguesa é o mesmo que foi mencionado anteriormente. Os documentos disponíveis no YouTube, estão demonstrados na tabela seguinte.

1.2.2.3. Entrevistas semi-estruturadas

Para aprofundar e complementar a informação disponível, com vista à compreensão dos partidos políticos e da participação política em Timor-Leste, realizaram-se entrevistas semiestruturadas com os líderes representantes dos partidos políticos. De acordo com Bogdan & Biklen (2010), a realização de entrevista tem por intenção recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo avaliar como os entrevistados interpretam o mundo. Assim, deste caso, efetuaram-se entrevistas semiestruturadas. O entrevistador procura coordenar o tempo a dirigir na discussão ao assunto focado, limitando o volume de informações (Boni & Quaresma, 2005). Por enquanto, a interpretação dos dados obtidos é feita numa análise de forma fenomenológica baseada no mesmo paradigma (Hycner, 1985).

Praticamente a abordagem da entrevista tem a sua variedade na forma de realização, dependendo dos objetivos de investigação e dos entrevistados. Existem três tipos de entrevistas mais conhecidas na literatura: entrevista estruturada, também conhecida como entrevista diretiva ou fechada; semi-estruturada ou semi-diretiva; e

entrevista não estruturada, também conhecida como entrevista aberta ou não diretiva (Manzini, 2018).

Entre os três tipos de entrevistas mencionados, a adotada neste trabalho foram as entrevistas semi-estruturadas. Para Manzini, “a entrevista semi-estruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionámos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista” (Manzini, 2018, p. 3). Para Triviños “a entrevista semi-estruturada tem como característica, questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa” (Triviños, 1987. p. 146). Entretanto Manzini salienta que, “esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas” (Manzini, 2018, p. 3). Assim, entrevista semi-estruturada é uma entrevista com formulação de perguntas basicamente associada com tema para se conquistar o objetivo da investigação (Triviños, 1987; Manzini, 2018). As questões da pesquisa refletem-se nos objetivos da investigação, iniciando-se com perguntas básicas e, em seguida, interferindo nas perguntas com mais detalhes, dependendo da interação ou do diálogo entre autor e entrevistado, no grau de conhecimento do informando em refletir o tema, e em perguntas básicas. Para facilitar o mecanismo da entrevista, desenvolveu-se um guião de apoio à investigação, disponível no *Anexo nº 1*.

As entrevistas semi-estruturadas foram realizadas com os líderes representantes dos partidos que se disponibilizaram para este efeito, com intenção de recolher as informações, sobre os motivos da constituição e permanência/dinâmica de funcionamento dos partidos políticos, as bases sociais e ideológicas dos seus apoiantes, e, finalmente, entender as tendências dos modelos ou tipologias partidárias.

O processo de contacto para realização das entrevistas iniciou-se com base na lista dos contactos dos responsáveis dos partidos disponibilizados pelo diretor geral da CNE como antes mencionado. Apesar das dificuldades encontradas para contactar todos os representantes dos partidos, pese embora as múltiplas tentativas, foram realizadas entrevistas com 14 representantes, dos partidos políticos de acordo com os

critérios já identificados: antigos partidos, novos partidos, partidos com representantes no Parlamento Nacional e partidos sem representantes nos órgãos legislativos. Apresenta-se os entrevistados na tabela nº 3.

Tabela 3: Representantes dos partidos políticos entrevistados no âmbito da pesquisa

Nº.	Entrevistados e Cargo	Data e Lugar da Realização
ESE/01	Adelino Monteiro (Comissário Política Nacional do partido APMT).	Dia 26 de Julho de 2017, na sede nacional do partido em Aitarak Iaran, Díli.
ESE/02	Norberto Pinto (Secretário-geral do partido ASDT)	Dia 7 de Julho de 2017, secretariado do partido em aldeia Moris-foun, Díli.
ESE/03	José Luís Guterres (Presidente e fundador do partido FRENTI-Mudança).	Dia 14 de Julho de 2017, no secretariado do partido em Villaverde-Díli.
ESE/04	Manuel Tilman (Fundador e Presidente do partido KOTA).	Dia 4 de Agosto de 2017 na sede nacional do partido, praia dos coqueiros-Díli.
ESE/05	José Domingos M. Belak (Secretário-geral do Partido MLPM).	Dia 6 de Setembro de 2017, em edifício da EDTL Cai cóli-Díli.
ESE/06	Flaviano Pereira Lopes (Fundador e atual Presidente do PARENTIL).	Dia 5 de Setembro de 2017 em Café da PLAZA Díli.
ESE/07	Atual Primeiro Vice-Presidente do PD	Dia 15 de Julho de 2017, no secretariado do partido em Col mera-Díli.
ESE/08	António Ximenes (Presidente e fundador do PDC).	Dia 7 de Setembro de 2017 em Díli.
ESE/09	Fernando Dias Gusmão (Fundador e Presidente do PDN).	Dia 24 de Agosto de 2017, em Campus Universidade da Paz (UNPAZ) Fatu-meta Díli.
ESE/10	Sabino Soares “Guntur” (Fundador e Vice-presidente Equipa formatura do PLP).	Entrevista no dia 27 de Agosto 2017, no secretariado PLP, Meti-aut, Díli).
ESE/11	João Mendes Gonçalves (Fundador e atual Presidente do PSD).	Dia 27 de Agosto de 2017, na sua repartição em Fatuhada-Díli.
ESE/12	Aliança da C. Araújo (Presidente e fundador do PTD)	Dia 30 de Agosto de 2017, na sede nacional do partido em Lahane Ocidental-Díli.
ESE/13	Gilman A. E. dos Santos (Atual presidente do partido UDT).	Dia 30 de Agosto de 2017 na sede nacional do partido em Farol-Díli.
ESE/14	Cornélio Barros (Fundador e atual Vice-secretário Geral do partido UNDERTM).	Dia 9 de Julho de 2017 no secretariado do partido em Bekusi baixo-Díli.

Fonte: Elaboração própria.

1.2.3. Técnicas de tratamento e análise dos dados

Para atingir os objetivos definidos neste trabalho, privilegiaram-se dois tipos de análise de dados. *Primeiro*, a análise de conteúdo aplicada à informação recolhida através as entrevistas semi-estruturadas, documentos escritos, tais como estatutos e

manuais políticos dos partidos incluindo dados publicados pela Rttl-ep sobre o material da campanha eleitoral de 2017. *E uma outra*, a análise descritiva, de teor quantitativo, que está associada aos dados eleitorais referentes à totalidade dos partidos políticos.

A análise de conteúdo, é um dos meios de tratamento de dados qualitativos com gênese em várias fontes e com a finalidade em seguir os objetivos da pesquisa. Face à delimitação do mecanismo para o estudo de caso, Quivy (2014) apresenta:

A análise de conteúdo incide sobre mensagens tão variadas como obras literárias, artigos de jornais, documentos oficiais, programa áudio visuais, declarações políticas, atas de reuniões ou relatórios de entrevistas pouco diretivas. A escolha dos termos utilizados pelo locutor, a sua frequência e o seu modo de disposição, construção do «discurso» e o seu desenvolvimento são fontes de informações a partir de quais o investigador tenta construir um conhecimento. Este pode incidir sobre o próprio locutor Ou sobre as condições sociais em que este discurso é produzido (por exemplo, um modo de socialização ou uma experiência conflituosa) (Quivy, 2014; 226).

Análise de Conteúdo surgiu no início de século XX nos Estados Unidos, para analisar o material jornalístico, ocorrendo um impulso entre 1940 e 1950, quando os cientistas começaram a se interessar pelos símbolos políticos, tendo este fato, contribuído para seu desenvolvimento; entre 1950 e 1960 a Análise de Conteúdo estendeu-se por outras áreas. Portanto, esta técnica, existe há mais de meio século em diversos setores das Ciências Humanas, como a Sociologia Política, sendo anterior a Análise de Discurso (Caregnato & Mutti, 2006).

Segundo Caregnato & Mutti, a definição de Análise de Conteúdo corresponde à “semântica estatística do discurso político”. Análise de Conteúdo pode ser apresentada como estratégia quantitativa e qualitativa. Na prática, existe uma diferença entre essas duas abordagens: na abordagem quantitativa, traça-se uma frequência das características que se repetem no conteúdo do texto; e na abordagem qualitativa, se “considera a presença ou a ausência de uma dada característica de conteúdo ou conjunto de características, num determinado fragmento da mensagem (Caregnato & Mutti, 2006, p. 682)”. Porém, o tratamento dos dados da pesquisa, no enquadramento da Análise de Conteúdo é privilegiado o conteúdo, ou seja, com a materialidade

linguística, através das condições empíricas do texto, estabelecendo categorias para sua interpretação (Caregnato & Mutti, 2006).

Não esquecer que para este estudo foram efetuadas entrevistas semi-estruturadas com os 14 representantes dos partidos, considerando o total dos 35 partidos políticos. Recolheram-se os documentos relativos aos partidos políticos, sejam os relatórios, os manuais de política e os respectivos estatutos; programa de áudio-visual das entrevistas conduzidas pela Rttl-ep, paralelamente com o relatório da Comissão Nacional de Eleição (CNE) e Tribunais de Recurso, como mencionado anteriormente. Em função do reforço e do balanço dos dados mencionados, utilizaram-se ainda, artigos científicos, e outros relatórios e documentos com relevância para o conteúdo identificado.

Recorrendo aos dados obtidos e analisando as duas fases de convergência, os dados obtidos estão na língua Tétum e foram traduzidos para o português, em simultâneo transpostos para documento *Word*, codificado de acordo com os objetivos e as questões da investigação, para reduzir o tamanho do documento, seguidamente, ao resultado da codificação, à classificação e à categorização dos dados. Ou seja, de acordo com Freitas *et al.*, “os fatos, deduzidos logicamente a partir de indicadores, permitem tirar conclusões, obter novas informações ou completar conhecimentos através do exame detalhado dos dados” (Freitas & Janissek, 2000, p. 41). Porém, a análise de conteúdo consiste nas três dimensões, reciprocamente: objetiva, sistemática e quantitativa. De forma mais resumida, Freitas *et al.* acrescenta:

Ser objetivo, visto que a análise deve proceder segundo as regras pré-estabelecidas, obedecendo às diretrizes suficientemente claras e precisas de forma a propiciar que diferentes analistas, trabalhando sobre o mesmo conteúdo, obtenham os mesmos resultados. Ser também sistemático, pois todo o conteúdo deve ser ordenado e integrado nas categorias escolhidas, em função do objetivo perseguido, e elementos de informação associados ou relativos ao objetivo não deve ser deixado de lado. Ser ainda quantitativo, pela possibilidade de evidenciar os elementos significativos, calcular a sua frequência, etc., esta condição não sendo indispensável visto que certas análises de cunho qualitativo buscam mais os temas do que a sua exata medida ou importância (Freitas & Janissek, 2000, p. 41).

Neste estudo a aplicação da técnica de Análise Conteúdo teve como suporte de apoio o *software NVivo 12*, que tem a função de facilitar o processo de análise a partir de múltiplos dados com origem em variadas fontes: entrevistas semiestruturadas, estudos documentais, programa audiovisual de Rttl-ep e dados de observação sobre as atividades dos partidos políticos, incluindo também artigos de jornais científicos e outras publicações de referência.

Pretendeu-se assim, importar para o programa NVivo 12 as transcrições das entrevistas, dos documentos das plataformas políticas, dos estatutos dos partidos, dos áudios eletrônicos do *YouTube* e da observação, depois reproduzidas e organizadas numa matriz de análise/codificação por cada objetivo da pesquisa, em quatro ítems de análise do conteúdo: (1) Domínio de análise (ideia, conceito, ação); (2) Categorias; (3) Subcategorias e (4) Unidades de Contexto (excertos das entrevistas, estatutos e áudios eletrônicos). Assim, foram sistematizados os conteúdos das ideias|temas por cada categoria e subcategorias, a fim de entender e encontrar os objetivos pertinentes deste percurso de investigação.

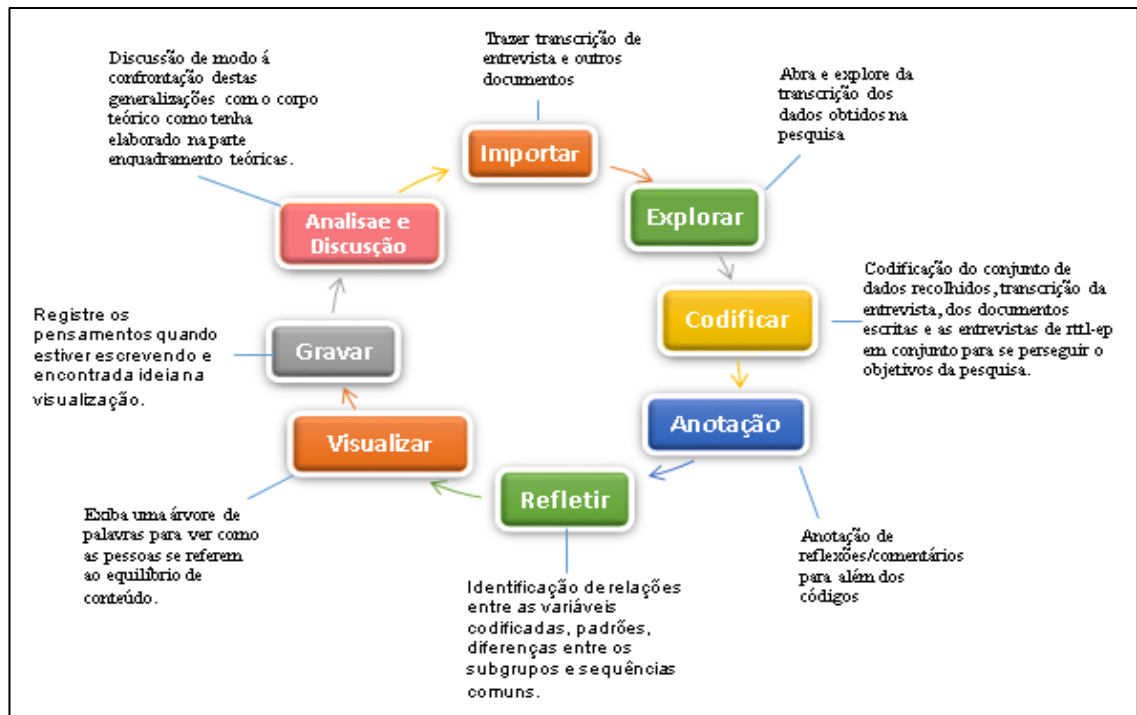
As fases de tratamento dos dados com NVivo 12 correspondem às etapas que se seguem:

- 1) Importar transcrição dos dados obtidos (entrevistas semiestruturadas, Estatutos dos partidos, e áudio *YouTube* de Rttl-ep para ferramentas NVivo nível 12);
- 2) Exploração dos dados importados com as ferramentas do NVivo;
- 3) Codificação do conjunto de dados recolhidos, transcrição das entrevistas, dos documentos escritos e as entrevistas de Rttl-ep em conjunto com o intuito nos objetivos da pesquisa;
- 4) Anotação de reflexões/comentários para além dos códigos;
- 5) Reflexão: Identificação de relações entre as variáveis codificadas, padrões, diferenças entre os subgrupos e sequências comuns;
- 6) Visualizar: Exibir uma árvore de palavras para ver como as pessoas se referem ao 'equilíbrio';
- 7) Gravar: Registrar os pensamentos enquanto estiver escrevendo e encontrar a ideia na visualização;

- 8) Análise e discussão de modo à confrontação destas generalizações com o corpo teórico, recorrendo à parte do enquadramento teórico.

Faça essa tarefa aplicam-se métodos de análise específicos, tal como está refletido na figura seguinte.

Figura 1: Processo do tratamento de dados com NVivo 12



Fonte: Elaboração baseada na introdução NVIVO 12 Pro for Windows (2019, p. 7).

PARTE I

ENQUADRAMENTO TEÓRICO- CONCEPTUAL: PARA UMA APROXIMAÇÃO SOCIOLOGICA SOBRE A DEMOCRACIA, PARTIDOS POLÍTICOS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

O primeiro objetivo específico deste capítulo é sistematizar as teorias tidas como pertinentes para o tema da tese “Os Partidos Políticos na Democracia Representativa em Timor-Leste”. Para atingir o objetivo realizou-se uma revisão da literatura existente sobre o assunto. Assim, primeiro abordar-se-á a evolução da teoria democrática e da transição para a democratização. Num segundo momento, ver-se-á a teoria que subjaz aos partidos políticos, à participação política e à cultura política, como contributo explicativo do fenómeno democrático.

Começa-se por observar que foi na segunda metade do século XX que se consolidou o desenvolvimento do modelo da democracia/democratização como forma de governo. Este foi o século onde imperou o direito dos governados escolherem os seus governantes na quase totalidade dos países ocidentais, evidência também reforçada com o fim da Guerra Fria e a implosão dos regimes socialistas. A desconfiança com que o governo democrático foi encarado ao longo da história, até mesmo na Grécia Antiga, parece colidir com a manifesta popularidade com que passou a ser colhido a partir da segunda guerra mundial. Aceitação que tendia a generalizar-se, quando até mesmo alguns líderes autoritários se apresentavam como democratas, e que de acordo com Sen (2013) quem não se designava como democrata era-lhe atribuída uma conotação pejorativa num século onde o principal atributo foi inequivocamente a emergência da democracia. Assim para Huntington (1999) democracia foi objeto do projeto dos Estados Unidos da América e esta expande-se mundialmente em nome de civilização política.

De facto, acontece um paradoxo. Enquanto a democracia liberal se expande para «promover a ideologia liberal» em todo o mundo, podíamos esperar, de uma forma muito sólida, o desenvolvimento da democracia nos países em desenvolvimento, nomeadamente em Timor-Leste. Este é um país jovem, que acredita na democracia como o melhor mecanismo para promover o progresso e o desenvolvimento do país. De facto, enquanto a consolidação da democracia em Timor-Leste registou uma taxa de participação eleitoral na ordem dos 80%, desde 2001 no XI ato eleitoral nacional (eleição parlamentar e eleição presidencial), verificou-se, por

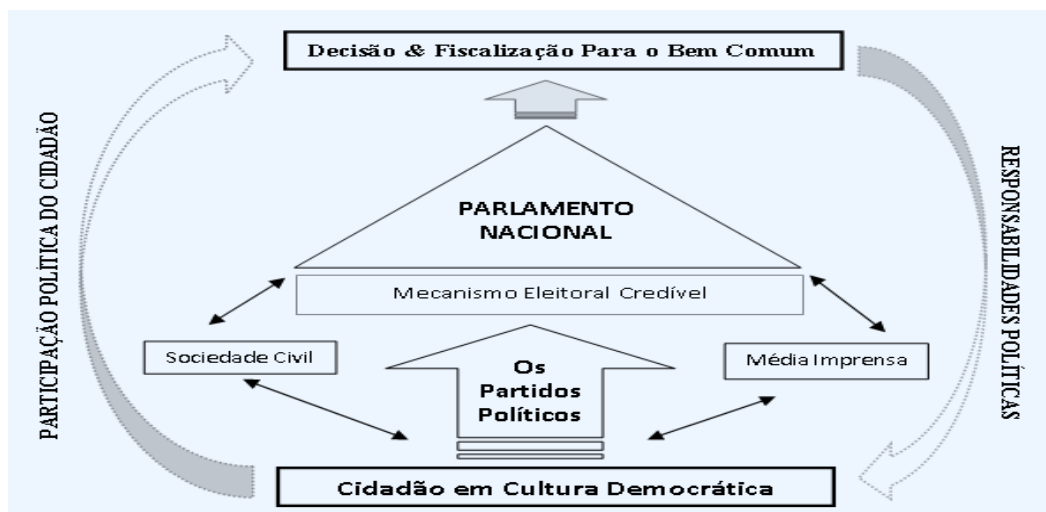
outro lado, que “a democracia está em crise nos seus principais países de origem” (Giddens, 2007, p. 433), onde a taxa de participação dos cidadãos nas eleições, em geral, diminui cada vez mais. Assim sendo, quase metade do total dos eleitores não participa, nem exerce o seu direito de voto. É o caso de Portugal, que nas eleições legislativas de 2019, segundo PORDATA Base de Dados Portugal Contemporâneo registou um nível de abstenção muito maior do que o esperado (PORDATA, 2019)². Esta tendência está presente, tanto nos países Europeus, como na América do Norte, com destaque para os Estados Unidos da América.

Este paradoxo levanta uma hipótese relacionada com as modalidades de funcionamento dos partidos políticos, como um dos principais elementos analíticos da democracia representativa. O que indicia a necessidade de os partidos políticos assumirem o papel de facilitadores e promoverem a participação política dos cidadãos, estabelecendo uma ligação entre os governados e os governantes como elementos do Estado. Os partidos políticos constituem um patamar de representação política, pois representam a legítima colocação dos órgãos de soberania do Estado. No caso de Timor-Leste, os membros do Parlamento Nacional (PN), assim como o Presidente da República representam os cidadãos num Estado democrático. Segundo Daalder é “no sentido de que os partidos políticos modernos pressupõem as condições da democracia representativa” (Daalder, 2007, p. 49-66).

Os partidos políticos, através do mecanismo eleitoral, promovem a participação política, sobretudo a participação eleitoral, de forma a assegurar os seus interesses políticos, bem como os interesses nacionais/interesses públicos. A liberdade de expressão, a vontade de participação política e a permanência do sufrágio universal são as principais condições da cultura política democrática. A realização da cultura política requer, hoje, a contribuição dos meios de comunicação social e da sociedade civil, em conjunto com os partidos políticos enquanto eixo central do processo democrático representativo.

² Os dados atualizados sobre participação eleitoral podem ser acedidos em <https://www.pordata.pt/Portugal>

Figura 2: A multidimensionalidade da Democracia Representativa



Fonte: Elaboração própria.

A figura 02 apresenta o mecanismo da democracia representativa e o mapeamento do conceito da democratização, destacando a interligação entre as suas várias dimensões, nomeadamente os partidos políticos, mecanismo eleitoral, sociedade civil e meios de comunicação social. Entretanto, os partidos políticos, que se posicionam como principais eixos no estabelecimento dos órgãos representativos políticos do Estado e asseguram a sua legitimidade. Sendo que nesta realidade os partidos políticos assumem o papel de facilitadores e promovem a participação política dos cidadãos, ao estabelecer ligação entre os governados e os governantes como elementos do Estado. Deste modo entende-se que os partidos políticos modernos pressupõem as condições da democracia representativa (Daalder, 2007). Assim, Weber considera as “organizações partidárias como componentes da democracia, requerendo o direito do voto, extensivo às massas, e à necessidade de recrutar e organizar os eleitores” (Weber, 2000, p. 58). Em suma, para o proficiente funcionamento dos elementos acima mencionados, a condição principal passa pela existência de uma cultura política democrática.

Com vista a um entendimento sobre os principais conceitos identificados no âmbito da presente tese e suas formas de articulação, anteriormente enunciados, passa-se à sua sistematização nos capítulos que se seguem de acordo com as abordagens teóricas de referência.

CAPÍTULO 1

**TEORIAS DA DEMOCRACIA E DA
TRANSIÇÃO PARA A DEMOCRATIZAÇÃO**

1.1. Da Emergência das Teorias Democráticas à Contemporaneidade

O discurso sobre a democracia é um algo muito complexo, que remonta à Grécia Antiga, séculos IV e V a.C., com um modelo de democracia direta na cidade de Atenas. Foi evoluindo gradualmente até à democracia moderna, dotada de vários modelos. Segundo Dahl (1994), a evolução da constituição e a prática da democracia está relacionada com três grandes fases de transformação: 1) cidades-Estados não democráticas às democráticas; 2) de cidade-Estado democrática ao Estado-nacional; e 3) a transformação que está ocorrendo atualmente.

A primeira ocorreu durante a primeira metade do quinto século a.C. na Grécia, onde de facto ocorreu “transformação das cidades-Estados não democráticas, tipicamente aristocracias, oligarquias, monarquias ou misturas de todos os três em democracias diretas” (Dahl, 1994, p. 25). As mudanças da sociedade, nos dois milénios seguintes, a ideia e a prática da democracia estavam associadas, quase exclusivamente a cidades-Estados de pequena escala, reaparecendo no final da Idade Média em algumas cidades-Estados da Itália. Naquela altura, nas cidades-Estado, o conceito de cidadania era mais restrito do que hoje se pratica. Com a emergência dos Estados-nações, o conceito de democracia foi alargado, no que respeita ao seu exercício, não apenas aos homens, mas a mulheres e, atualmente, a jovens maiores de 17 anos. A cidadania evoluiu, aumentando o número de sujeitos que têm direito a participar nas eleições. Exercer a cidadania constitui o modo de controlo dos governados, sobre as decisões do governo ao nível da política. Atualmente, problematiza-se o processo de democracia como uma deslocação de poder, entre os maioritários (povo) e a minoria (governantes).

A segunda transformação da ideia de democracia é a da cidade-Estado para uma escala muito maior do Estado nacional. A democracia passou a ser entendida não como democracia de assembleia na cidade-Estado, mas como democracia representativa no Estado-nacional. Como consequência dessa transformação em escala e forma, um conjunto de instituições e práticas políticas, tomadas como um todo, eram desconhecidas da teoria e prática da democracia até então. Dahl salienta que:

By the late twentieth century, this set of political institutions, which are generally seen as necessary to democracy (though not sufficient) on the large scale of a

country, have become very familiar: control over government decisions about policy is constitutionally vested in elected officials; elected officials are chosen in frequent and fairly conducted elections in which coercion is comparatively uncommon; practically all adults have the right to vote in the election of officials and have the right to run for elective offices in the government; citizens have an effectively enforceable right to express themselves on political matters broadly defined, without danger of severe punishment; they also have effective rights to seek out alternative sources of information and to form relatively independent associations or organizations, including independent political parties and interest groups (Dahl, 1994, p. 25-26).

A terceira transformação é, a que está ocorrendo nos dias de hoje. Assim como as cidades-Estados anteriores perderam grande parte de sua autonomia política, econômica, social e cultural quando foram absorvidas pelos Estados nacionais de maior abrangência, também em nosso tempo os desenvolvimentos de sistemas transnacionais reduzem a autonomia política, econômica, social e cultural dos Estados nacionais. Neste contexto, Dahl afirmou que:

As fronteiras de um país, mesmo que sejam tão grandes quanto os Estados Unidos, tornaram-se muito menores do que as fronteiras das decisões que afetam significativamente os interesses fundamentais de seus cidadãos. A vida econômica, o ambiente físico, a segurança nacional e a sobrevivência de um país são altamente e provavelmente cada vez mais dependentes de atores e ações que estão fora dos limites do país e não estão diretamente sujeitos ao seu governo (Dahl, 1994, p. 26).

Dessa transformação foi ultrapassado o poder máximo como Estado nação como aconteceu nos modelos de democracia das duas fases anteriores. Acontece que os cidadãos de um país não podem empregar seu governo nacional e muito menos seus governos locais para exercer controle direto sobre atores externos, cujas decisões afetam criticamente suas vidas - por exemplo, investidores estrangeiros que optam por investir seu dinheiro em outro lugar. O resultado é algo como a segunda transição, transposta para a escala mundial.

Em suma, é de relevar o processo de transformação da democracia nos termos em que afirma Ana Maria Belchior (2010):

Na sua essência, a democracia não é necessariamente alcançada em pleno nas sociedades democráticas. Na última década, uma vaga de contributos teóricos e empíricos algo difusos e heterogênea tem vindo a polvilhar a literatura da ciência política com alertas e preocupações, propostas e relatos de experiências mais ou menos abstratos, ideologia e normativos, mas que denotam uma linha de argumentação: a democracia não é uma obra acabada nas sociedades

democráticas; pelo contrário, a sua realização reclama o repensar e o aprofundar dos princípios e procedimentos que a caracterizam. Uma desta proposta de formulação democrática assenta na apologia da democracia participativa para que remete também o quadro teórico de Inglehart (Belchior, 2010, p. 27).

A democracia, através do voto, constitui-se como um meio de poder, influenciando tanto as decisões públicas, como as políticas públicas. Os debates relacionados com a ideia e perspectiva do fenómeno político democrático poderiam agrupar-se em duas condições: a democracia direta, por um lado e, por outro lado, a democracia indireta, ou democracia representativa, mais referida na sociedade contemporânea, desde o início do século XVII. Para uma análise da democracia contemporânea Silva *et al* destacam:

A partir do que chamamos de “emergência da democracia” tem-se dois polos teóricos: teoria democrática competitiva e teoria democrática popular. Teoria democrática competitiva, com ênfase em Schumpeter (elitismo democrático) e Dahl (pluralismo democrático). A segunda secção trata sobre a teoria democrática popular, cuja obra que receberá maior destaque será “Participação e teoria democrática”, de Pateman (Participacionista) e “Três modelos normativos da democracia” de Habermas (deliberacionista) (Silva *et al*, 2013, p. 2-3).

De acordo com estes autores, surgiram discussões sobre a teoria da democracia, principalmente democracia contemporânea, com raízes nos dois modelos: democracia substantiva, pois tem o foco na substância da democracia, tal como o governo pelo povo (democracia popular) e democracia processual (Silva *et al*, 2013). Este é um modelo de democracia com foco no procedimento e mecanismo - os governantes são eleitos pelo povo por sufrágio universal (democracia competitiva). A democracia substantiva está relacionada com a democracia normativa, indicada na obra de Habermas (1995) e Pateman (1992) como uma democracia clássica e normativa, sendo que em Pateman identifica-se como um pensamento de participação sionista. A teoria democrática processual está relacionada com o procedimento de nomeação dos governantes, com ênfase no pressuposto de Schumpeter (1961), numa abordagem elitista da democracia. O conceito de poliarquia (Dahl, 1971) aborda a democracia minimalista, famosa por duas características: inclusão e competitividade.

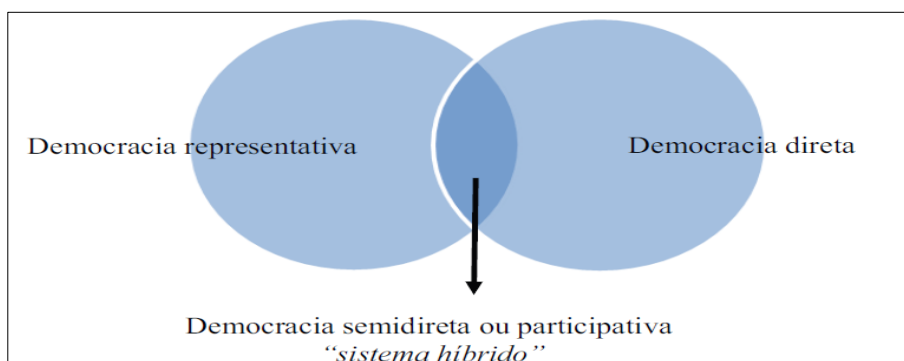
Existe um debate entre os dois polos da teoria democrática, envolvendo a questão da soberania do povo, o qual exerce o seu poder na participação política, daí resultando uma relação entre os governados e governantes. Relativamente à soberania do povo, a

democracia substantiva (normativa) acredita existir possibilidade para a participação dos cidadãos, através de princípio deliberativo (Habermas, 1995) e esfera pública (Taylor, 2000). Por outro lado, a democracia processual não acredita que os cidadãos possam participar em assuntos públicos. Um pouco à semelhança de Schumpeter que defende a irracionalidade das massas. No entanto, Robert Dahl (1971, 1994) defende um modelo de participação representativa, com características mais alargadas para as massas modernas.

No início do percurso para uma política democrática, a participação dos cidadãos na “coisa” pública variava entre duas perspetivas, convergindo nos dois modelos anteriores. No modelo da democracia deliberativa/participativa, em génese da ideia de Habermas (1995), no seu artigo científico intitulado *Três modelos normativos da democracia*, que são: o modelo liberal, o modelo republicano e o modelo deliberativo.

Da mesma forma e com vista a uma sistematização das diversas abordagens, Pedro Lenza (2020) e Medeiros (2017) identifica três modalidades da democracia. Em que a primeira desta é a Democracia Direta: quando o povo promulga ele mesmo as leis, toma as decisões importantes e escolhe os agentes de execução, geralmente revogáveis. Já em relação ao modelo da democracia indireta ou Democracia Representativa, pode afirmar-se que surge quando o povo elege representantes, através do voto, por um mandato de duração limitada, sendo que estes devem representar os interesses da maioria. O último destes três modelos, Democracia Semidirecta ou Democracia Participativa/Sistema Híbrido (modelo de Democracia Deliberativa), será caracterizado pela existência de mecanismos que garantem a participação popular na esfera pública. Veja-se a *Figura nº 3* sobre os três modelos de democracia em seguinte.

Figura 3: Três Modelos de Democracia



Fonte: Pedro Lenza (2020, p. 1288).

No âmbito da abordagem da teoria democrática, em relação à análise da ação democrática em Timor-Leste, assume-se como finalidade desenvolver a teoria a partir destes três modelos de abordagem: primeiro, democracia direta, refletindo a prática da política na sociedade da Grécia antiga, especificamente na cidade-Estado de Atenas na região que hoje ocupa o território de Itália). Seguidamente, a democracia representativa na vida moderna (início do século XVII, presente na teoria democrática competitiva: a abordagem elitista de Schumpeter e o modelo do pluralismo de Robert A. Dahl, com a sua obra “Poliarquia”. E por fim, na democracia deliberativa/participativa destaca-se a ideia de Habermas, “modelo de democracia deliberativa” e o pensamento de Taylor sobre a “esfera pública”, que une a “democracia direta e representativa”, como referido anteriormente.

1.1.1. Modelo de Democracia Direta

A democracia é um regime político, ao qual o povo se consciencializa da importância da sua participação para assegurar a soberania. A teoria da democracia direta é um modelo clássico, com características normativas, também conhecido como “Democracia substantiva”. É uma forma de entendimento político inspirado pela prática política da Grécia antiga, assente na participação do cidadão no assunto público. Por isso mesmo, a democracia surgia como uma forma de governação, de que qualquer decisão pública implicava o envolvimento dos cidadãos. Para os teóricos clássicos, a democracia não deve ser vista ou pensada diferentemente de “O governo do povo”. Assim, democracia, etimologicamente derivada das palavras “demos” e “crato”, significando o "governo do povo", ou "governo da maioria".

Deste percurso da soberania do povo, destaca-se o papel histórico da vida política na sociedade de Atenas, na Grécia Antiga:

onde Atenas busca sua autonomia contra as outras cidades-Estados, em 507 a.C. com as reformas de Clístenes, ele criou as condições que iriam permitir o nascimento da democracia, além disso, permitiu aos estrangeiros de exercerem a cidadania onde antes era proibido (Santos, 2010, p. 183).

Dependente das mudanças da sociedade, ao longo do tempo em mais de dois mil anos nos depois de Atenas, a ideia e a prática da democracia estavam associadas às cidades-Estados. De fato, numa pequena escala, foram reaparecendo em algumas

cidades-Estados da Itália (Dahl, 1994). Na pequena bússola da cidade-Estado, a instituição central era a Assembleia, na qual todos os cidadãos tinham o direito de participar. Segundo Robert A. Dahl:

Throughout the period of the Republic, the Roman institutions for citizen participation in government largely remained those of the city-state. Despite the vastly enlarged scale of Rome, Romans never adopted a system of representative government in the modern sense (Dahl, 1994, p. 25).

A ideia de democracia e o princípio da soberania do povo nasceu na cidade de Atenas. Aqui se encontra a génese do regime político democrático. Apesar de todas as evoluções sofridas, mantém-se o princípio da soberania do Estado, centrada no povo. Este é participante ativo na gestão do espaço público.

1.1.2. Modelo de Democracia Representativa

A democracia representativa é encarada como uma outra forma de democracia direta, que emergiu na longa marcha que levou à consolidação dos direitos civis nos séculos XVII e XVIII. Enquadrada pelo pensamento liberal e pelas revoluções burguesas, prosseguiu a luta pelos direitos políticos, nos séculos XIX e XX (Peres, 2009, p. 2). À luz da perspetiva liberal, o desenvolvimento político na segunda metade do século XX, pode ser caracterizado como o momento de ascensão do modelo democrático, enquanto forma de governo. Tal pressuposto pode ser corroborado pela queda dos regimes socialistas, no final do mesmo século. Nestes termos, o século XX representa a emergência da democracia, enquanto principal forma de governo. A adesão de, praticamente, todos os Estados-Nações ocidentais a este regime está espelhado no direito de escolha do povo. No início do século XXI, cerca de 119 países, correspondendo a 62% de todos os países do mundo, aderiram a algum tipo modelo democrático (Zakaria, 2004, p. 4 - 5).

A racionalidade do pensamento, e a ideia da democracia representativa, resulta da democracia direta, anteriormente apresentada. A maior civilização política encontrou-se na Grécia Antiga, onde, apesar de algumas exclusões (escravos e mulheres), os homens tinham o direito de votar, cumprindo a sua obrigação para com o Estado. Este é um modelo que inspira uma reflexão desde a Antiguidade até aos tempos modernos.

Historicamente, os pensamentos mais antigos sobre representação política, derivam do pensamento filosófico de Tomas Hobbes (1979), que criou a teoria do “pacto social”. Do mesmo modo, Rousseau sustenta que o Estado emerge de um contrato social, pelo qual o homem renuncia ao Estado de natureza em que vivia, com perda da sua liberdade, para obter o mínimo de segurança e bens indispensáveis à sobrevivência (Rousseau, 1973).

De acordo com as proposições contratualistas do autor, é o pacto social, através do qual os indivíduos fundam o Estado, que institui a autoridade e, assim, a existência de um representante do povo. Decorrente do pensamento de Hobbes, e de forma mais crítica da teorização de “contrato social,” Maria Cristina Andrade Aires sublinha:

está essencialmente preocupado com o estabelecimento dos pactos e acordos firmados entre governantes e população. Sua concepção de representação está, assim, ligada a dois elementos centrais: autorização e delegação, que vinculam o indivíduo ao poder instituído (Aires, 2009, p. 2).

A coerência dos dois conceitos tem o potencial de atingir uma democracia representativa, com qualidade. Por outras palavras, pode dizer-se que esta qualidade tem duas variáveis determinantes: a delegação e a representação. Nesta perspectiva, a autorização da legitimidade de representação é conseguida através da eleição de profissionais políticos. Em relação à representação, Hobbes faz a seguinte afirmação: “De pessoas artificiais, algumas têm suas palavras e ações possuídas por quem elas representam. E então, a pessoa é o ator e aquele que possui suas palavras e ações, é o autor: caso em que o ator age por autoridade” (Hobbes, 1979, p. 57).

De uma forma mais geral, Anastasia e Nunes analisam a representação política, da seguinte forma:

Por representação política se entende o conjunto de relações estabelecidas entre os cidadãos e os governantes eleitos. Os primeiros são, nas democracias, os sujeitos detentores de soberania política e a utilizam para autorizar outros, os governantes, a agirem em seu nome e no nome de seus melhores interesses. Os cidadãos são os mandantes, os governantes são os mandatários, estejam eles no Poder Executivo — presidente, governador, prefeito — ou no Poder Legislativo — senadores, deputados federais, deputados estaduais ou vereadores (Anastasia & Nunes, 2007, p. 17).

É justamente isso que se pode ver nas teorias sobre a democracia participativa: uma série de prescrições específicas e planos de ação necessários, de modo a alcançar a democracia política. Tal concretiza-se por meio da educação pública, a qual, no entanto, depende da participação em muitas esferas da sociedade na atividade política, entendida num sentido bastante abrangente (Pateman, 1992).

Durante o desenvolvimento da teoria democrática, na sua forma contemporânea, a democracia representativa está relacionada com a competição eleitoral. A natureza democrática moderna, marcada por um pensamento democrático processual e competitivo é uma ideia lançada por Schumpeter (1961), na sua obra *Capitalismo, socialismo e democracia*. Esta obra representa o surgimento de uma nova agenda no debate sobre democracia nos pós II Guerra Mundial. A obra deverá ser entendida como uma tentativa de afastamento das “ideias normativas” de democracia, a favor de um debate puramente empírico sobre a prática governativa.

Para os estudiosos do modelo representativo, a democracia não deve ser vista ou pensada diferentemente de “O governo do povo”. Especificamente, Schumpeter na sua clássica obra, definiu a democracia como "aquele arranjo institucional para chegar a decisões políticas em que os indivíduos adquirem o poder de decidir por meio de uma luta competitiva pelo voto popular” (Schumpeter 1961, p. 250). Schumpeter é totalmente contra essa definição, principalmente devido ao facto de a mesma não condizer com a realidade. Ele não acredita que “o povo pode governar”. Schumpeter apresenta críticas sobre a defesa das ideias de bem comum e vontade geral (dos defensores da teoria participativa). De acordo com Schumpeter:

Lembre-mos de que nossos principais problemas acerca da teoria clássica se centravam na proposição de que o povo tinha uma opinião definida e racional sobre todas as questões individuais e que ele objetivava essa opinião – numa democracia – escolhendo representantes que zelariam para que essa opinião fosse seguida (Schumpeter 1961, p. 336).

A ideia de Schumpeter está baseada na perspectiva de que as massas são irracionais, portanto, não será possível que governem e tomem decisões políticas (como acontecia na Grécia clássica). Anterior a esta perspectiva de Schumpeter, já

Weber (2004) nos primórdios do século XX, enaltecia a crescente racionalidade das sociedades modernas, com a tendência para a tecnicização burocrática das funções estatais assim como do predomínio da estrutura burocrática por via da especialização dos recursos humanos baseada na racionalização burocrática que deriva das relações sociais no contexto do Estado Moderno. No entanto, as massas podem “decidir” – via eleições – quem vai “decidir” por eles. Por enquanto, o papel do indivíduo ou “do povo” resume-se a votar para escolher quem os governará, e essa decisão política afetará a vida do povo. Democracia significa apenas que o povo tem a capacidade de aceitar, ou recusar, as pessoas designadas para governá-lo (Schumpeter, 1961). O método democrático pode ser visto como uma luta competitiva pelos votos da população, com o objetivo de obter uma eleição. Desta maneira, entende Schumpeter que:

a participação popular é um problema para o funcionamento da democracia, uma vez que os indivíduos tendem a ser apáticos em relação aos assuntos políticos. Quanto atuam em coletividade perdem os sentidos, ou melhor, a sua racionalidade (Schumpeter 1961, p. 336).

Ao concretizar a abordagem elitista de Schumpeter, surgiu a teoria da *poliarquia*, de Robert Dahl (1971). Quando Dahl se refere à democracia, está a fazer referência a termos normativos: o povo não tem poder para decidir assuntos públicos, e tudo dependerá de uma elite política nomeada pelo voto do povo. Refere-se à prática do regime democrático, utilizando o conceito de poliarquia. Este pode ser entendido como a fórmula reduzida do processo democrático em duas dimensões: *a prescritiva e a empírica*. Será nesse sentido que Dahl operacionaliza variáveis para classificar regimes políticos, numa escala de duas dimensões. Desta forma, a sua análise é construída a partir de dois pilares básicos: o da *contestação pública* e o da exclusividade. Este conceito de poliarquia é lizado como um mecanismo de avaliação empírica de modelos de governo, e em substituição do conceito de democracia, aponta ainda outras três categorias: hegemonia fechada, hegemonia inclusiva e oligarquia competitiva (*ver Figura nº 4*), como um mecanismo de avaliação empírica dos modelos de governo. Uma poliarquia é caracterizada como um regime político que possibilita níveis de participação e de contestação elevados.

Figura 4: Os Quatro Modelos da Governação Democrática.



Fonte: Robert A. Dahl (1971, p. 18)

O conceito de poliarquia é entendido como um método de análise processual de modelos democráticos modernos. Na obra de Robert A. Dahl (1991), *Democracy and its Critics*, os procedimentos democráticos modernos, designados de “Poliarquias”, requerem sete requisitos, nomeadamente:

- 1) Control over governmental decisions about policy is constitutionally vested in elected officials;
- 2) Elected officials are chosen and peacefully removed in relatively frequent, fair, and free elections in which coercion is quite limited;
- 3) Practically all adults have the right to vote in the elections;
- 4) Most of adults have the right to run for the public office to which candidates run in these elections;
- 5) Citizens have an effectively enforced right to freedom of expressions, particularly political expressions, including criticism of the officials, the conduct of the government, the prevailing political, economic and social system, and the dominant ideology;
- 6) The all so have access to alternative sources of information that are not monopolized by the government or any other single group;
- 7) Finally, they have an effectively enforced right to form and join autonomous associations, and including political associations, such as political parties and interest group, that attempt to influence the government by competing in elections and by other peaceful means (Dahl, 1991, p. 223).

Entre todas as variáveis condicionantes do processo democrático, encontram-se as suas raízes nas duas dimensões recíprocas: primeiro, a dimensão externa, como se refere na permanência da liberdade política aos cidadãos e igualdade entre si, garantido pelo respeito ao direito fundamental; a segunda dimensão é a capacidade e a

maturidade política dos cidadãos, tanto pessoal como coletivamente. Essas dimensões são o ponto central no processo que, implicitamente, garante a substância da democracia para o governo pelo e para o povo: “isto é, em concordância com as preferências do povo” (Lijphart, 1989, p. 13). Na prática, refletir-se-á em três princípios: (1) direito de formular preferências; (2) direito de expressar essas preferências e (3) igualdade no que concerne às suas preferências serem consideradas pelo governo.

Entre os requisitos acrescentados por Dahl, este reforça o fator mais importante para a estabilidade governamental: a competição e participação política dentro de uma sociedade guiada por instituições democráticas. Será, justamente, a atuação dos indivíduos dentro das associações ou grupos de interesses, dentro de um equilíbrio baseado em regras legais (institucionais e constitucionais), que possibilitará a difusão do poder político na sociedade. De acordo com Miguel (2005), o conceito de responsabilidade será entendido da seguinte forma: “refere-se à sensibilidade dos representantes à vontade dos representados; ou, dito de outra forma, “à disposição dos governos de adotarem as políticas preferidas por seus governados” (Miguel, 2005, p. 28).

Neste âmbito, Gomes Canotilho refere que a representação democrática “significa, em primeiro lugar, a autorização dada pelo povo a um órgão soberano, institucionalmente legitimado pela constituição (...) para agir autonomamente em nome do povo e para o povo” (Canotilho, 2003, p. 293). Maria Benedita Urbano reforça esta ideia, ao identificar esse órgão soberano e defender que:

A consagração do parlamento, enquanto instituição político-representativa por excelência, acontece no preciso momento em que se verifica uma mudança na perspectiva da representação (...) precisamente porque o parlamento se transformou de órgão de sociedade *em face* do soberano (...) num órgão do Estado, ou seja interno ao próprio poder (...) o povo era algo que devia ser representado junto do poder, mais especificamente, perante o monarca – o parlamento torna-se, na época moderna, num órgão do Estado, ou seja *interno* ao próprio poder, que vai paulatinamente substituindo o monarca. Com esta mudança, a instituição parlamentar adquiriu a função *decision-making* pública em paralelo – e também em concorrência, por vezes em supremacia – com o governo, enquanto órgão típico do poder executivo (Urbano, 2009, p. 29).

De modo mais operacional, Maria J. Stock (2007) sublinhou a ideia de Bernard Manin (1997) que defende que as mudanças políticas e institucionais foram desencadeadas pela passagem de um parlamentarismo liberal para uma democracia de partidos, “democracia representativa”, durante a sua fase parlamentar, o governo representativo baseia-se em quatro princípios fundamentais:

- a. Nas eleições dos representantes parlamentares. Estes são escolhidos por um corpo eleitoral, mediante uma relação de confiança baseada no estatuto social, na riqueza ou na ocupação daqueles: “A eleição seleciona um tipo particular de elite (os partidos notáveis). O governo representativo iniciou-se, portanto como governo de notáveis” (Manin, 1997, p. 249).
- b. Na autonomia parcial dos representantes. No processo de tomada de decisão, os deputados eleitos obedecem à sua consciência e julgamento, mantendo um certo grau de independência, em relação aos desejos aos eleitores. “(...) A independência política de cada representante obedece em grande parte, ao fato do seu voto ser obtido não por fatores políticos, mas pela sua reputação local.” (Manin, 1998, p. 249).
- c. Na liberdade da opinião pública. Os governados podem expressar as suas opiniões e desejos políticos sem estarem sujeitos ao controlo dos governantes.
- d. Na formação de vontades políticas mediante discussão. Todas as decisões públicas são submetidas a um longo processo de debate no parlamento, que se constitui como um fórum privilegiado para o confronto político. No seio do parlamento é empregue o método de deliberação por excelência. As mudanças de opinião, entre os deputados eleitos, tornam-se, não são só usuais, como desejáveis, dado que é através da troca persuasiva de argumentos e contra-argumentos que se consegue alcançar o consentimento da maioria (Stock, 2007, p. 47-48).

Do acima exposto, pode afirmar-se que a democracia representativa conta com a confiança nos partidos políticos, como meios de transformação do poder. Através da eleição regular, de acordo com bases legais, acrescenta-se o princípio da teoria democrática competitiva. Os partidos políticos devem organizar os seus membros para serem representantes dos interesses públicos. No processo de tomada de decisão política, a questão da confiança foi (e ainda é) um assunto central para o funcionamento da representatividade política.

Miguel Coelho reforça a ideia da representatividade política e argumenta: “possivelmente configurar a ideia da representação política com a consagração da afirmação da instituição parlamentar, importa ter presente que a junção do elemento democrático à questão da representação não foi automática ou imediata.” (Coelho, 2014, p. 52). O funcionamento do Parlamento Nacional, como órgão da representatividade política, advém de um longo processo e exigiu o envolvimento

efetivo dos partidos políticos e dos membros dos partidos, especialmente daqueles que podem ser considerados a elite dos representantes. Desta forma, para assegurar a realização do ato de representação, o contacto entre o representante e representado é inegável. Através de uma racionalização política profunda, não são irracionais como defende Schumpeter com a ideia de político elitista, o que os partidos políticos assumem em seus papéis, no exercício da função de articulação política.

1.1.3. Modelo de Democracia Deliberativa

A democracia deliberativa encontrou o seu fundamento na prudência. Os cidadãos reunidos expressam as suas opiniões, através de um diálogo racional, tomam decisões e assumem ações coletivas, de forma a tornar o futuro melhor. Democracia que tem na sua génese a expressão das opiniões coletivas, opiniões que podem divergir ou convergir entre si mas que impulsionam um intenso diálogo político para seguir a verdade prática, como fundamento da ação política políticas públicas. Modelo de democracia lizado por Aristóteles, e essencialmente ligado à moral, como ensinava na sua obra *Ética a Nicômanos*:

(...) a sabedoria prática relaciona-se com as coisas humanas, e coisas que podem ser objeto de deliberação; com efeito, dizemos que deliberar é acima de tudo a função do homem dotado de sabedoria prática, aliás, deliberar bem; no entanto ninguém delibera sobre coisas invariáveis, nem sobre coisas cujo fim não seja um bem que possa ser obtido pela ação. Delibera bem, no sentido absoluto da palavra, o homem que visa calculadamente ao que há de melhor para os homens, naquilo que é atingível pela ação (Aristóteles, 2006, p. 141).

De acordo com a argumentação, Aristóteles entende que o modelo da democracia deliberativa pode ser uma forma mais capaz, ao realizar o princípio da vontade popular, através da aproximação ativa entre cidadãos. Daí, podendo acalmar as maiores dúvidas do pensamento no polo da democracia representativa. Há que sempre colocar como utopia o idealismo, sendo que a vontade popular é substância da democracia. Como Aristóteles refere na obra *Política* o homem é um animal cívico e social:

Assim, o homem é um animal cívico, mais social do que as abelhas e os outros animais que vivem juntos. A natureza, que nada faz em vão, concedeu apenas a ele o dom da palavra, que não devemos confundir com os sons da voz. Estes são apenas a expressão de sensações agradáveis ou desagradáveis, de que os outros animais são, assim como nós, capazes. A natureza deu-lhes um órgão limitado a este único efeito; nós, porém, temos a mais, senão o conhecimento

desenvolvido, pelo menos o sentimento obscuro do bem e do mal, do útil e do nocivo, do justo e do injusto, objetos para a manifestação dos quais nos foi principalmente dado o órgão da fala. Este comércio da palavra é o laço de toda sociedade doméstica e civil (Aristóteles, 2006, p. 5).

Enquanto conceito a democracia moderna, pautada pela liberdade, igualdade e participação ativa de todos no processo político, está a atingir o seu limite e o colapso é uma hipótese. O modelo de democracia direta já estava no limite da sua capacidade, como espaço que absorve todos os cidadãos. O Estado-nação e a expansão da cidadania não existiam no Estado-cidade. Por outro lado, neste modelo moderno de democracia representativa, já existe a manifestação do descontentamento dos representados em relação aos seus representantes. No ponto de vista de Avritzer & Santos (2009), e como desenvolvido por Silva e os seus colegas, nota-se uma dupla patologia das democracias modernas, onde a participação ativa dos cidadãos na vida pública surge como a solução. A primeira dessas patologias é a crise da representação política, que se refere à sensação dos cidadãos se sentirem cada vez menos representados. Tal conduz à segunda patologia: a da apatia política, que se materializa no crescente abstencionismo dos cidadãos na política (Silva *et al*, 2013, p. 15).

Baseado nestas duas patologias da democracia representativa, existe um declínio na taxa de participação eleitoral, fenómeno que acontece em vários países. Efetivamente, este é um fenómeno típico dos países mais desenvolvidos, em que quase metade dos eleitores não exercem os seus direitos de voto. Acontece, por exemplo, nos Estados Unidos da América, Estado de referência enquanto promotor da democracia liberal. No entanto, nos países em que o processo de democratização é mais recente, a taxa de participação tende a ser mais expressiva. Em Timor-Leste, por exemplo, registam-se elevados índices de participação eleitoral.

Como modo de quebrar os limites e as patologias dos dois modelos anteriores, o cientista político recupera uma nova modalidade da democracia “deliberativa/participativa”. A teoria democrática participativa fundamenta-se nas ideias de Pateman (1992), considerado como tronco principal da teoria democrático-participativa. Pateman explica que a participação provoca efeitos psicológicos baseados nas inter-relações, os quais, por sua vez, podem proporcionar o melhor funcionamento e qualidade das instituições democráticas:

A participação é bem mais do que um complemento protetor de uma série de arranjos institucionais: ela também provoca um efeito psicológico sobre os que participam, assegurando uma inter-relação contínua entre o funcionamento das instituições e as qualidades e atitudes psicológicas dos indivíduos que interagem dentro delas (Pateman, 1992, p. 35).

Mesmo que o contexto político moderno se caracterize pelo alargamento da cidadania, a participação direta foi uma questão colocada por Schumpeter e Robert Dahl. Os estudiosos falaram em democracia processual competitiva, tendo em conta que uma das principais contribuições dessa teoria (democracia normativa) é o caráter educativo e pedagógico dentro da sociedade, quer de indivíduos, quer de instituições. Desta forma, os efeitos psicológicos positivos influenciariam, tanto os indivíduos, como as instituições. Por outras palavras, a participação política tem a vantagem de devolver uma cultura político-democrática. Relacionado com a ideia de Pateman, Habermas (1995) é ainda mais específico, e preocupa-se com a formação de uma “cultura cívica” dentro da sociedade, que há muito se perdeu. Tal “cultura cívica” ou “cultura política” refere-se à sua tentativa de resgatar a esfera pública, como espaço essencial para os debates entre os indivíduos sobre política, e espaço público para deliberações, com a participação dos cidadãos.

A cultura política pode ser uma dimensão da esfera pública, muito importante para a participação política do cidadão. Para Habermas, a ação política deve estar intrinsecamente relacionada com a comunicação entre indivíduos dentro da sua comunidade, atribuindo maior importância ao aspeto comunicacional da esfera política. Desta maneira, persiste uma política do reconhecimento, como salienta Taylor, que está centrada na noção de dignidade. Daí decorre uma política do universalismo da igualdade entre todos os cidadãos do Estado (Taylor, 2000, p. 250). Para Taylor, o discurso do reconhecimento assume, na esfera pública, dois níveis: 1) na esfera íntima, que diz respeito à formação da nossa identidade (*Self*), implicando uma constituição dialógica com outros membros da comunidade; 2) o reconhecimento aparece na esfera pública na luta por direitos iguais entre os povos, na luta dos grupos minoritários contra a discriminação e na militância das feministas.

A esfera pública é um espaço para a discussão de questões importantes, que circulam por meios diversos, isto é, neutros, que se situam fora do espectro político. Logo, prescinde de um espaço físico central para tais debates:

A esfera pública é o lócus de uma discussão que engaja potencialmente todos [...] de modo que a sociedade possa chegar a uma ideia comum acerca de questões importantes [...] A esfera pública é, pois, o lócus em que são elaboradas as concepções racionais que devem guiar o governo. [...] Ela é um espaço de discussão autoconscientemente visto como estando fora do poder (Taylor, 2000, p. 277).

Taylor estabelece a relação entre esfera pública e opinião pública, de modo a favorecer o mecanismo democrático.

A esfera pública gera uma opinião pública que se sustenta surgir da discussão comum, muito embora os participantes nunca se encontrem num dado lugar nem num dado momento. Os intercâmbios dispersos de pequenos grupos, entre os quais circulam materiais impressos, são considerados equivalentes a uma discussão de que surge um senso comum. Uma condição essencial para esse fenômeno da opinião pública dispersa é que os participantes compreendam o que estão fazendo (Taylor, 2000, p. 292).

Para Habermas (2001), a ação política deve estar intrinsecamente relacionada com a comunicação entre os indivíduos dentro da sua comunidade, atribuindo maior importância ao aspecto comunicacional da esfera política. Desta maneira Habermas refizer que:

por certo, entre os elementos que formam a política são muito importantes os discursos de auto entendimento mútuo em que os envolvidos procuram obter clareza quanto à maneira como eles mesmos se entendem enquanto integrantes de uma determinada nação, membros de certa municipalidade ou Estado, habitantes de uma região etc. (Habermas, 2001, p. 276).

Segundo este teórico, o papel da comunicação entre os cidadãos irá resgatar a esfera pública. A deliberação pública não pode ser dissociada da ação comunicativa, uma vez que é através desse mecanismo que se torna possível o diálogo entre os indivíduos. Dentro da esfera pública, media social e sociedade civil assumiram o papel principal na deliberação da informação política e social. A racionalização de Taylor, sucessora do modelo de democracia deliberativa, está correlacionada com a ideia do Robert A. Dahl. A “liberdade de expressão”, da ideia do povo, e “fontes alternativas de informação” apresentam-se como condições da democracia representativa. O desenvolvimento das tecnologias permite uma mais fácil e eficiente comunicação entre os cidadãos. Permite, igualmente, alcançar uma maior abrangência populacional, deste

modo garantindo uma melhor qualidade da opinião pública, derradeiro objetivo do modelo de democracia deliberativa.

Eliana Maria de Senna do Nascimento e Sérgio Luiz Gonçalves, introduzindo uma reflexão mais positiva, acrescentam que:

Assim, conclui-se que a democracia fundamentada como sistema onde vê-se fortalecida a paz, alcançada mediante políticas sociais que estabeleça igualdades formais e substanciais, resguardados direitos individuais e sociais e, que assegure o poder representativo, respeitadas as maiorias e as minorias, através de políticas transparentes para a atuação estatal, com liberdade de expressão e de opinião, seja pelo voto ou através de manifestação da opinião pública (Nascimento & Gonçalves, 2014, p. 90).

A verdade é que a concepção de democracia, avançada por John Dewey, no modelo de democracia deliberativa, funciona, combinando características das formas direta e representativa de democracia. Ou seja, o certo vanguardismo do pensamento de Dewey face à teoria política contemporânea, nomeadamente no que respeita à sua relevante contribuição para o atual debate da teoria da democracia, vem apontar as questões da deliberação, da comunicação e da comunidade, como assuntos de grande importância na atual teoria da democracia deliberativa, mas que já tinham sido anunciados na designada teoria pragmática do começo do século XX. No entanto, o que é imprescindível é que estas dimensões internamente funcionem de modo inteiramente deliberativo. Para realçar a sua ideia, Dewey afirma:

O ponto mais forte a ser feito mesmo em favor de tais formas políticas rudimentares que a democracia já alcançou, o voto popular, a regra da maioria e assim por diante, é que em alguma medida elas envolvem uma consulta e uma discussão que revelam as necessidades e os problemas sociais (Dewey, 1988, p. 206).

De acordo com Dewey, a democracia moderna não só pensava como eleger os governantes no processo de eleição periódica, em liberdade, de modo secreto e universal, mas também necessita da comunicação entre os representantes e os representados. Esta forma deliberativa é necessária como forma de cultura cívica, dando origem a uma maior esfera pública, favorecendo a consulta, a socialização entre o representante do cidadão e o próprio cidadão.

1.1.4 Breve sistematização das tendências teóricas de democracia contemporânea

Com base nas disposições teóricas das tendências evolutivas da democracia, essa evolução é determinada pelo avanço do conhecimento e competências autónomas dos indivíduos para interferirem na decisão do governo em assuntos ou interesses públicos e particulares. Uma vez que a democracia tem por princípio básico a consideração pela soberania do povo, em que classicamente democracia é entendida como governo do povo e para o povo. Assim, as competências dos cidadãos para participarem no processo político colocam em debate várias perspetivas e aproximações.

Desde, então, recordam-se duas perspetivas de pensamento: de um lado, o paradigma substantivo que tem preocupações com a substância da democracia. A democracia entende-se como finalidade de interesse público, ou seja, para o bem-estar dos cidadãos. Geralmente conhecida como democracia clássica por ter sido praticada nas comunidades mais antigas (como se referiu anteriormente, na Grécia antiga e na Itália seguidamente) e com uma identificação mais limitada sobre o cidadão no que respeita ao seu direito político, porém, possivelmente para realização de um modelo de democracia direta.

Por outro lado, o paradigma processual que se aproxima do rigor pelo pleno procedimento na realização da soberania do povo assente num modelo de democracia representativa. A soberania do povo é feita por seus representantes que assumiram o mandato através de eleições livres e diretas com partidos políticos, instrumentos de mobilização política (Dahl, 1971; Schumpeter, 1961). A base do paradigma processual tem em consideração a emergência do “princípio do Estado-nação” e da “modernidade política” (Graça, 2018, p. 159) com alargamento ao cidadão por efeito das políticas do reconhecimento (Fraser, 2002; Innerarity, 2016; Taylor, 2000; Leeuwen, 2007), o direito ao sufrágio universal e isocracia (Baptista, 2010) como a igualdade de recursos políticos dos cidadãos na vida política.

Requer-se um modelo de democracia representativa, uma vez que ainda se reconhece que “a democracia direta é mais democrática do que formas de democracia representativa, na medida em que elimina a desigualdade vertical de impacto” (Baptista, 2010, p 503). Para culminar essa preocupação, a democracia contemporânea

no modelo representativo, com receio do avanço e autonomia do conhecimento pela governação e avanço da tecnologia e dos meios de comunicação social, as naturezas da representação política da democracia tornaram-se para a democracia deliberativa (Habermas, 1995; Medeiros, 2017), por meios de participação ativa do cidadão (Pateman, 1992) dentro de esfera pública (Taylor, 2000). Entretanto, de acordo com John Dewey (1988), a democracia não se reduz às eleições ou sufrágio universal e pluralismo partidário, como abordado no modelo de democracia elitista de Schumpeter e no modelo pluralista de Robert A. Dahl, mas pressupõe o progressivo aumento da igualdade, das liberdades irrestritas e as deliberações públicas.

Obviamente, a emergência da democracia contemporânea requer um debate inacabado no seu percurso por uma verdadeira democracia. Neste contexto, Silva *et al.* (2013), apresentam uma outra proposta de abordagem, em busca de dois polos da teoria da democracia contemporânea: Democracia Competitiva e Democracia Popular. A teoria da democracia competitiva como modelo de democracia elitista refere-se à obra de Schumpeter (1961). Enquanto o modelo de democracia pluralista, referente à ideia de Robert A. Dahl, principalmente a sua obra intitulada Poliarquia de 1971, tendo por base um conjunto de sete procedimentos empíricos para realização da democracia, como foi enunciado na parte anterior. Já no segundo polo da democracia popular, referem-se dois modelos da democracia: a modelo Participativa, com base na ideia de Habermas e a modelo Deliberativa, baseado na ideia de Taylor sobre esfera pública como foi apresentado anteriormente. Entretanto, os dois polos recentemente mencionados devemos considerá-lo como modelo de “democracia deliberativa” de acordo com a proposta de Habermas na sua obra “*Três Modelos Normativas da Democracia*” como foi apresentado na figura Nº 3 da parte anterior.

Com vista à sistematização destas principais características do pensamento democrático, apresenta-se a tabela seguinte. Sistematização que permite enaltecer principais comparações entre correntes teóricas e até mesmo no interior de cada marco teórico, nomeadamente no que respeita à representação política, participação política, processo democrático assim como estabilidade governamental.

Tabela 4: Síntese das correntes teóricas

Teoria democrática	Concepções			
	Participação Política	Representação política	Processo democrático	Estabilidade governamental
COMPETITIVA				
Elitista	Prejudicial à saúde da democracia; o povo deve se limitar a escolher os representantes.	Necessária, visto a irracionalidade da massa e a grande quantidade de cidadãos das democracias modernas.	Decisões tomadas através dos representantes eleitos, levando em conta seus próprios interesses dentro das instituições do Estado.	Possível, mediante a confluência da não-participação popular, alcançada pelas eleições para eleger representantes, baseadas na competição eleitoral entre os partidos (elites) e instituições democráticas.
Pluralista	Necessária, vistas as decisões possíveis tomadas pelos cidadãos, a partir da confluência dos seus interesses através de associações constituídas no processo decisório.	Necessária, visto a grande quantidade de cidadãos das democracias modernas.	Representantes eleitos, levando em consideração as preferências das associações de interesses e dos cidadãos dentro de instituições democráticas.	Estabelecida entre atuação da sociedade civil dentro dos grupos de interesses, representantes eleitos mediante competição eleitoral e instituições democráticas.
POPULAR				
Participativa	Necessária. Elemento essencial para as democracias modernas.	Prejudicial, visto a não representação plena dos interesses coletivos (crise da representação).	Decisões tomadas mediante a participação direta dos cidadãos em instituições democráticas.	Possível a partir da cultura política produzida através da participação direta na tomada de decisão.
Deliberativa	Importante quando mediada pelo diálogo e debate racionalmente constituído dentro da esfera pública.	Assume a importância exercida pelas instituições representativas, bem como sua maneira de racionalização.	Decisões tomadas pelos representantes nas instâncias decisórias (instituições representativas do Estado) ou do Estado mediado a através dos equilíbrios mútuos estabelecidos a partir do diálogo na esfera pública.	A estabilidade no modelo deliberativo se relaciona a estabilidade das decisões devido aos múltiplos consensos na esfera pública que, de alguma maneira, pode ser refletido no parlamento.

Fonte: Silva *et al.* (2013, p. 20).

1.2. Principais Abordagens Teóricas da Transição para a Democracia

1.2.1. A Democratização como processo faseado e dinâmico

A democracia tem vindo a ser considerada como o “mais justo” (segundo a perspectiva aristotélica) mecanismo de governação moderna, emergente de uma intensa teorização sobre os diversos modelos democráticos, mas que, na prática, não terá sido plenamente alcançado, até mesmo pelo de isocracia³ que lhe está também associado. Por outras palavras, a verdadeira democracia nunca foi alcançada em qualquer prática política estatal. Ana Maria Belchior reflete sobre este funcionamento explicando que a “democracia não é uma obra acabada nas sociedades democráticas; pelo contrário, a sua realização reclama o repensar e o aprofundar dos princípios e procedimentos que a caracterizam” (Belchior, 2010, p. 27). Os cientistas políticos dedicam-se ao conceito de democratização, no sentido de mudança cultural política da sociedade. A sociedade vai ficando cada vez mais moderna e mais avançada, seja do ponto de vista económico, seja do ponto de vista tecnológico ou do conhecimento científico (Inglehart, 2003). Devido à natureza complexa e multidimensional, fator explicativo do processo político, a democratização visa a democracia ideal.

Na perspectiva da sociologia política, e da ciência política, são diversos os contributos para as definições de democratização. Huntington, por exemplo, define a democratização como *“a group of «democratic» transition from nondemocratic to democratic regimes that occur within a specified period of time and significantly outnumber transitions in the opposite directions during that period of time”* (Huntington, 1991, p. 15). Considerando a importância do contexto temporal, Huntington identifica três etapas da democratização: a primeira iniciou-se em 1828 até 1926; a segunda pertence ao período do final da II Guerra Mundial, de 1943 a 1954; e a finalmente a terceira etapa, corresponde aos anos de 1961 a 1974. Este último período é caracterizado pelo aparecimento de países que nasceram no regime democrático, bem como, de outros, que, tendo colapsado em períodos anteriores, conseguiriam agora,

³ De acordo com A. Baptista, “por isocracia entende-se a igualdade de recursos políticos dos cidadãos ao longo de todo o processo decisional” (Baptista, 2010, p. 492-493).

nesta terceira vaga, restabelecer a democracia. Precisamente, aqui, neste terceiro período inicia-se a construção do Estado Timorense, entrando no mundo político moderno e iniciando o processo de construção do novo Estado.

Desde os anos 70 do século passado, o movimento social da terceira vaga identifica cerca de cinquenta países, espalhados por diferentes regiões geográficas, que transitaram do autoritarismo para a democracia. Como escreveu Philippe Schmitter:

Desde 25 de Abril de 1974, quando um pequeno grupo de jovens oficiais do Exército derrubou o regime que governava Portugal há mais de quarenta anos, quase cinquenta países libertaram-se de várias formas de autocracia. A democratização teve início no Sul da Europa, estendeu-se à América Latina, em finais da década de 1970 e princípios da década de 1980, afetou uns escassos países na Ásia e, depois, teve um impacto enorme na Europa de Leste e nas repúblicas da antiga União Soviética em 1989-1991. Atualmente, o seu efeito faz-se sentir em África e no Médio Oriente – onde os seus resultados são menos uniformes e inequívocos (Schmitter, 1999, p. 373-374).

Ordinariamente, a democracia não é algo dado, mas é o resultado de um processo político cheio de desafios, com diversas etapas que devem ser aprovadas. Este é o desafio que frequentemente ocorre na maioria dos países do terceiro mundo e que eventualmente gera um paradoxo com a democracia. Por exemplo, a desintegração e os conflitos potenciam a guerra civil ou o separatismo e a corrupção no processo da governação. Mesmo nos países democráticos liberais, cujos valores democráticos foram bem estabelecidos e institucionalizados, como Itália, Japão, Bélgica, França, Estados Unidos e países industrializados democráticos, ainda estão cercados de corrupção, favoritismo e acesso ao poder, não uniformemente distribuídos (Diamond, 1999). Isso mostra que nenhum país moderno pode, de modo perfeito, implementar a democracia. Como defende Robert Dahl (1971), o conceito de poliarquia (tal como apresentado em subcapítulo anterior) é a forma mais limitada de democracia, a qual tem sido uma referência para países que aderem à política democrática.

O estudo da democratização foi também realizado, na década de 70 do século passado, por Dankwart A. Rustow (1999), mostrando três etapas do caminho para a democracia: a fase de preparação, marcada pelo colapso de regimes não-democráticos; a fase da tomada de decisões, que ocorre se a primeira teve sucesso, caracterizada da ordem democrática; e a terceira e última fase, a consolidação de novos processos

democráticos, momento em que os valores democráticos começam a ser incorporados na cultura política. No entanto, a proposta de Rustow (1999) não obteve uma ampla resposta, pois o pêndulo da política pendia para o autoritarismo.

Os estudos de democratização só ganharam popularidade a partir dos anos 80, especialmente com trabalhos editados por Guillermo O'Donnell, Philippe C. Schmitter e Laurence Whitehead (1991), Larry Diamond, Juan Linz e Seymour Martin Lipset (1995), Tatu Vanhanen (2003), sendo o mais popular o trabalho de Samuel Huntington (1991), intitulado *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*, que centra a sua análise sobre transição e consolidação da democracia, tal com atrás foi enunciado.

Reforçando o faseamento do processo de transição para a democracia, como mencionado anteriormente, de uma forma geral os teóricos defendem que a democratização do governo de um país tem três etapas importantes que devem ser aprovadas: liberalização política, transição política de um sistema autoritário para a democracia e, por último, a consolidação de um sistema político democrático. Postulado observado por Paulo Gorjão quando destaca que,

Os teóricos da democracia são geralmente unânimes em considerarem que uma mudança de regime no sentido da democratização envolve três períodos distintos: (1) o fim de um regime autoritário; (2) o estabelecimento de um regime democrático; (3) a consolidação de um regime democrático (Gorjão, 2005, p. 7)

Assim, a democracia não é um fenómeno estático, mas sim dinâmico, flexível e temporal. A liberalização política, no processo de democratização, é uma oportunidade e um ponto de entrada para a transição democrática, que Rustow (1970) chamou de etapa preparatória. A liberalização pode ser interpretada como uma condição sociopolítica que confere liberdade política à comunidade. Esta começou com o colapso de um antigo regime autoritário, que não podia mais continuar com o seu sistema autoritário de governo.

Com base nos resultados de um estudo comparativo de transições democráticas na América Latina e no sul da Europa – Portugal, Grécia e Espanha -, O'Donnell & Schmitter (2013) explicam que o início típico da transição para a democracia foi o

período de liberalização. Neste período, os governantes autoritários no poder ampliaram a medida dos direitos políticos e civis para indivíduos e grupos. Foi criado espaço para a atividade política de oposição (para competição pública), mesmo num quadro ainda controlado pelo regime autoritário. Essa etapa começou no Brasil com a censura à imprensa, em 1975, e coincidiu com a próxima etapa, a saber, o aumentar da participação, culminando na eleição presidencial de civis em 1985.

Outra forma de liberalização é o fenómeno da formação de partidos políticos garantidos por políticas multipartidárias, bem como o reconhecimento da oposição num sistema de governo liberalizado. Depois da bem-sucedida deposição do regime autoritário em Portugal, pelo Movimento das Forças Armadas (MFA), em 25 de Abril de 1974, a liberalização teve lugar na sociedade portuguesa e em todas as suas colónias, incluindo Timor-Leste. A liberalização política de Timor-Leste foi esmagada pelo conflito e guerra civil trazida pela ocupação Indonésia, o que levou ao fracasso da democratização durante 24 anos.

A liberalização política de um país é determinada por muitas dimensões. A dimensão mais comum é a crise de legitimidade, que começa com uma crise económica, devido às políticas erradas dos regimes autoritários. É o caso de Portugal, onde a liberalização originou uma deterioração da situação económica, devido a políticas que defendiam uma dispendiosa e longa guerra em África. Tal levou à insatisfação dos oficiais nas forças armadas, que se juntaram ao Movimento das Forças Armadas (MFA). Este movimento foi responsável pelo golpe que derrubou o regime Salazarista. (Huntington, 1991). Algo semelhante aconteceu na Indonésia, que realizou reformas em 1998, depois da crise económica de 1997. Existem várias outras causas da liberalização política. Em Espanha, por exemplo, o regime autoritário de Franco não resistiu à morte da sua figura mais importante. Apesar de já existirem sucessores pré-designados, estes foram mortos e o regime não resistiu. Ainda se poderão identificar outros casos, relativamente diferentes, de região para região, de países que passam pelo processo de liberalização (Huntington, 1991).

A segunda fase da democratização é a transição para a democracia, onde o estabelecimento de uma ordem política democrática é conseguido através da mudança

ou substituição do sistema antigo e autoritário, pela nova ordem democrática. Depois que uma sociedade experimentar a liberalização de um sistema autoritário, ela encorajará uma transição democrática como forma de se libertar da crueldade autoritária. A transição democrática pode ser feita através das instituições democráticas, como a formação de constituições, partidos políticos, eleições gerais, existência do parlamento que representa o povo, sistema de justiça que serve para defender a justiça e o estabelecimento de um presidencialismo, parlamentarismo ou mistura dos dois sistemas de governo.

O estágio de transição para a democracia é um processo complexo e delicado, porque envolve muitos grupos que procuram o poder. Desde os líderes de regimes autoritários, que querem manter a sua posição, a grupos conservadores, reformadores liberais, reformadores democráticos, em governos de coligação, grupos moderados e extremistas revolucionários, do lado da oposição. Os constrangimentos dos acordos, ou dominância entre grupos políticos existentes, podem permitir a formação de um padrão de transição democrática. De facto, o processo político dos novos países, anteriormente colonizados ou dominados por outros poderes políticos, apresentam uma outra realidade. Destacam-se os que entraram na transformação política dessa ex-colónia, dependente da preparação da nova elite política, para assumirem o papel de arquiteto político neste novo sistema democrático.

Os padrões completos de transição democrática podem ser vistos, na opinião de Huntington, em quatro, a saber:

1. Padrão de transformação, onde a elite dominante toma a iniciativa de liderar a democratização, como na Espanha e no Brasil;
2. Padrões de replicação nos quais grupos de oposição lideram a luta pela democracia, como na Argentina, na Alemanha Oriental e em Portugal;
3. Padrão de transposição, onde a democratização ocorre como resultado de negociações e treinamento entre líderes governamentais autoritários e oposição, como na Polónia, Nicarágua, Bolívia e África do Sul; e,
4. Padrões de intervenções raras, ou seja, onde instituições democráticas são formadas e reforçadas por atores externos (Huntington, 1991, p. 146-147).

A democratização que ocorre num país pode tomar um dos quatro padrões, como afirmado por Huntington. No entanto, o autor não fecha a possibilidade de um padrão de colaboração ser obtido através vários padrões de uma só vez. A determinação do

padrão a ser seguido, não está separada das atitudes e comportamentos das elites, valores ou ideologia e das condições socioeconômicas de certas comunidades.

Quando os governos entram na fase de transição, haverá uma democracia limitada ou pseudodemocracia. Sob essas condições, o governo do Estado é menos capaz de fazer políticas de reforma para substituir a antiga política, no sistema de autoridade, que não é infiltrada por interesses pessoais de elite. Assim, o estudo da consolidação da democracia foi necessariamente importante de analisar nos países onde ainda é novo o processo político democrático, como é o caso Timor-Leste e que corresponde ao objeto do estudo neste trabalho.

A formulação conceptual de democracia mais frequentemente aceita defende que a consolidação democrática não será alcançada antes que as instituições democráticas sejam formadas, e a nova democracia se mostre capaz de transferir poder para os partidos da oposição. Os estudiosos políticos, tais como Juan J. Linz e Alfred Stepan (1996), acrescentam a sua definição sobre consolidação da democracia:

A democratic transition is complete when sufficient agreement has been reached about political procedures to produce an elected government, when a government comes to power that is direct result of a free and popular vote, when this government de facto has the authority to generate new policies, and when the executive, legislative, and judicial power generated by the new democracy does to share power with other bodies de jure (Linz & Stepan, 1996, p. 3)

De acordo com a ideia de Linz e Stepan, as etapas da consolidação da democracia são processos em que instituições e práticas democráticas estão dependentes da soberania popular e do sufrágio universal. O direito de voto foi o único caminho para eleger os governantes. Ainda mais importante é a prática do poder a respeito da separação do poder entre órgão e soberania do Estado, e essa atitude deve estar enraizada na cultura política. Isso não é apenas para a elite política, mas também para a maioria dos atores políticos e pessoas que vêm a prática da democracia como parte de seus direitos e disciplina.

Na fase de consolidação, os esforços de democratização concentram-se em como melhorar o funcionamento das instituições democráticas, que se formaram na fase de transição. Para que haja a implementação de um mandato constitucional os partidos

políticos devem funcionar bem, as eleições devem ser honestas, justas e livres para o cidadão. Um parlamento eficaz, *rule of law* e um mecanismo burocrático do governo que permita a eficácia nos serviços públicos e assegurar interesses comuns, são também fatores fundamentais. Considerações que serão desenvolvidas no tópico que se segue (Lima & Sá, 2005).

1.2.2. As Condições para a Emergência e Consolidação Democrática

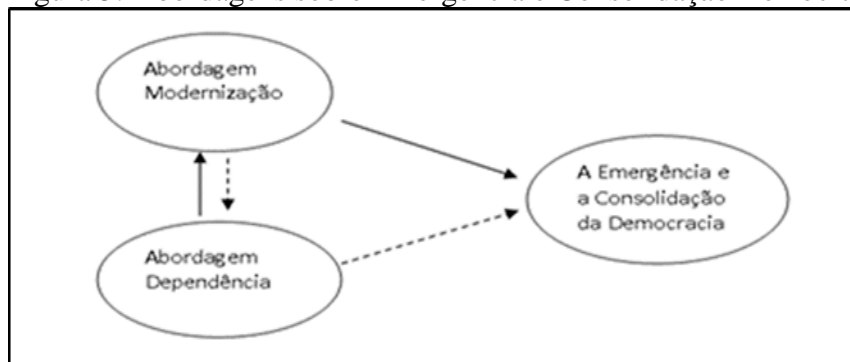
As referências sobre a emergência e consolidação democrática pretendem dar conta dos vários fatores explicativos no percurso do processo político democrático de um país. A dimensão fundamental deste processo é desempenhada pelas instituições democráticas que têm um papel importante no processo de democratização. A democracia é impossível de alcançar sem a existência de regras para o jogo político, nas quais se enquadram a interação política da sociedade. Da mesma forma, a escolha de um sistema político de governação, que esteja de acordo com a situação e o contexto da comunidade local, é crucial para o sucesso da democratização. Por enquanto, a dimensão fulcral do processo de consolidação é a questão da maturidade política, ou seja, a dimensão da cultura política do cidadão, enquanto ator do processo político.

O estudo sobre esta temática tem vindo a mobilizar vários estudiosos com várias perspetivas de análise, de onde se destaca a abordagem sociológica, independentemente das diferentes condições reais da comunidade que serve como objeto do estudo. Lima & Sá recordam que os primeiros estudos datam dos anos de 1950-1960 com base na preocupação em entender e “identificar as condições para a emergência do sistema democrático” (Lima & Sá, 2005, p. 128). Abordagens que foram conduzidas tendo por base a teoria do estrutural-funcionalismo⁴, e que incidem na sistematização dos pré-requisitos como condição necessária à emergência e consolidação da democracia.

⁴ Essas teorias surgiram no começo do século XX reagindo contra as explicações evolucionistas, difusionistas e historicistas na antropologia social. A Talcott Parsons foi primeiro sociólogo que procurou a adaptação da teoria estrutural-funcionalismo à perspectiva sociológica. Com enfoque nas sociedades complexas, a abordagem sociológica de T. Parsons (1902-1979) e R. Merton (1910-2003) procurava explicar como um fenômeno social funcionava no contexto holístico do sistema social.

Com base numa diversidade de obras de estudiosos, principalmente Rustow (1970), Linz & Stepan (1996), Diamond (2003) e Lima & Sá (2005), passa-se a sistematizar as ideias e postulados em torno das duas principais abordagens sobre o fenómeno da emergência e consolidação da democracia. De um lado, realça-se a *Abordagem da Modernização Política*, desenvolvida nos pós-II Guerra Mundial, e que assenta nas várias condições (económicas, sociopolíticas, culturais e estruturais) que residem no contexto interno dum país como percursos do sistema democrático. Por outro lado, e de modo mais evidente a partir dos anos 90 emerge a denominada *Abordagem da Dependência*, que atribui crescente importância ao aspeto internacional, principalmente de natureza geopolítica e geoestratégia, como fator explicativo da emergência e consolidação da democracia de um país. De modo a sistematizar tais referências, apresenta-se a ilustração dessas abordagens na figura seguinte, e que se passam a desenvolver nos tópicos seguintes.

Figura 5: Abordagens sobre Emergência e Consolidação Democracia



Fonte: Elaboração própria.

1.2.2.1. *Abordagem de Modernização*

Nos primórdios do anos 70 do século passado, afirma-se uma nova orientação de análise da democracia como uma das referências mais significativas nesta abordagem que é a que se encontra destacada na obra de Dankwart A. Rustow (1970) intitulada “*Transitions to Democracy: Toward a Dynamic Model*”, em que o autor agrupa três tipos de explicações desenvolvidas por sociólogos e cientistas políticos americanos: desenvolvimento económico, cultura política principalmente crenças ou atitudes psicológicas entre os cidadãos e aspetos ou características socio-estruturais do país. Ou seja, se as anteriores abordagens assentavam na existência de pré-requisitos como determinantes da emergência da democracia, Rustow rejeita a existência de tais

pré-requisitos, e centra a sua análise no processo de transição para a democracia propriamente dito. Esta nova orientação conceptual parte da “perceção de que os fatores necessários para a existência de uma democracia estável não são, necessariamente, os mesmos que estão na sua génese sobre o funcionamento do sistema democrático” (Lima & Sá, 2005, p. 130). No que se designa de *genetic theory*, privilegia a identificação dos fatores que se encontram na génese dos regimes democráticos, e formula a seguinte questão: *Quais são as condições instaladas para que a democracia seja possível e as que possibilitam o desenvolvimento deste regime político?* O fenómeno da transição democrática é, pois, considerado como um dinâmico processo de mutação, baseado em mecanismos de contingência e de incerteza com destaque para “conflitos violentos, lutas pelo poder e competição civil, onde prevalecem as escolhas feitas pelos actores políticos na construção das instituições democráticas” (Lima & Sá, 2005, p. 131). O papel crucial que as elites políticas desempenham no processo democrático é um determinante que daqui se destaca, o que remete esta análise para a *political-determinants approach*. Na mesma perspectiva, Larry Diamond (2003), salientou que existem quatro abordagens que enquadram a consolidação da democracia: atitude da elite política, cultura política, institucionalização dos órgãos democráticos, e a sociedade civil para auto-governança.

Por sua vez, Linz & Stepan (1996) defendem que a consolidação da democracia requer a interligação entre cinco condições. A primeira condição relaciona-se com a promoção da liberdade de expressão. O autor refere-se à arena política onde existem *shelf-organizing groups, movement and individuals*, relativamente autónomos, de forma a promover a articulação dos valores e criando movimentos de solidariedade. A segunda condição prende-se com o valor político da sociedade. A terceira condição visa a garantia do Estado de direito, através do cumprimento legal de todos os cidadãos no exercício da liberdade, independentemente do facto de estar associado a grupos sociais. A quarta condição remete para as instituições burocráticas do Estado, as quais deverão ter utilidade para a governação democrática. Finalmente, a quinta condição aponta para o vetor económico da sociedade. De forma geral, estes autores resumem os seus argumentos empregues nas cinco condições para a consolidação da democracia, e acrescentam:

(...) a modern consolidated democracy can be conceived of as being composed on five major inter-relating arenas, each of which, to function properly, has its own primary organizing principle. Properly understood, democracy is more than a regime principle. No single arena in such a system can function properly without some support from one, or often all, of the other arenas. For example, civil society in a democracy needs the support of a rule of law that guarantees the right of association and need to the support of a state apparatus that will effectively impose legal sanctions on those who would attempt to use illegal means to stop groups from exercising their democratic right to organize. Furthermore, each arena in the democratic system has an effect on other arenas. For example, political society crafts the constitutions and major laws, manages the state apparatus, and produces the overall regulatory framework for economic society. In a consolidated democracy, therefore, there are constant mediations between the arenas, each of which is correctly in the “field” of forces emanating from the other arenas (Linz & Stepan, 1996, p. 13 - 15).

De forma mais abrangente, Lima & Sá (2005) no seu artigo “As teorias da transição para a democracia e o caso português”, abordam os principais estudos que ilustram o pensamento académico, com a finalidade de compreender os diversos universos inscritos na dinâmica de transição de regimes autoritários para democráticos, e enquadram as diversas abordagens em “as teorias funcionalistas, as teorias da transição e a dimensão internacional da teoria da transição” (Lima & Sá, 2005. p. 128).

Assim sendo, o trabalho académico com vista à compreensão da emergência e consolidação da democracia revela tratar-se de um processo complexo, multidimensional e interligado reciprocamente, iniciado pela vontade e determinação de uma sociedade ser democrática. Ainda que, a dimensão externa também tenha que ser levada em consideração, pois também contribui para o processo da emergência e consolidação da democracia.

Economic Approach

A primeira aproximação analítica, que se desenvolve no pós-II Guerra Mundial, aposta no aspeto económico como fator explicativo da democratização, daí a designação de *Economic Approach*. A proposta deste grupo de cientistas relaciona a democracia estável com certas condições económicas e sociais, como alto rendimento *per capita*, alfabetização generalizada e o predomínio da residência urbana (Lipset, 1994; Glasure, et. al., 1999; Dahl, 1971). Os autores desta escola acreditam que o processo de consolidação democrática tem raízes nas condições socio-económicas de

cada país. Seymour M. Lipset na sua obra *‘Political Man: The Social Basis of Politics (1963)*, na qual, partindo da verificação empírica e recorrendo ao método estatístico, constatou que os países democráticos eram igualmente os mais ricos. O autor enfatizou, portanto, a importância das condições socioeconómicas que conduzem à democracia, nomeadamente o nível de desenvolvimento económico, riqueza, bem-estar e industrialização. Defende que quanto mais próspera uma nação, tem maiores possibilidades de sustentar a democracia (Lipset, 2018).

Na sequência desta aproximação, Tatu Vanhanen (2000; 2003) testou a hipótese de Lipset, realizando um estudo comparativo entre 170 países entre 1999-2001, para determinar o Estado da democracia. Por outras palavras, pretendia descobrir se haveria validade científica no binómio: alto rendimento económico – consolidação da democracia. Uma análise retrospectiva mais limitada foi também realizada para o período entre 1850-1998. Com evidências empíricas, o autor comprovou que a riqueza média, o grau de industrialização e urbanização e o nível de educação são muito mais altos para os países mais democráticos do que para os menos democráticos. Um outro argumento a favor desta perspetiva, é apresentado por Robert A. Dahl (1971) que faz notar que a poliarquia está fortemente associada às características económicas da sociedade:

a relatively high level of income and wealth per capita, long-run growth in per capita income and wealth, a high level of urbanization, a rapidly declining or relatively small agricultural population, great occupational diversity, extensive literacy, a comparatively large number of persons who have attended institution of higher education ... (Dahl 1971, p. 251).

Ainda a respeito do desenvolvimento económico, Valerie Bunce (2000) acrescenta que:

(...) democracy can be introduced in poor as well as rich countries, its prospects for enduring increase substantially at high levels of economic development—although other factors also come into play, such as economic performance, relative socioeconomic equality, and parliamentary as opposed to presidential systems (Bunce, 2000, p 706).

De modo geral, o autor tem a sua perspectiva de que as condições para a modernização democrática apostam no aspeto económico, e o impacto do nível de desenvolvimento económico embora não tenha muita relevância em termos de emergência da democracia, tem em termos da sua sustentabilidade a longo prazo. A democracia pode ser introduzida tanto nas sociedades ricas, como nas pobres, mas em termos de perspectivas de consolidação, pode afirmar-se que nas primeiras existe maior durabilidade (Feng, 1997; Bunce, 2000; Clague, Gleason & Knack, 2001; Vanhanen, 2003; Landman, 2008).

À luz da proposição de Bunce, podemos afirmar como condição geral para o desenvolvimento da democracia é a capacidade económica. Entretanto, o fator económico como condição da consolidação democrática é paradoxal. Por um lado, o colapso da economia de um país sob um regime autoritário provoca o início da transição, ou a emergência democrática. Por outro lado, o processo de consolidação do funcionamento da democracia, depende fortemente do avanço do desenvolvimento económico. No entanto, não existe uma correlação direta entre um sector económico forte e a consolidação democrática. O sucesso da consolidação do sistema democrático é um contributo indireto para as condições económicas. E em complemento, Bernardo Pires de Lima e Tiago Moreira de Sá apresentam a seguinte observação:

De facto, há diferentes exemplos de países pouco desenvolvidos que transitaram para a democracia, como Portugal, a Grécia e a Espanha. O *contrário senso* existem também diversos casos onde regimes autoritários subsistiram, apesar do seu sensível crescimento económico e forte industrialização, como o provam, durante um período de tempo, o Chile, a Argentina e Taiwan (Lima & Sá 2005, p.129).

A inadequação do argumento apresentado, não apenas no início do processo de transição para a democracia como menciona, mas ainda possível na fase de consolidação da democracia, defendida no relatório de *The Economist Intelligence Unit 2019*, e como apresentado na introdução, justifica-se pelo facto, que Portugal e Espanha estão mais avançados no nível *full democracies* em 2019, e ultrapassaram países mais desenvolvidos economicamente como França e Estados Unidos América.

Uma vez que economicamente, Portugal se situa abaixo de outros países Europeus, sobretudo os que tinham sido antes mencionados.

Para perseguir o contraditório da preposição, devemos entender que na perspectiva da sociologia política esta dimensão é encarada como contributo indireto para a consolidação da democracia. Ou seja, o aspeto económico do país seria um fator indireto do desenvolvimento político e democratização: entretanto, deve-se considerar que o contributo indireto do aspeto económico provavelmente ocorre através do avanço ao nível do conhecimento e internalização de valores político-democráticos, por via do avanço dos níveis de educação e dos meios de comunicação social (Inglehart, 1971; 1977; 2003), num processo de socialização política (Almond & Verba 1989).

Political Culture Approach

Se a anterior perspectiva dominou até meados da década de 60, vai gradualmente perdendo importância pelas dificuldades das suas premissas serem confirmadas empiricamente. E surge uma nova abordagem designada *Political Culture Approach*, que continua a postular a necessidade de pré-requisitos para a existência da democracia (Rustow, 1970; Linz & Stepan, 1996; Diamond, 2003; Lima & Sá, 2005). Destaque-se, nesta abordagem, a obra de Gabriel Almond e Sidney Verba, *The Civic Culture (1965)*, onde se operacionaliza o conceito de cultura política como condição inegável na consolidação da democracia. A ideia fundamental é a de que há estruturas culturais favoráveis à democracia e outras mais próximas de regimes rígidos e hierarquizados, como os autoritários.

Nesta perspectiva, o enfoque recai nas instituições autónomas como vanguarda dos valores culturais com por exemplo as religiões. Na linha de ideias, Lipset (1959;1994) testou que os países com maioria protestante são mais democráticos do que os católicos, enquanto os muçulmanos e outras religiões, provavelmente tendem para perfis mais ditaduriais. Uma vez que “a democracia teve origem em países protestantes” (Przeworski, et al, 2003, p 30). Na mesma linha pressuposta, com Max Weber, é avançada a distinção entre países protestantes e católicos, argumentando-se que o sistema democrático tem mais probabilidades de se implementar nos primeiros, pois têm subjacente uma cultura de modernização, progresso e participação pública.

Em reforço dessa ideia, Lima & Sá recorda que “a mudança de atitude da Igreja Católica em relação à democracia, proposta no Concílio Vaticano II, que se materializaria na sua importante ação no derrube dos regimes autoritários da América Latina” (Lima & Sá, 2005, p. 129).

Entretanto, Samuel Huntington por sua vez identificou a mudança no regime da igreja Católica via Concílio Vaticano II como uma das causas conducentes à Terceira Vaga da democratização. Huntington afirmou que:

cinco mudanças parecem ter desempenhado um papel de relevo no início das transições da “Terceira Vaga”, [entre elas] as profundas alterações na doutrina e atividade da Igreja Católica manifestadas no Concílio Vaticano II, entre 1963-65, e a transformação das igrejas nacionais de defensoras do *statu quo* em opositoras ao autoritarismo e proponentes de reformas sociais, económicas e políticas (Huntington, 1991, p. 45).

O foco nos valores de cultura política está inegavelmente associado ao processo socialização política. A teoria da socialização política, (Almond & Verba 1989; Roballo & Machado, 2009) consiste num processo de internalização de valores democráticos. A socialização política constrói a capacidade de avaliar a atitude política da sociedade, enquanto elemento do Estado soberano. O avanço de cariz económico deverá contribuir para a melhoria das condições de frequência da escola, potenciando o acesso da população à educação e o acesso à informação (através da rádio, televisão, telefone e internet). O aumento do conhecimento da população terá um efeito direto no nível de maturidade política de uma determinada sociedade.

De forma mais abrangente, Seymour Martin Lipset (2018) sublinhe-se que, o desenvolvimento da economia não é um fator isolado, mas o pilar fundamental de uma série de evoluções conducentes à democracia, como o aumento dos níveis de educação, de literacia, dos serviços de saúde, entre outros. Desde então, o desenvolvimento económico assumiu papel como pré-requisito, ou seja, como facto intermédio para o processo de educação política, ou como se acrescenta na teorização de Almond & Verba (1989) nomeada «socialização política».

Ainda nesta abordagem, Rustow (1970) reforça a necessidade de atender a certas crenças ou atitudes psicológicas entre os cidadãos. Uma longa lista de autores

(de onde se destaca Walter Bagehot e Ernest Barker, 1942), enfatizou a necessidade do consenso como base da democracia - seja na forma de uma crença comum em certos fundamentos ou de consenso processual sobre as regras do jogo - e que Barker chamou de "o acordo para diferir" (1942, p. 63), entre as atitudes cívicas exigidas para o bom funcionamento de um sistema democrático. Daniel Lerner (1965) propôs uma capacidade de empatia e disposição para participar. Por outro lado, para Gabriel Almond e Sidney Verba (1989), a "cultura cívica" l de uma democracia sugere não apenas tal participação, mas também outras atitudes tradicionais ou paroquiais.

Social Structure Approach

A terceira aproximação de Rustow (1970) designa-se de *Social Structure Approach*, e centra-se na análise das características da estrutura social e política, não se referindo ao estabelecimento da instituição política e sistema do órgão do Estado. Dahl (2005), por seu lado, argumenta que a estabilidade democrática exige um compromisso com valores ou regras democráticas, não entre o eleitorado em geral, mas entre os políticos profissionais - cada um deles presumivelmente ligado ao outro por meio de laços efetivos de organização política. Harry Eckstein (1966, 1974), finalmente, propôs uma ideia bastante útil de "congruência": para tornar a democracia estável, as estruturas de autoridade em toda a sociedade, como família, igreja, negócios e sindicatos precisam provar que quanto mais democráticos, mais diretamente eles interferem nos processos das governações.

Elite Approach

Próxima da estrutura social, é a abordagem da elite política, que realça as atitudes de confiança na elite política como autoridade influenciadora. Proponente desta perspectiva de análise encontra-se a obra de Linz & Estepan (1996), identificado como fator explicativo no processo de consolidação da democracia:

(...) a modern consolidated democracy can be conceived of as being composed on five major inter-relating arenas, each of which, to function properly, has it's won primary organizing principle. Properly understood, democracy is more than a regime principle. No single arena in such a system can function properly without some support from one, or often all, of the other arenas. For example, civil society in a democracy needs the support of a rule of law that guarantees the right of association and need to the support of a state apparatus that will effectively impost legal sanctions on those who

would attempt to use illegal means to stop groups from exercising their democratic right to organize. Furthermore, each arena in the democratic system has an effect on other arenas. For example, political society crafts the constitutions and major laws, manages the state apparatus, and produces the overall regulatory framework for economic society. In a consolidated democracy, therefore, there are constant mediations between the arenas, each of which is correctly in the “field” of forces emanating from the other arenas (Linz & Stepan, 1996, p. 13 - 15).

Nesta abordagem, Diamond (1999) recomenda que a consolidação democrática exige um compromisso mútuo entre as elites, através do mecanismo de coordenação estabelecido na constituição: delimitação dos poderes das instituições políticas, prevenindo a concentração de poder no Estado, independentemente do partido ou fração que o controla. Diamond salienta, também, que as elites deverão evitar a retórica que pode incitar os seguidores à violência, intolerância ou outros métodos ilegais. Os líderes políticos também não podem usar meios militares, para alcançar a excelência política.

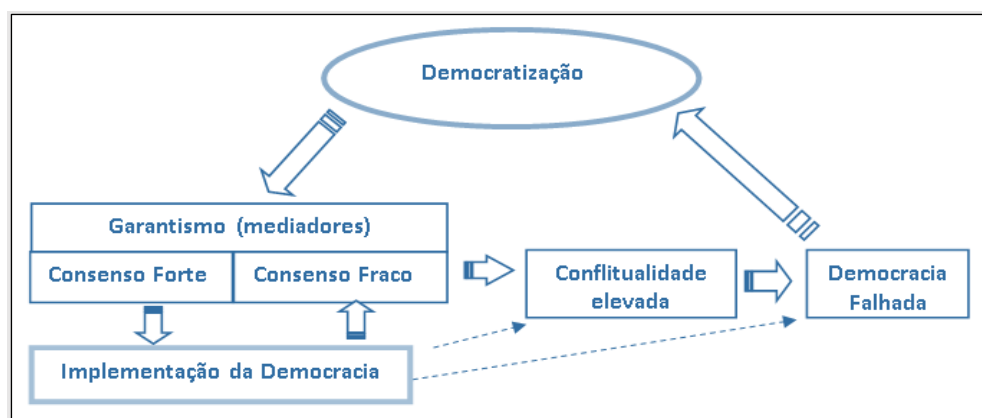
Os estudos que focam a elite como dimensão central de democratização têm maior lógica argumentativa na dimensão política da sociedade, seja na sociedade mais moderna (aqui entendida como países desenvolvidos) com maior capacidade de autodeterminação, seja nos países em desenvolvimento, são, inegavelmente, influenciados pela elite política dominante. O comportamento das elites políticas é altamente concentrado como modelo e direcionado para a sociedade. Por enquanto, na democratização da nação que produz conflitos, pode-se supor que o fator “elite política” não consegue negociar e comprometer a política, porque não há moderação e gradualismo entre as elites.

A visão centrada na elite política no processo de democratização, a presença do garantismo como denominado por Giuseppe Di Palma (1990), tornou-se útil para a análise da democratização. O garantismo é uma condição para o consenso entre as diferenças que se tornam capital para a democratização. Garantismo é uma instituição, uma elite política ou uma figura de elite política que atua como mediadora na construção de negociações entre grupos políticos com diferentes princípios e pontos de vista ideológicos, para que os compromissos democráticos possam ser realizados.

No estudo da democratização, Di Palma (1990) afirma que a democratização só pode ser realizada se houver um grupo de mediadores assumidos pelo *garantismo*. Ele apresentou uma proposta, que numa comunidade política envolvida na democratização foi identificada em três grupos políticos: o grupo de esquerda extrema e teimosa, mas importante para a democracia; o grupo de direita que facilmente se dispersa, mas também importante; e o grupo intermediário ou moderado. Grupos de esquerda e direita têm linhas de democracia extremas, mas importantes. A existência destes dois grupos extremos requer a presença de uma elite política, ou seja, um mediador com uma posição política moderada, que tem a tarefa de capacitar os dois grupos extremos a fazer cedências, reduzindo as intenções iniciais e as esperanças de alcançar um direito político de permanecer lado a lado como sociedade. O grupo executor, ou indivíduo que faz *lobby*, pela conquista desse compromisso democrático é chamado *garantismo*.

Basicamente o *garantismo* corresponde a uma *personagem* de um grupo da elite que tem uma atitude marcada pela política moderada, que não pode ignorar um ou outro sem pôr em risco as suas próprias vidas. Além disso, essas escolhas moderadas muitas vezes precisam ser reforçadas por cada grupo de atores (com apostas de desacordo entre os membros do grupo) contra outros atores que lutam em outros grupos. Uma compreensão do papel do *garantismo* na democratização pode ser visualizada no esquema de padrões de poder político, ilustrado pela Figura nº 6.

Figura 6: Papel do Garantismo para a Promoção da Democratização



Fonte: Elaboração própria baseada em Giuseppe Di Palma (1990).

Ainda colocando a ênfase na perspectiva da elite política, no processo de democratização, Mohtar Mas'oeed (2003) acrescenta que, desde os anos 70 do século passado, o comportamento desta elite é o fator mais importante na explicação da transição para a democracia. Na mesma perspectiva, O'Donnell & Schmitter (2013) expuseram o argumento de que a atitude das elites, o processo negocial e acordos alcançados poderiam (ou não) levar a oportunidades. A justificação para esse argumento é que os acordos feitos pela elite política irão determinar a direção da democratização. Isso requer um forte compromisso por parte da elite política, de forma a assegurar a democracia. As elites fiéis à democracia não usarão outros tipos de violência e atos ilegais para alcançar o poder. Esses líderes também não tolerarão ações antidemocráticas de outros participantes. É interessante que Diamond, Linz e Lipset (1995), que descrevem a democracia na Ásia, África e América Latina, argumentam que para a preservação da democracia, os líderes políticos devem ser mais inteligentes, mais inovadores, mais ousados e mais determinados na luta pela democracia. Desse ponto de vista, defendem que é possível que os países do Sul e do Leste tenham a coragem de tentar democratizar as suas nações, pois, embora eles sejam economicamente fracos, o problema do capital social, necessário no comportamento das elites políticas, não é algo que não possa ser encontrado. Dahl (1971) defende que o comportamento das elites políticas, como o gradualismo, a moderação e o compromisso, é a chave para o sucesso da transição para a democracia. Esta é considerada uma ação política sábia para promover e democratizar um governo autoritário. Por sua vez, Rustow (1970) argumentou que a criação da democracia requer que as elites cheguem a um consenso sobre as regras do jogo político.

A ideia de construir uma democracia que preste atenção ao consenso das elites políticas requer um sistema de confiança mútua garantida entre líderes e grupos políticos de oposição. Há necessidade de uma estrutura para o Estado de direito, seja uma constituição ou um conjunto mais específico de leis que possam garantir a tolerância, como um meio de benefício mútuo. Se condições como essa não se concretizarem, a possibilidade de um novo regime competitivo convidará ao surgimento do controlo hegemónico dos novos vencedores da competição.

Uma forma de compreender o comportamento da elite política, como descrito acima, mostra a importância do capital social que reside a capacidade das pessoas para trabalhar em conjunto para assegurar o bem comum. De acordo com Francis Fukuyama (2000), capital social simplesmente definido como “a existência de um certo conjunto de valores ou normas informais partilhadas entre os membros de um grupo que permitem a cooperação entre eles” (Fukuyama, 2000, p. 22). O capital social na comunidade é uma forma de confiança que permitiria a cooperação mútua entre si. Tal é igualmente a estratégia conceptual de Inglehart (1997; 2003), que define capital social como uma cultura de *“trust and tolerance, in which extensive networks of voluntary associations emerge”* (Inglehart 2003, p. 188). Isso não é apenas para membros de grupos comunitários, mas mais importante para as elites políticas de acordo com as regras estabelecidas. Para Woolcock (1998), e na sua perspectiva, capital social é *“the information, trust, and norms of reciprocity inhering in one's social networks”* (Woolcock, 1998, p. 153, como citado por Vasconcelos, 2011, p. 28). A falta de confiança mútua entre a elite política dominante e a da oposição tem um impacto nas relações políticas que se estendem e podem até cair em conflitos de alto nível, devido à violência política. De acordo com Ted Robert Gurr, a violência política pode definir-se como:

...al collective attacks within a political community against the political regime, its actors including competing political groups as well as incumbents –or its policies. The concept represents a set of events, a common property of which is the actual or threatened use of violence ... The concept subsumes revolution...guerrilla war, coups d'état, and riots (Gurr, 1980, p. 25).

De acordo com as propostas apresentadas, Tavares frisou que “a confiança social é uma medida importante para a eficácia dos governos democráticos devido ao envolvimento cívico” (Tavares, 2011, p. 36). Porém, na sociedade fragmentada e pluralista em termos culturais deve-se chegar a um consenso, principalmente no que concerne à divergência de opinião política democrática, é requerida confiança mútua dos componentes do Estado seja autoridade seja entre os cidadãos.

Ana Maria Belchior (2016), por sua vez, apresenta o aspeto da confiança na instituição política como instrumento de funcionamento da democracia. De acordo

com Belchior “é consensual que a confiança política significa, em termos das suas consequências, maior disponibilidade para a cooperação. Se o eleitorado confia no governo, acata mais resignadamente políticas menos populares” (Belchior, 2015, p. 31). De modo mais abrangente, Belchior recorda ainda, que a dimensão confiança na vida política terá sido desenvolvida na cultura Confúcio (séculos V e IV a.C) “um dos primeiros a realçar o valor da confiança nas relações interpessoais e na condução de um governo”. Realça que esse tema foi abordado ao longo da história por vários autores, tais como “Thomas Hobbes, John Locke, Adam Smith ou Alexis de Tocqueville” (Belchior, 2016, p. 16). Entretanto, propôs-se uma proposição a qual “seria possível aos indivíduos viver em harmonia, mediante a adoção de um conjunto de comportamentos e preceitos morais”, como, por exemplo, “os princípios éticos da lealdade e da confiança” (Belchior, 2016, p. 15).

Institution Approach

De acordo com a proposta de Linz & Estepan (1989) e Diamond (2003) designada por *Institution Approach*, que coloca a ênfase na institucionalização no processo de consolidação da democracia. A compreensão das estruturas formais da democracia visa a eficácia de uma governação representativa e acessível na implementação da lei, justa para toda a população. Esta abordagem institucional tem sua base teórica a “democracia competitiva”, desenvolvida anteriormente a partir dos contributos de Schumpeter e Robert A. Dahl. O processo requer uma capacidade de cumprir as regras do jogo da instituição política, conforme estabelecido na constituição, incluindo a separação de poderes do Estado. Porém, o acesso ao poder político do Estado através da competição eleitoral, envolve todos os cidadãos adultos com seus níveis de preferência política, mas também os partidos políticos, elemento indispensável. Em particular, esta obra enfatiza esta abordagem como central e tem seu estatuto dependente das primeiras abordagens e as duas abordagens posteriores.

Em contraponto neste contexto da abordagem de elite, Larry Diamond (1999) remete para uma outra perspectiva com pendor para a sociedade. Nesta abordagem, a sociedade civil é o determinante da consolidação bem-sucedida da democracia. A sociedade civil é o escopo da vida social, abertamente organizada, voluntária, *self*

generating. Com a sua independência, a sociedade civil pode expressar os seus interesses, desejos, preferências e ideias, trocar informações para alcançar objetivos coletivos, apresentar pedidos ao Estado para melhorar a estrutura e a função do Estado e instar os funcionários públicos a prestar contas.

Structuralism approach

Na perspectiva de Lima & Sá (2005) apresenta-se uma abordagem com confiança na mudança estrutural como fator influente pelo desenvolvimento da democracia. A ideia surgiu na década de 1960, e insere-se no trabalho de Barrington Moore (2015) intitulado *Social Origins of Dictatorship and Democracy. Lord and Peasant in the Making of the Modern World*. Obviamente, é um período que fortemente interligado à dominação Estados Unidos da América como vitorioso no fim de II Guerra Mundial e promovendo ideologia democracia liberal.

De acordo com Lima & Sá, a aproximação estrutural “identifica como pré-requisito da democracia a alteração das estruturas de poder de um país em resultado de lutas político-sociais” (Lima & Sá, 2005, p. 129). Esta abordagem tem enfoque na estrutura social como fator determinante pela transição para a democracia, uma vez que a natureza do regime político é consequência da composição das classes sociais e da luta que estabelecem pelo controlo ou influência do poder. O postulado de Moore insere-se na existência de uma burguesia forte que é a condição *sine qua non* para o estabelecimento da democracia. Como ele afirma convincentemente:

podemos simplesmente registrar um forte acordo com a tese marxista de que uma classe vigorosa e independente classe média urbana tem sido um elemento indispensável no crescimento das democracias parlamentares. Sem burguesia não há democracia (Moore, 2015, p. 418).

Radical Approach

Entretanto, a *Radical Approach* foi apresentada como última abordagem proposta por Lima & Sá, no estudo sobre a emergência da democracia e estabilização da democratização. A ideia foi destacada no estudo de Nicos Poulantzas (1976), com uma obra específica para o caso da democratização de países do sul da Europa, intitulado *“The Crisis of Dictatorship: Portugal, Greece and Spain”*. O estudo foi feito a partir de uma abordagem da teoria Marxista do Estado e como farol para entender

mudanças de regime político e a construção do Estado. O estudo baseia-se no espírito da luta entre classe social «a burguesia e o operariado», que admite como contraponto da ideia a divergência de ideias que alimentaram as mudanças do regime e consolidação da democracia. Praticamente, a natureza democrática foi sempre a favor dessa diferença ideológica na política como base da ideia de deliberação seguindo uma decisão política mais credível e aceitável como forma da democracia.

O fundamento dessa perspectiva de análise assente na ideia de que “a natureza de um Estado «democrático» é o resultado direto da relação de forças entre as classes sociais que o compõem” (Lima & Sá, 2005, p. 130). Segundo os autores, a identificação da emergência dos dois tipos diferentes de Estado – a democracia burguesa e a democracia popular – é um dos pressupostos desta abordagem.

1.2.2.2. Abordagem da Dependência

Todas as perspectivas de análise que materializam a denominada *modernization approach*, e anteriormente apresentadas, correspondem a fatores de natureza interna. Pelo facto de que a vida política e a sua dinamização democrática do país nem sempre ocorreram associadas às condições existentes no próprio país, como já foi mencionado. Neste contexto, considera-se que é importante acrescentar uma outra abordagem denominada por *Abordagem da Dependência* com vista a reportar-se à dimensão de política internacional. Por outras palavras, o ambiente político externo do Estado tem contribuição direta ou indiretamente para a emergência e a consolidação da democracia dum país.

Trata-se do estudo sobre o aspeto internacional na mudança do regime político, Recorda-se como resultado o trabalho de vários cientistas, O'Donnell et al. (1986), Whithhead, (1991, 1996), Schmitter (1986). Entretanto, obra de Huntington (1991), anteriormente exposta, enfatiza o aspeto internacional como uma das precondições que contribuiram para a transição do regime democrático.

Porém, desde a década de 1990 que se reforça o interesse no novo campo de estudo sobre o fenómeno das transições democráticas, especificamente na atribuição de uma crescente importância à dimensão internacional (Lima & Sá, 2005). Neste

período, foram atraídos os estudiosos do ramo da Comparação do Sistema Político, e uma das referências a enaltecer foi a obra monumental de Huntington *The Third Wave: democratization in the late twentieth century*. Na mesma escola teórica, Laurence Whitehead (1991) na sua obra *International Aspects of Democratization*, que escreveu sobre as experiências na América Latina e Europa de Sul de modo a comparar com Estados Unidos da América juntamente com as Países da Comunidade Europeia. De modo mais resumido o, Whitehead afirma que historicamente Washington tem muita experiência em promover democracia em vários países - com recurso à modalidade de forças internacionais com o pressuposto de dominar a tendência política local (Whitehead, 1991).

Philippe Schmitter (1986) por sua vez destacou adequadamente o peso dado aos fatores internacionais no processo de democratização em grande parte da literatura de referência:

[O]ne of the firmest conclusions that emerged . . . was that transitions from authoritarian rule and immediate prospects for political democracy were largely to be explained in terms of national forces and calculations. External actors tended to play an indirect and usually marginal role (Schmitter, 1986, p. 1).

Como contributo desta abordagem, Geoffrey Pridham, no seu estudo sobre a relevância dos fatores externos na mudança de regime, afirma:

Contudo, o contexto internacional da transição [...] do autoritarismo para a democracia liberal é claramente uma dimensão com importância, como os três exemplos regionais da Europa do Sul, da América Latina e, mais recentemente, da Europa de Leste demonstram, ainda que de modos diferentes. Todos estes exemplos revelam [...] o impacto direto, ou influência indireta, sobre a democratização das organizações internacionais, de uma ou da outra superpotência ou outros Estados da mesma região, e das organizações não- -governamentais (Pridham, 1991, p. 1).

Os contributos externos nesta abordagem devem-se concretizar em vários aspetos com base nos princípios democráticos, como se deve recordar sob a forma de em resoluções, convenções e tratados internacionais no âmbito das organizações internacionais, por exemplo: Organização das Nações Unidas (ONU) com as suas várias divisões e programas, Organizações Financeiras Mundiais (WTO) e ainda

outras organizações transnacionais com caráter regional, e ainda Organização Não Governamentais (ONG).

Com base nos vários pressupostos teóricos apresentados, defende-se que o fenómeno da emergência e a consolidação da democracia assenta em múltiplos pressupostos, quer sejam os contributos externos quer internos são tidos como fatores explicativos no processo de democratização. Por este facto, a aspeto internacional certamente não é a única dimensão e nem sempre é tão determinante para se seguir resultados finais para a transição democrática.

Os pressupostos das abordagens das condições internas, conferem um contributo explicativo bastante significativo para se entender o fenómeno da democratização. Uma vez que a dimensão interna é considerada como determinante no andamento da democracia, seja com vista à transição seja para a sua consolidação. Por seu turno, os fatores externos assumem o papel de motivador e facilitador dos fatores internos, sejam eles de natureza económica, cultura política, estrutural, elite política, entre outros, para se encarar com confiança o percurso do regime democrático. Com ausência de condições internas bem adequadas, a democracia irá possivelmente encontrar uma situação de caos na sua emergência enquanto tende a agravar na própria fase de consolidação.

Tabela 5: As abordagens sobre a emergência e consolidação da democracia

Abordagem da Modernização - Perspetivas Internas (Nacionais)	
Designação & Proponentes	As condições mais relevantes
<i>Economic Approach:</i>	
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Dankwart Rustow (1970); ➤ Robert A. Dahl (1971); ➤ Seymour M. Lipset (1963); ➤ Glasure & Gleasn (1999); ➤ Tatu Vanhanen (2000). 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Rendimento elevado; ○ Urbanização ○ Classe Burguesa & Classe media; ○ Elevado nível da educação; ○ Influência dos Media / Comunicação.
<i>Political Culture Approach</i>	
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Seymour M. Lipset (1959); ➤ Almond & Verba (1965); ➤ Dankrwat Rustow (1970); ➤ Linz & Stepan (1996); ➤ Limongi (2003); ➤ Henrique & Roballo (2009) 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Valores religiosos, como por exemplo Cristianismo e humanismo; ○ Atitude política: moderação, tolerância e compromisso; ○ Confiança nas instituições do Estado; ○ Respeito pela liberdade e direitos humanos.
<i>Social Structure Approach</i>	

<ul style="list-style-type: none"> ➤ Dankwart Rustow (1970); ➤ Robert A. Dahl (197); ➤ Eckstein (1961). 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Regras democráticas bem estabelecidas; ○ Confiança na credibilidade e efetividade da instituição política do Estado; ○ Profissionalismo burocrático do Estado.
<i>Élite Approach</i>	
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Dankwart Rustow (1970); ➤ Robert A. Dahl (1971); ➤ Linz & Estepan (1996); ➤ Guisepe Di Palma (1999); ➤ Mohtar Mas'oed (2003); ➤ Diamond (1999); ➤ Di Palma, 1999); ➤ O'Donnell & Schmitter (2013). 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Compromisso mútuo entre as elites através do mecanismo de coordenação estabelecido na Constituição ○ Delimitação dos poderes das instituições políticas e prevenindo a concentração de poder no Estado; ○ As elites deverão evitar a retórica que pode incitar os seguidores à violência, intolerância ou outros métodos ilegais; ○ Presença do garantismo/mediador das elites políticas.
<i>Institution Approach</i>	
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Linz & Estepan (1989); ➤ Josep Schumpeter (1965); ➤ Robert A Dahl (1971); ➤ Larry Diamond (1999). 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Regras do jogo da instituição política: processo eleitoral periódico, sufrágio universal; ○ <i>Law enforcement</i>; ○ Eficácia de burocracia e gestão do Estado e da Sociedade Civil; ○ Separação de poderes do Estado.
<i>Structuralism approach</i>	
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Barrington Moore (2015); ➤ Lima & Sá (2005). 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Competição entre classes sociais; ○ A importância da classe burguesa.
<i>Radical Approach</i>	
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Nicos Poulantzas (1976). ➤ Lima & Sá (2005) 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Espírito de luta entre classe social «a burguesia e o operariado»; ○ O contraponto e a divergência de ideias; ○ Diversidade ideológica.
Abordagem da Dependência - Perspetiva Externa (Internacionais)	
Designação & Proponentes	As condições mais relevantes
<i>Political Ideology Approach</i>	
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Fukuyama (2000) ➤ Huntington (1999) 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Hegemonização da Ideologia Política liberal (<i>liberalization</i>). ○ As resoluções, convenções e tratados internacionais.
<i>Institution Approach</i>	
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Geoffrey Pridham (1991); ➤ O'donnell, Schmitter & Whitehead (1986) ➤ Philippe Schmitter (1986). 	<ul style="list-style-type: none"> ○ As organizações transnacionais regionais e internacionais, por exemplo: ○ Organização dos Nações Unidas (ONU) com as suas várias divisões e programas; ○ Organizações Financeiras Mundiais (WTO); ○ Outras organizações transnacionais com caráter regional; ○ Organização Não Governamentais (ONG).
<i>Security Approach</i>	
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Laurence Whitehead (1991); 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Força Militar Internacional ○ Formação Militar ○ Apoio equipa de segurança e defesa.

Fonte: Elaboração própria com base na revisão da literatura.

CAPÍTULO 2
TEORIAS DOS PARTIDOS POLÍTICOS

Os partidos políticos são considerados elementos naturais em qualquer sistema político, quer democrático, autoritário, socialista ou liberal. O partido político não só tem um papel central no sistema democrático moderno, mas é o elemento principal nos movimentos societários, desde o início do século XIX. Nas primeiras décadas do século XX, os partidos políticos foram um dos “instrumentos centrais das democracias representativas” (Peres, 2009, p. 17). É um elemento básico em democracia, independentemente do modelo que possa vir a adquirir. Podem, no entanto, ser considerados ainda mais relevantes no modelo de democracia representativa. O governo é eleito por sufrágio universal. Os partidos políticos assumem, então, a tarefa especial de concorrência pelo poder político do Estado.

Nildo Viana, destacando a importância dos partidos políticos, afirma que:

(...) na democracia representativa somente se conquista o poder do Estado através do processo eleitoral, ou seja, somente conquistando o apoio de um número considerável de eleitores é que se pode ascender ao poder. Num golpe de Estado, é necessário possuir um mínimo de apoio popular e ter o respaldo de forças militares (estatais ou não) (Viana, 2014, p. 13).

Desta forma, os partidos políticos são ferramentas indispensáveis na promoção do mecanismo de sucessão de poder, no contexto da política contemporânea. Ana Maria Belchior reforça essa posição, argumentando:

Atores fundamentais no processo político democrático, os partidos políticos constituem o canal privilegiado e legítimo de conexão entre a vontade popular e a respetiva representação parlamentar. Têm funções específicas de articulação, agregação e assunção dos interesses populares em torno de políticas e mesmo de controlo de todo o processo político: do estímulo de uma consciência e participação política à elaboração e implementação das políticas e das estratégias governativas (Belchior 2010, p. 70).

Parte-se do pressuposto que o partido político é uma das instituições sociais políticas fundamentais na realização da participação política em democracia. Isso é ainda mais premente na vida democrática contemporânea, onde persiste a transparência da governação e a *accountability* política. O partido político tem como tarefa facilitar e promover a participação política dos cidadãos. Assim, Richard S. Katz e William Crotty salientaram que:

Political parties have repeatedly been acknowledged as the critical link to democratic governance. An open, participant oriented, viable and representative system of parties opening within free and fair electoral procedures performs duties that make democratic government possible, without such parties, a democracy can hardly be said to exist (Katz, & Crotty, 2006, p. 1).

À luz de Viana (2003), Belchior (2010), Katz & Crotty (2006) e Wattenberg (1994), os partidos políticos ocupam uma posição de privilégio e são estratégicos no mundo democrático da sociedade contemporânea. O funcionamento do sistema político do Estado moderno é inimaginável sem os partidos políticos. O papel dos partidos políticos será fundamental na avaliação do sistema democrático. Anthony Downs defende que “*government refers to the governing party rather than the institution as here defined*” (Downs, 1957, p. 136). Downs reforça a sua ideia defendendo que a democracia enquanto sistema político exibe as seguintes características:

- 1) Two or more parties compete in periodic elections for control of the governing apparatus.
- 2) The party (or coalition of parties) winning a majority of votes gains control of the governing apparatus until the next election.
- 3) Losing parties never attempt to prevent the winners from taking office, nor do winners use the powers of office to vitiate the ability of losers to compete in the next election.
- 4) All sane, law-abiding adults who are governed are citizens, and every citizen has one and only one vote in each election (Downs, 1957, p. 137).

Desde a designada “terceira vaga democrática” que o regime de governação dominante no mundo é protagonizado pelos partidos políticos. É certo que existem várias interpretações, mas isso não minimiza a importância daquele elemento, tal como se passa a analisar de seguida.

2.1. Conceito de partido político: génese e tendências atuais

Na sua génese, os partidos políticos, na sua expressão política moderna, ou seja, enquanto atores principais da luta pelo poder, foram antecidos por “fações” (Sartori, 2005, p. 3). Estas constituem um tipo de formações políticas embrionárias e efémeras, que se transformam em partidos políticos. Historicamente, o partido surge geralmente associado a revoluções sociais na Europa ocidental, na segunda metade do século

XVIII, que estabeleceram os regimes representativos parlamentares, “de modo a afirmar os poderes das burguesias na gestão dos assuntos públicos «acontecimento que se situam na primeira metade do século XIX”» (Stock, 2007, p. 27).

O estudo sobre o conceito de “partido político” baseia-se em várias perspectivas. Desde a perspectiva clássica, que trata a origem e tipologia do partido a partir da sua base social, até à análise do papel do partido político. Mudanças dos valores sociais e culturais contemporâneos requerem um trabalho contínuo de reanálise e avanço da teoria dos partidos políticos, como a ideia de conceitualizar, reexaminar e visitar os partidos (Montero & Gunther, 2009).

Considerados como fundamentais na análise das políticas modernas, os partidos políticos foram definidos em diversas obras e sob diferentes perspectivas, de onde se destacam as contribuições de Ostrogorski (2017), Max Weber (1991) e Robert Michels (2001 [1911]), Maurice Duverger (1951) e entre outros mais citados. A diversidade de perspectivas de análises assumidas aquando do estudo dos partidos políticos, têm sido influenciadas pelas épocas e Estados onde os investigadores produziam os seus trabalhos.

Como acrescenta Seymour Martin Lipset na sua nota de introdução ao livro de Ostrogorski, intitulado “*Democracy and the Organization of Political Parties (Vol.ii)*”, Ostrogorski não foi apenas um bom historiador e observador atento dos partidos britânicos e americanos de sua época, mas também um dos mais importantes criadores da sociologia das organizações e da sociologia política (Ostrogorski, 2017). Entretanto, Maurice Duverger (1954) refletindo sobre a obra de Ostrogorski, começou a analisar o conceito de partido político, numa abordagem estrutural da organização:

[P]resent-day parties are distinguished far less by their programmer or the class of their members than by the nature of their organization. A party is a community with a particular structure. Modern parties are characterized primarily by their anatomy. . . . Ostrogorski was the first to clear the way to this engrossing analysis (Duverger, 1954, p. xv-xvi).

Neste entendimento, o partido é uma comunidade com uma estrutura própria, definindo e realizando os seus programas de organização. Esta comunidade, ou grupos de pessoas, têm origem numa determinada classe social, representando-a e definindo

objetivos coletivos. Ostrogorski defende que a classe da comunidade é uma realidade que não pode ser negada. Os partidos surgem de momentos de conflito de interesses, manifestados pelas classes sociais. Na perspectiva do estruturalismo, a competição entre classes, a ideia de análise política influenciou os estudos de sociologia política, nomeadamente, em Max Weber e Robert Michels.

Ainda na perspectiva da sociologia política, importa destacar o pensamento de Robert Michels, desde 1911 na sua obra monumental *Uma Sociologia dos Partidos Políticos*, considera que:

O partido político é visto como uma organização com tendência para a oligarquia e faz parte de um traço profundamente aristocrático através de uma estrutura sólida e da relação entre o chefe que dirige as massas, talvez pela violência das armas em guerras civis ou em revoluções (Michels, 2001, p. 54).

De acordo com o disposto por Michels, o nascimento dos partidos políticos emerge do desejo de poder do Estado, num ambiente de liberdade e igualdade de oportunidades. Como em qualquer organização, a presença de uma hierarquia de estruturas é inevitável. Mesmo que a génese do partido esteja baseada num movimento social contra a desigualdade, a génese dos partidos radica nos interesses de classes económicas e sociais. Desta abordagem da estrutura organizativa dos partidos políticos, refira-se o entendimento de Weber que:

liga a evolução das organizações partidárias às sucessivas fases de evolução das sociedades políticas, a partir da predominância das cliques aristocráticas que foi seguidamente substituída, pela predominância dos pequenos grupos de notáveis e após destes, pela afirmação da democracia de voto universal (Weber, 2000, citado por Coelho, 2014, p 65).

Assim, Weber analisa os partidos a partir da sua estrutura organizativa, distinguindo-os de qualquer outro grupo organizado, e do contexto burocrático em que funcionam visando o controlo do Estado. A alteração da estrutura clássica das sociedades, nomeadamente as europeias, decorrente do progresso económico e tecnológico, conduziu ao ajustamento das estratégias partidárias assentes na ampliação da base de apoio, como fator de sucesso ou de fracasso. Ou seja, Weber considera as

organizações partidárias como “filhas da democracia, do direito de voto extensivo às massas, da necessidade de recrutar e organizar as massas” (Weber, 2000, p. 58).

A evolução histórica da democracia, a massificação das sociedades e a expansão territorial dos Estados tendem a condicionar os partidos políticos modernos, em que as suas dinâmicas remetem para a representação política. Mas as próprias contradições da governabilidade nas sociedades contemporâneas, tais como a crise do Estado social e o intenso escrutínio público a que está sujeito, têm vindo a fazer eclodir efeitos deslegitimadores sobre os partidos, com o progressivo decréscimo das bases sociais e do que genericamente se tem denominado de crise de representatividade.

Porém a associação do conceito de crise aos partidos políticos tem sido uma constante ao longo dos tempos, e já E. E. Schattschneider (2009), adotando uma perspetiva mais moderna e citado por Susan E. Scarrow, defendia que:

Political parties created democracy, and modern democracy is unthinkable save in terms of the parties'. Along with the shift come new definitions highlighted electoral aspirations as the most important feature which distinguished political parties from other group seeking to influence public policy (Scarrow, 2009, p. 16).

Essa mudança de perspetiva é causada por mudanças na cultura política, focada na autonomia pessoal e liberdade da organização. Reforçando essa perspetiva, Nildo Viana define e identifica os critérios para a sua operacionalidade:

Os partidos políticos são organizações burocráticas que visam a conquista do poder do Estado e buscam legitimar esta luta pelo poder através da ideologia da representação e expressam os interesses de uma ou outra classe ou fração de classe existentes. Assim, os quatro elementos principais que caracterizam os partidos políticos são: a) organização burocrática; b) objetivo de conquistar o poder do Estado; c) ideologia da representação como base da sua busca de legitimação; e d) expressão dos interesses de classe ou fração de classe (Viana, 2014, p. 12-13).

De forma mais específica, as distintas organizações sociais, os partidos políticos pretendem conquistar o poder político do Estado influenciando, de igual forma, a sociedade civil. O partido político, na sua vertente mais moderna, e como adiantado por Viana, está caracterizado por ter um conjunto de tarefas sistematicamente ligadas a uma ideia central. O objetivo é conquistar o poder do Estado através da concorrência

de política eleitoral, sempre de acordo com a lei geral e o sistema eleitoral de cada país.

De acordo com a ideia defendida por Viana, os partidos políticos são estruturas internamente articuladas, mas com dinâmicas complexas, onde a sua organização centra-se numa dualidade de motivos: representação de poder popular e ao mesmo tempo ancorado nos interesses e motivos privado dos políticos, como desejo de privilégio e aproveitamento de lucro político. Como reforço dessa perspectiva, Weber afirma, como referenciado por Coelho: “quando se refere partido como empresas – um instrumento de recolha de benefício de vários tipos” (Coelho, 2014, p. 81).

Assim Cotta salienta que “o partido é uma fonte de benefícios materiais e espirituais para os seus membros, constituindo-se para eles como uma ferramenta, da mesma forma que eles são a ferramenta do partido” (2008, p. 20), o que esta origem de diversos jogos políticos internos que se “movem ao mesmo tempo em contextos que apresentam diferentes estruturas de constrangimentos e oportunidades” (Cotta, 2008, p. 20).

Tal implicaria a dinamização na natureza dos partidos políticos e sistema partidário em favor de emergência e desenvolvimento da democracia. Apesar de a competição eleitoral ser vista como uma atividade central para os partidos, os partidos têm múltiplas tarefas, incluindo a elaboração de uma lista de candidatos, a formulação de políticas públicas, a condução e crítica do governo, a educação política e a intermediação entre o indivíduo e o governo.

O percurso do poder estatal tem como alvo central o partido político. Existem várias razões para o nascimento dos partidos, desde interesses pessoais, a interesses de diversos grupos, à interligação de interesses pessoais com os de grupos. Sobretudo assenta em aspetos socioeconómicos, sendo estes a base fundamental do funcionamento do partido.

Tentando fazer uma súpula de várias definições, Jean Charlot (1974) identifica os critérios do partido político moderno, através das seguintes componentes:

- 1). É uma organização durável, o que quer dizer, uma organização em que a esperança de vida política seja superior à dos dirigentes no executivo;
- 2). Uma organização local bem estabelecida e aparentemente durável baseada nas relações regulares e variadas com os escalões nacionais;
- 3). A vontade deliberada dos dirigentes nacionais e locais da organização de tomar o poder e exercê-lo, só ou com outros, e não simplesmente de influenciar o poder;
- 4). A preocupação de procurar apoio popular, através de eleição ou de qualquer outro modo” (Charlot, 1974, p. 39).

Com base nos critérios estabelecidos por Charlot, pode-se diferenciar os partidos políticos modernos, de outros grupos de interesses, sejam estes grupos de pressão, clubes, grupos parlamentares ou facções. De forma mais particular, as distintas organizações sociais, os partidos políticos tentam conquistar o poder político do Estado, influenciando a sociedade civil. Assim, os partidos políticos são encarados como elemento indispensável do funcionamento da democracia representativa. Não obstante se assistir a um debate sobre a decadência ou revitalização dos partidos políticos (Dalton & Wattenberg, 2000; Katz & Mair, 2009) verifica-se a capacidade de adaptação dos partidos para responderem às novas solicitações e desafios que o atual contexto institucional e social exige e também a mudança do seu relacionamento com o Estado e a sociedade (Mayer, 2013).

Face ao exposto, a presença dos partidos políticos na democracia moderna é algo incontornável. Porém, o estudo para desenvolver e alcançar a eficácia do desempenho do partido seria uma emergência inacabável, seja no campo da perspectiva organizacional e estrutural assim como no da perspectiva funcional. Claro que os partidos políticos devem assumir a sua particularidade, enquanto elemento central da democracia contemporânea. Serão intermediários entre os governantes e os governados, através das funções que desempenham no acesso ao poder do Estado. Trata-se de uma espécie única na vida política de uma democracia representativa. Como acrescenta Alan Ware (1996), os partidos políticos ocupam a sua especialidade radicada nos seguintes elementos:

- 1) “Os partidos representam geralmente mais do que um setor ou interesse social, tendem a agregar interesses sociais diferentes;

- 2) Os partidos procuram obter influência no Estado, frequentemente pela tentativa de ocupação de posições no governo (nas democracias liberais, dada a publicidade ligada as atividades eleitorais, essa tentativa pressupõe em geral a apresentação dos candidatos às eleições, porque de outro modo os apoios do partido faltoso tenderão a transferir-se para os partidos preparados para fazê-lo)” (Ware, 1996, p. 1996, p. 4-6).

A apresentação de Alan Ware, sobre os elementos dos partidos, fornece uma perspectiva mais contemporânea, no que toca ao argumento de grupos de interesse particulares. De facto, o partido não representa mais a luta de classes, embora as condições de pobreza ainda sejam um fenómeno comum na sociedade humana, principalmente em países em desenvolvimento, como é o caso de Timor Leste, um país ainda relativamente recente e no início do processo de vida democrática.

2.2. Dinâmicas na base e estrutura das formações partidárias

2.2.1. (Re)formulação da base social dos Partidos Políticos

A abordagem da tipologia do partido político e do sistema partidário tem as suas raízes de análise na base social e na origem de cada partido político. As características organizativas de qualquer partido dependem de vários fatores históricos, nomeadamente de como a organização nasceu e o seu processo de consolidação. Depende também das distintas condições temporais, e de uma maior potencialidade derivada da tipologia do partidarismo. De modo geral, Angelo Panebianco (2009), identifica três fatores que contribuem particularmente para definir o modelo original de cada partido. Primeiro, tem a ver com a forma como é o seu desenvolvimento e a construção da organização. Em segundo, a presença ou ausência de uma instituição externa que patrocine o nascimento do partido. E o terceiro fator a considerar será a carismática liderança do partido. Já Sartori apresenta três abordagens de análise sobre tipologias dos partidos políticos: história do seu desenvolvimento, a característica de estruturação e o modelo de funcionamento organizacional (Sartori, 2019, p. 2).

Tomando as considerações quer de Sartori, quer de Panebianco, as tipologias para o estudo dos partidos políticos tendem a aproximar várias dimensões, pelo menos em três vetores. Primeiramente, uma aproximação histórica – antecedentes que

levaram ao surgimento do partido, como, por exemplo, a desigualdade das condições socioeconômicas e tradições culturais da sociedade. Deste contexto, será necessário mencionar a dimensão normativa e a ideologia, como aspectos fundamentais no nascimento da organização. Na sequência deste primeiro aspecto, vem um segundo: a aproximação institucional. Esta modalidade foca-se na questão da dominação organizacional: o que for mais dominante em termos de processo de tomada de decisão poderá ter uma elite política mais forte, com uma participação mais ativa por parte dos seus membros e aderentes. Por último, temos a aproximação da estruturação do partido político. Desta parte, deriva a hierarquia organizacional, seja na relação estrutural vertical, seja na horizontal.

Embora a análise de Lipset e Rokkan (1967) seja, às vezes, interpretada como um modelo sociológico que se concentra nas estruturas, os atores e os partidos políticos recebem um papel central (Sitter, 2002), gerando mais controvérsia e debate do que a análise do desenvolvimento tipológico e do sistema partidário. Os pressupostos baseiam-se nas reflexões e observações acerca da natureza dos partidos políticos, nos países Europeus, sobretudo os da Europa central após o declínio dos sistemas políticos comunistas. Foram identificadas quatro clivagens sociais dos partidos: *center – periphery; estate-church; land-industry and worker-worker* (Lipset & Rokkan, 1967). Relacionado com a ideia apresentada, as clivagens sociais dos partidos pretendem criar uma teoria geral. No entanto, esta tem sido criticada por ser excessivamente estática e orientada para o equilíbrio. Enquanto, tem sido criticada também tem sido apoiada, vejamos a definição de clivagem apresentada por Bartolini e Mair, que se referem aos aspectos: “*empirical, normative and organizational*” (Bartolini & Mair, 2007, p. 216).

A proposta de Lipset e Rokkan, apresentada na tabela 6, pode ser considerada um modelo de análise do sistema partidário e tipologia do partido político, respeitando as diferenças em termos de contexto real das sociedades, sobretudo se tivermos em consideração o contexto do presente estudo: Timor-Leste. De um modo geral, seria possível adaptar este modelo para análise da natureza dos partidos políticos em Timor-Leste.

Para um claro entendimento da clivagem social do partido, sob proposta de Lipset e Rokkan, veja-se a tabela 6 em seguida.

Tabela 6: A tipologia octogonal de Lipset & Rokkan

Central Core of Nation-Builders' Alliance on The Religious Front	Nation-Builder's Economic Alliance	Examples of Nation-Builders	Periphery or Opposition's Response	Examples of Opposition
National Church Dominant (I.E. Allied with The State)	Rural: Landed Interests	Britain: Conservative	Dissident Religious, Urban	Liberal
National Church Dominant	Urban: Commercial and Industrial	Scandinavia: Conservative	Dissident Religious, Rural	Liberal Or 'Old' Left.
National Church Dominant, Catholic Strong	Rural	Prussia/Reich: Conservative	Secular, Urban Vs. Catholic	Liberals Vs. Catholic
National Church Dominant, Catholic Strong Minority	Urban	Netherlands: Liberal	Dissident Rel., Vs. Catholic Vs. Rural	Religious Parties
Secular State Against Catholic Church	Rural	Spain: Liberal	Urban Vs. Catholic	Catalans Vs. Car Lists
Secular State Against Catholic Church	Urban	France, Italy: Radicals, Liberals	Catholic, Rural	Conservative Catholics
State Allied with Catholic Church	Rural	Austria: Catholics	Secular, Urban	Liberals, Pan-Germans
State Allied with Catholic Church	Urban	Belgium: Catholics Vs. Liberals	Rural	Flemish Separatists

Fonte: Adotado por Sitter (2002, p. 430)

Considerando a maior parte das tipologias existentes, verificamos que todas elas derivaram de estudos dos partidos da Europa Ocidental, ao longo da última metade do século XIX. Por conseguinte, algumas das suas características distintivas são produtos desse contexto temporal e geográfico particular. Partidos que surgiram mais recentemente, bem como aqueles que funcionam em outras partes do mundo, têm sido substancialmente afetados por diferenças sociais e tecnológicas ambientes (Gunther & Diamond, 2003). Por outro lado, Beck (1997) admite que as sociedades dos Estados-nação subdesenvolvidos enfrentam a sua própria realidade com especificidades e idiosincrasias, que nada tem a ver com o contexto europeu. Nestas sociedades existe um modelo de competição partidária baseado na diversidade étnica ou de raças, na religião, e na própria língua, assim como nas próprias figuras dos líderes do partido.

Deste modo, Gunther & Diamond apresentam a realidade das nações subdesenvolvidas:

Sistematicamente privilegia as personalidades dos líderes partidários em vez da apresentação de programas ou ideologias partidárias, ao mesmo tempo em que reduz enormemente a utilidade de adesão em massa como veículo de mobilização eleitoral. (...) Finalmente, características fundamentais da massa a cultura e a estrutura social também mudaram profundamente no final do século XX: a extrema desigualdade econômica e a alta saliência política de a clivagem de classe havia declinado em muitos países, enquanto novos conflitos políticos que cresciam a partir de valores "pós-materialistas" começaram a afetar partidos políticos (Gunther & Diamond, 2003, p. 168).

As ideias de Gunther & Diamond poderiam constituir uma referência mais próxima da realidade na sociedade Timorense, tendo em conta o objeto de estudo: os partidos políticos. Timor-Leste, Estado-Nação do século XXI, tem a sua própria cultura e tradição. No que à economia diz respeito, ainda existem dificuldades, especialmente pela existência de uma economia de subsistência. Alguma da classe média está a internalizar os valores pós-materialistas. Em relação à vida política, Timor-Leste foi colonizado pelos portugueses durante 450 anos, de seguida sofreu a invasão da Indonésia, com uma grande intervenção militar e uma administração pública caracterizada por uma burocracia autoritária. Ao mesmo tempo, existia também a prática eleitoral baseada no partidarismo, como um meio de justificar a legitimidade da liderança nacional, regional e local.

2.2.2. Tendências evolutivas das tipologias partidárias

Os estudos sobre a tipologia dos partidos políticos evoluíram ao longo do tempo, desde o surgimento da democracia, ao seu triunfo enquanto liberdade política e integração da prática do sufrágio universal. A teorização sobre a tipologia do partido político pretende-se com várias perspectivas e modalidades de abordagem. De um modo geral, pode-se classificar esta abordagem em três grupos, temporalmente falando: 1) abordagem clássica, protagonizada pela obra de Maurice Duverger (1951) e Sartori (1976), onde existe uma referência à realidade da sociedade na Europa Ocidental daquela época; 2) uma abordagem moderna, proposta por Kirchheimer (1972, 1990) e Panebianco (2009): representa uma evolução que converge para as ideias da abordagem anterior; 3) uma abordagem contemporânea, proposta por Katz e Mair

(2009), na sua conceção do partido *Cartel*: o ideal do partido político. Esta terceira abordagem reflete a dinamização da sociedade em conformidade com uma mudança de valores e de paradigmas pós materialistas. Tal é espelhado, sobretudo, no pensamento de Ronald Inglehart (1971), na sua obra “*The Silent Revolution in Europe*”.

2.2.2.1. Partido de Quadros e Partido de Massas: uma abordagem clássica

A ideia de Maurice Duverger sobre os tipos de partidos políticos não pode ser negligenciada pela importância que desde então lhe tem sido conferida nos estudos das organizações dos partidos políticos. A sua obra, *Os Partidos Políticos* (1951), é considerada um estudo da sociologia política, sobretudo será um estudo sobre os partidos políticos. Tendo em conta a sociedade da Europa Ocidental, naquela época, Duverger identifica dois tipos de partidos. Por um lado, “é o partido de quadros”, com base sociais da classe económica dominante, classe burguesa, e com base na realidade socioeconómica pertinente; baseia-se na ideologia liberal, como base da vida em sociedade. Por outro, é “o partido de massas”, com bases sociais edificadas nos trabalhadores sem poderes intelectuais, mas racionais em ideologia socialista.

Assim, a identificação das tipologias dos partidos políticos de Duverger, analisa a génese da organização do surgimento do partido e o desenvolvimento estrutural da organização partidária. De acordo com esta técnica, o partido é encarado enquanto fenómeno organizacional, aparecendo desde os inícios do século XIX, com os grupos ou fações parlamentares aristocráticas daquela época. Era considerada uma honra exercer o poder político, como legítimos representantes da vontade popular. Estes mandatos eram fixos e renováveis periodicamente. Destes grupos nasceram os comités eleitorais. A relação entre esses grupos parlamentares e os comités eleitorais constituem a génese do que viriam a ser os partidos modernos: partidos de quadros. Katz & Mair (2009) identificam como partido de elites (*elite party*). Os membros parlamentares, no contexto do Estado liberal do norte da Europa, são grupos de elite local, representantes da comunidade local. Os autores Duverger (1951) e Katz & Mair (2009) têm a mesma perspetiva, embora a descrição de como é o partido de quadro

seja diferente. Desta tese sai a correspondência entre partido de quadros e partido de elite. Estas elites pertenciam às comunidades locais e participavam ativamente na economia, caracterizando-se por uma prática económica de carácter liberal, o que veio a dar origem à classe burguesa.

No início, o partido de quadros era a união de pessoas ilustres, influentes, notáveis, que se organizavam para concorrer às eleições. Tratava-se de “pessoas notáveis financeiramente” (Duverger, 1951). De fato, as pessoas notáveis têm maior possibilidade de investir financeiramente no processo eleitoral. A questão económica assume um papel determinante no jogo político. A permanência do partido de quadros no poder deve ser entendida como um ato de reafirmação da legitimidade das pessoas notáveis na lógica de um sistema capitalista.

Paulo Peres destaca a existência de variada literatura sobre a tipologia dos partidos políticos e sublinha a ideia de Duverger (1951), como uma das referências clássicas a ter em consideração:

No mundo *dos partidos de quadros*, prevalecia apenas a delegação ou a representação política abstrata, «representante virtual» já que os parlamentares recebiam dos demais cidadãos a incumbência de produzir a legislação e as políticas sem que houvesse quaisquer ligações orgânicas entre os mandantes (o povo) e os mandatários (as elites). Já no mundo dos *partidos de massas*, a mera representação política selada no momento eleitoral pela cessão dos direitos abstratos de agir como um “delegado” da “vontade popular”, «representante real» sem que o representante realmente pertencesse aos grupos populares (Peres, 2009, p. 8).

Por sua vez, Sigmund Newmann (1956) defende uma perspectiva de funcionalidade da organização partidária. Apresenta uma classificação dos partidos políticos e distingue dois tipos ideais: o partido de representação individual (*party of individual representation*) e o partido de integração social (*party of social integration*). Duverger, Katz & Mair dão destaque à origem e à clivagem social do partido, enquanto Newmann aposta na funcionalidade e finalidade das tarefas assumidas pelo partidarismo.

Os partidos de quadros, tal como apresentados por Duverger (1951), caracterizam-se por:

(a) pouca atividade de recrutamento, (b) atividade partidária apenas eleitoral, (c) financiamento autônomo das próprias elites partidárias, (d) pouca complexidade administrativa, (e) direção concentrada e personalista, (f) alto grau de disputa interna entre poucos e pequenos grupos desvinculados da base, (g) pouca consistência programática, (h) pouca importância dada a fatores ideológicos e (i) estrutura decisória descentralizada e pouco hierárquica (Duverger 1951 citado por Peres, 2009, p. 15).

Diferentemente dos partidos de quadros, o partido de massas teve a sua origem em grupos sociais organizados, como os sindicatos, em que a luta pelo poder político gera mais competição eleitoral. Deste modo os grupos sociais locais criam os seus comités eleitorais para competir nas eleições e, depois, foram os seus grupos parlamentares com membros já eleitos, para que a direção partidária consiga exercer o controlo sobre eles. O conjunto dos grupos sociais, dos comités eleitorais e dos grupos parlamentares resultam na estrutura organizacional dos partidos de massas. Para uma correta identificação, o autor apresenta as seguintes características:

(as) atividades de recrutamento permanentes, (b) atividades de propaganda e de doutrinação constantes, (c) contribuições financeiras dos membros ao partido, (d) uma organização complexa, com rede de unidades e subunidades políticas e uma burocracia permanente, (e) pouco personalismo das lideranças, (f) disputas internas orientadas por divergências ideológicas, (g) alta consistência programática, (h) grande relevância de fatores ideológicos e (i) uma estrutura decisória hierárquica e centralizada (Peres, 2009, p. 16).

As duas tipologias mencionadas (partidos de quadros e partidos de massa) têm profundas diferenças em termos de ideologia política, baseando-se na realidade socioeconómica da Europa Ocidental da época. Tendo em conta as diferenças ideológicas, compreende-se que haja também diferença em termos de orientação política, abrangendo os seus membros e parlamento.

In the elite party, party organization is instrumental to the achievement of the goals of the individual members in public office. In the mass party, the party public office is instrument to achievement of goals of the party organization. In this respect, the party in the central office has another function, that the supervising the party in public office on behalf of the party in the ground (Katz & Mair, 2009, p. 118).

Daqui resulta a revolução da indústria, o que implica a vida em sociedade com duas realidades antagonistas: o capitalismo que tem por base o capital e a ideologia liberal; os trabalhadores que dependem da força de mão-de-obra para fazerem a sua

vida. Assim, os membros dos partidos de elite representam os seus interesses particulares, enquanto os trabalhadores promovem a solidariedade, baseados numa ideologia socialista. O partido de massas tem como única finalidade a representação dos interesses da sociedade em detrimento da dominação capitalista. Os partidos de massas necessitam de se organizar em termos de estruturação burocrática, de forma a alcançar o poder.

Segundo Duverger existe um processo de estruturação do partido de massas. Enquanto o movimento de massas visa alcançar uma igualdade política em termos de classes, o movimento de quadros visa proteger a elite política e a classe burguesa. Daqui surge o pensamento de Marx sobre as sociedades sem classes.

2.2.2.2. Partido Catch-all: uma abordagem moderna

Os partidos de massas são considerados a estrutura organizacional dominante nos sistemas políticos da Europa Ocidental, nos inícios do século XX. É considerado o modelo mais adequado ao processo de democratização, alargando o direito de sufrágio e face ao processo de modernização da sociedade europeia. O partido de massas representa um triunfo sobre todas as outras práticas de organização partidária. Esta tendência inverteu-se no final do século XX. Maria J. Stock (2007) reflete sobre o declínio dos partidos socialistas, apresentando três linhas evolutivas:

- 1) A sobrevivência dos partidos políticos de quadros, apesar de adaptação as novas condições da massificação política, continua a apresentar uma orientação essencialmente parlamentar e eleitoralista e um baixo do número de membros;
- 2) Os recursos dos partidos de massas ou integração social, caracterizado por uma organização estruturado estável, um corpo de funcionário permanente e um programa político sistemático e elevadas taxas de afiliação, que parece vítima do seu próprio;
- 3) A afirmação de um novo modelo «*catch all party*» ou partido sobre tudo, é um modelo de organização partidária entre classista e pragmática, dotado por vagas genéricas que surge associada á ideia de que os partidos estão em crise e potencialmente à beira de um grave declínio (Stock, 2007, p. 109).

A este propósito, também Leon Epstein (1967) salientou, como sublinha Stock (2005), o fato de a evolução das condições socioeconómicas do pós II Guerra Mundial ter sido efetivamente desfavorável para os partidos de massa, em especial para os socialistas. Nas sociedades capitalistas amadurecidas, a queda do sector secundário em benefício do terciário, não era responsável pela estagnação ou recuo da base social dos velhos partidos de massa. Como efeito da melhoria da vida económica da sociedade, e perante o aumento do salário dos trabalhadores ter acontecido no sector terciário, as classes trabalhadoras diminuíram, dando lugar a uma ampla heterogeneidade na classe média. Esta nova classe é desprovida do sentimento de pertença a uma classe e, por isso, muito difícil de aliciar do ponto de vista ideológico.

No contexto mais específico na Europa Central de Leste, com antecedentes de comunismo, não é, pois, de surpreender que as organizações partidárias pós-comunistas dificilmente se conformem com o tipo ideal do partido de massas. São dotadas de uma institucionalização limitada ou fraca. Nick Sitter (2002) identifica, pelo menos, quatro tipos de partidos que surgem em cena após a queda do comunismo:

- (i) the reformed communist parties, which is as close as the region comes to the catch-all ideal type in terms of organization and evolution;
- (ii) new parties born out of the opposition movements, which have attempted Smith's 'evolutionary leap' straight to catch-all or cartel type;
- (iii) interest-oriented parties, often reviving predecessors from the inter-war or immediate post-war era; and
- (iv) new populist parties that have much in common with their new West European counterparts (Sitter, 2002, p. 434).

Em meados da década de 70, Otto Kirchheimer, um académico alemão radicado nos Estados Unidos de América, apresenta a sua teorização do partido *Catch-all*, como a transformação dos partidos de massas, originada pela necessidade de os partidos assumirem o poder, só conseguido com sucessivos e recorrentes sucessos eleitorais. Este partido surge da transformação e modernização das classes sociais, atenuando as fronteiras entre os vários grupos. Assim, há uma redução da tensão ideológica nos pós II Guerra Mundial, com o objetivo de alcançar o consenso que é determinante para a vitória eleitoral. Kirchheimer (1972) argumenta que:

The mass integration party, product of age with harder class lines and more sharply protruding denominational structures, transforming itself into the catch all «peoples» party. Abandoning attempts as the intellectual and moral encadrement of the masses, it is turning more fully to the electoral scene, trying to exchange effectiveness in depth for a wider audience and more immediate electoral success (Kirchheimer, 1972, p. 184).

O autor faz notar que após a II Guerra Mundial há um processo que conduz ao atenuar da ideologia política, transformando a sociedade. Perde-se o confronto e a sociedade torna-se mais consensual. Duverger defende que o partido *Catch-all*, ou “apanha tudo” renuncia ao enquadramento intelectual e moral das massas, dentro da plataforma política enquanto instrumento da competição eleitoral. Nesse contexto, Maria J. Stock afirma “que isto significa o mercado político e os objetivos eleitorais de curto prazo substituem os laços a uma classe social de referência e de finalidades ideológicas ou programáticas” (Stock, 2007, p. 110).

Na realidade mais recente, a exigência da transformação do partido de massas para um *catch-all party*, mostra um programa mais abrangente que recolhe contribuições de todos os grupos e classes sociais, derrubando barreiras, até então, ideológicas. O objetivo dessas mudanças será atingir um maior número de apoiantes eleitores, através de uma plataforma política e programa eleitoral tão atrativo possível para melhor hipótese na concorrência do mercado eleitoral. Observando a ideia de Kirchheimer (1972), como é citado por Maria J. Stock, “em sociedade crescentemente orientadas para o consumo de bens, o papel do *catch-all party* torna-se muito análogo ao de uma empresa económica, dado que em ambos os casos é precisa fazer a «propaganda de um produto universalmente necessário e altamente estandardizado», e em ambos os casos o resultado não pode ser senão o da homologação dos produtos colocados no mercado (económico ou política)” (Stock, 2007, p. 110).

A proposta de Kirchheimer (1972) como citado por Stock, sustenta que os partidos *Catch-all* são caracterizados por:

- A redução drástica da bagagem ideológica do partido;
- O reforço da liderança de topo, cujas ações e omissões são agora julgadas do ponto de vista a sua contribuição para eficácia de todo o sistema social, e não já da identificação com os objetivos do partido;

- A redução do papel do militante individual do partido, um papel visto relíquia histórica de que pode obscurecer a recém-criada imagem do partido *catch-all*;
- A diminuição da importância conferida a um grupo social de referência ou a uma clientela religiosa específica, a chamada classe *gardée*, em favor de recrutamento de eleitores entre a população em geral (ou como dizia Miguel Coelho: menor identificação da classe social);
- A abertura a diversos grupos de interesses, que podem mobilizar o apoio eleitoral dos seus associados em favor do partido e/ou fornecer-lhe recursos financeiros (Kirchheimer, 1972. Citando por Stock, 2007, p. 111).

De modo mais claro, na tabela nº 7 em seguinte são apresentadas as diferenças entre os dois tipos de partidos: partido de massas e partido “apanha tudo” (*Catch-all Party*).

Tabela 7: Diferença entre os partidos de massas e o Catch-all Party

<i>Aspetto de diferenciação</i>	<i>Partido de Massas</i>	<i>Catch-all Party</i>
Princípio político partidário	Orientação ideológica	Orientação pragmática
Tipo preferência política	Preferência por temas particulares	Preferências por temas consensuais
Trajectoria política	Defesa dos interesses específicos da organização	Defesa da eficiência do sistema social
Actor principal para assegurar sucesso do partido	Membro da elite local: socializar/ consciencializar os valores da ideologia.	Membro central com capacidade para preparar um bom programa político/ estratégias mais populares
Base Social do Partido	Apoio de classe <i>grade</i>	Apoio eleitoral da população em geral
Relação social política	Fortes ligações entre representantes e os representados	Ligação dos grupos por motivos de apoio eleitoral, assim como de apoio financeiro

Fonte: Elaborado a partir de Stock (2007, p. 111).

Tendo por base a teorização de Duverger e Kirchheimer (1972), e a evolução do mecanismo de democratização apresentada por Panebianco (2009) apresentam-se as duas tipologias de partidos políticos: Partido Burocrático de Massas, um tipo de partido semelhante ao partido de massas proposto por Duverger (1951) e Partido Profissional Eleitoral, resultado da transformação de tipos anteriores, de forma a

assegurar o envolvimento das massas no processo eleitoral. Assumindo, assim, a mesma tarefa Panebianco (2009) afirma que as transformações tecnológicas nos meios de comunicação (a partir da introdução da televisão nas campanhas), induziram uma reestruturação do domínio da comunicação política. Mudança de técnicas de propaganda, sobretudo após a adoção, por parte dos partidos, de campanhas personalizadas, centradas nos candidatos e orientadas para temas específicos.

Por exemplo, em Timor-Leste, quando começa o período de campanha eleitoral, os media nacionais, sobretudo a televisão, realizam programas de debate entre os partidos políticos, de forma a apresentar os seus programas eleitorais. O Partido de Unidade Nacional (PUN), na eleição parlamentar de 2007, construiu uma profissionalização política, apresentando os candidatos a ministro ou secretário de Estado e mostrando as competências destes na organização da matéria da campanha.

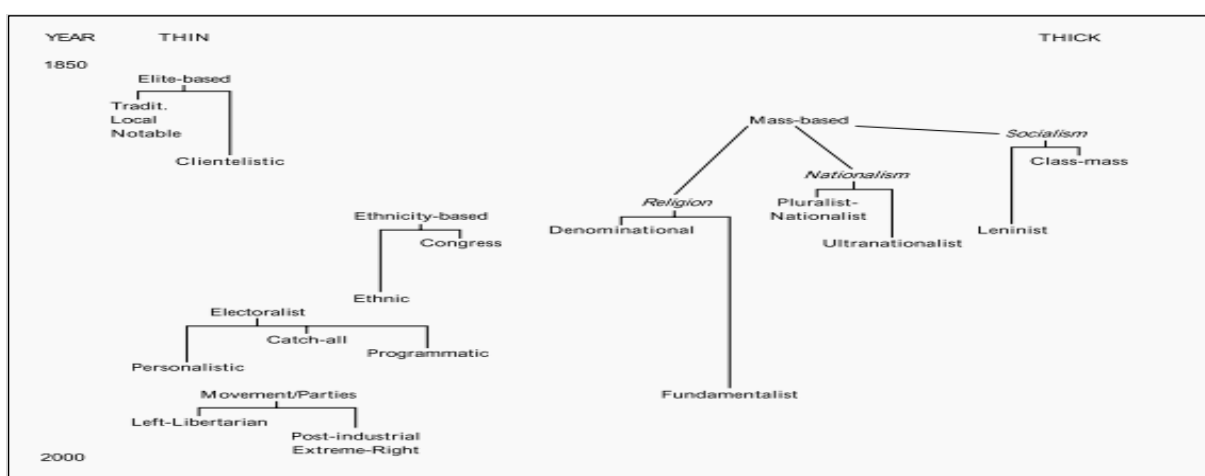
Ainda tendo em conta o moderno surgimento da tipologia dos partidos políticos, Jean Charlot (1970) analisa o fenómeno gaullista em França. Aí desenvolve-se um novo tipo de partido, um “partido de eleitores”, por oposição ao “partido de notáveis e ao “partido de militantes”. Maria J. Stock resume esta perspetiva defendendo:

Contrariamente aos “partidos de militantes”, ou de massas, o partido de eleitores recusa o dogmatismo ideológico que faria dele uma Igreja, senão mesma uma Capelinha. Contenta-se com um fundo comum de valores, bastante amplo para reunir em seu redor o máximo de apoiantes.... Ao contrário do “partido de notáveis” ou de quadros, o partido de eleitores admite plenamente a democracia de massas, a solidariedade de grupo, rejeitando a individualismo liberal... Posto isto, o partido de eleitores não se apoia] nem nos notáveis, que recriam o paraíso perdido do sufrágio censitário, nem nos militantes que sonham com o paraíso da sua ideologia (Stock, 2005, pp. 113-114)”.

A dinâmica da tipologia dos partidos políticos parte da base socioeconómica que é a sua génese. A modernização da vida em sociedade traz mudanças, quer locais, quer temporais. De modo mais geral, Gunther & Diamond (2003) identificam 15 'espécies' de partidos políticos em seu 'gênero' apropriado com base em três critérios: (1) *the nature of the party's organization* «*thick/thin, elite-based or mass-based, etc.*»; (2) *the programmatic orientation of the party* «*ideological, particularistic-clientele-oriented, etc.*»; and (3) *tolerant and pluralistic (or democratic) versus proto-hegemonic* «*or anti-system*» (Gunther & Diamond, 2003, p. 167).

Com base nestes três critérios acima mencionados, em geral os partidos políticos na democracia à escala mundial, sejam ocidentais ou não ocidentais, desde as abordagens mais clássicas, iniciada no ano 1850 até à vaga da designada democracia moderna por volta do ano 2000, enquadram-se nos seguintes cinco tipos de partidos: Partido de Elite (*elite-based parties*), Partido de Massa (*mass-based parties*), Partido de base étnico (*ethnicity-based parties*), Partido de base eleitorais (*electoralist parties*) e Partido de Movimento (*movement parties*)” (Gunther & Diamond, 2003, p. 172). De forma mais simplificada encontram-se representados na figura seguinte.

Figura 7: Extensão das tipologias dos Partidos Políticos



Fonte: Richard Gunther & Larry Diamond (2003, p. 173).

De acordo com a análise de Claus Offe (1988), com exceção da abordagem clássica de Duverger, nomeadamente os partidos quadros e partidos de massas, até ao aparecimento de todos os partidos políticos, conduz à proposta de Kirchheimer, designada por *Catch-all Party*. Carlot prefere que se chame partidos de eleitores, colocando a ênfase no modelo de cultura política concorrencial, típica de uma democracia consensual, “modelo de democracia deliberativa” da Europa Ocidental, apresentando quatro efeitos:

- A perda do radicalismo ideológico, de forma a maximizar os votos vencendo eleições e ocupando posições no governo; os partidos orientam a sua conduta de acordo com as exigências do mercado político.
- A burocratização e profissionalização política partidária, causada pela competição dos partidos políticos no mercado político. Perante as multidões,

a perda de ideologia será orientada para interesses de natureza pragmática. Uma administração muito burocrática e orientada para o profissionalismo político dá origem a uma necessidade inevitável: a) organizar as angariações materiais, seja através da quota dos membros, seja através de subvenções públicas e donativos privados; b) divulgação de informações e propaganda política dos partidos políticos; c) resolução de conflitos e discussões internas.

- A desativação dos membros de bases, orientando para a afirmação do mercado político, através do desenvolvimento de programas eleitorais virtualmente permanentes. Neste contexto a todos os partidos compete a procurar o sucesso eleitoral através da seleção dos membros quadros do partido e da qualidade do programa político e das atividades estratégicas do partido.
- Cada vez mais a heterogeneidade estrutural da cultura de massas é maior, devido às mudanças e complexidade da modernização. A adaptação dos valores mercantis nas sociedades pós-modernas ocupam e substituem os valores culturais de coletividades sociais, seja substituindo pela lógica da diversificação do produto, o que pressupõe a abertura de todas as categorias e meios sociais, seja pela aparente reconciliação de interesses, reivindicações e preocupações muito diferentes (Offe, 1996).

Observando a e variedade de tipos de partidos políticos, desde a perspectiva clássica marcada pela proposta de Duverger e as perspectivas mais modernas, apresentadas por Newmann, Kirchheimer e Panebianco, dificilmente se encontra um único modelo abrangente e uniformizados. Porém, acontecem divergências de ideias significativamente desenvolvidas em favor de construção teoria do partido político. Na verdade, nem na fase histórica se verificou uma verdadeira hegemonização de cada tipo de partido político. Desde que se desenvolva um modelo mais dominado pela fase histórica, o novo tipo mais favoravelmente reflete a realidade da sociedade, enquanto o mais antigo se torna um desvio, em relação à fase do modelo dominante. Não obstante, não se pode negar que, em algum momento, terá havido contaminação ou hibridismo das características de ambos os partidos. Tal permitiu ultrapassar não só um excessivo reducionismo das tipologias existentes na literatura já referida, mas também

permitiu o desenvolvimento do novo modelo de partido, mais dependente das exigências da realidade social, como se pode observar na tabela seguinte, e que se desenvolve em seguida.

Tabela 8: Modelos de partidos políticos e suas características

Characteristics	Elite Party	Mass Party	Catch-all party	Cartel Party
Time-period	19 th	1880-1960	1945-	1970-
Degree of social-political Inclusion	Restricted suffrage	Enfranchisement and mass Suffrage	Mass suffrage	Mass suffrage
Level of distribution of politically relevant resources	Highly restricted	Relatively concentrated	Less concentrated	Relative diffused
Principal goals of politics	Distribution of privileges	Social reformation (or opposition to it)	Social amelioration	Politics as profession
Basis of party competition	Ascribed status	Representative capacity	Policy effectiveness	Managerial skills, efficiency
Pattern of electoral competition	Managed	Mobilization	Competitive	Contained
Nature of party work and party campaigning	Irrelevant	Labor intensive	Both labor intensive and capital intensive	Capital intensive
Principal source of party's resources	Personal contacts	Members' fees and contributions	Contributions from a wide variety of sources	State subventions
Relations between ordinary members and the party elite	The elite are the 'ordinary' members	Bottom up (pace Michel's); lite accountable to members	Top down; members are organized cheerleaders for elite	Strategy; mutual autonomy
Character of membership	Small and elitist	Large and homogenous; actively recruited and encapsulated; membership a logical consequence of identity; emphasis on rights and obligations	Membership opens to all (heterogeneous) and encouraged; rights emphasized but not obligations; membership marginal to individual's identity	Neither rights nor obligations important (distinction between member and non-members blurred); emphasis on members as individuals rather than as an organized body; members valued for contribution to legitimizing myth.
Party channels of communication	Interpersonal networks	Party provides its own channels of communication	Party competes for access to non-party channels of communication	Party gains privileged access to state-regulated channels of communication
Position of the party between civil society and state	Unclear boundary between the state and politically relevant civil society	Party belongs to civil society, initially as representative of the newly relevant segment of civil society	Parties as competing brokers between civil society and state	
Representative style	Trustee	Delegate	Entrepreneur	Agent of state

Fonte: Katz & Mair (1995, p. 18).

2.2.2.3. Partido Cartel: uma abordagem contemporânea

O fenómeno de transformação da tipologia dos partidos políticos, desde o partido de quadros/partido de elite, até ao partido de massas não se terá terminado com o surgimento do partido *catch all*. No início da década de 90 do século passado, Katz & Mair (2009) construíram uma nova teoria de tipologia “Partido Cartel”, no qual o Estado passou a ter um papel central, principalmente a dinâmica da democratização nos Estados europeus.

À luz do processo de democratização e evolução organizacional, surgiu uma nova conceção de partidos políticos, em que se pretende assegurar e alcançar representação política, em nome do interesse comum, e com foco no papel da representação política, Ware (1996) define-se:

Un partido político es una institución que (a) busca influencia en el seno de un Estado, a menudo intentado ocupar posiciones en el gobierno y (b), puesto que normalmente defiende más de un único interés social intenta, hasta cierto punto, «agregar intereses» (Ware, 1996, p. 31).

O processo de representação política na atmosfera democrática, alcançado por meio da escolha eleitoral nos programas e proposta política apresentados pelos partidos. Portanto, os programas partidários se tornam como fator determinante no processo democracia representativa. Assim, a capacidade e estratégica dos partidos em agregar e expressar as demandas ou exigências do cidadão são inegavelmente considerado pelo sucesso vida organizacional. De acordo com Peter Mair (1997) sustenta que:

As party programs become more similar, and as campaigns are in any case oriented more towards agreed goals rather than contentious means, there is a shrinkage in the degree to which electoral outcomes can determine government actions. Moreover, as the distinction between parties in office and those out of office becomes more blurred, the degree to which voters can punish parties even on the basis of generalized dissatisfaction is reduced. At the same time, participation in the electoral process implicates the voter, and by casting elections as the legitimate channel for political activity, other, potentially more effective channels are made less legitimate. Democracy becomes a means of achieving social stability rather than social change, and elections become 'dignified' parts of the constitution (Mair, 1997, p. 115).

Os programas políticos eleitorais são um elemento determinante pela conexão da opção e preferência dos eleitores em alcançar a trajetória dos partidos para

governar melhor de acordo com a preferência da maioria. Com o objetivo de melhor governar, os partidos políticos passam por um processo evolutivo “em que já não tanto como representantes de grupos sociedades, mas sim como agregadores de interesses diversos, porventura alguns encarados como antogónios, o que explicara mesmo uma certa perda de interesses dos cidadãos pelos partidos” (Coelho, 2014, p. 87).

Sendo essa a realidade da evolução política, Katz e Mair (1995) apresentam a sua proposta do partido *Cartel* como um novo tipo de partido nas democracias contemporâneas. Este partido seria o resultado de uma linha evolutiva caracterizada pelos modelos de partido de quadros, de massas e *catch all*. O que define o partido *Cartel* são as suas relações com o Estado, apontadas como essenciais para a aquisição de recursos necessários para a sobrevivência da organização. De acordo com a natureza da organização, o conjunto das pessoas e patamares de interesses comuns, verifica-se que a contribuição dos membros partidários é tão mais importante quanto a necessidade de assegurar a realização dos seus percursos e interesses políticos.

Na sua proposta para a tipologia do partido *Cartel*, Katz e Mair definem-no “*the cartel party, in which colluding parties become agents of the state and employ the resources of the state (the party state) to ensure their own collective survival*” (Katz & Mair, 1995, p. 5). De acordo com essa definição, o partido *Cartel* corresponde à norma da democracia representativa dependentemente da habilidade dos eleitores em fixar as escolhas aos programas dos partidos políticos. Enquanto, os partidos são constituídos pelos grupos das elites políticas que entram em competição pelas oportunidades da governação e poder do Estado (Katz & Mair, 1995). Desta definição coloca-se a questão dos recursos do partido, sobretudo o financiamento para facilitar as suas atividades. É uma situação que coloca em destaque as duas funções do Estado: o governo como poder executivo e o legislativo que produz políticas públicas para defender os interesses públicos, não só dos grupos de interesse, mas também os do próprio partido.

Nestas circunstâncias, os principais atributos são o acréscimo da importância do financiamento público para a sobrevivência das organizações, a redução do

número de membros dos partidos e conseqüentemente o aumento da regulação do Estado sobre as atividades partidárias. A crescente competição entre partidos provoca campanhas eleitorais mais dispendiosas, que por sua vez exigem dos partidos a capacidade de uma adequada gestão dos recursos, principalmente financeiros, logo o interesse da ligação ao Estado (Mayer, 2021)

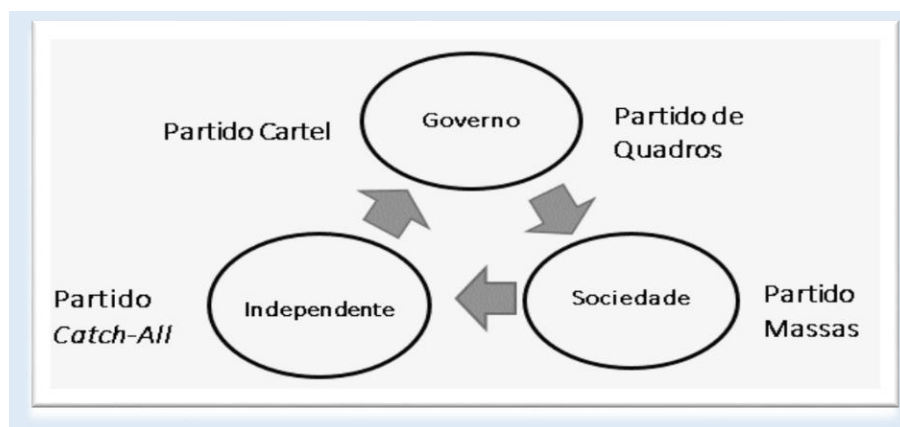
Em suma, a teorização do partido *Cartel* é considerada um modelo para satisfazer a análise da tipologia dos partidos políticos, no contexto do desenvolvimento democrático contemporâneo. O apoio do financiamento público, como subvenções e subsídios, será assegurado em proporcionalidade com os resultados eleitorais. O funcionamento do partido está dependente do profissionalismo político dos quadros e elite do partido e não da ideologia e base social do partido. O afastamento da relação entre quadros políticos e massas apoiantes do partido tem a sua trajetória para assegurar interesses comuns. Porém, a teorização do partido *Cartel* encontra a sua limitação na insatisfação dos partidos novos e dos partidos que não têm assento no parlamento na mesma época.

Além da questão do financiamento público, Katz & Mair (2008) sustentam também a regulamentação do acesso aos meios de comunicação de todos os partidos, no que respeita à divulgação de informações e programa político do partido. É relevante, pois, nesta era das tecnologias de informação, os canais de rádio e de televisão que assumem um papel tradicional, uma campanha aberta e um comício eleitoral sempre presente.

O uso de tipologias para estudar os partidos políticos continua a manifestar-se como uma dimensão analítica da maior importância, porque buscam “compreender o modo como os partidos políticos de um determinado período se estruturam, suas relações com o Estado, com a sociedade e com os seus membros” (Mayer, 2013, p.141). O que permite traçar as principais tendências evolutivas sobre as estruturas das formações partidárias assim como refletir sobre as suas limitações, nomeadamente no que concerne à sua aplicação noutros contextos que não o da sua produção teórica.

Os partidos políticos revelam uma inequívoca capacidade de adaptação às exigências e desafios impostos pelo contexto institucional e social de cada época, tentando responder aos problemas endógenos e exógenos com que se deparam. Desta forma, e com vista a uma síntese dos atributos associados a cada um dos tipos de partidos anteriormente apresentados e para reforçar a lógica evolutiva e cíclica de tais tipologias, observe-se a figura 8.

Figura 8: Evolução cíclica das principais tipologias partidárias



Fonte: Mayer, 2013, p. 148

Num primeiro momento, a representação de interesses dos seus membros, nos partidos de quadro ou de representação individual colocavam-nos num patamar próximo do governo, até mesmo pela fragilidade da organização extraparlamentar da época. Só nos finais do século XIX e início do seguinte é que a expansão do sufrágio universal resultou da ligação entre sociedade e Estado com o partido de massas, atuando como intermediário junto do poder estatal para responder às solicitações dos seus membros. A mudança de comportamento partidária continua a fazer-se sentir quando o modelo *catch-all* integra novos grupos (de interesse e sociais) perante o decréscimo das ideologias e desagregação das classes sociais. Finalmente, o cartel partidário, nos anos 90 do século XX, resultado da intensa competição eleitoral, passam a direcionar a intervenção política da sociedade para o Estado. O enfoque dos diversos tipos de partidos tendencialmente para o Estado/Governo ou sociedade é determinado pelas principais fontes de captação de recursos com vista à sua sobrevivência.

Dada a variabilidade do contexto de aplicação destas tipologias, sem menosprezar o facto de terem sido conceptualizadas à luz da realidade europeia, importa considerar estas classificações partidárias como tipo ideais – na perspetiva weberiana – que na sua função compreensiva/comparativa (individualizante) ou explicativa (generalizante), que por sua vez nos alertam para as limitações que se podem encontrar quando tais tipologias são analisadas em contextos sociopolíticos e históricos tão diversos.

É esse desafio que Max Weber lançou quando se reporta ao partido político como tipo ideal, e que o sustenta como:

Em lado nenhum encontramos empiricamente semelhante quadro em toda a sua pureza conceptual: tal é uma utopia. O trabalho científico terá por tarefa determinar em cada caso particular em que medida a realidade se aproxima ou afasta deste quadro ideal... aplicado com prudência, o tipo ideal presta no serviço específico que dele esperamos em proveito da investigação e da clareza científicas (Weber, 1965, p. 186).

Assim sendo, há que reconhecer a necessidade de realizar essa pesquisa sobre os partidos políticos existentes na democracia representativa de Timor-Leste. Esta tipologia deverá ser considerada “híbrida ou compósita” (Stock, 2005, p. 146), tendo em conta a sistematização feita anteriormente: desde o partido de quadro, ou de elite, passando pelo partido de massas, partido *Catch-all*, até ao partido Cartel, como o mais recente no estudo da tipologia partidária. Este último, segundo proposta de Katz e Mair, representa um Estado extremo na trajetória evolutiva dos partidos, aparecendo posicionado em várias organizações da sociedade civil moderna.

2.3. A Institucionalização do Partido Político e do Sistema Partidário

A noção de democracia representativa tem grande importância na relação estabelecida com o funcionamento do sistema partidário. Giovanni Sartori (1976) argumentou que uma das principais condições, no desenvolvimento político democrático, foi o surgimento de uma institucionalização ("consolidado" na sua terminologia) do partido político e sistema partidário. O mecanismo democrático contemporâneo funciona no contexto da competição entre partidos, o que exige a presença de, pelo menos, dois partidos políticos em concorrência pelo poder do Estado.

Assim, os estudos sobre democracia representativa necessitam de analisar o mecanismo de institucionalização do sistema partidário, como estratégia política para assegurar a representação política do cidadão. No entanto, o processo de consolidação democrática, especificamente no contexto de democratização de Timor Leste, exige a análise do aspeto de institucionalização dos partidos políticos e do sistema partidário, enquanto dimensão central na vida política democrática contemporânea, sobretudo a sua consolidação enquanto estrutura capaz de assumir um papel na concorrência eleitoral.

Mainwaring & Trocal (2005) afirmam que a competição entre os partidos políticos, na maioria dos regimes democráticos e semidemocráticos, pós 1978, é insuficiente para a identificação das características mais importantes do sistema partidário. Os eleitores, partidos e sistemas partidários, na maioria dos regimes competitivos desse período, são qualitativamente diferentes daqueles das democracias industriais avançadas. Na maioria das democracias dos Estados industriais avançados existia maior estabilidade na competição entre partidos. De forma geral, pode-se dizer que as características da evolução e institucionalização dos sistemas partidários são dinâmicas, assim como próprio idealismo da democracia. Será, no entanto, necessário adaptar à realidade de cada sociedade. A institucionalização refere-se a um processo através do qual uma prática da organização se torna amplamente aceitável, estabelecida, e com um bom funcionamento, de modo a alcançar as metas propostas. Os atores envolvidos desenvolvem expectativas, orientações e comportamentos baseados na permissão de que essa prática, ou organização, prevalecerá num futuro próximo.

No domínio dos estudos políticos, institucionalização significa que os atores políticos têm expectativas claras, e estáveis, em relação ao comportamento dos outros atores. Nas palavras de Huntington, “institucionalização é o processo pelo qual organizações e procedimentos adquirem valor e estabilidade” (Huntington, 2006, p. 12).

Assim, a identificação por Mainwaring (1999) de institucionalização do partido e do sistema partidário admite conceituar quatro dimensões: primeiro, é a competição entre os partidos políticos, como se refere na ideia do Przeworski (1975; 2016); em

segundo lugar, raízes fortes na sociedade, como base eleitoral, e ligações partidárias em algumas associações; em terceiro lugar, os autores conferem legitimidade aos partidos; por fim, o líder com maior legitimidade tem vantagem de constitucionalização do partido. A legitimidade das elites políticas dos partidos desempenha um papel de ajuda para a estabilização dos sistemas partidários, desde que eles promovam uma boa atitude em termos de potenciar a democratização do país.

Reconhece que a elite política do partido é uma dimensão determinante da vida do partido, mas não será o único requisito no jogo político. Os partidos políticos serão um elemento central da democracia, independentemente das condições em que tal ocorra. Analisando em mais detalhe o fenómeno que aqui se explica, poder-se-á acrescentar que a institucionalização dos partidos políticos está dependente da capacidade dos partidos em harmonizar a distribuição dos seus interesses. Os processos que provocam a institucionalização dos partidos políticos são essencialmente “desenvolvidos pelos dois tipos” (Panebianco, 2009, p. 116) simultaneamente: de um lado é o desenvolvimento do interesse na manutenção da organização por parte dos líderes nos diversos níveis da pirâmide organizacional e de outro lado é o desenvolvimento e difusão de lealdades organizacionais pelos militantes e membros do partido.

De acordo com a disposição apresentada por Panebianco, o aprofundar da institucionalização dos partidos políticos é fruto da lealdade dos membros quadros políticos, ou seja estrutura central que subordina a forma de realização da vida organizacional e conseqüentemente para assegurar os seus interesses. Por enquanto, preferência dos interesses dentro da organização partidária, sob o patamar de dois motivos, simultaneamente: de um lado são, os incentivos particulares como por exemplo, cargos de prestígio, facilidade de carreira, etc., os quais conduzem os dirigentes dos vários níveis hierárquicos a interessarem-se pela manutenção e continuidade do partido; no outro lado são, os incentivos coletivos ou “de identidade” que asseguram a legitimidade do partido junto dos seus membros dos eleitores fiéis (Panebianco, 2009).

Entre os incentivos dos interesses existem fatores internos (subjetividade), privados e coletivos, que se admitem para conquistar as lealdades dos membros, no processo de construção e desenvolvimento do partido, ganhando vitalidade na sua existência. Apesar disso, a consolidação do partido não é a única variável. Por oposição aos fatores internos (marcados pela subjetividade), existem os fatores externos (marcados pela objetividade), sendo estes relacionados com as dinâmizações do ambiente do partido, seja através dos recursos humanos, seja através dos recursos financeiros. A dinâmica está ainda relacionada com condições socioeconómicas dos militantes e aderentes, sendo que o que mais os atrai será a presença carismática do líder do partido. As divergências entre os aspetos internos e externos são determinantes na institucionalização do partido e do sistema partidário. Na mesma perspetiva, Mény & Surel salientam os seguintes fatores (também características da institucionalização do partido):

- Desenvolvimento/instabilidade do quadro político-institucional «a instabilidade institucional arrisca-se a atrasar ou impedir as organizações das famílias ideológicas»;
- Despersonalização do partido «um partido fortemente personalizado poderá sucumbir aos conflitos relacionados aos conflitos de sucessão de fundador»;
- Certos traços da organização do partido «especialidade/diferenciação a nível dos meios, métodos e estruturas, rigor e consistência das organizações etc.» (Mény & Surel, 2009).

Entende-se que a prática da institucionalização do partido político e do sistema partidário reflete os envolvimentos dos partidos políticos, com características próprias que mostram a inter-relação destes no sistema político do Estado. Desta inter-relação competitiva nasce o objetivo de assumir o poder do Estado, como finalidade de topo de qualquer partido. A competição entre os partidos reflete as suas bases sociais e a sua ideologia. Os partidos confiam na hierarquia burocrática presente nestas estruturas. Assim, o sucesso do partido não depende só das bases sociais, mas depende também dos profissionais que organizam as melhores estratégias, com o objetivo de alcançar o triunfo. Existe, ainda, mais um elemento determinante: a elite central do partido. Do

processo de relações estabelecidas entre as elites dos partidos e os profissionais do partido resulta uma dinamização dos modelos de sistemas partidários.

Os estudiosos da sociologia e ciência política apresentam várias perspectivas sobre o sistema partidário. Sartori (1901), Michels (1911), Duverger (1954) e Weber defendem uma perspectiva mais clássica, enquanto Blondel (1968), Mainwaring & Scully (1995) e Mainwaring (1999) dão conta de uma perspectiva mais contemporânea. As duas perspectivas apresentam ideias convergentes a respeito do desenvolvimento político e da democratização até ao momento presente.

A perspectiva clássica, na ideia de Sartori, estuda o sistema partidário baseado em estudos anteriores. Para um melhor entendimento do conceito de sistema partidário político, Sartori argumenta:

O conceito de sistema é desprovido de qualquer significado – tendo em conta os objetivos da investigação científica – a menos que (i) o sistema apresente propriedades que não pertencem a uma consideração separadas dos elementos que o compõem e (ii) o sistema seja o resultado e consista nas interações das partes que o compõem, implicando, assim, que tais interações forneçam as fronteiras, ou pelo menos os limites, do sistema (...) Assim, os partidos são parte dos «sistemas» apenas quando são partes (no plural); e um sistema de partidos é precisamente o sistema de interações resultantes da competição interpartidária (Sartori, 2005, p. 179).

Sendo estas proposições de Sartori para refletir e analisar o estudo da institucionalização do sistema partidário político. Enquanto que Huntington reforça *“Institutionalization is the process by which organizations and procedures acquire value and stability”* (Huntington, 2006, p. 12). De forma mais específica na instituição partidária, Mainwaring & Torcal argumentam:

Um sistema partidário institucionalizado é aquele em que os atores desenvolvem expectativas e comportamentos baseados na premissa de que os contornos e as regras fundamentais da competição e do comportamento partidários prevalecerão no futuro previsível. Num sistema partidário institucionalizado, os principais partidos e seu comportamento serão estáveis (Mainwaring & Torcal, 2005, p. 254).

De acordo com Sartori (2005), Mainwaring & Torcal (2005) e Huntington (2006) apresentada, entendem que o sistema político partidário deve funcionar em prol do bem comum, de forma a assegurar os interesses comuns, através de políticas públicas credíveis. A institucionalização do sistema partidário implica que os atores

deste desenvolvam expectativas e comportamentos, baseados nas regras de competição entre os partidos. De forma que, enquanto a institucionalização, o sistema partidário político poderá orientar e vigiar o comportamento político e prevalecerá no futuro previsível. Para relevar essa ideia, Mainwaring sustenta: “Em um sistema partidário institucionalizado, há estabilidade na identidade dos principais partidos e nas formas como eles se comportam. A institucionalização não impede a mudança, mas limita-a” (Mainwaring, 1998, p. 10)

Não existe uma forma fixa de se fazer a institucionalização, mas esta funcionará tendo em conta a orientação ideológica e a estratégia pragmática. No que importa, persiste a moldura do funcionamento do sistema político, sobretudo sistema partidário enquanto eixo central do procedimento burocrático. A ausência da institucionalização do sistema partidário, poderá influenciar a qualidade democrática.

O conceito de sistema partidário político partilha uma visão interativa entre os vários partidos, como parte de uma atmosfera democrática dinâmica. Neste pressuposto indica o sistema partidário como uma dimensão dentro do sistema político em geral, é o conjunto dos partidos políticos que interagem entre si e com as outras instituições sociais, seja órgão da mídia comunicação social e sociedade civil: desde organizações religiosas, grupos profissionais, entre outras» dentro do funcionamento do sistema político democrático de um país. No que respeita às interpelações entre partidos, no mínimo entre dois, estas não devem ser consideradas, de acordo com Sartori, uma competição, tratando-se antes de uma relação intercooperativa. Poderá existir coligação partidária, como meio para a vitória na competição eleitoral, funcionando, assim, como uma estratégia política.

Geralmente, a proposição de Sartori (1976), pondera duas dimensões dos sistemas partidários: fragmentação política, quando refere o número de partidos que existem, e o grau de polarização ideológica, focando a distância ideológica entre os partidos, ou seja, a amplitude da divergência ideológica. Na contagem de partidos, Sartori incluiu aqueles que têm potencial de coligação, ou seja, aqueles que podem fazer parte de uma coligação de governo, bem como partidos cuja existência afetou as táticas de competição partidária. Baseando-se nessas duas dimensões «fragmentação

ou número dos partidos políticos e polarização da carga ideológica política», Sartori desenvolveu a sua teorização da tipologia do sistema partidário, onde identifica quatro tipologias do sistema de partido político:

“two-party, moderate pluralism (multipartism with low ideological polarization), polarized pluralism (multipartism with considerable polarization), and predominant (in which the same party consistently wins a majority of seats) (Mainwaring, 1998, p. 4).

Nesta perspectiva incluem-se os tipos de coligação partidária, seja coligação antes ou depois de eleição, de forma a assegurar a função de governação. Mainwaring e Torcal (2005), explicam que:

o sistema partidário é um conjunto de partidos que interagem de maneiras padronizadas. Essa definição implica três diferenças entre sistemas e não sistemas. Primeira, como Sartori (1976) mostrou um sistema partidário deve ter, pelo menos dois elementos constitutivos; portanto precisa ter ao menos dois partidos. Segundo, a noção de interações padronizadas sugere que há algumas regularidades na distribuição do apoio eleitoral por partidos ao longo do tempo. Portanto, na última, “sistema partidário” implica alguma continuidade nos partidos, ou seja, a institucionalização das agremiações (Mainwaring & Torcal, 2005, p. 252).

Porém, os autores consideraram, inadequadamente, uma propriedade igualmente importante dos sistemas partidários: o nível de institucionalização. De modo complementar à primeira dimensão, a análise do nível de fragmentação partidária em Sartori (2005) apresenta dois sistemas do partido:

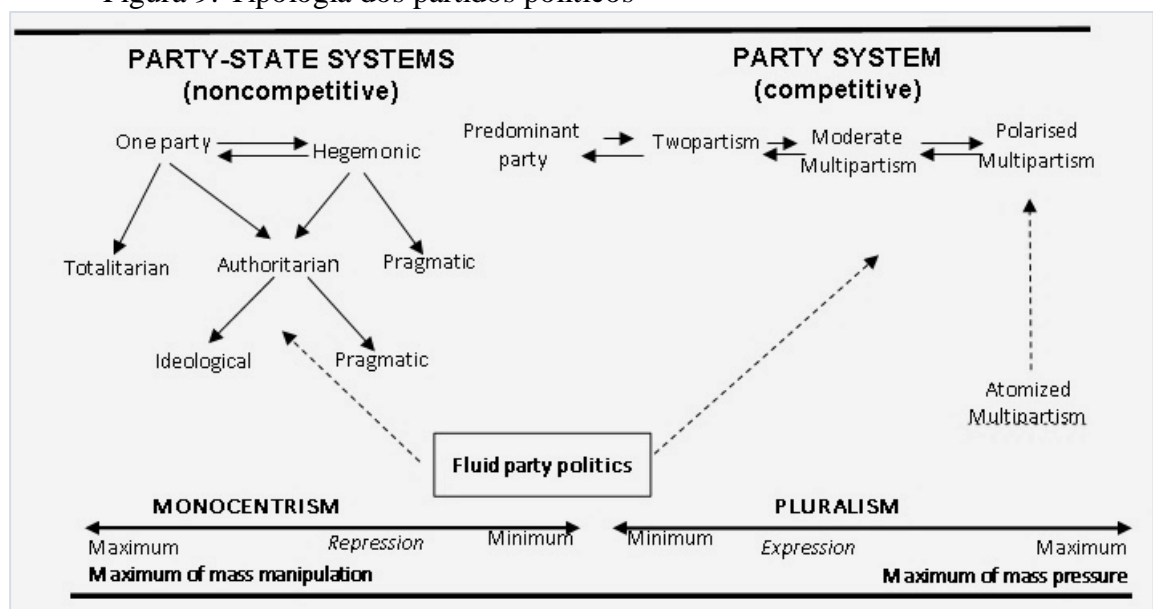
“Primeiro, sistemas não concorrenciais: podem ser monopartidários, ou hegemónicos, quando se verifica uma situação de partido único, ou quando, não obstante poder existir mais de um partido, se verificar que um deles exerce controlo das instituições do Estado. Partido hegemónico pragmático – ou, por se assumir como guardião da ideologia dominante, neste caso – hegemonia ideológica – resulta na existência de qualquer tipo de concorrência.

Segunda, sistema competitivos: que podem ser envolvidos em quatro modalidades do sistema partidário:

1. Partido predominante: quando, não obstante se verificarem condições regulares de funcionamento democrático apenas um partido vence, em regra, as eleições com maioria absoluta;
2. Bipartidários, quando o exercício de governo se limita à alternância apenas entre dois partidos, com uma pouca relevante polarização e de pluralismo moderno; presença
3. Multipartidarismo limitado, sistema não excedendo a coexistência de mais de cinco partidos relevantes e com um grau de polarização pouco acentuada e em consequência, de pluralismo simples;
4. Multipartidarismo extremo, sistema com mais de cinco partidos com uma grande polarização ideologia, originando um pluralismo polarizado, verificando-se a presença ou emergência de partidos antissistema (Sartori, 2005).

De forma simplificar a sua descrição, Sartori disponibilizou uma representação gráfica da tipologia dos partidos políticos, como de seguinte se apresenta na figura nº 9.

Figura 9: Tipologia dos partidos políticos



Fonte: Sartori, G., (2005, p. 283).

Duverger (1954) renuncia à ideia de Sartori e classifica os sistemas partidários com base no número dos partidos políticos, distinguindo entre sistemas bipartidários e multipartidários. Os sistemas bipartidários, que encontramos nos Estados Unidos e em Inglaterra, tendem a surgir associados a maior *accountability*, alternância no governo, e a uma competição mais moderada e centrípeta. Os sistemas multipartidários tendem a caracterizar-se pela formação de governos de coligação, em que a alternância partidária no governo é menos facilitada e em que os partidos mais extremistas podem sobreviver. Podemos encontrar alguns exemplos nos sistemas multipartidários na Holanda e em Itália (Mair, 1996, 84-85). Ainda tendo em conta a dimensão do número de partidos políticos, há outros autores que consideram que as estruturas de interação dos partidos políticos são importantes indicadores na análise dos sistemas partidários. Para relevar essa ideia, Mair distinguiu quatro tipologias do sistema de partidos tais como: “*strictly competitive systems, cooperative competitive system, coalescent-competitive systems, strictly coalescent systems*” (Mair, 1996, p. 85).

Já na perspetiva contemporânea, a análise do sistema partidário político está mais orientada para a questão prática, diminuindo a carga ideológica, em contraposição com as perspetivas mais clássicas. A competição dos partidos políticos repousa no programático partidário, mais orientado para o desenvolvimento da sociedade, do que para a questão ideológica. Deste modelo, resulta uma maior competição entre os numerosos partidos políticos, ao mesmo tempo que mais facilmente se conseguem estabelecer coligações partidárias, para assegurar a eficácia da governação.

A classificação dos sistemas partidários através de uma perspetiva clássica foi o ponto de partida. No entanto, foi igualmente relevante a análise da perspetiva contemporânea. A proposta de Mair (1996,) apresenta uma abordagem alternativa, tendo desenvolvido tipologias do sistema de partidos baseadas nas dimensões das estruturas de competição, especialmente na corrida para a governação. A teorização da tipologia do sistema partidário, como meio de assegurar a governação, isto é, depende da natureza da estrutura em três fatores interrelacionados. Em primeiro lugar, o fator de alternância no governo. Esta pode ser completa (com a substituição de todos os

partidos no governo por partidos, anteriormente, na oposição); parcial (o novo governo inclui pelo menos um partido que fazia parte do anterior governo); ou inexistente (ausência total de alternância). Um segundo fator consiste na inovação no governo, isto é, até que ponto são utilizadas fórmulas inovadoras na formação do governo: “se o partido ou combinações de partidos já haviam formado o governo com esse formato específico” O último fator contempla a abertura a novos partidos, isto é, se todos os partidos relevantes são capazes de aceder ao governo ou se este é limitado a um subconjunto de partidos relevantes (Mair, 1996, p. 90).

Na tabela nº 9, apresenta-se a natureza da estrutura de competição pelo governo, de acordo com a tipologia do sistema competitivo dos partidos políticos, sob proposta de Mair (1996).

Tabela 9: A estrutura de competição partidária e o padrão de alternância

	Fechadas	Abertas
Padrão de Alternância no governo	Alternativa por atacado ou sem alternância	Alternância parcial
Tipos de fórmulas de governo	Familiar	Acesso Inovador
Acesso ao escritório do governo	Restrito a poucas partes	Aberto a muitas festas
Exemplos	Reino Unido Nova Zelândia, até meados dos anos 90; Japão, 1955-1993; Irlanda, 1948-1989	Países Baixos Dinamarca Novo sistema partidário emergente

Fonte: Peter Mair (1996, p. 95).

O estudo do sistema partidário político, numa perspetiva contemporânea, foca a sua atenção na governação, praticando a polarização ideológica. Desta forma, o trabalho de Blondel (1968), focado nas democracias dos países da Europa Ocidental e Anglo-Saxónica durante duas décadas (1945-1966), desenvolveu um modelo que tem em conta não apenas o número dos partidos em competição, mas também o seu tamanho relativo e o seu posicionamento ideológico. Estas dimensões distinguem quatro tipologias de sistemas de partidos:

1. Sistemas bipartidários: no sistema democrático só existem dois partidos políticos dominantes. Operacionalmente, no mínimo 90% dos votos eleitorais são depositados nestes dois partidos.
2. Sistemas de dois partidos e meio: caracterizado por dois partidos maiores, sendo que existe ausência de maioria absoluta no processo de eleição. Entre os dois partidos são depositados cerca de 75 a 80% dos votos.
3. Sistemas multipartidários com um partido dominante: caracterizado pela permanência de um partido principal no processo político democrático. O funcionamento da governação está sempre dependente de outros partidos. A soma dos dois partidos não chega a 60% dos votos totais.
4. Sistemas multipartidários sem um partido dominante: este tipo de sistema partidário tem maiores fragilidades a nível da estabilidade política. O cenário será ainda pior no contexto de Estados frágeis, como é o caso de países subdesenvolvidos.

As características dos partidos políticos na democracia Europeia Ocidental permitem as teorizações sobre a tipologia do partido político. Sartori, por exemplo, apoia-se na dinâmica competitiva dos partidos. Já Blondel não se foca apenas no mecanismo de competição, mas nos partidos que atingem o poder e exercem, por conseguinte, o poder governativo do Estado.

Em suma as ideias sobre tipologia partidária assentam em duas dimensões essenciais: a fragmentação e a polarização da ideologia dos partidos levando a uma maior dinamização da democracia. No que se pode observar, a maioria da prática democrática contemporânea assenta na liberdade e nos direitos fundamentais. Os partidos políticos, independentemente da sua ideologia, pretendem alcançar a governação.

2.4. As funções dos partidos políticos

O princípio da existência dos partidos políticos está relacionado com o próprio sistema político de democracia representativa. Terá como objetivo o poder e a fiscalização governativa, tentando influenciar a decisão política do Estado. De acordo com o objetivo principal, os partidos políticos apresentam diferentes perspetivas e os

seus argumentos são baseados na razão. A relevância e objetivo de elaboração deste estudo prende-se, essencialmente, com a identificação e análise das várias disposições sobre as funções de um partido político. A noção de “função” pode ser alvo de várias interpretações, tendo em conta o contexto a avaliar. Anthony King afirma que:

Não existe uma compilação definitiva e as funções geralmente citadas são frequentemente inter-relacionadas e sobrepostas. Mesmo assim, há um amplo consenso sobre quais são as principais funções, e algumas das diferenças entre as listas são em grande parte verbais. O objetivo do que se segue não é produzir um catálogo novo e mais coerente de funções, mas examinar o catálogo já daqui (King, 1969, p. 9).

Theodore Lowi reforça esta ideia e defende que:

... textbooks and studies of political parties usually present an inventory of "the functions of party" as though these were as regularly as part of the political process as stages in the passage of a bill or what the judicial system does ... At the present time, political scientists cannot state with any degree of confidence the conditions under which any political structure will function a particular way, and yet we continue to talk about [party] functions as though the whole issue was settled (Lowi, 2018, p. 571).

As várias razões apresentadas por estudiosos e a ausência de concordância entre os cientistas políticos, implica a necessidade de um guião de abordagem, de forma a obter uma função orientadora. Ainda que não haja concordância sobre as funções dos partidos políticos, para Theodore Lowi “certamente tem razão ao insistir, na mesma passagem, que as supostas funções do partido "deveriam ser guias para investigação e não para itens em um inventário" (Lowi, 2018, p. 571). É nessa perspetiva que se destaca Anthony King que apresenta apenas seis funções mais gerais: “ (1) a estruturação do voto; (2) a integração e mobilização do público de massa; (3) o recrutamento de líderes políticos; (4) a organização do governo; (5) a afirmação da política pública; e (6) a agregação de interesses” (King, 1969, p. 120).

1) A estruturação do voto

Estruturar o voto é uma tarefa mais específica dos partidos políticos no contexto da democracia moderna. Como explica Epstein, "é uma função mínima de um partido político em uma democracia moderna" (Epstein, 2000, p. 77). Através de uma

estruturação de votos na eleição, o partido político realizará os seus objetivos em conquistar o poder do Estado na democracia representativa. Os esforços nas campanhas educativas e de propaganda visam obter maior número de votos. De fato, a estruturação de votos está frequentemente ligada às funções educacionais políticas, como acrescentado por Surbakti (1992) posteriormente, nomeadamente políticas persuasivas e representacionais às quais muitos teóricos se referem. Por outro lado, os votos poderiam fazer apelo aos eleitores, mas ainda está por descobrir quando o comportamento dos eleitores foi analisado pelo partido, como tendo sido o fator estruturante.

Em relação ao funcionamento do sistema partidário, Newmann embora usando uma terminologia semelhante, refere que *“They are brokers of ideas, constantly clarifying, systematizing, and expounding the party's doctrine. [...] They maximize the voters' education in the competitive scheme of at least a two-party system and sharpen his free choice”* (Newmann, 1956, p. 396).

Neste último caso, não apenas aquela parte estruturou o voto, mas o voto foi estruturado como uma consequência da atividade partidária passada ou presente, ou como uma consequência do passado ou do presente (King, 1969, p. 120). Daí, a estruturação de votos prende-se a várias componentes, não só depende da capacidade de estruturar o programa de campanha eleitoral, mas também tem em conta os desempenhos do partido ao longo da sua vida. Especificamente, os processos da socialização e comunicação política do partido, como se menciona no pressuposto de Surbakti.

2) A integração e mobilização do público de massa

Essa função, como a maioria das outras, foi descrita de várias maneiras. LaPalombara e Weiner notam que de alguma forma "o partido deve articular o conceito e o significado da comunidade mais ampla" (LaPalombara & Weiner, 1972, p. 3). Kirchheimer observa de forma semelhante que os partidos funcionaram "como canais para integrar indivíduos e grupos na ordem política existente" (Kirchheimer, 1972, p.

188-189). Newmann foi um pouco mais longe e afirmou que os partidos transformavam o próprio cidadão: *“They make him a zoon politician; They integrate him into the group. Every party has to present to the individual voter and to his powerful special-interest groups a picture of the community as an entity”* (Newmann, 1956, p. 397).

Tais ideias são claramente parte do que é normalmente entendido pelo conceito de resolução de conflito. Via partido político, as diferentes ideias das populações integram-se no processo político. No entanto, as ideias são formuladas, aqueles que as usam estão se referindo aos processos pelos quais os indivíduos adquirem apegos psicológicos e sociais aos partidos políticos e, através deles, à ordem política mais ampla. “Escusado será dizer que algumas das partes estão dispostas a fazer o contrário, para gerar hostilidade ao trinco” (King, 1969, p. 124). Além da ordem política mencionada, um dos componentes importante no processo de integração política é a questão de liderança do partido político. Dennis investigou o apoio ao sistema do partido americano "sentimentos mistos e pouco encorajadores sobre a instituição do partido". Ele concluiu “Em nosso sistema, como sem dúvida em muitos outros - onde líderes da política - normas e imagens anti partidárias estão presentes como parte do culto político” (Dennis, 1966, p. 614).

3) O recrutamento de líderes

O recrutamento de candidatos é uma função básica dos partidos políticos: um partido que não consegue atrair e, em seguida, nomear candidatos, renuncia à sua oportunidade elementar de poder (Neil, 2012; Newmann, 1956; Schattschneider, 2009). Através do recrutamento de políticos profissionais, confere-se legitimidade ao ato de governar, quer a nível do partido, quer a nível nacional. Essa função de recrutamento é essencial no mecanismo organizacional do partido em que é iniciado com a seleção dos líderes e quadros políticos dos partidos como embrião da representação política do partido na instituição do Estado através de contestação pelo poder do Estado dentro do processo eleitoral. O recrutamento raramente é definido com detalhes da função, mas, presumivelmente, esta função estará relacionada com posições políticas, ou com o desempenho de posições políticas, em tempo integral ou parcial.

Relacionado com o processo de recrutamento político, Lester G. Seligman designa dois estágios claramente diferenciados em termos de processo de recrutamento: “a certificação inclui a triagem social e a canalização política que resultam em elegibilidade para a candidatura, enquanto a seleção inclui a escolha real dos candidatos para representar os partidos nas eleições gerais” (Seligman, 1961, p. 77). De acordo com Seligman o recrutamento das elites políticas, ou, dito de outra forma, dos profissionais políticos, prende-se com duas possibilidades de características diferenciadas, ou, ainda, num modelo misto, no caso de posições estratégicas. Em princípio, o processo de regeneração, com base na certificação de competências, resulta na eleição por sufrágio universal. A função de recrutamento da liderança do partido não ocorre de forma simples na sociedade democrática, mas é um fenómeno comum da sociedade democrática, a fim de evitar a monopolização do poder e os seus potenciais efeitos negativos.

4) Organização do Governo

Baseando a função em recrutamento anteriores, os partidos políticos têm a sua responsabilidade de organizar os órgãos governantes. A função de organização e função de recrutamento, muito raramente estão próximas. A realização da função de recrutamento é feita através de três atividades do órgão de Estado: (1) organizar atividade legislativa; (2) organizar e supervisionar a atividade do executivo e (3) coordenar a atividade do órgão judicial, de modo a alcançar o bom funcionamento do sistema democrático. Anthony King reforça esta ideia, explicando: “Em alguns contextos, palavras como "controle" e "integração" são tão apropriadas quanta "organização"(King, 1969, p. 132). Significa isto que são os processos pelos quais:

Men in government and the various elements of government may not act in concert; on the contrary, governments are at least as likely to be at the mercy of centrifugal as of centripetal forces, with colleague divided from colleague, department from department, judiciary from executive, executive from legislature (King, 1996. P. 132).

Com base na ideia de King, a função da representação política dos partidos políticos não é apenas para órgãos legislativos como o Parlamento Nacional. Os partidos se inclusivamente assumiu a sua responsabilidade nos restantes órgãos de poder do Estado. Entre tanto, uma vez que o partido ter oportunidade ter representante

no órgão legislativo, logo, possivelmente tem oportunidade participam no pleno realização da função política do Estado. Assim, o acesso dos partidos políticos ao órgão legislativo ou Parlamento Nacional através de competição eleitoral, é única senha política no jogo político da democracia representativa.

5) Formulação de Políticas Públicas

Como mencionado anteriormente, os partidos políticos são considerados um elemento natural na democracia moderna, ao promoverem a participação política do cidadão na formulação de políticas públicas. De fato, como menciona Anthony King, a formulação política é uma das funções do partido político. Segundo Epstein (2000), o papel do partido político na formulação de políticas públicas terá que ser discutido sob dois pontos de vistas: primeiro, em termos de relação entre partidos na eleição e, segundo, em termos da relação entre o partido e o governo (Epstein, 2000). O governo pode implementar políticas partidárias por motivos eleitorais; podem implementá-las por uma série de outras razões, desde a crença ideológica conscienciosa, até à pressão dos militantes do partido. No entanto, podem também não as implementar. Mesmo assim, as políticas não são resultado de uma única instituição, como o partido político, mas ainda de outro elemento na democracia. As políticas podem ser o produto de grupos de interesse. Eles também podem ser o produto de políticos individuais, funcionários públicos, departamentos e comitês interdepartamentais, acadêmicos, televisão e jornais. Eles também podem, muitas vezes, ser o produto em grande parte da força das circunstâncias (Epstein, 2000).

Mesmo que existam distintas possibilidades, o partido político ocupa um lugar privilegiado, em relação aos restantes elementos, conforme mencionado por Epstein. Justifica-se na função de governação, salvo os representantes políticos sejam elegíveis como únicas fontes. O partido político é sempre o elemento fundamental da democracia.

1) Agregação de Interesses

A agregação política é uma tarefa necessária do partido, de modo a organizar a diversidade de ideias, ou seja, as opiniões e interesses para alcançar a unidade dentro na própria força política do partido. Ainda que o conceito não seja de fácil percepção,

Anthony King explica, “etimologicamente, o verbo "agregar" significa reunir, unir; o substantivo "agregação" tem dois significados distintos, referindo-se ao ato de agregar, ou ao todo ou massa formada como resultado de atos de agregação. Na análise política, pelo contrário, o conceito não foi definido com precisão” (King, 1969, p. 137-138). Na mesma linha de pensamento, Almond & Coleman, sublinham a origem da formulação da ideia:

Every political system has some way of aggregating the interests, claims, and demands which have been articulated by the interest groups of the polity. Aggregation may be accomplished by means of the formulation of general policies in which interests are combined, accommodated, or otherwise taken account of, or by means of the recruitment of political personnel, more or less committed to a particular pattern of policy (Almond & Coleman, 2015, p. 39).

Na sociedade contemporânea, caracterizada por uma heterogeneidade de interesses, a agregação política é, em si, uma importante função no desenvolvimento do partido político. Desde que exista agregação dos interesses, o partido converte-se aos interesses dos cidadãos. A agregação tem o objetivo de gerir e seleccionar alternativas políticas, independentemente do facto de ser alcançada por uma variedade de estruturas, das quais o partido político é necessariamente o mais importante. No que diz respeito ao alcance das acomodações e compromissos, o funcionamento dos sistemas partidários em alguns países parece contribuir para a criação de um clima político da organização.

Ramlan Surbakti (1992, p. 116-129) identifica a variedade de funções do partido político em sete componentes:

- 1) Função de **socialização política**, de modo que os partidos políticos são uma das instituições do Estado a assumirem a tarefa de internalização dos seus militantes, apoiantes, simpatizantes e restante público, aos valores, princípios e objetivos do sistema político do Estado-nação, contextualizado na própria organização do partido.
- 2) Função **recrutamento político**, como muitas objeções no mundo político. Como já se disse, na democracia representativa, os governantes e distintos parlamentares são elegíveis de uma

competição eleitoral, de modo a que os partidos políticos possam assumir a tarefa de selecionar os seus candidatos, de acordo com o mecanismo democrático interno do partido.

- 3) Função de **participação política**, enquanto elementos intermediários entre representante e representados. Esta é uma função irrefutável. O partido, enquanto instituição política, tem a legitimidade de promover e facilitar a participação dos representados nos assuntos políticos do Estado, seja esta realizada de forma direta ou indireta.
- 4) Função de **orientar de interesses**, diante da massa política. O partido político incorpora pessoas visionárias, que assumem tarefas de organização e orientação das massas públicas, sobretudo os militantes e apoiantes, acerca dos valores e interesses nacionais.
- 5) Função de **comunicação política**, como meio de realização das funções antecedentes. O partido assume a responsabilidade de comunicar as ideias políticas aos diversos órgãos do Estado, mas também aos seus adversários políticos, sempre orientando para o interesse nacional.
- 6) Função de **gestor de conflitos** no partido político, através do mecanismo da eleição. Pretende-se o desvio de conflitos de interesses, de modo a que não sucumbe no conflito físico e, até, no crime. A estabilidade governamental é a competição e a participação política dentro de uma sociedade guiada por instituições democráticas (Dalh, 1971). Será, justamente, a atuação dos indivíduos dentro das associações ou grupos de interesses, dentro de um equilíbrio baseado em regras legais (institucionais e constitucionais), que possibilitará a difusão do poder e responsabilidade na sociedade. A permanência dos partidos políticos, enquanto elementos da democracia moderna, visam minimizar o conflito, de forma a que o debate possa ocorrer tendo em atenção a liberdade e os direitos cívicos.

7) Função de **controle político**, pois o partido é uma componente do sistema político do Estado. O partido deverá contribuir para o vigiar do processo governativo do Estado, através dos seus representantes nas instituições. O partido deverá manifestar-se, exercer o seu poder de crítica através de vários mecanismos, desde a objeção até à manifestação aberta perante esfera pública.

A proposta de Merkl (1970) será aqui apresentada através de Miguel Coelho, resumindo as seis distintas funções:

(i) Recrutamento e seleção do pessoal dirigente para cargos do governo; (ii) Génese de programa e políticas para governo; (iii) Coordenação e controlo dos órgãos governamentais; (iv) Integração social pela satisfação das demandas de grupos, ou pela contribuição de um sistema comum de crenças e ideologias; (v) Integração social mediante mobilização e apoio da sociedade política; (vi) Contacto de organização ou de subversão (Coelho, 2014, p. 72).

De forma diferente, Joaquim Aguiar elabora as funções do partido político em três papéis: seleção, estabilização, modernização. Estes serão operacionalizados através de três tipos de finalidades ou grandes objetivos: tradução, socialização e canalização (Aguiar, 1990). Primeiro, os partidos políticos selecionam os responsáveis e dirigentes (formação da classe dirigente), assim como os temas que são merecedores de atenção política (identificação da agenda política). Segundo, estabilizam as relações políticas através de processos complexos e especializados de negociação e de gestão de conflitos (consensualização, atualização ou, simplesmente, regulação de conflitos). Terceiro, aposta na modernização, na medida em que exercem um efeito de orientação e de direção da sociedade, interpretando as possibilidades sociais, mobilizando os comportamentos de grupos, interferindo na produção legislativa que regulamenta. Dos três papéis resultam as três finalidades do partido político. A primeira dessas finalidades é a *tradução*, através da qual os interesses e expectativas sociais atingem e assumem um significado político: expressos pelos responsáveis e dirigentes, recolhidos em agendas políticas, reconhecidos pelos decisores como partes integrantes, como condições de avaliação da função de legitimação expressa pelas

vontades dos eleitores. A segunda finalidade é a *socialização*, que corresponde a um processo de difusão, junto dos diversos grupos sociais, das condições da ação política, de modo que se compreenda a existência de limites à satisfação de interesses e de expectativas e que se reconheça socialmente a necessidade de estabelecer e de respeitar os processos de negociação política. A terceira finalidade, a *canalização*, corresponde à passagem ordenada de objetivos e de interesses para decisões políticas formais através dos canais apropriados para realizar legitimamente essa passagem (governos, parlamentos, processos legislativos).

Os argumentos de Ramlan Surbakti e de Joaquim Aguiar concorrem no mesmo sentido. No entanto, Aguiar entende que as três partes das funções, a saber, tradução, socialização e canalização, não serão objetivos do partido, como destaca Surbakti. O principal objetivo do partido é forçar e exercer o poder político do Estado. LaPalombara & Weiner acrescentam que “os partidos políticos surgiram para conquistar poder, mas não se podem limitar a ter como objetivo a influência do poder, mas sim a sua execução” (Lapalombara & Weiner, 2015, p. 6).

De modo mais genérico, Lavau (1953) definiu três funções básicas dos partidos políticos, designadamente, as *funções de revezamento político, a função da legitimidade e estabilidade e a função tribunícia*. Entende-se que a ideia de Lavau pretende fazer uma definição ampla, e adequadamente refletir as características dos partidos políticos na democracia contemporânea. Os partidos políticos modernos assumiram a função de sucessão das elites políticas, dos profissionais do Estado, através de um mecanismo de eleição democrática como agência legitimadora. Baseado nesse ato eleitoral, a elite representante apodera-se legitimamente do poder e resgata forças políticas aos profissionais do Estado, os quais supervisionem o processo político, de forma a garantir a justiça a todos os cidadãos do país.

Existem, assim, distintas funções do partido político, que devem cumprir a função de transformar as orientações e atitudes políticas gerais, dividindo por setores da sociedade em programas de política nacional. As funções de cada instituição devem estar em cumprimento com a linha política nacional do Estado. O exercício da função atrás mencionada depende do partido, enquanto elemento democrático. Por enquanto,

o poder político está no próprio partido e a realização das suas funções depende do ambiente, das condições de financiamento e da própria ideologia do partido. Em princípio, cada partido político adotará diferentes perspectivas, de acordo com a sua ideologia social humana. A mudança da cultura política pós-moderna possibilita a existência de várias organizações sociais, sendo que estas assumem algumas das tarefas anteriormente detidas pelos partidos. Reagindo a este fenómeno, Joaquim Aguiar (1990), sustenta que os partidos terão de substituir as suas funções tradicionais por novas funções, que seriam as seguintes funções:

- 1) Função de organização, na perspectiva de poderem atender às exigências dos novos problemas que são objeto de resposta por parte de novas organizações não partidárias, concorrenciais com a sua atividade;
- 2) Função de representação, não só na sua interpretação clássica, mas sobretudo pela necessidade que terão de representar novas setores da sociedade;
- 3) Função de orientação, no sentido de selecionarem as melhores propostas para atingir os seus objetivos;
- 4) Função de comunicação, cada vez mais complexa porque destinada a vários e diversificados sectores da sociedade;
- 5) Função de diferenciação/integração, isto é, na função de assumir clivagem programáticas como condição para a conquistar, por via eleitoral, do poder, mas podendo delas abdicar praticamente de forma a permitir, se necessário, solução de governabilidade;
- 6) Função de estratégia, entendida na perspectiva da conquista e formulação de poder, assim como no seu próprio de exercício.

De facto, as realidades contemporâneas existem várias organizações não-governamentais e não partidárias envolvidas no melhoramento da vida em sociedade. Vale a pena analisar a especificidade da sociedade timorense, à luz da proposta das várias referências anteriormente mencionadas. Apesar de se tratar de um Estado nação relativamente recente, pode-se avançar que as características dos partidos políticos são variadas, sendo igualmente interessante analisar a trajetória de conhecimento e redefinição das funções dos partidos, nas condições atrás referidas.

CAPÍTULO 3

TEORIAS DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E DA CULTURA POLÍTICA DEMOCRÁTICA

3.1. Participação Política

A noção de democracia sempre esteve ligada a um racional envolvimento dos cidadãos na procura do bem comum, quer destes, quer do próprio Estado. No regime de política democrática, a participação dos cidadãos (democracia deliberativa e direta), ou seja, representado (democracia representativa), é considerada uma condição indispensável. Segundo Marcia R. Dias (2002), a qualidade da democracia pode ser medida pelo nível de participação política encontrada em cada sociedade, que permite ao cidadão comum inserir-se nos processos de formulação, decisão e implementação de políticas públicas e, desta forma, “quanto mais direto for o exercício do poder político, mais acentuada será a capacidade democrática das instituições políticas, cujas decisões estarão mais próximas de traduzir a genuína vontade popular” (Dias, 2002, p. 82).

Da mesma forma, Guillermo O’Donnell *et al.* (2004) defende que numa democracia com qualidade todos os cidadãos gozam de igualdade perante a lei, que deve ser clara, publicamente conhecida, universal, estável, não retroativa e consistentemente aplicada por um sistema judiciário independente. O sistema legal que emerge nessa situação é favorável à democratização, uma vez que atua na defesa dos direitos civis e políticos dos cidadãos e garantem a continuidade dos procedimentos fundamentais. Dessa forma, os governos devem reforçar e efetivar autoridades de outras agências horizontais de fiscalização da legalidade e propriedade das ações daqueles que ocupam os postos do governo.

Benjamin Barber (2004) defende que na democracia representativa os cidadãos são vistos como parte autónoma, que se relacionam com o governo numa lógica de soberanos passivos. Ou seja, o cidadão é entendido como um cliente; um participante mais passivo do que ativo. Na democracia unitária o reconhecimento do indivíduo é efetuado com base nos laços de sangue que o ligam a uma comunidade mais vasta (nação), enfatizando-se, neste caso, o ideal de fraternidade coletiva como virtude máxima, a alta abnegação, a submissão e as obrigações cívicas. Assim, na "democracia forte", a cidadania não passa, exclusivamente, pela existência de direitos políticos (participação abstrata), mas pelo exercício pleno desses direitos (participação

concreta), integrando quer a ideia de autonomia quer a ideia de vontade. Por outras palavras, falar em cidadania é falar em cidadãos que deliberam sobre as suas escolhas e atuam com responsabilidade. A opção do autor vai esquivamente para uma cidadania inscrita no modelo de democracia forte, aceitando-a como uma relação dinâmica entre estrangeiros que se tornam vizinhos, cuja comunidade deriva em maior consciencialização das relações geográficas.

Independentemente da teorização efetuada sobre o fenómeno da democracia, o mais importante será focalizar na participação política dos cidadãos, em conquistar e manter decisão política, e implementar interesses públicos. A democracia deverá ser encarada como um processo de governação que requisita o envolvimento ativo dos cidadãos, de forma a influenciar os decisores políticos, sempre tendo em conta valores como a liberdade, a boa vontade e a competência. A interpretação é focalizada na participação do cidadão, na compreensão da democracia, seja nos modelos de democracia direta, democracia representativa e democracia participativa como já fora mencionado anteriormente.

3.1.1. Origem e Definição do Conceito de Participação Política

A noção da participação política está, pois, historicamente ligada à legitimidade do sistema político moderno, e, portanto, deve verificar o consenso do novo Estado de soberania popular. A democratização deve almejar atenuar as desigualdades próprias da sociedade civil. A participação seria mesmo “o envolvimento ativo e voluntário dos cidadãos no processo de decisão pública, e um dos pilares da democracia e está consagrada como direito fundamental na Declaração Universal dos Direitos Humanos, foram adotadas pelas Nações Unidas em 1948” (Lisi *at all*, 2013, p. 51). Assim, a participação política é um relevante indicador da modernidade do sistema democrático e desenvolvimento político.

Historicamente, evidenciou Stein Rokkan (1961), a extensão dos direitos de cidadania política e a igualdade no direito de voto foram dos mais importantes aspetos do processo histórico de consolidação e integração dos Estados-nação do século XIX, como se mencionou anteriormente. Mesmo assim, ainda não existe um consenso sobre o estudo deste domínio.

A participação política é um eixo central no estudo do poder político e da democracia. Os debates do poder político e a democracia têm a sua fundamentação na procura de um mecanismo de envolvimento pleno dos cidadãos nos assuntos políticos. Participar é uma forma de exercer direitos políticos dos cidadãos. Sobretudo, e aprofundando a teorização democrática do submodelo de democracia representativa de Pateman (1970), considera-se que a democracia e a participação pública são simplesmente indissociáveis. A modalidade de participação política foi alvo de inúmeros debates académicos, sendo que são várias as definições desta, dependendo do contexto de cada autor e do objeto de estudo.

Numa visão geral, Verba, Nie e Kim, salientam que *“political participation we refer to those legal acts by private citizens that are more or less directly aimed at influencing the selection government personnel and/or the actions that they take”* (Verba, *et al.*, 1980, p. 46). De maneira similar, para Huntington e Nelson, trata-se de uma atividade *“realizada por cidadãos privados com o objetivo de influenciar a tomada de decisão do governo”* (Huntington & Nelson, 1976, p. 17). Enquanto Grosselli e Mezzaroba apresentam uma proposta: *“a participação política caracteriza-se pelas ações coletivas ou individuais, de apoio ou de pressão, que são direcionadas a selecionar governos e a influenciar as decisões tomadas por eles. Trata-se de uma participação ativa dos cidadãos nos processos políticos, sociais e comunitários e tem como objetivo influenciar as decisões que contemplem os interesses coletivos e o exercício da cidadania”* (Grosselli & Mezzaroba, 2011, p. 7131).

De acordo com desta ideia, entende-se que a participação política é um conceito repleto de várias atividades, ou seja, um conceito multidimensional em termos de atividade política dos cidadãos. Entre essas atividades, o ato eleitoral é o mais considerado, quando se toca este assunto. Por outro lado, Verba, Nie e Kim sustentam, *“our conception of political participation is narrower than some. For one thing, we focus on the activities of private citizens-on those citizens how are not acting in rules in which they are professionally involved in politics”* (Verba *et al.*, 1980, p. 47).

Algumas razões para se colocar o assunto eleitoral como a principal dimensão da participação política, residem nas regras da democracia representativa, sendo que é o único mecanismo capaz de eleger os políticos profissionais. Na política profissional

encontramos os membros do governo, os funcionários dos partidos e os lobistas profissionais. Assim, a realização do ato eleitoral estabelece os mecanismos de contacto político e de outra dimensão da participação política: a de protesto, o contacto com instituições de representação política e não política, assim como novas formas de participação política assentes na utilização da Internet e no comportamento de consumo ideologicamente orientado.

Viegas, Belchior e Seiceira defendem que a “participação política” compreende: “as atividades dos cidadãos direcionadas para influenciar a escolha dos governantes e as suas decisões (também das grandes corporações e organizações com poder económico e social), as atividades de protesto, o contacto com instituições de representação política e não política, assim como novas formas de participação política assentes na utilização da Internet e no comportamento de consumo ideologicamente orientado”(Viegas *et al.*, 2011. p. 4-5).

A noção de participação política implica uma ação de percurso desejável, seja este pessoal, seja coletivo. Este é um fenómeno que persiste ao longo da existência do ser humano, desde há 2500 anos. O modelo da Grécia Antiga representa uma democracia direta e este modelo foi determinante para o futuro da vida humana. Este conceito tem raízes no princípio da relatividade da sabedoria humana. Schumpeter demonstra, em relação a isto, um paradoxo e argumentou “os povos são irracionais”. O desejo e aspiração de cada pessoa está no seu pensamento. Assim, a participação política retorna às principais metas: interesses comuns (tanto pessoais, como de grupo). Defendendo este Princípio Rafael del Águila acrescenta:

A participação criará melhores cidadãos e, quem sabe, simplesmente melhores indivíduos. Os obrigará a traduzir em termos públicos seus desejos e aspirações, incentivará a empatia e a solidariedade, os forçará a argumentar racionalmente ante seus iguais e a compartilhar responsabilmente as consequências (boas e más) das decisões. E estes efeitos benéficos da participação se conjugam com a ideia de que a democracia e suas práticas, longe de entrar em conflito com a perspectiva liberal, são o componente indispensável para o desenvolvimento da autonomia individual que presumivelmente aquelas instituições querem proteger (Águila, 1996, p. 36-37).

À luz do exposto por Águila, e por outros que o precederam, a participação política dos cidadãos deve ser entendida como o fundamento da participação política,

não sendo meramente “uma política de conhecimento como uma das correntes de pensamento política contemporânea” (Taylor, 2000, p. 224). Através da teorização da política de reconhecimento defende-se a inclusão de grupos marginais: pensamentos feministas, à medida que as mulheres foram sendo introduzidas nas sociedades enquanto seres com iguais direitos na prática política. Segundo Taylor:

o discurso do reconhecimento tornou-se familiar a nós em dois níveis. Em primeiro lugar, na esfera íntima, compreendemos que a formação da identidade e do *Self* ocorre num contínuo diálogo e luta com outros significativos. Em segundo, na esfera pública, onde uma política do reconhecimento igual a desempenhar um papel cada vez mais importante (Taylor, 2000, p. 232-233).

As participações políticas têm as suas raízes na consciência humana, ou seja, no domínio cognitivo, próprio de cada um dos cidadãos como participante “esteja ciente e informado sobre o sistema político em seus aspetos governamentais e políticos (Almond & Verba, 1989, p. 45), e sobre os valores desejáveis, que relativamente variáveis entre cada sociedade como limites de modernidade (Giddens, 1991). Por outro lado, a participação política depende da política de consciencialização, de modo que a educação política parece ser uma pré-condição, principalmente nos países subdesenvolvidos. Por outras palavras, a participação política depende da socialização política (Almond & Verba, 1989), passando a internalização dos valores e a uma cultura política democrática.

Importa refletir no seguinte: “a ideia de que deveria haver maior participação dos cidadãos nas decisões governamentais surge na década de 1960, com os movimentos estudantis e comunitários que passaram a exercer pressões políticas” (Grosselli & Mezzaroba 2011, p. 7131). Este movimento inspira a nossa atualidade, motivando os cidadãos para o envolvimento político, incluído a sociedade timorense, como objeto sociológico deste estudo. Na mesma corrente do pensamento, Pateman argumenta que a participação mais ampla na esfera política começa necessariamente com a participação em microesferas da vida social. “As pessoas com senso de eficácia política têm mais probabilidade de participar da política do que aquelas que carecem desse sentimento” (Pateman 1992, p. 66).

De acordo com a autora, quanto mais os indivíduos participam, mais capacitados se tornam para fazê-lo. Conforme a ideia de Barber, a participação política contemporânea da comunidade é a principal contribuição para a política do Estado. No caso de Timor-Leste, como Estado democrático representativo, a participação política refere-se aos mecanismos de nomeação dos representantes, tal como os membros do Parlamento Nacional, membros do Governo e outros líderes. Com o foco na democracia representativa, Sidney Verba, Norman e Kim acrescentam que “political participation we refer to those legal acts by private citizens that are more or less directly aimed at influencing the elections of government personnel and/or the action that they take” (Verba et al., 1980, p. 1)

Ainda focando a democracia representativa, Beetham et al, define participação política:

The starting point of participation is to authorize public representatives or officials through free and fair electoral choice, and in a manner, which produces a legislature that is responsive of the different tendencies of public opinion (Beetham et al, 2008, p. 24).

Uma maior participação no processo eleitoral indica uma maior legitimidade dos governantes em assumir as suas funções enquanto gestor de serviços públicos. Por sua vez, Martins (2004) frisa que:

Participação política constitui, neste contexto, um valor sociedade à legitimação e transformações estruturais introduzidas pelos governantes numa sociedade ou numa organização, os quais, em função do grau dessas transformações, tendem a desejar e a requerer, de forma controlada ou não, elevados níveis de intervenção dos cidadãos. É assim que os altos níveis de participação representam um potencial superior para a democracia, quando comparados com situações em que poucas pessoas mostram interesse no processo político ou nele intervenham. Nestes termos, a exclusão de largos sectores da população da arena política constitui um fator de significativa instabilidade da democracia, enquanto o envolvimento regular dos cidadãos em atividade que lhes transmitam um sentido de participação nas decisões que só afetam contribui para o reforço de legitimidade dos sistemas políticos (Martins, 2004, p. 88).

Esta ideia também é defendida por Robert Dahl (1971), quando desenvolve a sua teorização sobre democracias mínimas. Considera que a participação é uma das

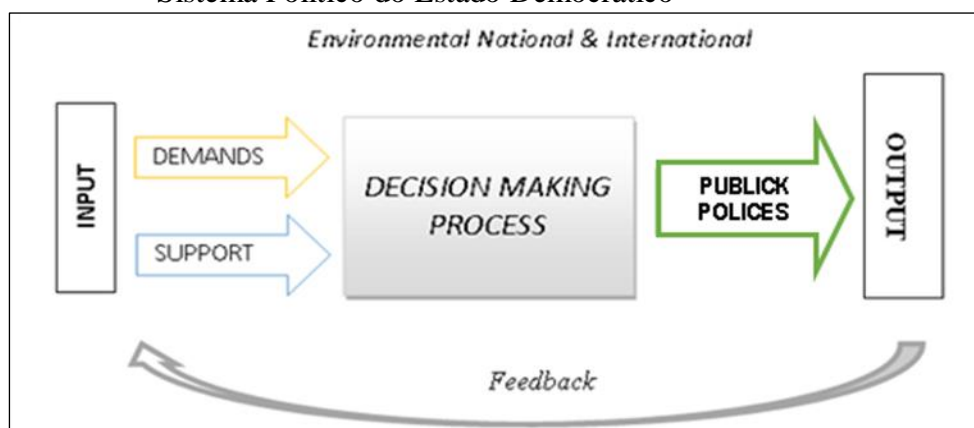
duas dimensões (a contestação), que caracterizariam os sistemas políticos democráticos. O estudo da participação política não é, portanto, uma variável independente. Pelo contrário, Manuel B. da Cruz salienta que “a participação política não é, portanto, uma variável independente. Pelo contrário, depende tanto da possibilidade *objetiva* como da vontade *subjéitiva* de tomar parte no processo de produção de decisões políticas” (Da Cruz 1985, p. 1069). Entre as dimensões objetivas, como os motivos próprios dos participantes, refere-se à preferência política e à vontade como cultura política que possibilita participação política. Enquanto dimensão subjéitiva é uma potência exterior e refere-se ao sistema político, raramente pelo que impõem e possibilitam, ou impedem o grau de participação dos cidadãos na vida política, seja pela sua preferência, seja pela oportunidade de tomada de decisões políticas e expressar opções eleitorais.

De acordo com ideia de Dahl (1971) e Da Cruz (1985), o envolvimento dos cidadãos nos assuntos políticos é um fenómeno complexo e interligado. Desta forma, o entendimento da participação política está baseado na análise do funcionamento do sistema político democrático. David Easton (1957), salienta que o sistema político funciona em três fases interligadas: 1) ***Input***, entendido como a participação política dos cidadãos, como elemento que sustenta a matéria do processo de decisão política; (2) ***Decision making***, relacionado com as competências da política profissional, na análise dos assuntos mais relevantes; (3) ***Output***, alocação dos valores públicos, ou seja regulamentos e leis ao serviço dos interesses da sociedade e do Estado Este processo é «infinito/um início sem limite», fazendo uma ampla avaliação de modo *feedback*, e a seguir volta novamente para o *input*, de forma a suportar a satisfação das decisões tomadas e implementadas. Em sentido contrário, quando o processo não é satisfatório resulta numa nova exigência para formular e decidir outras políticas públicas.

Baseado no pressuposto da análise do sistema político de Easton, os componentes inputs (***demand & supports***) demonstra como a participação política é um elemento intermédio da sociedade. O ambiente político e o processo de tomada de decisão pelo representante e elite política antes de denunciar como políticas públicas. O *input* é importante porque sustenta o funcionamento da máquina do Estado, em

qualquer sistema político democrático. A emergência do elemento *input* (participação política do cidadão), depende da sua cultura política como ambiente do sistema político de acordo com a orientação política e as condicionantes do sistema legal do Estado. Veja-se a figura 10 que ilustra o que atrás se explicou.

Figura 10: *Demand* e *Support* como Dimensão da Participação Política no Sistema Político do Estado Democrático



Fonte: Adaptação de David Easton (1957, p. 384).

O envolvimento do cidadão no processo político, quer na eleição, quer na formulação de decisão política, é condição de qualquer democracia, potenciando os efeitos positivos que irão assegurar o desenvolvimento do país. Desde que os representantes e os governantes sejam consistentes com as suas bases sociais, as oportunidades de desenvolvimento ficam asseguradas. A participação política eleitoral não é, por si só, capaz de determinar todas as oportunidades de política do cidadão. Acontece que há muitas possibilidades, e o representante na sua ação política não sabe a plenitude da situação real da comunidade. Assim, a participação no contexto democrático não termina quando se elege os representantes, sendo, antes, um ciclo inacabável, dentro da vida do próprio Estado, da consulta política, da *accountability* perante os representados.

A participação ocupa uma posição intermédia no percurso de influência dos interesses públicos. Assim, a eficácia da participação política também está dependente do posicionando e orientação dos cidadãos, em relação ao sistema político.

De forma a alcançar eficácia em termos de participação política, é preciso desenvolver capacidade cognitiva (preferência política) e o desenvolvimento da orientação e comportamento pessoal perante o funcionamento do sistema político, em termos gerais. Assim, o conceito de orientação, na teoria de Parsons, é essencialmente de cariz psicológico, e Black (1961), na sua crítica pela teorização de Parsons e afirma que as orientações são como predisposições adquiridas para responder de certa maneira a determinados estímulos (citado por Pateman, 1971). No seu entendimento, a orientação política é uma questão psicológica, baseando-se nos valores interiorizados relacionados com os assuntos públicos, enquanto objetos políticos.

Já na perspetiva sociológica, face à sua natureza como refere Max Weber (2012), como ciência compreensiva da ação social, a participação política, é justamente entendida como ação social no plano micro da sociologia. Por uma lógica do pensamento, “ação social por sua vez, significa uma ação que, quanto o seu sentido visando pelo agente ou os agentes, se refere ao comportamento de outros, orientando-se por este em seu curso” (Weber, 2012, p. 3). De forma ideal, Weber identifica tipos de ação social segundo quatro classificações, conforme a sua racionalidade com a realidade que está em observação. Na palavra de Weber:

A ação social, como toda ação, pode ser determinada: 1) de modo racional referente a fins: por expectativa quanto ao comportamento de objetos do mundo exterior e de outras pessoas, utilizando essas expectativas como “condições” ou “meios” para alcançar fins próprios, ponderados e perseguidos racionalmente, como sucesso; 2) de modo racional referente a valores: pela crença consciente no valor – ético, estético, religioso ou qualquer que seja sua interpretação - absoluto e inerente a determinado comportamento como tal; 3) de modo afetivo, especialmente emocional: por afetos ou Estados emocionais atuais; 4) de modo tradicional: por costume arraigado (Weber, 2012, p. 15).

Á luz da teorização da ação social de Weber, o fenómeno da participação política, enquanto objeto do estudo sociológico, na especialidade da sociologia política, considera adequadamente a recanalização das variadas atitudes de participação política dos cidadãos, por base na ordem decrescente de racionalidade de avaliação ou afetiva, nomeadamente: i) racional de avaliação com os seus objetivos ou fins; ii) racional com os valores, princípios e ideologia política; iii) inclusivamente as atitudes tradicionais; e iv) de modo efetivo pela mudança socioeconómica, seja no

ambiente internos do país, inclusivamente nas condições externas ou contexto internacional que tem relevância com políticas públicas do Estado (Calca & Gross, 2019).

Em consideração às dimensões acrescentadas, como fator condicionante da mobilização cognitiva (Dalton, 2013), defende que o “engajamento cognitivo tem como ideia central o argumento de que a participação política de um indivíduo é motivada por sua capacidade e vontade para processar e compreender informações relacionadas à política” (Dalton citando por Gimenes, 2014: 118).

Porém, a participação política é uma variável dependente das potenciais orientações dos participantes (cidadãos), em que existe um nível variável de conhecimento político. Esta variedade do nível de conhecimento político, sobretudo, do conhecimento político implicará a estratificação da participação política. Assim, a análise da participação política no contexto democrático, exigirá um aperfeiçoamento do processo de interiorização dos valores políticos, como condicionante básica da orientação política. Porém a teorização da participação política do cidadão depende de outras variáveis explicativas, nomeadamente a socialização política e a estratificação das condições económicas das sociedades (Marx e Weber), e em outra perspectiva depende da socialização política.

Na teoria de socialização política de Almond e Verba (1989), sustenta-se que o processo de socialização política produz um sentido desenvolvido de eficácia política. Neste processo de socialização as pessoas, enquanto cidadãos, interiorizam o conhecimento dos valores políticos. Os valores interiorizados funcionam como potência orientadora da atitude, em termos de participação política. Baseando os resultados do seu estudo em cinco países (Estados Unidos da América, Grã-Bretanha, Alemanha, Itália e México), os autores descobriram as oportunidades de participação em diferentes esferas sociais: interação no ambiente familiar em casa, interação no ambiente escolar, interação no local de trabalho. Todas elas são de grande importância, mas a última pode ser considerada a mais significativa: uma socialização adulta vital para o desenvolvimento de um alto sentido de eficácia política. O indivíduo irá consolidar a sua atuação a partir das suas experiências, dentro das estruturas de

autoridade, como é o caso do local de trabalho. Se o indivíduo tiver a oportunidade de participar, exercer influência sobre as decisões, no trabalho, verá que a esfera política oferece oportunidades semelhantes.

A análise da teoria de socialização política de Almond e Verba encoraja a reflexão sobre o fenómeno de participação política no contexto da democracia representativa em Timor-Leste. Sendo este um país ainda recente, como anteriormente mencionado, com limitações económicas, educacionais, de saúde e infraestruturas, não mostra, no entanto, limitações a nível da representatividade. Apresenta, de facto, a maior taxa de participação ao longo dos 16 anos após a restauração da independência. Esta vivência do povo Timorense, seja no círculo familiar, seja na sociedade, só começa a existir depois de 1974, após a independência de Portugal. Existe, nos anos subsequentes à independência, uma maior participação na resistência contra a ocupação do regime autoritário de Soeharto, Indonésia. Por estes anos revelam-se níveis de consciência política muito altos, uma forte motivação, um enorme espírito de igualdade na participação política que culmina na restauração da independência.

O estudo sobre a estratificação económica da sociedade e a maturidade política são considerados como dois elementos recíprocos, relacionados ao longo do debate sobre a participação política e a democracia moderna. Na análise de Verba *et al.* (1980), o assunto da estratificação económica é uma das condições para compreender a atitude em relação à participação política. Geralmente, os cientistas da área política, principalmente aqueles que acreditam no liberalismo, como Robert A. Dahl e Martins Lipset, colocam as condições económicas do país, como algo indispensável ao processo de democratização da sociedade.

Partindo do conceito acima mencionado Marx salienta que a posição económica indica a relação de uma pessoa com os meios de produção, representando esta a dimensão dominante da estratificação, a qual determinava, a longo prazo, todos os outros padrões de estratificação. Por outro lado, Weber enfatizou a distinção entre hierarquias de estratificação económica, política e social. A posição em tais hierarquias pode variar independentemente uma da outra. Um indivíduo, ou grupo, pode ser mais

politicamente influente do que outro, mas se beneficia bem em termos económicos pode ser riqueza, mas sem prestígio social (Verba, Nie & Kim, 1980).

3.1.2. Dimensões e Modalidades da Participação Política

Considerando que o pressuposto da participação política do cidadão pretende assegurar eficácia na democracia e o sucesso das políticas públicas, de forma a alcançar o bem-estar da sociedade. Assim, a participação política não é meramente definida como atividade eleitoral como votar e outra campanha eleitoral. Ainda mais que à participação suposições como um fenómeno unidimensional (Milnarth, 1977; Verba, S., Nie, N. H., & Kim, 1980; Verba & Nie, 1991). Por outras palavras, a atividade de participação política é um fenómeno unidimensional, tanto na análise como na prática. A participação política identifica-se nas várias dimensões as atividades políticas dos cidadãos, com o objetivo de influenciar as decisões do governo, como alvo de todos os jogos políticos em democracia. Não há possibilidade de indicar certamente uma ação que, efetivamente, tenha influência na decisão política, mas as várias modalidades, no seu conjunto, exercem a sua influência no jogo político.

No seguimento do assunto relacionado com as modalidades de participação política, identificam, em circunstâncias normais, quatro modalidades: votar, atividade de campanha, contacto com membros do governo, por iniciativa pessoal dos cidadãos; e participação cooperativa, em que envolve grupos organizados pelos cidadãos, com o objetivo de solucionar problemas sociais. Estas quatro modalidades de participação política, considerando os pacotes de atividades, abrangem as alternativas que os cidadãos têm para influenciar o governo, em termos de decisões políticas (Verba & Nie, 1991).

A dimensão da atividade eleitoral é considerada a de maior importância, relativamente a outros tipos de modalidades. Essa importância deriva do facto de que desse ato eleitoral resulta a eleição de um representante do povo, o qual assegura a governação do Estado. Desta importância do envolvimento do cidadão no processo eleitoral, tem a sua interligação com o princípio da liberdade e sufrágio universal existente em várias qualidades de competência ao assumir o topo da estrutura da sociedade e do Estado. A permanência da elite eleita no topo estratégico da hierarquia

é mais determinante do que outros elementos na participação política dos cidadãos. De modo mais estrito, é a eleição para os membros do Parlamento Nacional como órgão de legislatura. Deste modo, Maria Benedita Urbana sustenta que, o Parlamento é a sede da democracia representativa” (Urbano, 2009, p. 37).

Para além das quatro modalidades de participação apontadas por Verba e Nie (1991) e, ainda, por Verba, Nie & Kim (1980), um dos contributos mais relevantes para este processo foi apontado por Barnes & Kaase (1981). Estes dois autores falam na participação convencional e participação política não convencional, em particular à participação de protesto ilegal, em que se incluem o boicote a produtos, a ocupação de edifícios ou os danos causados a bens de entidades privadas. Enquanto na conceptualização de Viegas *et al.* (2011), apresenta uma nova forma da participação política, refere três modalidades: comprar, ou não, deliberadamente um determinado produto; utilizar a internet para contacto político; participar num fórum ou grupo de discussão política na internet. A emergência dessa nova forma de participação “associadas à expansão do fenómeno pós-materialista, como advogado em especial por Inglehart” Viegas *et al.*, 2011, p. 4). De forma mais específica nas suas pesquisas, define-se participação política como:

(...) as atividades dos cidadãos direcionadas para influenciar a escolha dos governantes e as suas decisões (também das grandes corporações e organizações com poder económico e social), as atividades de protesto, o contacto com instituições de representação política e não política, assim como novas formas de participação política assentes no utilização da Internet e no comportamento de consumo ideologicamente orientado (Viegas *et al.*, 2011, p. 4-5).

Ao refletir sobre a dimensão convencional e a anunciação do fenómeno pós-materialista, será importante considerar três aspetos: 1) crescimento da competência e conhecimento dos participantes sobre as coisas públicas e interesses dos cidadãos; 2) limites de competências dos gestores públicos, perante as complexidades dos desejos públicos, devido ao avanço da cultura moderna; 3) a persistência das sensibilidades das liberdades e o espírito de igualdade funcionam como eixos dos dois elementos anteriores, face à complexidade da sociedade.

Viegas, Belchior, & Seiceira comparam a modalidade convencional e a não convencional, baseando-se na literatura mais recente, como por exemplo: Putman, 2000; Viegas & Faria, 2002 e 2007; Teorell *at all*, 2007), fazendo notar que:

(...) sobre a participação política nas sociedades modernas revela que a evolução tem seguido tendências que não vão no mesmo sentido: diminuição na participação partidária e oscilações na participação eleitoral, por um lado; aumento das formas não convencionais de participação política, em especial junto dos grupos etários mais jovens, por outro lado (Viegas, *at all*, 2011, p. 19).

São várias as propostas de modalidades de participação política, como as apresentadas por Verba et al., 1980; Montero & Torcal 1997; Cruz 1995; Teorell & Torcal & Montero 2007; Brady, 1999; Viegas & Faria, 2007. Considerando os diversos contributos e constrangimentos devido a variáveis em projetos comparativos (Viegas *at al.*, 2011, p. 21), apresenta-se um resumo na tabela 10.

Rokkan (1961) apresenta como estratégia de ponto de partida para a participação política dos cidadãos, a complexidade e variedade da dimensão participativa. Rokkan foca-se em três canais estratégicos de participação política: 1) canal tradicional, em que se recorre às autoridades locais (não formais); 2) canal eleitoral, caracterizado por recursos formais, legitimados pelas regras comuns da política democrática representativa; 3) canal organizacional, recursos organizacionais não-governamentais e outros modos de esfera pública, como adaptado na democracia deliberativa.

Segundo Rokkan será mais relevante refletir sobre a realidade da vida política na sociedade timorense, como um regime democrático representativo que repousa numa democracia participativa. Uma democracia fortemente enraizada nos valores e nas autoridades tradicionais, uma característica desta jovem nação. As novas instituições da sociedade civil deste pequeno Estado nação estão em estreita cooperação com a instituição Católica, que já antes existia.

A participação política não se limita ao ato eleitoral, no contexto da democracia representativa. Depois deste é necessário atender aos desejos dos cidadãos. Já Schumpeter considerava o povo como uma massa irracional, tendo apenas capacidade para escolher os seus representantes.

Tabela 10: Tipos e modalidades de participação política

Tipos de participação	Modalidades
Contacto ou participação em instituições de representação política	<ul style="list-style-type: none"> ○ Contactar um político e é também designada por “contactar diretamente um político ou governante”; ○ Colaborar com um partido político; ○ Participar numa reunião política ou comício e também designada por “participar num encontro político ou comício”; ○ Colaborar numa ação de propaganda política; ○ Colaborar com um movimento de intervenção política e também designada por “colaborar com um grupo de ação política”; ○ Tomar a iniciativa de organizar uma reunião, colar cartazes ou distribuir folhetos.
Participação de protesto	<ul style="list-style-type: none"> ○ Assinar uma petição participar numa manifestação; ○ Participar numa greve; ○ Participar numa forma de protesto ilegal; ○ Participar em boicotes;
Contacto ou participação em outras instituições	<ul style="list-style-type: none"> ○ Contactar associações ou organizações; contactar um funcionário público; ○ Colaborar com uma associação não política; ○ Contactar ou aparecer nos meios de comunicação social; ○ Escrever uma carta para um jornal.
Novas formas de participação política	<ul style="list-style-type: none"> ○ Comprar deliberadamente um determinado produto; ○ Não comprar deliberadamente um determinado produto e também é frequente a designação “boicotar um produto”; ○ Utilizar a Internet para contacto político; ○ Participar num fórum ou grupo de discussão política na internet.

Fonte: Viegas *at al.* (2011, p. 21).

Existem mais maneiras de entender a participação política dos cidadãos, sem ser através do processo eleitoral. Segundo Pretty e Magagnin a participação tem sete dimensões: 1) participação simulada; 2) participação passiva; 3) participação consulta; 4) participação através de incentivos materiais; 5) participação funcional; 6) participação interativa; 7) participação através de mobilização da comunidade (Magagnin, 2008). As sete dimensões são complementares. Para verificar o grau de envolvimento popular no processo de tomada de decisão observe-se na tabela nº 11 em seguinte.

Os tipos de nível participativo apresentados no quadro referido procuram mostrar um modelo de democracia substancial, indicativos de uma cultura política democrática. Tudo deverá acontecer numa sociedade aberta e que tem possibilidade de comunicação com o público. O debate em sociedade aberta tem a vantagem de estabelecer consensos em torno de valores e princípios fundamentais, bem como os meios para proceder à sua implementação (Bueno, 2007, p. 2). A democracia só existe

numa sociedade com uma cultura aberta, onde se pode expressar os desejos e insatisfações livremente. A participação envolve a realização de expectativas e responsabiliza quem toma as decisões, em relação aos efeitos que irão ter.

Tabela 11: Grau de envolvimento popular no processo de tomada de decisão

FORMAS DE PARTICIPAÇÃO	DESCRIÇÃO
1. Participação Simulada	Neste tipo de participação, embora a comunidade tenha representantes junto aos órgãos oficiais, elas não possuem o direito a voto.
2. Participação Passiva	Neste caso, o processo de decisão é unilateral. Todas as decisões são tomadas pela administração (decisores) e a comunidade apenas é informada do que está sendo discutido ou planejado pelos técnicos.
3. Participação por Consulta	A participação neste caso é realizada através de consultas realizadas junto à população ou por questionários. A definição dos problemas, o controle de informações e a análise ficam a cargo dos decisores – técnicos. Neste processo não há participação popular direta no processo de tomada de decisão.
4. Participação através de Incentivos Materiais	O processo participativo é estimulado através do recebimento de algum bem (dinheiro ou alimento) pela contribuição à pesquisa. Entretanto no caso do término do benefício o processo de participação também sofre perdas.
5. Participação Funcional	O envolvimento popular, neste caso, é realizado com técnicos. Os problemas são discutidos através de grupos que definirão os objetivos do projeto. Entretanto, a decisão final é realizada apenas pelos técnicos.
6. Participação Interativa	Este é o processo participativo mais ativo, ou seja, a população interage em todo o processo de tomada de decisão, desde a fase de análise, desenvolvimento dos planos de ação até a definição final do projeto.
7. Participação através da Mobilização da Comunidade	Através da iniciativa da comunidade o processo de discussão sobre os problemas urbanos pode ser realizado com a parceria de ONGs e órgãos governamentais; mas a característica deste processo é a iniciativa da comunidade em resolver seus problemas.

Fontes: Magagnin (2008, p. 21).

3.2. Cultura Política Democrática

A análise sobre a participação da cidadania no sistema político democrática implica valores culturais democráticos. As participações políticas dos cidadãos, em atmosfera política democrática, requerem um determinado estatuto emocional, como acreditar nos valores do sistema político que orientam a sua visão e atitude enquanto membro integrante da sociedade. A noção de participação política no regime democrático prende-se com a expressão dos valores culturais democráticos.

Gabriel Almond desenvolve um estudo sobre cultura política, em que introduz o conceito de ciência política. O seu ensaio sobre *Sistemas Políticos Comparados*, publicado em 1956, representa a origem do estudo sobre cultura política (Pateman, 1971). Nesse ensaio, Almond reconhece a adaptação de Parsons & Shils (2001 [1951]), os quais forneceram a base para a sua abordagem, definindo cultura política como "padrões de orientação para a ação política" e "atitudes em relação à política" (Almond 1956, p. 396).

No desenvolvimento da teoria da cultura política, os autores não constroem um modelo ou uma tipologia de orientação política, mas procuram basear-se em Parsons e Shils, e salientam que qualquer orientação política envolve três componentes:

- 1) cognitive orientation', that is, knowledge of and belief about the political system, its roles and the incumbents of these roles, its outputs, and its inputs;
- 2) affective orientation, or feeling about the political system, its roles, personnel, and performance;
- 3) evaluation orientation, the judgment and opinions about political objects that typically involve the combination of value standards and criteria with information and feelings (Almond & Verba, 1989, 14).

Adotando a ideia de Parsons e Shil, Almond e Verba (1989) desenvolvem, mais tarde, a sua obra monumental, *The Civic Culture*, na qual usam o conceito de cultura, no sentido de orientação psicológica para objetos sociais. Essa orientação refere-se aos aspetos internalizados de objetos e relacionamentos. Assim, cultura política refere-se ao sistema político interiorizado nas cognições, sentimentos e avaliações. Daí, o mecanismo de interiorização dos valores culturais políticos. Almond & Verba reforçam a teoria de Socialização Política, como mencionado anteriormente.

Para um mais claro entendimento do conceito de cultura política de participação do cidadão, Grasiela Grosselli e Mezzaroba argumentam que:

A cultura política engloba um conjunto de orientações que envolvem crenças e valores a respeito de como devem estruturar-se os atores e instituições políticas. A democracia exige alguns valores de seus cidadãos como moderação, tolerância, civilidade e participação. Para que esses valores sejam internalizados, torna-se indispensável a internalização do ideal democrático (Grosselli & Mezzaroba 2011, p. 7139).

Segundo esta ideia deverá afirmar-se que o funcionamento do sistema político do país, ou seja, de uma sociedade, depende da consciência do cidadão, depende dos valores políticos em que acreditam. Mesmo que haja limites e variedades em relação ao grau de internalização de cada pessoa, por motivos de ordem pessoal, o percurso será sempre cumprido. Daí, a internalização dos valores culturais políticos e democráticos ser ainda tão importante para a consolidação da democracia em Timor-Leste, como objeto de contextualização desta pesquisa. O processo político está em fase de transformação, adquirindo base sólidas que irão fortalecer os objetivos da nação Timor-Leste.

Quando falamos de cultura política, explicam Almond e Verba, “referimo-nos ao sistema político como internalizado na cognição, nos sentimentos e nas avaliações da sua população” (Almond & Verba, 1989, p. 14). E, finalmente, “a cultura política de uma nação é a distribuição particular de padrões de “orientação relativos aos objetos políticos” entre os membros da nação. Por isso mesmo, Lucian W. Pye & Sidney Verba acrescenta que “political culture provides controlling guidelines for effective political behavioral, and for the collectivity it gives a systematic structure of values and rational considerations which ensure coherence in the performance of institutional and organizations” (Pye & Verba, 2016, p. 7).

De outra perspectiva, a cultura política pode ser vista ao mesmo tempo como causa e consequência do funcionamento do sistema político. A internalização dos valores culturais políticos de uma sociedade é resultado de um padrão de orientações cognitivas, emocionais e valores que, além de estáveis, se tornam vivas e atuantes ao longo do tempo. Assim, os valores culturais da sociedade implicaram algumas mudanças e, talvez, uma convergência com a necessidade causadas por mudanças da vida económico-sociais, em que “os grupos sociais a redefinir esses padrões, a cultura política continuará a reproduzir-se de acordo com as matrizes originais” (Lamounier & de Souza, 1991, p. 311).

Verba & Almond em *The Civic Culture* entendem o conceito de cultura política ligado a duas dimensões recíprocas: as atitudes e as orientações dos cidadãos em relação aos assuntos políticos. Assim, “o termo ‘cultura política’ refere-se às

orientações especificamente políticas, às atitudes com respeito ao sistema político, suas diversas partes e o papel dos cidadãos na vida pública” (Almond & Verba, 1989, p. 12). Ainda em relação a esta conceptualização, Julia Borva sublinha “visava-se chegar à identificação da caracterização da cultura política de uma nação” (Borba, 2005, p. 149), e define como “[...] a distribuição particular de padrões de orientação política com respeito a objetos políticos entre os membros da nação” (Almond & Verba, 1989, p. 13).

No que toca os tipos puros de cultura política, Almond e Verba (1989) inventariaram três tipos de cultura política: 1) *Parochial Political Culture*, é entendido como cultura paroquial ou localista, geradora de uma estrutura tradicional, marcada pela descentralização. 2) *The Subject Political Culture*, será referente à cultura de sujeição ou de súbditos, com uma estrutura autoritária, tentada pela centralização. 3) *The Participant Political Culture*, ou cultura de participação, geradora de uma estrutura democrática. A ideia de Almond, no contexto de Timor-Leste observa que qualquer cultura política efetiva é uma mistura dos três tipos, equilibrando as três componentes. Indicam, por exemplo, no processo de eleição local, valores tradicionais indicados como referência para votar numa liderança. Esse vai ser e continuará a ser no futuro, o objetivo: uma política assente na descentralização, como forma de promover a participação popular.

Neste sentido, deverá promover-se a aproximação a uma existência de cultura cívica mais abrangente, no sentido de alcançar uma cultura política de categoria mista, compreendendo a noção de participação política em estruturas geralmente consideradas como legítimas, mas nas quais, pelo menos para a maioria das pessoas, a vida oferece um conjunto de oportunidades de compromissos com instituições localistas e apolíticas. Verba e Almond acrescentam que em “nenhuma sociedade há uma única cultura política uniforme, e em todas as políticas existe uma distinção fundamental entre a cultura dos governos ou possuidores de poder e a das massas, sejam súbditos localistas ou cidadão e aqueles que participam” (Almond & Verba, 1989, p. 17).

O entendimento sobre a democracia é uma ação coletiva expressa pela motivação psicológica em busca de valores pessoais numa sociedade. Essa realidade causa ambiguidade, e a confusão que existe na sociedade devido a múltiplos valores culturais na sociedade. Weingast (1997) propõe demonstrar como uma democracia pode ser estável: os cidadãos devem adotar uma visão compartilhada do que constitui os atos ilegítimos do Estado e devem estar prontos a agir contra as transgressões desses limites, quando, e caso, venham a ocorrer. A primeira tarefa requer uma coordenação de crenças, e a segunda, uma coordenação de ações. Em suma, a democracia é estável quando os indivíduos estão preparados para rebelar-se em uníssono sempre que o Estado transgrida certos limites. O papel da cultura, no apoio a esse equilíbrio democrático, apoia-se em dois valores culturais: um consenso sobre os limites das ações estatais legítimas e um sentido comum do “dever” de defendê-los. No entanto, para agradar a todos, Weingast (1997) também os caracteriza como consenso sobre valores e sobre a estabilidade da democracia, consenso sobre as regras estimadas por limites às ações do Estado, confiança e tolerância mútua. Isto é uma operação puramente verbal e somente obscurece a questão.

A participação política é uma ação pessoal ou de grupos, nos processos políticos. Os assuntos públicos têm a sua base fundamental nos valores culturais. Por este pensamento, Adam Przeworski, José Antônio e Cheibub Fernando Limongi acrescentam três propostas como base de afirmação da cultura no desenvolvimento da democracia:

Primeiro, “um país não necessitaria de uma cultura democrática para estabelecer instituições democráticas nem para sustentá-las. *Segunda proposta*, possível, o ponto de vista “Culturalista fraco”, sustenta que uma cultura democrática seria necessária para que uma democracia surja e se mantenha, mas a questão da compatibilidade dessa cultura democrática com as tradições de sociedades particulares seria controversa, pois essas tradições seriam maleáveis, sujeitas a serem inventadas e reinventadas. Desse modo, uma cultura democrática poderia florescer mesmo em ambientes culturais aparentemente hostis. *Por último*, a visão “Culturalista forte” postula que algumas culturas seriam incompatíveis com a democracia. Em consequência, diferentes países deveriam buscar arranjos políticos distintos (Przeworski *et al.*, 2003, p. 9).

Ainda John S. Mill, na perspectiva Culturalista, avança que certos padrões culturais são incompatíveis com a democracia: “Um povo rude, ainda que até certo ponto recetivo aos benefícios da sociedade civilizada, pode ser incapaz de praticar as renúncias que ela requer; suas paixões podem ser demasiado violentas, ou seu orgulho pessoal por demais exigente, para evitar o conflito privado e deixar para a lei o desagravo das suas reais ou supostas ofensas” (Mill, 2013, p. 15.)

Em jeito de reflexão sobre o acima exposto, pode-se assumir uma conceção de cultura política democrática enquanto potenciais orientações no agir político. A atitude política dos cidadãos tende a avaliar o funcionamento do sistema político, para que seja salvaguardado o interesse público, sempre superior ao interesse de grupos ou pessoal. Assim, a cultura política requer alguns princípios e valores base que implicam reflexão e envolvimento dos cidadãos no processo de tomada de decisão política. A teoria de Socialização Política de Gabriel A. Almond coloca a internalização de valores políticos dos cidadãos como algo central. Dessa forma, a existência e contribuição dos valores tradicionais, religiosos e científicos eleva esta modalidade de cultura. Desde um modelo cultural paroquial, passando por um modelo de cultura subjetivo, até à cultura de participação política.

PARTE II

**OS PARTIDOS POLÍTICOS E
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NA DEMOCRACIA
REPRESENTATIVA EM TIMOR-LESTE**

CAPÍTULO 4

A EMERGÊNCIA E A DINÂMICA DA DEMOCRACIA DE TIMOR-LESTE

A emergência e a dinamização da democracia em Timor-Leste refletem algumas das suas particularidades. É um Estado-nação jovem, que teve o seu início no século XXI, marcado pelo pós-colonialismo e pós-conflito. Após o restabelecimento da independência, em 20 de maio de 2002, o Estado mergulhou na formação e consolidação do regime político democrático.

Timor-Leste foi um país dominado por forças políticas externas, em regimes ditatoriais. Quatro séculos e meio de colonização portuguesa fez com que existisse uma expansão do cristianismo católico nesta região asiática, principalmente na parte leste da ilha de Timor. Esta época culminou durante o regime Salazarista, que seguiu as tendências de um modelo colonialista marcado pelo fascismo.

Após a retirada dos portugueses, a Indonésia, liderada por Soeharto, impõe o seu regime, constituindo a maior corrente de civilização muçulmana na região asiática. Esta última ocupação foi, de facto, uma forma de invasão e anexação militar que durou 24 anos. Durante esses anos houve graves violações dos direitos humanos. A presença militar levou a um enorme sofrimento do povo, constituindo-se como um crime contra a humanidade.

Huntington (1991) situou a “terceira vaga da democratização” na década de 1970. Um momento que ocasionou o surgimento da liberdade política e o início da transição para a democracia, em Timor-Leste. Em Portugal, decorre, nesta década, um movimento que irá restaurar a democracia: a revolução de abril de 1974, impulsionada pelo Movimento das Forças Armadas (MFA). Esta foi uma iniciativa esmagadora que permitiu que as visões de estadistas criassem o Estado Democrático, proclamado no dia 28 de novembro de 1975. O reconhecimento internacional de Timor-Leste enquanto Estado Democrático só viria a acontecer no dia 20 de maio de 2002, após a realização do referendo de 30 de Agosto de 1999, observado pela *UNAMET (United Nations Assistants Missions for East Timor)*.

A democratização do país não foi alcançada no dia 20 de maio, sendo esta “um projeto inacabável” (Belchior, 2010). Rustow (1970) reconhece a existência de fases que conduzem até ao verdadeiro conceito de democracia:

- 1) Fase de preparação, marcada pelo colapso de regimes não democráticos;
- 2) Fase de tomada de decisões caracterizada pela implementação da ordem democrática;
- 3) Fase de consolidação de novos processos democráticos.

De acordo com Rustow (1970), a democratização em Timor-Leste foi-se desenvolvendo ao longo de tempo, tendo em conta as três etapas apresentadas anteriormente, e, ainda, ultrapassando vários desafios: conflitos políticos de caráter violento e desintegração nacional. Quando a liberdade é obtida para declarar um Estado-nação, o processo político é novamente apanhado em conflitos e violência. No entanto, esses desafios nunca colocaram em causa o espírito da democracia e a participação política ativa da sociedade Timorense. Pelo contrário, os conflitos funcionam como impulsionadores do espírito democrático e da motivação em alcançar a igualdade dos direitos humanos, lutando sempre por uma sociedade democrática. Estes desafios e conflitos presentes na sociedade timorense fazem com que a democratização da Nação se torne ainda mais importante. O processo de democratização está no caminho da sua consolidação.

Partindo do princípio de que a democracia é o melhor sistema político para o governo de um Estado, será importante saber como esta se cria e desenvolve. O processo e os esforços para manifestar a democracia são chamados de democratização. Democracia não é algo dado, mas é o resultado de um processo político que está cheio de desafios e tem certas etapas para cumprir. Um desafio comum na maioria dos países do terceiro mundo é o paradoxo entre a guerra e desintegração que conduzem ao separatismo. Mesmo as nações democráticas liberais, cujos valores democráticos há muito tempo estão bem estabelecidos e bem instituídos, como Itália, Japão, Bélgica, França, Estados Unidos e as nações democráticas industrializadas, ainda sofrem com a corrupção, o favoritismo e o acesso ao poder que não é uniformemente distribuído (Diamond, 2003, p. 17). Isso mostra que nenhum país moderno pode aplicar a democracia perfeitamente. Como já abordado por Robert Dahl (1971) o conceito de poliarquia deve ser entendido como uma forma mais limitada de democracia, o qual tem sido a referência para alguns países que abraçam o sistema político democrático.

O estudo da democratização de Timor-Leste, tendo como referência as três etapas de Rustow (1970), já antes enunciadas. A primeira etapa, preparatória, está marcada pelo colapso do regime não-democrático. A segunda etapa é a tomada de decisão, ou seja, estabelecimento da ordem democrática. Por último, está a consolidação do desenvolvimento democrático, em que os valores da democracia começam a estar incorporados na cultura política. Tendo em conta o apresentado, o estágio de liberalização política é uma oportunidade e uma entrada para a transição democrática (fase preparatória). A liberalização política pode ser entendida como uma condição sociopolítica que dá liberdade política à sociedade. A liberalização começa com o colapso de um antigo regime autoritário que não consegue continuar mais no seu sistema de governo. Segundo a ideia de Rustow, o processo de desenvolvimento político, ou seja, a democratização, nem sempre ocorre de forma linear, podendo existir falhanços que obriguem a retrocessos, mas que igualmente permitem a melhoria, o evoluir do processo democrático. Desta forma, o conceito de dinamização da democracia parece mais adequado, do que o de democratização, por si só.

De facto, a história política de Timor-Leste fornece a evidência de um fenómeno democrático dinâmico. Desde o início da liberdade política (e, conseqüente descolonização), e devido a diversos conflitos, o processo democrático avança e recua, sendo, por isso, dinâmico. O povo resistia, apesar da opressão do colonizador, criando nos líderes políticos uma consciência de necessidade democrática. Existe a necessidade de promover a paz e a unidade nacional.

O processo de democratização em Timor-Leste (Rustow 1970) aconteceu em três etapas:

- 1) Liberalização política e descolonização resultada da revolução de 25 Abril de 1974;
- 2) A transição democrática, numa transição administrativa de representante da ONU para o novo governo Timor-Leste;
- 3) Consolidação da democracia do país, referente ao período de pós-restauração da independência em 2002, até à elaboração deste projeto. É o

aspecto mais crucial na fase da democratização e, também, o mais importante para compreender a trajetória deste estudo.

4.1. Liberdade Política e Descolonização

A liberalização política em Timor-Leste foi um processo difícil para o povo Timorense, devido aos dois períodos históricos já referidos. Os timorenses viveram duas formas diferentes de liberdade aquando da transição para a democracia. A primeira resultou do processo político de descolonização (Portugal), a Revolução de Abril que se cruza com o fenómeno político global, “a terceira vaga da democratização” (Huntington, 1991). O povo timorense é desafiado a aproveitar a liberdade e a autodeterminação, conceitos promotores de uma democratização. De facto, este processo não teve sucesso e resultou num grande sofrimento para o povo. O processo de liberdade política e a descolonização falharam ao não terminar com a guerra civil. A invasão política e militar da Indonésia foi o resultado direto desta falha e fez com que, durante 24 anos, o povo timorense ficasse sobre o poderio Indonésio.

Já a segunda vaga permitiu maior liberdade política, na sequência da subida ao poder de J.B. Habibí, substituindo Soeharto. A liberalização chegou sob a forma de duas opções: autonomia especial, sob autoridade da República da Indonésia e a opção de independência total, caso a primeira opção tivesse sido rejeitada pelo povo.

Dada a vasta gama de explicações da liberalização nos processos democráticos em Timor-Leste, esta secção pode ser dividida em duas subsecções: a descolonização portuguesa e o domínio indonésio sobre Timor Leste.

4.1.1. Descolonização portuguesa

Depois de repetidos fracassos na rebelião contra o domínio Português, em algumas ocasiões com resultados devastadores em termos de perdas humanas, uma oportunidade surgiu no seio da política interna portuguesa. O Movimento das Forças

Armadas (MFA) conseguiu derrubar o ditador, Salazar, e criar uma concessão política sobre a democracia. O movimento tinha o apoio de várias entidades nacionais e internacionais, destacando-se a colaboração com os Estados Unidos da América (EUA), desde a segunda guerra mundial e guerra fria. A “assinatura de um acordo entre os dois países «Portugal e EUA» relativamente ao estabelecimento de um conjunto de bases navais e aéreas norte-americanas nos Açores, em finais de 1944” (Sá, 2003, 61) é apenas um exemplo dessa colaboração. Durante a II Grande Guerra e a Guerra Fria, Salazar manteve a sua posição em termos de política colonial. Na tentativa de manter a soberania na parte Leste da ilha Timor, que tinha sido ocupado pelos japoneses, “o governo português exigiu aos aliados a participação de tropas portuguesas no esforço de libertação daquele território” (Sá, 2003, p. 62). Essa posição resulta do facto de que “sem a participação efetiva de forças nacionais na reocupação de Timor, houvesse no pós-guerra uma pressão demasiado forte da Austrália, da Holanda e dos movimentos separatistas para alterar o estatuto da ilha” (Telo, 1993, p. 449).

A Revolução dos Cravos foi um movimento sem sangue e constituiu a primeira oportunidade para o surgimento da democracia em Timor-Leste. Como já referido, este movimento cruza-se com um fenómeno político global: “a terceira vaga da democratização” (Huntington, 1991).

Com o fim da ditadura de Salazar, Marcelo Caetano reconheceu as obrigações de Portugal para com as Nações Unidas, concedendo os direitos de autodeterminação e independência às suas colónias, onde se incluía Timor-Leste. Informações especiais sobre a questão de Timor-Leste foram apresentadas às Nações Unidas em 5 de junho de 1974. Enquanto isso, as outras antigas colónias portuguesas começaram a ter a sua independência reconhecida por Portugal: Guiné-Bissau em 10 de setembro de 1974, Moçambique em 25 de junho de 1975, seguida de Cabo Verde (5 de julho), São Tomé e Príncipe (12 de julho) e Angola (11 de novembro). O estatuto de Macau é um caso especial para a política portuguesa (Gunn, 2005, p. 400). Infelizmente, Timor-Leste não estava preparado para enfrentar tão promissora oportunidade.

De facto, o governo transitório não manifestou uma decisão política sobre o assunto da descolonização, mas engloba-o na missão política do Movimento das Forças Armadas. No contexto de Timor-Leste, surgiram três grandes grupos nacionalistas que foram o embrião dos partidos políticos: 1) os conservadores da União Democrática Timorense (UDT); 2) os grupos radicais centrados na Frente Revolucionária de Timor Leste Independente (FRETILIN), que se transformou de Associação Social-Democrata Timorense (ASDT); 3) o grupo pessimista proponente da Associação Popular Democrática Timorense (APODETI), que não acreditava que Timor-Leste tivesse as condições económicas para ser um país independente e soberano, e assim convenceram outros grupos mais pequenos: Klibur Oan Timor Asuain (KOTA) e o Partido Trabalhista Timorense (PTT) que, em conjunto, apoiaram a integração à Indonésia.

Este panorama é o embrião das organizações políticas na história de Timor-Leste. O primeiro a explorar a situação foi a União Democrática Timorense (UDT), fundada em 11 de maio de 1974, com o objetivo político de conseguir a independência de Timor Leste depois de passar por um longo período de transição com Portugal. Esta é uma das principais opções políticas em Timor-Leste ao lado das duas outras: a integração na Indonésia, da Associação Popular Democrata de Timor-Leste (APODETI) e a independência imediata de Frente Revolucionário Independente (FRETILIN). As diferenças políticas, os conflitos entre os vários grupos e os níveis de violências resultam no sofrimento do povo Timorense. As elites políticas e os líderes deste grupo são católicas, pequenos fazendeiros e autoridades governamentais com ligações a Portugal. O líder da UDT, naquela época, era Francisco Lopes da Cruz e César Augusto da Costa Mouzinho. Ambos tinham experiência política e o último foi representante da Associação Nacional Popular (antigo partido Salazar / Caetano) no Conselho Legislativo de Timor. Os outros líderes são Mário Viegas Carrascalão (membro da UDT e fundador do Partido Social Democrata - PSD) e João Carrascalão, irmãos, filhos de um rico fazendeiro de café rico. A força do partido UDT teve origem num amplo apoio de pessoas que beneficiaram do colonialismo Português, incluindo descendentes de empresários chineses e pessoas com relações com os chineses (Gunn, 2005, p 410-411). Com o princípio político que contava com a proteção de Portugal, o partido rapidamente ganhou apoio oficial das autoridades portuguesas.

A Frente Revolucionário de Timor Leste Independente (FRETILIN), declara a sua existência oficial a 11 de Setembro 1974. Os fundadores foram Francisco Xavier do Amaral (presidente), Nicolau Lobato (vice-presidente, simultaneamente ministro da defesa e segurança, que foi preso e morto durante as agressões militares Indonésias em Dezembro de 1978), Mari Alkatiri e Ramos Horta (secretário). O nascimento da FRETILIN é uma evolução social com um forte vínculo aos valores socioculturais da sociedade. Tal acontece porque a FRETILIN é a transformação da Associação Social Democrata Timorese (ASDT), que foi constituída a 20 de maio de 1974. Os fortes valores fundamentais que se expressam nas ideias e princípios políticos defendem a independência imediata para Timor Leste sem transição. De acordo com o primeiro manifesto da ASDT defende-se **a rejeição do colonialismo, a participação imediata do povo timorense no governo local, o fim da discriminação racial, a luta contra a corrupção e, só depois de estes princípios assegurados, estabelecer boas relações com os países vizinhos.** O ASDT é um movimento social que surgiu de um comité de defesa dos direitos trabalhistas, após o golpe em Lisboa. O líder do comité é José Ramos Horta, que consegue um aumento 50% de salário para funcionários públicos de baixo escalão (Gunn, 2005, p. 411).

Com o princípio político de independência para o povo Timorense, a FRETILIN é das poucas organizações a obter apoiantes consideráveis. Concomitantemente o conceito “*Maubere*” é uma metáfora política em junção com o símbolo dos timorenses (uma espécie de timorense marginalizado pelo poder político colonial) que contribuíram de forma significativa para a ação política da FRETILIN. O conceito “*Maubere*” é um apelido típico para os timorenses, que significa o sofrimento, a discriminação e a marginalização de que foram alvo. A força da FRETILIN tornou-se imensamente poderosa quando o conceito de liberdade foi adicionado ao conceito “*Maubere*”.

Os apoios do partido FRETILIN situavam-se mais concentrados nas cidades e menos no interior. Havia, igualmente, uma grande suspeição relativamente às elites das cidades. A maior força partidária, e a mais importante, durante a luta pela independência de Timor, foi protagonizada pela FRETILIN. Embora o processo tenha

enfrentado diversas complicações, a FRETILIN promoveu o princípio da integração Indonésia em Timor-Leste.

Impregnados por uma atmosfera de liberdade política, resultado da descolonização que se estava a viver, surgiram também outros grupos políticos, cada um com os seus princípios, diferentes dos outros.

A 27 de maio de 1974 surgiu o partido Associação Democrática Popular de Timor (PODETI), considerado como partido minoritário. Os principais apoiantes e as bases sociais da APODETI foram as pessoas envolvidas na revolta de 1959 e os membros da comunidade árabe em Díli. A APODETI é, também, apoiada por alguns **Liurai** (elite local), particularmente Guilherme Maria Gonçalves que forneceu a única base territorial na região de plantação de café de Atsabe. Como compensação por este serviço político, Guilherme tornou-se o segundo governador de Timor-Leste na era da ocupação indonésia, substituindo Arnaldo dos Reis Araújo, que se tornou o primeiro governador. A APODETI defendia a integração de Timor-Leste na Indonésia. Acreditava que Timor-Leste não se conseguiria desenvolver enquanto país autónomo, dependendo do apoio económico da Indonésia. Este partido foi uma das principais razões que resultaram na invasão das Forças Armadas Indonésias (*Angkatan Bersinjata Republik Indonesia* «ABRI») em Timor Leste.

Para além dos partidos maiores, surgiram também pequenos partidos que, ainda que, tenha tido pouco apoio, conseguiram ter algum peso no processo de descolonização, especialmente aqueles que alinharam com a política de integração Indonésia.

O partido *Klibur Oan Timor Asuain* (KOTA), ou «Associação dos Patriotas Timorenses» é um grupo minoritário de Liurais, «autarquias locais», com menos influência, cujos membros rondavam poucas dezenas de pessoas. A Associação Democrática à Integração Timor-Leste na Austrália (ADITLA) foi um grupo que defendia a integração de Timor-Leste na Austrália, mas tal não foi aceite pelo governo de Camberra.

Todos estes partidos tinham ideias diferentes sobre a sociedade, sobre os princípios políticos a seguir. Estamos perante uma sociedade recém-liberalizada, que queria fazer ouvir a sua voz. O Coronel Fernando Alves Aldeia, que integrava o governo, pertencia a um grupo político pró-Salazar, sugerindo três opções políticas para a descolonização. Em primeiro lugar, continuar o relacionamento com o poder metropolitano; segundo, a independência de Timor Leste e terceiro, a integração na Indonésia (Gunn, 2005, p. 412).

O povo de Timor-Leste não tinha a devida preparação para lidar com a descolonização, o que conduziu ao aparecimento de problemas complexos neste processo. As diferentes ideologias dos partidos políticos ainda não tinham alcançado a maturidade que asseguram o diálogo entre as diferentes partes. O conflito acabou por surgir dando lugar a uma guerra civil. Por sua vez, Portugal atravessava condições políticas internas instáveis e não conseguiu dar o devido apoio. Todas estas circunstâncias acabaram por ser elementos facilitadores da invasão militar Indonésia que ocorreu no dia 7 de dezembro de 1975 e que acabou por durar 24 anos.

4.1.2. A Ocupação Indonésia

A ideia da integração de Timor-Leste com a Indonésia é periférica e raramente encontrada antes das políticas de descolonização. A evidência como a apresenta Geoffrey C. Gunn, surge num artigo do historiador nacionalista indonésio Mohammad Yamin em 1960, intitulado *Extension of Indonesian, Rule to Portuguese Timor Suggested*, publicado na imprensa internacional da Austrália *Sydney Morning Herald* no dia 21 de Fevereiro 1960, afirmou que a território da Indonésia deveria incluir o Timor Português (Gunn, 2005, p. 405). Esta ideia não obteve uma resposta séria do governo na época e nenhuma ação política oficial foi levada a efeito contra a Indonésia.

Anteriormente à declaração de Mohammad Yamin, o primeiro presidente da Indonésia, Ir. Soekarno, já havia afirmado que Timor Português (Timor-Leste) era um território que não fazia parte do poderio da Indonésia. Esta declaração foi feita por Soekarno, em 1957, numa conversa com o embaixador dos Estados Unidos na

Indonésia, John Allison. Em relação a esse assunto Soekarno afirmou “Nós apenas colocamos o nosso direito. A nossa relação com Portugal é muito amigável, quando eu estava em Timor Indonésia «parte Oeste da ilha Timor», um dia tive uma boa conversa com funcionários portugueses da sua área e trabalhamos com eles” (Gunn, 2005, p. 401)⁵.

O compromisso político da Indonésia para com Timor-Leste alterou-se quando Soekarno foi sucedido pelo segundo presidente Soeharto, mais interessado numa política capitalista. Em favor da Guerra Fria, “poderosos Estados ocidentais deram 'luz verde' ao presidente Soeharto para invadir e depois desviaram o olhar enquanto o terror genocida era praticado pelas forças armadas Indonésias” (Wheeler & Dunne, 2001, p. 806). A Indonésia invadiu o território oficialmente a 7 de Dezembro de 1976, como referido anteriormente. Este acontecimento foi o resultado de dois fatores em simultâneo. De um lado, fortes ambições do Presidente Soeharto em promover hegemonia de poder nesta região. Por outro lado, pela motivação dos cinco partidos, adversários em termos políticos da FRETILIN, declararam-se a favor da integração indonésia. Após a invasão indonésia propriamente dita, iniciada em 7 de dezembro, “os peticionários do ano anterior foram convocados para uma reunião de uma «Assembleia Popular Regional» que, em 31 de maio de 1976, solicitou à Indonésia que aceitasse a integração” (Cotton 2001. P. 129). Esta longa ocupação (24 anos) teve consequências a vários níveis. Durante o período de ocupação a atividade política limitou-se àquela permitida pela Indonésia. No entanto, sempre existiu a luta pela independência, mesmo com todos os sacrifícios que tal implicava.

Os timorenses que habitavam a cidade envolveram-se na prática política implementada pelo regime autoritário de Soeharto. Todos os adultos, com mais de 17 anos, estavam envolvidos em atividades políticas, sendo membros do partido político que apoiava Soeharto. A participação dos timorenses nas eleições era considerável.

⁵ Texto original na língua Indonésia e traduzido para português pelo próprio autor.

Assim foi na eleição de 1982, de 1987, 1992 e 1997, antes da consulta popular de 30 de agosto de 1999.

Existiam três partidos políticos, nomeadamente Associação Trabalhista (sigla em indonésio *GOLKAR* (*Golongan Karya*)), que tinha como base sobretudo trabalhadores da função pública, militares, professores e polícias. O Partido Democrático da Indonésia (sigla em indonésio *PDI* (*Partai Demokrasi Indonesia*)), com raízes na massa Cristã do partido. Finalmente, o Partido Unido do Desenvolvimento (sigla em indonésio *PPP* (*Partai Persatuan Pembangunan*)), o qual integrava a comunidade muçulmana.

A Indonésia enveredou por uma estratégia de aproximação ao povo timorense que apostava na promoção do desenvolvimento. No entanto, tal estratégia não convenceu todos os timorenses, mantendo-se a luta pela Independência. A resistência da população timorense foi constante. De início como uma luta militar liderada pelas FALINTIL (Forças Armadas da Libertação de Timor-Leste), mas em meados da década de 1980, mudou-se para um movimento de resistência civil mais amplo, ao qual se juntaram muitos jovens timorenses, desde o início da década de 1990. Apesar da repressão por parte das autoridades Indonésias, os protestos públicos aumentaram. Uma dessas demonstrações públicas de resistência chamou a atenção do mundo, embora tristemente por seu pelágio de sangue: o massacre no cemitério de Santa Cruz em 12 de novembro de 1991, onde militares Indonésios abriram fogo contra manifestantes a curta distância, matando mais de 270 pessoas.

Este movimento foi-se organizando cada vez de forma mais coerente, criando raízes do seio da nação timorense. Durante os 24 anos de invasão, a luta pela independência consolidou-se em três frentes simultâneas: armada, diplomática e clandestina. De forma a mobilizar um apoio mais sistematizado, em 1997, foi estabelecido o Conselho para a Resistência Timorense (CNRT) por iniciativa da liderança de José Alexandre Kay-rala Xanana Gusmão em conjunto com os líderes da UDT e da Fretilin como uma organização guarda-chuva de grupos que se opunham à integração indonésia.

Do lado da Indonésia surge um movimento contra o autoritarismo de Soeharto, preconizando uma tentativa de transição para um regime democrático. A emergência desse movimento foi motivada por necessidade urgente da sociedade Indonésia recorrer à assistência internacional pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). A crise financeira de 1997 permitiu à comunidade internacional exercer pressão sobre a Indonésia. Desta forma foi nomeada uma figura da elite civil, Bacharuddin Jusuf Habibie, como novo Presidente do país. Tendo em conta o sucesso da reforma política, o novo Presidente da Indonésia começou por reavaliar algumas questões de política externa, repensando a identidade nacional. Uma das questões principais levantadas na Indonésia é a ocupação ilegal em Timor-Leste.

Durante a ocupação militar Indonésia foram cometidos vários crimes e violações dos direitos humanos. Duzentos mil timorenses perderam a vida, alguns brutalmente assassinados. Um dos factos internacionalmente mais conhecidos foi o ataque ao Cemitério Santa Cruz em Díli a 12 de novembro 1991. A Indonésia não cumpriu o estatuto de território autónomo, atribuído em 1960, pela Assembleia Geral, através da Resolução nº 1542, de 14 de dezembro, patente na agenda da Organização dos Nações Unidas (ONU) (Rizzi, 2010, p. 58).

Para resolver as deficiências de política interna e externa, principalmente a “legitimidade internacional da política externa Indonésia relativamente a Timor-Leste uma oportunidade para alcançar prestígio internacional (Gorjão 2005, p. 31)”, o Presidente Habibie avançou com a consulta popular ao povo timorense, apresentando duas hipóteses: autonomia alargada, com pertença à Indonésia, e independência do país.

Face às violações dos direitos humanos, resultado de uma ilegítima invasão Indonésia, o referendo de 30 de agosto de 1999 deu a vitória à soberania de Timor-Leste. O processo tem a sua origem no Acordo de 5 de maio de 1999, em Nova Iorque, entre representantes de Portugal e da Indonésia, acordo esse promovido pelas Nações Unidas. Face à posição dos dois governos, as Nações Unidas reconheceram que Portugal continuava a ser o responsável pelo poder administrativo do território até 1999, sendo o governo Indonésio considerado um ocupante ilegal do território.

Concordou-se em conceder a autodeterminação ao povo timorense, através da realização de um referendo, sob a supervisão das Nações Unidas.

A esmagadora maioria do povo, 78,5% (344 580 votos) rejeitou a proposta de autonomia especial, expressando o desejo de transição para a democracia, enquanto país independente. Apenas 21,5% dos Timorenses (94 388) votaram a favor da autonomia especial e manutenção de Timor-Leste com estatuto de província da Indonésia.

4.2. Transição para a Democracia

Em 25 de Outubro de 1999, através do Secretário-geral das Nações Unidas foi estabelecida a *United Nations Transitional Administration in East Timor (UNTAET)*, com vista à organização da administração do governo do território timorense, enquanto se preparavam as instituições para uma transição democrática. O foco da missão da ONU seria direcionado para os problemas humanitários decorrentes da violência ocorrida antes e depois da consulta popular de 1999.

Com o apoio da *UNTAET*, a transição para a democracia ocorreu de forma célere, mais concretamente em dois anos. A primeira medida que a UNTAET tomou para melhorar a participação na Administração foi a criação do Conselho Consultivo Nacional (CCN). Sérgio Vieira de Mello chegou a Timor-Leste a 16 de novembro e, após conversações com alguns líderes timorenses, foi criado o CCN através do Regulamento n.º 2/1999, de 2 de dezembro. O Conselho era composto por 15 membros: quatro funcionários da UNTAET, incluindo o Representante Especial do Secretário Geral da ONU como Presidente; sete do CNRT, incluindo Xanana Gusmão; três dos grupos políticos exteriores ao CNRT; e um da Igreja Católica. Os grupos políticos, para além do CNRT, eram grupos pró-autonomia, representados pela organização Frente Popular de Timor-Leste, sigla em Indonésia BRTT (*Barisan Rakyat Timor –Timur*), Fórum para a Unidade, Democracia e Justiça, sigla em Indonésio FPKD (*Forum Perdamaian Demokrasi da Keadialan*) e o PNT (Partido

Nacionalista Timorense), liderado por Abílio Araújo, um ex-chefe de posto da delegação externa da FRETILIN baseada em Lisboa.

A 14 de julho de 2000, a UNTAET decidiu substituir o CCN por um novo organismo, com funções legislativas: o Conselho Nacional (CN). O CN foi criado a 23 de outubro, tendo sido projetado para poder acolher uma participação mais ampla e mais elevada dos timorenses na tomada de decisões. O número de membros aumentou para 36 e foi permitido ao Conselho escolher entre os seus membros um presidente, que definiria a agenda e conduziria as sessões. Os membros foram nomeados por Sérgio Vieira de Mello: um de cada um dos 13 distritos, 13 dos partidos políticos, incluindo os antigos grupos pró-autonomia, e um representante de cada um dos seguintes grupos: juventude, organizações não-governamentais, grupos de mulheres, organizações profissionais, agricultores, trabalhadores, empresas, igreja católica, igreja protestante e comunidade muçulmana. Xanana Gusmão foi eleito presidente e Milena Pires Vice-Presidente (Matsuno, 2014, p. 93).

Em paralelo com o estabelecimento do CN, a UNTAET criou o Governo Transitório de Timor-Leste (GTTL) em agosto de 2000, a fim de transferir gradualmente a autoridade administrativa da ONU para o povo de Timor-Leste. O GTTL funcionava sob a alçada da UNTAET e tinha nove ministérios, estando cinco das pastas sob a responsabilidade de timorenses: Negócios Estrangeiros, José Ramos Horta; Administração Interna, Ana Pessoa; Infraestruturas, João Carrascalão; Assuntos Económicos, Mari Alkatiri; e Assuntos Sociais, Filomeno Jacob. Havia também cargos para inspeção, defesa e planeamento, ocupados por timorenses: Mariano Lopes, Roque Rodrigues e Emília Pires, respetivamente. A constituição do CN e do GTTL foi realizada através da substituição do CNRT que estava enfraquecido por se ter desviado da FRETILIN e da UDT, boicotando o seu representante no Conselho Permanente (Matsuno, 2014, p. 94).

A competição entre os grupos políticos cada vez mais acesa e o desejo pela soberania torna mais premente a constituição de Timor enquanto país livre. Entre outubro de 2000 e março de 2001, o CN elaborou o enquadramento para a eleição da Assembleia Constituinte. Assim, o início do processo de transição para a democrática

corresponde à eleição geral para a Assembleia Constituinte (AC), realizada a 30 de agosto de 2001. Teve como objetivo escolher 88 timorenses para sua composição, envolveram-se 16 partidos políticos, quer de grupos políticos formados em 1974, quer novos partidos criados após o referendo de 1999, incluindo concorrentes independentes. No entanto, apenas 12 partidos e um independente conseguiram eleger representantes para este órgão político. A composição dos membros da AC demonstra o pluralismo na representação política, embora a FRETILIN tenha obtido a maioria absoluta ao eleger 55 assentos de entre um total de 88 lugares, como se pode verificar na tabela 12.

Tabela 12: Representatividade dos partidos políticos na eleição da Assembleia Constituinte de Timor-Leste, 2001

<i>Partidos Políticos</i>	<i>Assentos</i>	<i>%</i>
<i>APODETI (Associação Popular Democrata Timorense)</i>	-	-
<i>ASDT (Associação Social-Democrata Timorense)</i>	6	6.82
<i>FRETILIN (Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente)</i>	55	62.50
<i>KOTA (Klibur Oan Timor Asuain)</i>	2	2.27
<i>PD (Partido Democrático)</i>	7	7.95
<i>PDC (Partido Democrata Cristão)</i>	2	2.27
<i>PMD (Partido Democrata Maubere)</i>	-	-
<i>PL (Partido Liberal)</i>	1	1.17
<i>PARENTIL (Partido da República Nacional de Timor Leste)</i>	-	-
<i>PNT (Partido Nacionalista Timorense)</i>	2	2.27
<i>PPT (Partido Popular Timorense)</i>	2	2.27
<i>PSD (Partido Social Democrata)</i>	6	6.82
<i>PST (Partido Socialista Timorense)</i>	1	1.17
<i>PTT (Partido Trabalhista Timorense)</i>	-	-
<i>UDT (União Democrática Timorense)</i>	2	2.27
<i>UDC (Unidade Cristã)</i>	1	1.17
<i>Independente</i>	1	1.17
<i>Total</i>	88	100

Fonte: Comissão Nacional de Eleição (CNE), 2002.

A existência de 16 partidos políticos mostra a vontade democrática e a pluralidade política dos Timorenses. A composição da Assembleia Constituinte de 2001 demonstra a variedade da representação política na principal instituição para a transformação política em Timor-Leste. A permanência dos representantes de 12 partidos políticos e um independente foi um facto sociológico que se deve considerar

um reflexo da própria sociedade. Sendo um país pequeno, com cerca de um milhão de habitantes, a existência de 12 partidos políticos e um independente na AC reflete a vontade de o povo enveredar por uma democracia.

De forma a assegurar a representatividade política, foi desenvolvido um sistema eleitoral baseado na proporção. Este sistema eleitoral proporcional permite o princípio da representatividade de cada distrito. Significa isto que cada distrito tem um candidato, facilmente identificado pelos votantes através do nome e da fotografia. Com tal sistema, os representantes na Assembleia não são apenas figuras nacionais, uma vez que existe a presença de representantes distritais. Dos 88 membros da assembleia, 75 deles são representantes nacionais e 13 são representantes dos distritos. Dos 13 representantes distritais, 12 são do partido FRETILIN e 1 independente. A conceção da AC da assembleia pode ser vista na Tabela 12 nas páginas anteriores.

Estando estabelecido o órgão máximo, a Assembleia Constituinte de Timor-Leste, inicia-se o processo de redação da Constituição (com um prazo de 90 dias úteis, desde o início de setembro até final de novembro de 2001). A Constituição da República Democrática de Timor Leste (CRDTL) é promulgada a 22 de abril de 2002.

Envolvidos num ambiente de euforia de liberdade política, os cidadãos participam ativamente no processo político dos pais. A participação política do povo não é apenas vista no processo eleitoral de representação nas instituições constitucionais, como mostrado na tabela acima. Durante o processo de elaboração da Constituição de Timor-Leste, para além dos debates na Assembleia Constituinte, havia também um mecanismo de consulta. As ideias políticas eram discutidas não só na AC, mas também através dos média nacionais, mais especificamente na Rádio Televisão de Timor-Leste (RTTL).

Assim que o projeto de Constituição foi formulado, prosseguiu o processo de consulta à comunidade. Este mecanismo de consulta foi realizado por meio dos representantes de cada distrito, acompanhados por cerca de cinco ou seis representantes nacionais retornando a cada distrito para consulta das comunidades nos distritos e subdistritos. Já a nível nacional há equipes especiais que consultam instituições que integram muitas comunidades, como a Universidade Nacional Timor

Lorosa e outras universidades e instituições religiosas, especialmente a Igreja Católica. Os resultados dessa consulta são levados ao plenário da AC para serem tidos em consideração aquando da revisão do projeto existente.

O debate no processo de elaboração da Constituição é crucial, mas bastante difícil. Especialmente quando se discutem questões fundamentais como o estabelecimento da Língua Nacional, a Bandeira Nacional, o Hino Nacional, o Dia da Independência, tudo o que estiver relacionado com os princípios políticos de cada partido, sobretudo dos partidos políticos envolvidos em conflitos políticos passados. Quando as diferenças são debatidas para alcançar um compromisso político, há uma desvantagem muito elementar, uma vez que será através do mecanismo de voto aberto ou “mão no ar” que essas propostas seguirão para votação. Com uma força desigualmente distribuída em termos de membros, as partes com menos representantes perderão sempre. A FRETILIN possui a maioria das bancadas nas instituições constitucionais, tendo 55 membros, ou seja, uma percentagem de 62,50% em relação ao total de membros. Com esta condição, compreende-se que todos os outros partidos sejam muitos fracos e pouco representativos. Com uma sociedade cujo nível de solidariedade de grupo partidária ainda impacta fortemente a forma de participação simbólica em vez de participação substantiva, as pessoas apoiam uma proposta ou declaração política não por causa da consciência da substância do problema, mas sim da solidariedade do grupo partidário ou do vínculo de grupo político. Tal orientação política é formada de acordo com uma mentalidade que tende a ver a presença de membros eleitos como representantes de partidos, e não representantes reais dos eleitores e povos do país.

As atitudes políticas mais orientadas para laços partidários trazem uma outra modalidade da democracia representativa, que implica maior distância da base social do partido. Idealmente, esta instituição deve promover a luta pelos interesses da sociedade e não do indivíduo ou do partido. No entanto, tal não acontece. A luta política está mais centrada no interesse do grupo, cultivando as vontades de uma elite política distantes de base social do partido. Existem, no entanto, argumentos que formam a base desta guerra política: quando as conferências dos membros não podem ser mutuamente benéficas, o processo de orientação de elite torna-se difícil de evitar.

Em 20 de maio de 2002 a AC pede às Nações Unidas a transferência de soberania para o governo de Timor-Leste. Considerando que a situação está estabilizada, as Nações Unidas aprovaram o pedido da transferência de soberania de Timor-Leste. Tendo em conta os requisitos impostos pelas Nações Unidas, para a execução do acordo, a Assembleia Constituinte solicitou às Nações Unidas a realização de eleições presidenciais em Abril de 2002. A base jurídica para a realização de eleições presidenciais foi aprovada pela Assembleia Constituinte em janeiro de 2002. Havendo concordância entre a Assembleia Constituinte e UNTAET, como representante da ONU, as eleições presidenciais realizam-se a 14 de abril de 2002. Os candidatos para a eleição presidencial foram Francisco Xavier do Amaral (o proclamador da RDTL, em 1975) e José Alexandre Xanana Gusmão (um dos principais líderes da resistência). Através de um processo de resultados eleitorais democráticos pacíficos, Xanana Gusmão foi eleito como o primeiro presidente de Timor Leste.

A eleição do Presidente da República marca mais um passo na preparação do processo de transição para a democracia em Timor-Leste. O Presidente da República é uma das quatro instituições do Estado, onde se defende o princípio da separação do poder do Estado (conforme ideia de Montesquieu). Em relação às restantes instituições, a mais importante é o Parlamento Nacional, como órgão legislativo. O governo é o órgão executivo do Estado. Assim, a formação do primeiro parlamento nacional (2002-2007), foi um processo extraordinário.

A formação da primeira legislatura do Parlamento Nacional resulta da transformação da Assembleia Constituinte, como já mencionado. Foi um processo normal, como definido na Constituição da República. Tendo em conta as condições económicas e a negociação realizada com a UNTAET, o processo seria aceite por consenso. O Parlamento ficaria com 88 membros, enquanto, a Constituição da República define a constituição do Parlamento Nacional com um mínimo de cinquenta e dois e um máximo de sessenta e cinco deputados (artigo 93 alínea 2ª). Embora a decisão de manter os 88 deputados tenha sido polémica, pretendeu-se com tal ultrapassar os desafios que o país estava prestes a enfrentar. As razões subjacentes a esta formação de 88 deputados são de ordem financeira, mas também política. Caso

houvesse uma nova eleição para o Parlamento Nacional, isso teria um custo muito elevado. Concomitantemente, as alterações de forças políticas não iriam sofrer grande alteração, continuando a FRETILIN a ter destaque, enquanto partido maioritário.

Com todos estes processos políticos a decorrer, o país foi-se aproximando, cada vez mais, do auto governação. A transição do poder da ONU para o novo governo de Timor-Leste ocorreu no dia 20 de maio de 2002 no *Tasi Tolu*, um lugar distante do centro do governo e localizado a oeste da área de Díli, a capital do país. Em suma, deste processo político fixa-se uma transição para a democracia, uma nova expectativa da realidade política, a liberdade como direito universal na vida do povo timorense.

4.3. A Consolidação da Democracia

A restauração da Independência no país conduziu a sociedade timorense a uma nova realidade, plena de desafios. Um novo país, num mundo velho, exigia maior capacidade política na conquista da libertação do povo da pobreza e na recuperação do atraso em termos de desenvolvimento. Para conquistar esse desejo, o contributo do mecanismo de construção do Estado e da consolidação democrática como suporte do desenvolvimento, com base na Constituição da República aprovada no início de 2002, seria fundamental.

Tendo em conta a Constituição da RDTL, iniciou-se a consolidação da democracia: “A República Democrática de Timor-Leste é um Estado de direito democrático, soberano, independente e unitário, baseado na vontade popular e no respeito na dignidade da pessoa humana.” (1ª alínea do 1º artigo Constituição RDTL, 2002). Este posicionamento político configura-se como o alicerce da consolidação democrática do país, garantia da liberdade de expressão e da organização, separação do poder do Estado e sufrágio universal.

Obviamente, os princípios e normas da democracia tinham sido acrescentados como forma de operacionalização do regime democrático do país. Todos os timorenses devem ter consciência, como parte da sua cultura política democrática, dos seguintes artigos:

- 1) Sufrágio universal e multipartidarismo e direito da oposição (Artigo 7º, Artigo 70º);
- 2) Garantia da Universalidade de direito e igualdade (Artigo 16º & 17º);
- 3) Liberdade de expressão e informação (Artigo 40º);
- 4) Liberdade de reunião e manifestação (Artigo 42º);
- 5) Direito de participação política dos cidadãos (Artigo 46º junto 63º);
- 6) Princípio da separação dos poderes e mecanismo de controlo dos órgãos do Estado (Artigo 69º).

A consolidação da democracia, durante as duas décadas que passaram desde o seu nascimento, possibilitou o alcançar de alguns sucessos, principalmente a nível do pleno estabelecimento institucional do Estado, da liberdade de expressão e pluralismo político partidário, do sufrágio universal e da participação política ativa como forma de cultura cívica. Evidentemente, estas referências à dimensão da liberdade política e ao pluralismo na construção da organização do aparelho partidário remete para o sucesso no processo eleitoral, durante a construção e consolidação da democracia, como dimensão mais proeminente na democracia representante.

Apesar de ser um país novo, que sofreu imenso durante os conflitos resultantes da invasão Indonésia, conseguiu alcançar paz e estabilidade graças aos seus líderes políticos, às instituições do Estado, mas também às Organizações das Nações Unidas (ONU), no seu programa *United Nations Development Programme (UNDP)*.⁶ Em conjunto foi possível fazer uma gestão de conflitos equilibrada, através de mecanismos democráticos.

Embora, o processo tenha enfrentado algumas dificuldades, como pode indiciar a crise militar de 2006 que alastrou para uma crise política em 2007, que levou a preocupações sobre a continuidade do processo político de democracia no país (Matsuno, 2014). É uma das lacunas que foi encontrada por falta de confiança entre a

⁶ Desde 1999, o PNUD tem apoiado o povo timorense na transição da recuperação pós-conflito para o desenvolvimento sustentável e atualmente se concentra no apoio à construção de instituições públicas fortes e capazes, governança democrática inclusiva e eficaz e gestão ambiental. Confirmar em portal da UNDP, obtido em: https://www.tl.undp.org/content/timor_leste/en/home.html

elite política do país, na sua forma de capital social para consolidação da democracia, principalmente entre as duas elites políticas mais determinantes no jogo político. Refere-se, por um lado, ao líder do partido FRETILIN Mari Alkatiri que estava assumindo a função como Primeiro-ministro e ao mesmo tempo como secretário-geral da FRETILIN. E por outro lado, o líder central da luta pela libertação, Xanana Gusmão que estava a assumir o cargo de Presidente da República. Entre os dois encontram-se diferenças de princípios políticos desde início do processo da luta pela independência, principalmente ligados com “a adoção do marxismo pela Fretilin em 1977 conduziu ao repúdio de Gusmão ao partido na década de 1980 e à sua decisão de se retirar das FALINTIL, o movimento de guerrilha, do controlo da Fretilin” (Shoesmith, 2003, p. 1). Esta divergência foi-se reforçando e levou ao conflito que originou a violência em 2006/2007.

Entretanto, o enfraquecimento da confiança mútua entre elites, resultou na crise de 2006/07, que foi um dos efeitos do débil papel de *garantismo* que tinha sido assumido por Xanana Gusmão como Presidente da República. Obviamente, que no sistema político da governação Timorense, o papel de Presidente da República é considerado como *garantismo*. Que conforme a perspectiva de Giuseppe Di Palma (1990) deve funcionar como mediador para assegurar moderação, tolerância e compromisso entre grupos e partidos políticos diante das divergências no processo político democrático. Esta função pode ser confirmada no artigo 74º alínea 1ª da Constituição da República “O Presidente da República é o Chefe do Estado, símbolo e garante da independência nacional e da unidade do Estado e regular funcionamento das instituições democráticas” (Constituição, 2001).

De acordo com o estudo realizado pelo autor em 2007, no âmbito da sua dissertação de Mestrado na Universidade Gajah Mada (UGM), concluiu-se que a crise política e militar em 2006/07 e os outros conflitos que têm tendencialmente sido violentos desde a situação de emergência e da consolidação da democracia no país, Estes são o contributo da ausência do “*garantismo*”, que despenha um papel intermediário sobre os grupos que tinham diferenças de princípios políticos (Pereira, 2008). De forma resumida, o estudo conclui que o conflito ocorrido na democratização de Timor-Leste foi da responsabilidade do débil *garantismo*, que desempenha um

papel mediador entre os grupos e partidos políticos que seguem diferentes princípios políticos para chegar ao desejo coletivo de melhoria de padrão de vida do povo de Timor Leste.

O grande desafio na fase de consolidação da democracia em Timor-Leste foi o conflito, principalmente em meados de Maio de 2006⁷. A mencionada crise foi uma forma de inadequada capacidade do *garantismo*, desempenhado por Xanana Gusmão como Presidente da República e o líder nacional da FRETILIN, que controlava o governo e a bancada da maioria do Parlamento Nacional (período de legislatura 2002-2007), a chegar a um compromisso com a bancada da oposição partidária, como já mencionado a FRETILIN, com uma massa apoiante muito abrangente e maioria absoluta no parlamento nacional, tem uma posição muito dura e dificilmente chega a consensos políticos com outros grupos e partidos políticos da oposição, incluindo o

⁷ A crise 2006 teve origem numa reclamação sobre o tratamento discriminatório por um grupo de membros das F-FDTL da parte ocidental de Timor-Leste (*Loro Monu.*). Eles protestavam por terem sido tratados injustamente em comparação com as pessoas do Leste de Timor-Leste (*Loro Sa'e*). Esta questão de discriminação envolve uma afirmação que não foi apreciada pelas pessoas durante a luta contra ocupação militar Indonésia. É uma expressão que diz respeito à luta pela independência face ao poder militar indonésio. Corria o boato de que o povo Loro Sa'e desacreditava os *Loro Monu* como um grupo de timorenses que se apoiava na política de integração com a Indonésia ou considerado como tendo contribuído pouco na luta contra as forças de ocupação da Indonésia. Para que o tratamento dado pelos chefes militares também pareça injusto em todas as situações.

Como implicação desta questão de discriminação, este grupo apresentou uma petição ao Presidente Xanana Gusmão em 9 de Janeiro de 2006, que foi assinada por 159 membros das F-FDTL. A petição contém um pedido de investigação sobre a má administração e práticas discriminatórias na instituição F-FDTL. O presidente como comandante-chefe aceitou a petição em 11 de janeiro de 2006. No entanto, com quase um mês de espera, não houve resposta do Presidente e dos líderes militares. Isto causou a insatisfação dos peticionários e no dia 3 de fevereiro o grupo, que mais tarde ficou conhecido como peticionários, deixou a base e as armas que lhes foram entregues para se reunirem em Díli. Em 7 de fevereiro, os peticionários solicitaram um encontro com o Presidente. No dia seguinte, 8 de fevereiro, houve um encontro entre os peticionários, o Presidente da República e as fileiras dos líderes militares. No entanto, o líder das F-FDTL de mais alta patente, o Brigadeiro-General Taur Matan Ruak (Atual Primeiro-ministro), que foi convidado pelo próprio Presidente, não compareceu à reunião. E a reunião não encontrou uma solução. A situação em torno da cidade Díli tornou-se deprimida pela insatisfação de muitos partidos. O governo reagiu-se muito lentamente, embora parecesse não levar a sério a resposta à petição. No dia 9 de fevereiro cerca de 418 peticionários desfilaram na cidade de Díli. Essa ação visa solicitar uma resolução do governo e ao mesmo tempo atrair simpatia da comunidade para suas demandas (peticionários). No entanto, o resultado que obtiveram foi a demissão dos membros das F-FDTL pela mais alta liderança, Brigadeiro-General Taur Matan Ruak, com o fundamento de que os peticionários não obedeciam mais às regras militares ao deixar o quartel-general por muito tempo e não obtiveram permissão oficial do Liderança.

próprio Presidente da República, o qual tinha assumido um mandato constitucional que chamamos de *garantismo*. Como resultado, a democracia que se pretendia foi prejudicada por uma hegemonia da FRETILIN.

Visando o declínio da hegemonia política do partido FRETILIN, Xanana Gusmão construiu uma estratégia de gestão de conflito, de forma a fomentar novo conflito étnico por divisão da região geográfica Oeste e Leste (*Lorosa'e e Loro-mono*) rotulado no sentimento e reconhecimento pela luta da independência (heróis da independência). Em aproveitamento do conflito Militar 2006, Xanana Gusmão afirmou publicamente: os *Lorosa'e* são mais heróis do que os *Loro-monu*. Em 23 de março de 2006, o Presidente fez um discurso estadual sobre o caso de demissão, transmitido em direto no canal Televisão de Timor-Leste foi divulgado várias vezes no mesmo dia, bem como em vários outros meios de comunicação que participaram na divulgação do discurso, como o Timor Post e Suara Timor Lorosa'e no dia seguinte. No discurso do Presidente, havia frases que eram muito instigantes ao conflito. Na sua essência a referida frase inflamatória pode ser citada da seguinte forma:

Na qualidade de presidente da RDTL, estou sujeito à decisão de destituição porque é da competência plena da liderança das F-FDTL. No entanto, como cidadão de Timor-Leste, não aceito esta decisão. [...] Portanto, é verdade que *Loro Sa'e*, que é um herói para a independência de Timor Leste e nós *Loro Monu*, consistindo de Manatuto, Aileu, Manufahi, Ainaro, Cova Lima, Bobonaro, Liquiçá, Érmera Díli e Oecússi, são autonomistas (no sentido de pró-integração ao Indonésia) (Pereira, 2008, p. 71).

Quando terminou o discurso do Presidente com as frases já mencionadas, massas nos arredores da cidade Díli reagiram imediatamente de forma violenta. Pessoas originárias do grupo étnico *Loro Sa'e* foram vítimas de violência por grupos de pessoas do grupo étnico *Loro Monu* que viviam nos arredores da cidade Díli. As muitas habitações foram queimadas e saqueadas no confronto entre os dois grupos étnicos. Muitos habitantes deslocaram-se para locais públicos que pareciam seguros, como igrejas e Aeroporto e Porto de Díli. Este problema não foi resolvido até à nova legislatura que envolveu o partido da Xanana Gusmão e líder da bancada da maioria no Parlamento Nacional e o próprio líder assumiu o papel como primeiro-ministro no IV Governo, como se pode confirmar posteriormente.

Porém, a capacidade dos políticos nacionais, com o apoio da missão internacional, principalmente da INTERFET (*International Forces in East Timor*) permitiu ultrapassar a situação de crise. Em reação à crise política e aos casos de conflito e violência ocorridos em abril e maio de 2006, o governo Timor-Leste, através do Ministro dos Negócios Estrangeiros José Ramos Horta, enviou uma carta ao secretário-geral da ONU em dia 8 de Junho 2006, convidando a ONU a formar uma comissão especial independente de inquérito sobre o incidente ocorrido nos dias 28-29 de abril, e 23,24 e 25 de maio e outros incidentes com relevância que contribuíram para a crise em 2006. Este esforço teve uma resposta positiva do Secretário-Geral da ONU, através da sua carta de 27 de junho de 2006, ao presidente de Timor-Leste Xanana Gusmão, informando que ele (secretário-geral da ONU) apresentou um pedido ao Alto-comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos sobre o caso de Timor-Leste.

Em observação à realidade de conflito político antes mencionado, entende-se que a dinâmica política de democratização ainda encontrava ausência de valores de capital social como acrescentam diversos autores (Palma, 1990; Pateman, 1999; Fukuyama, 2000; Inglehart, 3003). Por falta de *mutual trust* entre a elite política alimenta-se conflitos de interesses políticos entre os líderes políticos e, que implicou no conflito entre grupos étnicos e partidários (conflito horizontal), a desconfiança das massas em instituições do Estado (conflito vertical), logo resultou na estagnação do processo de desenvolvimento do país. Evidentemente, o maior falhanço desta crise política atesta-se na falta de confiança entre elites políticas, seja Xanana Gusmão, Mari Alkatiri, Mari Carrascalão e Taur Matan Ruak, e entre as instituições políticas do Estado. Como por exemplo, entre partidos políticos, principalmente os partidos dominantes FRETILIN liderado pelo Mari Alkatiri (o secretário geral do partido) e o partido CNRT em liderança de Xanana Gusmão (presidente do partido) que controla o Parlamento Nacional e a governação timorense durante duas décadas do processo democracia. Este conflito de interesses alimenta a ausência *do garantismo* e de *mutual trust* entre elites manifesta-se em alegação de atos crime de corrupção e inconstitucionalidade na formação do governo, como já indicado.

De facto, na legislatura 2007-2012, a governação foi controlada pela coligação pós-eleitoral designada de Aliança de Maioria Parlamentar (AMP) liderada pelo líder Kay-rala Xanana Gusmão. A força política AMP foi composta por CNRT, partido criado pouco tempo antes de eleição de 2007 assente na confiança no líder central nacional José Alexandre Kay-rala Xanana Gusmão, incluídos três partidos com pouco assento pouco expressivo no parlamento: o Partido Democrata (PD), Associação Democrata Timorense (ASDT) e Partido Social Democrata (PSD), como se confirma pela *Tabela n° 13*. Uma realidade que o partido histórico FRETILIN como partido mais votado neste ato eleitoral 2007, não foi envolvido nesta governação.

Em reação a esta situação política, o partido FRETILIN condenou a governação da AMP como matéria inconstitucional no enquadramento das alíneas 1ª e 2ª do artigo 106º da Constituição da República menciona:

1. O Primeiro-Ministro é indigitado pelo partido mais votado ou pela aliança de partidos com maioria parlamentar e nomeado pelo Presidente da República, ouvidos os partidos políticos representados no Parlamento Nacional.
2. Os restantes membros do Governo são nomeados pelo Presidente da República, sob proposta do Primeiro-Ministro (Constituição RDTL, 2001).

Com esta composição, o processo da formação do governo foi controlado pela Aliança de Maioria Parlamentar (AMP) liderada pelo partido CNRT, o partido que fundado pelo Xanana Gusmão conforme atrás exposto. Com essa situação, a FRETILIN acusou a governação de AMP, liderada pelo Primeiro-ministro Xanana Gusmão, como um governo inconstitucional com base no primeiro ponto da 1ª alínea dos artigos 106, “O Primeiro-Ministro é indigitado pelo partido mais votado” sem ter sido considerada a segunda postula da mesma alínea “ou «pela aliança de partidos com maioria parlamentar e nomeado pelo Presidente da República», ouvidos os partidos políticos representados no Parlamento Nacional”. Em aproveitamento dessas lacunas constitucionais, o ato político da FRETILIN, que condenou a governação da Xanana Gusmão, devemos compreendê-lo como estratégia política para convencer os militantes do partido FRETILIN na sua perda em conquistar poder no governo.

Da mesma forma, surgiram outras lacunas como se pode observar na crise parlamentar relativa ao período da legislatura 2017-2022, e que provocaram a dissolução do Parlamento Nacional e a realização das eleições antecipadas em 2018. Resultou na alteração do governo de coligação da FRETILIN e PD liderado pelo Primeiro-ministro Mari Alkatiri, para uma coligação em aliança eleitoral para alcançar a maioria parlamentar, formada pela Aliança de Maioria Parlamentar (AMP), sob liderança do Primeiro-ministro José Maria de Vaz Conselho alias Taur Matan Ruak (Feijó, 2019; Gunn, 2020).

Mas o processo ainda não está terminado. Timor-Leste conta com as capacidades dos seus líderes políticos, mas também dos observadores e peritos externos. É evidente que a fase da consolidação democrática irá colocar mais desafios do que aqueles existentes na fase da transição democrática. A consolidação da democracia é uma fase mais desafiante em termos de desenvolvimento político democrático. Ambos são valores que terão de ser incorporados na cultura política (Rustow, 1970).

Neste estudo, identificam-se os traços da consolidação democrática durante o processo de consciencialização e internalização de valores e princípios políticos do cidadão, o qual sustenta as suas orientações e confiança no funcionamento das instituições do Estado, na realização dos deveres ou obrigações democráticas. A orientação e a atitude de confiança na instituição do Estado levam à participação ativa da sociedade no processo político. Uma boa governação é reflexo de um compromisso político para com os interesses públicos. Assim, há que estabelecer um equilíbrio entre o poder e o controlo social, de forma a alcançar a verdadeira democracia.

Durante o processo dinâmico de democratização de Timor-Leste, houve alguma flutuação e tensão política. Por um lado, a vontade popular de participar nos assuntos públicos manteve-se bastante elevada, o que se comprova pela elevada participação eleitoral. Por outro lado, o mecanismo de representação política que assegura os interesses públicos é uma representação meramente virtual. Tal é causado por diversas razões, nomeadamente, a ausência de equilíbrio do poder político, especialmente no Parlamento Nacional, privilegiando uma política de conhecimento

dos líderes fundadores do Estado e os líderes dos combatentes “*maun boot*” (grande homem).

Desde a primeira legislatura do Parlamento Nacional que se nota uma falta de equilíbrio da força política dessa instituição. As forças políticas do governo e da oposição fazem com que o processo político reflita menos as verdadeiras características da democracia. O processo de governação é muito lento, porque o desafio, enquanto novo Estado é muito grande. A responsabilidade da governação é uma meta importante a ser atingida, pois as políticas devem ser do interesse público. No início da independência houve vários conflitos resultantes dos desafios da governação. Tais desafios escalaram até ao culminar da crise política de 2006-2007, que colocou o país em Estado de emergência e deixou mais longe o sonho de um Estado de direito.

Como consequência de uma dinâmica política tão afastada dos princípios democráticos, a FRETILIN perde a esperança de continuar no poder. Os conflitos políticos que aconteceram colocaram em causa o processo democrático e ameaçaram um Estado de violência anarquista. Inicialmente forte no início do mandato, o apoio político rapidamente enfraqueceu. Em meados de 2006, seis ministros apresentaram a sua demissão, incluindo o ministro dos Negócios Estrangeiros, José Ramos Horta. Até mesmo o primeiro-ministro Mari Alkatiri foi forçado a recuar antes do tempo integral. Isso mostra que a comunidade estava dececionada com o processo democrático e o desempenho do governo durante esses quatro anos de trabalho.

Apesar destes conflitos, a jornada de consolidação da democracia não pode ser colocada em causa. Apesar da crise e de condições económicas graves, em 2006, a participação política do povo não esmoreceu. No entanto, teme-se que o processo eleitoral de 2007 possa vir a ser afetado pelos conflitos que se vivem. No entanto, a sociedade timorense demonstra algo extraordinário: o processo eleitoral decorreu sem grandes perturbações. Durante a campanha eleitoral surgiram algumas tensões, mas sem escalar para a violência.

As eleições presidenciais que ocorreram em duas voltas, 9 de abril e 9 de maio de 2007, bem como as eleições parlamentares de 30 de junho de 2007, confirmaram a

consolidação democrática colocada em causa pela crise de 2006. O evento político voltou a mostrar uma elevada taxa de participação política.

De acordo com um relatório apresentado pela Comissão Nacional de Eleições (CNE), todos os processos eleitorais seguiram o plano. Houve, no entanto, alguns casos de violência ocorridos quando o CNRT estava a realizar uma campanha eleitoral parlamentar em Viqueque. Os apoiantes do CNRT que faziam campanha envolveram-se com os apoiantes da FRETILIN. Nessa altura, os membros da Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL), em trajes civis, atiraram em Afonso Kudalai «um dos apoiantes do CNTR» e causaram a perda de vidas. Este caso de violência foi processado no Tribunal Distrital de Díli e penalizou os perpetradores (Cardoso & Gusmão, 2008, 62). A partir de investigações conduzidas por policiais, pode-se observar que essa violência não foi espontânea, mas havia eventos anteriores que desencadearam essa violência. Além desses casos de violência, alguns pequenos desvios ocorreram em algumas localidades, mas de natureza técnico-administrativa e não constituíram um grande entrave ao processo eleitoral (Cardoso & Gusmão, 2008, p. 62).

Em geral, o fenómeno da política democrática que ocorreu durante as eleições gerais de 2007 é um exemplo de um evento democrático que proporcionou ampla liberdade na comunidade. Feliciano Fátima era o presidente da bancada da ASDT no Parlamento Nacional no primeiro período legislatura e fez uma declaração relacionadas com as observações do processo de campanha eleitoral dos candidatos, dizendo:

Entramos em uma nova fase da democracia. Vejo campanhas de 8 candidatos que vão de 23 a 28 de março, especialmente a campanha através da televisão dá uma nova história, uma nova fase. Entramos em uma nova fase e, que o mundo ficará surpreso porque estamos em uma vida de violência, mas durante o processo de campanha não causa violência. Isso sugere que as pessoas já têm política de maturidade (política na política) e quando as pessoas dizem que não querem fazer violência, elas não farão isso, isso é uma coisa muito boa para a dinâmica da democracia. Fiquei surpreso, especialmente, que 8 candidatos pudessem usar sua capacidade de atrair a simpatia do público (Fátima, 2007. p.3).

Esta afirmação não é exagerada porque, apesar de as pessoas ainda terem memória de conflitos e violência (a situação começou em meados de 2006), quando o processo eleitoral foi realizado, o conflito não foi canalizado para a política. Este facto mostra que as eleições são um meio de implementar a democracia e podem ser confiadas no canal das aspirações do povo para evitar confrontos diretos.

As experiências eleitorais, desde 2001 até 2018, mostram que quando o processo eleitoral acontece, existe competição e existem conflitos em termos de ideias políticos, mas esses conflitos são resolvidos nas urnas, através dos votos. Isso mostra a maturidade da política na sociedade, embora ainda haja muita incitação das elites que gostam de usar retórica política contraditória.

O sucesso das eleições presidenciais e parlamentares no período de 2007 tornou-se uma referência para o desenvolvimento político da democratização em Timor-Leste. Deste barómetro resultam dois argumentos: *primeiro*, este processo eleitoral aconteceu num ambiente de instabilidade política, devido à crise nas instituições militares, especialmente um grupo coordenado por Castão Calcinha, Sargento; *segundo* argumento, pela primeira vez o governo timorense organiza o processo eleitoral, já sem a assistência da Organização das Nações Unidas, ainda que haja agentes internacionais a observar o processo.

Isto levou o público a ter uma perspetiva positiva sobre a democracia, capaz de reerguer o país da recessão e da crise de 2006. A deterioração de Timor Leste e o Estado de fracasso são evidentes a partir de três condições: 1) a situação de anarquia (as ações das pessoas não ignoram o Estado de direito aplicável; 2) o governo não tem a capacidade de resolver rapidamente a crise; 3) os representantes perdem a credibilidade para prestar contas ao povo. Em vez disso, usaram a oportunidade de fazer campanha pelo seu partido ou pelo seu próprio grupo (Cardoso & Gusmão, 2008, 62).

Devido ao sucesso no período eleitoral de 2007, a motivação e auto confiança dos timorenses é reconhecida internacionalmente. A cultura democrática começa a ser integrada neste jovem país. Com esta confiança, os processos eleitorais posteriores foram conduzidos com sucesso. De facto, desde a primeira eleição em 2001, a jornada

política eleitoral revela que por cada período de cinco anos há um aumento do número de partidos. Na segunda eleição geral legislativa, em 2007, os partidos concorrentes aumentaram 19 partidos em comparação com o período eleitoral anterior e, em 2012 este aumento foi de 22 partidos políticos. Na eleição geral de 2017, 33 partidos apresentaram as suas candidaturas ao Tribunal de Recurso, tendo sido certificados 31 partidos políticos para concorrerem na eleição 2017.

Quando o Presidente da República decidiu dissolver o Parlamento Nacional, resultante da eleição 2017, e anuncia nova eleição para 12 de Junho 2018, o fenómeno da dinamização partidária demonstra nova postura: o número de partidos que participaram na recente eleição 2018 diminuiu para 19 partidos. Geralmente o processo de dinamização dos partidos políticos acontece através da criação de novos partidos, com origem em novos grupos sociais, ou que resultaram da cisão de partidos existentes/antigos. Este procedimento implica a falência de partidos existentes, e a representatividade pluralista do Parlamento Nacional dificulta a obtenção de uma maioria absoluta de um partido e a efetividade da governação. Neste fenómeno deve-se confirmar no capítulo 5 “Os partidos políticos em Timor-Leste”.

Paralelamente à dinamização dos partidos políticos, a sociedade Timorense demonstra a sua vontade de participação política, sobretudo a participação eleitoral como uma das dimensões indispensáveis no processo democrático, enquanto principal indicador da dimensão da participação política. O conceito de participação política multidimensional apresenta-se tal como se identifica em diversas propostas (Verba & Nie, 1972; Verba, Nie, & Kim, 1980; Viegas, 2010; Teorell, Torcal, & Montero, 2007). Porém, a participação política eleitoral é entendida como o conjunto das atividades desenvolvidas pelos cidadãos diretamente relacionadas com a escolha dos governantes para decidirem e executarem as decisões em representação dos seus eleitores (Verba & Nie, 1972; Verba, Nie, & Kim, 1980). Como se pode confirmar pela definição de André Freire (2000), a participação eleitoral é a atitude dos indivíduos que exerceram o seu direito de voto na escolha dos representantes políticos na eleição. Assim, a participação eleitoral deve ser um compromisso constante, assegurando que a população tenha um controlo efetivo sobre os processos de decisão, através de uma escolha com autoconsciência e bem referenciada pelo conjunto, na confiança de

eleitores aos representantes. Enquanto, a realização e o exercício da participação política eleitoral como elementos democráticos, requerem condições de igualdade de direitos e oportunidades (IDEA, 2012, p. 1).

CAPÍTULO 5

OS PARTIDOS POLÍTICOS EM TIMOR- LESTE: CONTRIBUTOS PARA UMA LEITURA SOCIOLÓGICA DA SUA GÉNESE, BASE SOCIAL E DINÂMICA PARTIDÁRIA

O aparecimento dos partidos políticos na democracia do país foi considerado um elemento indispensável à representatividade política e à concretização da soberania popular. De acordo com o enquadramento teórico, a emergência e a consolidação da democracia, seja no modelo democrático elitista promovido por Schumpeter (1961), seja no modelo democrático pluralista e competitivo de Dahl (1991; 1994; 1997), sobretudo ao nível da poliarquia (Dahl, 1971). Os partidos políticos funcionam como pré-requisitos para uma democracia central e moderna. Assim, os partidos políticos representam os interesses públicos, estabelecendo uma ligação entre os governados e os governantes. Pelo que, “as organizações partidárias como componentes da democracia, requerendo o direito do voto, extensivo às massas, e à necessidade de recrutar e organizar os eleitores” (Weber, 2000, p. 58).

Timor-Leste posiciona-se como um regime democrático representativo, depositando-se nos partidos a concretização do processo político no país, este pautado pela liberdade de expressão e liberdade política. Daí que o artigo 7º alínea 2ª da Constituição da RDTL acrescente “O Estado valoriza o contributo dos partidos políticos para a expressão organizada da vontade popular e para participação democrática do cidadão no governo do país”. Porém, a realização do mecanismo política operacionalizou-se pela lei número 3/2004 que revoga a lei número 6/2006:

Os partidos políticos são organizações de cidadãos de carácter permanente, com o objetivo de participar democraticamente na vida do país e de concorrer para formação e expressão da vontade política do povo, em conformidade com as leis e com os respetivos estatutos e programas intervindo nomeadamente no processo eleitoral mediante a apresentação ou o patrocínio de candidaturas (Parlamento Nacional, 2006, artigo 1º alínea 1).

O estudo sobre os partidos políticos timorenses ainda é escasso, apresentando o país características socioculturais muito específicas. Dedicar-se este estudo ao levantamento dos principais traços dos partidos da sociedade timorense, durante o processo de consolidação democrático do país. De facto, Timor-Leste tem particularidades históricas, políticas e culturais, realidade económica e expectativas em relação ao futuro que definem a emergência da democracia neste país.

5.1. Origem e Base Social Partidária

A emergência dos partidos políticos em Timor-Leste iniciou-se na década de 1970, tendo como génese movimentos nacionalistas anticolonialistas e grupos da elite local com interesses bem definidos. Foi percorrido um trilha no caminho da identidade nacional que passou por uma política de descolonização e autodeterminação.

O movimento nacionalista foi promovido por jovens estudantes e intelectuais de vários grupos, entre eles as gerações de Liurai (elite local), assim como os mestiços de várias raças, conjunto privilegiado enquanto classe média naquele tempo, em trajetória do princípio humanista, igualdade de direitos e democracia.

Tomando como foco a origem desses grupos de movimentos nacionalistas, Jill Jolliffe (1978) por Dennis Shoesmith, acrescenta que o perfil dos líderes da UDT e da ASDT/FRETILIN é, surpreendentemente, semelhante:

from the family of a liurai [chief], primary school education at the Jesuit college at Soibada, higher education in the seminary at Dare, on completion of which they generally entered the Portuguese civil service. . . . The children of Portuguese deportados were a second source of leadership, Horta and the Carrascalões being the most obvious example (Shoesmith, 2003, p. 236)

Tal como por exemplo, Helen Hill (1978) apresenta uma revisão do perfil dos fundadores e ativistas políticos da ASDT/FRETILIN, a saber, Francisco Xavier do Amaral, José Ramos Horta, Mari Alkatiri, Abílio Araújo e demais outros membros. Foi fixação deles em promover opção e princípio política independência imediata em 1975 (Hill, 1978, p. 74-84).

Francisco Xavier do Amaral, uma das gerações da elite local tradicional, apresenta uma forte fixação ao comércio nacional e à independência timorense. Francisco Xavier é filho de um Chefe do Suco no Posto Administrativo Torriscai, que se situa na parte central da ilha de Timor, topologicamente marcado pela montanha. O líder tem uma forte consciência humanista, aproveitando os privilégios da geração das elites tradicionais. Andou na Escola Básica de Soibada, prosseguindo estudos no Seminário Dare (atrás da cidade de Díli). Muitos dos líderes timorenses estudaram em

Escolas Católicas, incluindo Nicolau Lobato, o grande herói que foi morto por uma bala inimiga na batalha contra força de ocupação Indonésia. Em 1963, o Xavier terminou os seus estudos no Seminário Maior em Macau, mas renunciou ser investido Pastor, por ter consciência da discriminação do poder administrativo colonial contra as instituições católicas. Retornado de Macau em 1963, Xavier dedicou-se ao ensino na escola primária e no Liceu de Díli. Seguidamente, em 1966, instalou uma escola básica no seu local da residência, nos arredores da cidade de Díli, *Quintal Boot* (em tétum), que se assemelhava ao português “Quintal Grande”. Esta escola pretendia dar oportunidades aos jovens que não preenchiam os requisitos para entrarem nas escolas do município. Após o referendo de 1999, reconstruiu o ASDT e participou na reconstrução do Estado e no processo de democratização do jovem país. Assumiu funções como Vice-presidente da Assembleia Constituinte e no Parlamento Nacional durante a legislatura de 2002-2007. Antes de falecer apresentou a sua candidatura para eleição a Presidente da República, em 2002 e em 2007.

José Ramos Horta faz parte do grupo de intelectuais mestiços. A sua mãe era timorense, de nome Natalina Ramos Filipe Horta, e pai era português (exilado em Timor). Foi educado na escola básica da missão católica em Soibada e frequentou o ensino secundário no Liceu-Díli. Foi jornalista no diário “A Voz de Timor”. Devido à sua atividade política pró-independência, esteve exilado por um ano (1970-1971) durante a época colonial, em Moçambique. Considerado como pertencente a uma elite política moderada, ocupou o cargo de Ministro das Relações Exteriores no autoproclamado governo de 28 de Novembro de 1975. Deixou Timor-Leste a 4 de Dezembro 1975, antes da invasão militar Indonésia a 7 de dezembro de 1975. Em Dezembro de 1996, José Ramos-Horta partilha o Nobel da Paz com o bispo Carlos Filipe Ximenes Belo, seu compatriota. O Comité Nobel laureou-os pelo contínuo esforço para terminar com a opressão vigente em Timor-Leste, esperando que o prémio despoletasse o encontro de uma solução diplomática para o conflito em Timor-Leste, no sentido de restituir o direito do povo à autodeterminação.

José Ramos Horta estudou Direito Internacional na Academia de Direito Internacional de Haia, nos Países Baixos (1983) e na Universidade de Antioch (Estados Unidos) onde completou o mestrado em Estudos da Paz (1984), bem como

uma série de outros cursos de pós-graduação sobre a temática do Direito Internacional e da Paz. A 9 de Junho de 1998 foi agraciado com a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade de Portugal. Em outubro de 2000 foi investido, juntamente com D. Ximenes Belo e Xanana Gusmão, como doutor «Honoris causa» pela Universidade do Porto (por proposta da respetiva Faculdade de Letras). Após a restauração da Independência assumiu várias responsabilidades estatais. Foi Presidente da República entre 2007 e 2012, contribuindo de forma decisiva para a construção do Estado timorense e para a consolidação democrática do país. Atualmente continua a desempenhar o papel de líder moderado, sem um envolvimento efetivo nos partidos políticos, inclusive na ASDT e FRETILIN que são fruto dos seus esforços.

Esse grupo de jovens intelectuais teve a oportunidade de frequentar a escola durante as décadas de 60 e 70 do século passado. Era um grupo de timorenses assimilados que usufruíram do ensino e da instrução, tanto em Timor-Leste, como no estrangeiro, nomeadamente Macau, Portugal e Austrália. Foi através deste grupo que nasceu a motivação do espírito nacionalista e da necessidade de a sociedade timorense se tornar soberana enquanto nação. Apesar de não serem muitos, em termos numéricos (calcula-se em uma centena de pessoas), assumiram um papel de grande importância nos movimentos sociais e na política de autodeterminação do país. Entre estes jovens, além dos já mencionados Francisco Xavier do Amaral e José Ramos Horta, existe ainda Mari Alkatiri. Este grupo promoveu valores como a liberdade e a igualdade, rompendo movimentos sociais e criando partidos políticos. A Revolução dos Cravos, de abril de 1974, abriu caminho para a liberdade e aparecimento dos partidos políticos em Timor-Leste.

Foram seus os movimentos políticos que funcionaram como embriões dos partidos políticos. Assim, existiam três grupos com maior representatividade e apoio das bases sociais e três grupos mais pequenos, com bases sociais mais restritas. Desses movimentos políticos nasceram os partidos políticos que levaram à emergência da democratização neste jovem país, Timor-Leste (Gunn, 2005; Hill, 1978; Rizzi, 2010b; Saldanha, 2008).

A União Democrática Timorense (UDT) foi a organização que surgiu como primeiro partido político em Timor-Leste. Fundada em 11 de maio de 1974, defendeu o princípio político da autonomia progressiva em relação a Portugal. Os fundadores do partido UDT eram tendencialmente conservadores, pelos laços emocionais em relação à presença da administração colonial portuguesa, o que refletia o seu estatuto social privilegiado e a função que desempenhavam como intermediários entre os timorenses e os colonizadores portugueses (Rizzi, 2010), incluindo católicos famosos (Gunn, 2005). Os líderes da UDT naquela época são: Francisco Lopes da Cruz, que assume funções como o primeiro presidente do partido; César Augusto da Costa Mouzinho, que tinha experiência na política e foi um representante da Associação Nacional Popular (antigo partido de Salazar/Caetano); João Carrascalão, filho de um fazendeiro de café rico e seu irmão Mário Viegas Carrascalão (que antes da restauração da independência, despede-se da UDT e funda o Partido Social Democrata – PSD). A força da UDT veio de amplo apoio das “pessoas que beneficiaram do colonialismo português, incluindo descendentes de empresários chineses” (Gunn, 2005, p. 410). O primeiro manifesto dessa União defendia uma autonomia progressiva, sob administração portuguesa, embora também apoiasse o direito à autodeterminação. Em agosto de 1974, anunciou-se uma mudança de posição, declarando como seu objetivo final a independência, após um período de federação com Portugal. Rejeitava-se também a integração em outros países. Com essa mudança, a UDT dera provas da sua maleabilidade política, em resposta às alterações ocorridas no panorama político português e à evidência de que o nacionalismo era uma força crescente no próprio país.

A 20 de maio de 1974 foi formalmente lançada a Associação Social Democrata Timorense (ASDT), composta por um grupo mais nacionalista, com ideias políticas diferentes daquelas expressas pela UDT. Os fundadores da ASDT eram jovens intelectuais timorenses com antecedentes diversos. Alguns pertencentes à administração portuguesa, outros oriundos do grupo anticolonial do início da década de 1970. O mais conhecido entre os fundadores é Francisco Xavier do Amaral, presidente. Nicolau Lobato foi instituído como vice-presidente e, simultaneamente, ministro da defesa e segurança, preso e assassinado pelos agressores militares da Indonésia, em Dezembro de 1978. Outras figuras importantes eram Mari Alkatiri, José Ramos-Horta, Nicolau Lobato e Justino Mota. Algumas destas personalidades ainda

se encontram em funções, tendo assumido tarefas de relevância na conjuntura política durante a era da independência de Timor-Leste, nomeadamente José Ramos Horta e Mari Alkatiri.

Tendo em conta as circunstâncias vividas em Timor, com as ameaças de invasão da vizinha Indonésia, a ASDT, apenas quatro meses da sua constituição, transforma-se na Frente Revolucionária de Timor Leste Independente (FRETILIN), oficialmente declarada a em 11 de Setembro 1974. O surgimento da FRETILIN representa uma evolução social importante, com um forte vínculo aos valores socioculturais da sociedade. Isso acontece porque a FRETILIN expressa ideias e princípios básicos da política, firmeza a defender o manifesto da ASDT, a rejeição do colonialismo, a participação timorense imediata no governo local, o fim da discriminação racial, a luta contra a corrupção e, eventualmente, o estabelecimento de boas relações com os países vizinhos. Refira-se que a ASDT foi um movimento social que surgiu de um comité de defesa dos direitos trabalhistas constituídos após o 25 de Abril de 1974. O líder desse comité era José Ramos Horta, que conseguiu alcançar a exigência do aumento de 50% no salário para funcionários públicos de baixo escalão (Gunn, 2005, p. 411; Hill, 1978; Rizzi, 2010).

A FRETILIN, defendendo a independência política, é o único partido que obtém apoiantes entre os seus adversários. Inicialmente era mais numeroso nas cidades do que no interior (cuja população tendia a suspeitar da elite urbana), e ganhou imensa simpatia, sobretudo, quando o conceito *liberdade*, num contexto de independência, foi combinado com o conceito *Maubere*, como uma estratégia filosófica para atrair a simpatia da maioria do povo mais marginalizado, que muito sofreu durante o colonialismo português. Com uma fixação muito forte na independência, e temendo a invasão do país vizinho Indonésia, a FRETILIN declarou “um povo e uma nação”. Sem hesitar, e comprometendo-se proclamou, unilateralmente, a 28 de Novembro de 1975, a Independência de Timor-Leste.

A Associação Democrática Popular de Timor (APODETI) foi fundada em 27 de maio de 1974, e como ideal político tinham a integração na Indonésia. Os apoiantes e a base social da APODETI era composta pela comunidade árabe em Díli, a qual já

tinha solicitado a integração do território no consulado da Indonésia. A APODETI também contou com o apoio de alguns *Liurai* (elites tradicionais locais), particularmente de Guilherme Maria Gonçalves, uma geração *Liurai* de Atsabe no distrito de Érmera, o que forneceu a única base territorial na região de plantação de café de Atsabe. Como compensação por este serviço político, Guilherme tornou-se o segundo governador de Timor-Leste, no período da ocupação indonésia substituindo Arnaldo dos Reis Araújo, que se tornou primeiro governador. A tendência política para a integração vem de um pressuposto de que Timor-Leste não tem capacidade para se desenvolver enquanto país autônomo, necessitando do apoio da Indonésia para se sustentar economicamente.

Para além destes partidos que reuniam apoios substanciais, existiram ainda alguns partidos de menor dimensão. Um deles é o *Klibur Oan Timor Asuain (KOTA)*, o que traduzido significa “Associação dos Patriotas Timorenses”. Este é um grupo composto por uma minoria de *Liurais*, os quais têm menos poder. O KOTA teve a sua origem a AMPT (Associação Monárquica do Povo Timorense). Manuel Tilman opina que,

O partido KOTA surgiu a partir do partido monárquico AMPT (Associação Monárquica do Povo Timorense), um dos partidos antigos. O partido KOTA surge em 1974, caracterizado como uma organização monárquica tradicional, pois os seus fundadores fazem parte da geração das autoridades da monarquia tradicional, incluindo o próprio presidente atual do partido, Manuel Tilman, «porém objetivo do partido» KOTA é um partido orientado para a valorização da tradição de Timor-Leste. O seu objetivo não é concorrer para vencer e obter poder, mas para manter o prestígio da história monárquica, como identidade original de Timor-Leste” (*ESE/04*).

Na mesma realidade política, o Partido Trabalhista Timorense (PTT) tem poucas dezenas de membros. É um grupo com menos presença nos estudos sobre a política em Timor-Leste é a “Associação Democrática para a Integração de Timor-Leste na Austrália” (ADITLA). No entanto, este grupo foi rejeitado pelo governo australiano de Camberra (Gunn, 2005, p. 412). Uma vez que não conseguiram o apoio do governo

australiano, este grupo influenciou o processo de descolonização ao alinhar-se com a política de integração na Indonésia.

A presença destes movimentos em Timor-Leste mostra a força dos intelectuais, no defender dos seus ideais políticos. Bateram-se pelos direitos humanos, pela liberdade e pela igualdade de género. Estes grupos de jovens intelectuais eram o motor dos sentimentos nacionalistas e criaram os partidos, como locais onde pudessem expressar os seus valores e crenças. São os fundadores e os líderes que irão, mais tarde, assumir funções de governação no aparelho de Estado.

À luz destes valores humanistas, a ASDT/FRETILIN, os conservadores da UDT, e os pessimistas da APODETI, desenvolvem os seus programas na tentativa de sensibilizar o povo para as políticas de autodeterminação. Infelizmente o processo de mobilização das massas ultrapassa o domínio da consciência e a capacidade de organizar o funcionamento dos partidos, resultando numa guerra civil a partir de meados de 1975. Esta guerra civil foi sabiamente aproveitada pela ditadura de Soeharto, que acabou por ocupar militarmente o país. Durante 24 anos o sonho da independência adormeceu, tendo sido brutalmente reprimido pela Indonésia.

A presença da força militar Indonésia ficou marcada por atrozes assassinatos, trazendo ao povo um sofrimento de difícil esquecimento. 200.000 Timorenses morreram na tentativa de paralisar o espírito do movimento nacionalista e anticolonialista. No entanto, quanto mais o povo sofre, maior a vontade de libertar a pátria do opressor. O Governo de Jakarta (Indonésia) tenta compensar os atos criminosos, dando algumas regalias. Conseguiu alargar a educação a todo o território. Por causa disso a taxa de analfabetização diminuiu. Foi dada a todos os jovens, a oportunidade de estudar, tendo alguns conseguido entrar na universidade na recém criada Universidade Timor-Timur “Universidade de Timor-Leste”. Esta foi fundada em 1986, patrocinada pela fundação Yayasan Lorosa’e, e apoiada por Mari Caras Calão, governador da última província Indonésia.

No entanto, apesar de todos os progressos conseguidos ao nível educativo, o governo de Jakarta não conseguiu a simpatia da população. Armou-a, intelectualmente, para que o ideal de independência e autonomia não se perdesse.

Durante a ocupação dois movimentos estudantis vieram a nascer. O primeiro movimento intitulou-se Resistência Nacional dos Estudantes de Timor-Leste (RETNETIL) e surgiu no ano de 1986, tendo como base de apoiantes os estudantes universitários timorenses a estudar na Indonésia, sobretudo os que estudavam em Bali e Java. O movimento RENETIL assumiu uma tarefa tão crucial quanto estudar: mobilizar os jovens estudantes para a luta contra a força política de ocupação. O líder da RENETIL, Fernando Lasama de Araújo, e os seus companheiros criaram um lema motivador: **“antes sem título, do que sem Pátria”** (Ministério da Educação, 2015, p. 10).

Um outro movimento estudantil que tem um contributo considerável é o Conselho de Solidariedade Juventude Estudantil de Timor-Leste nomeado *Dewan Solidaritas Mahasiswa Pemuda da Pelajar Timor-Timur (DSMPPT)*, com secretariado em Díli. O movimento DSMPPT tem nas suas bases sociais em estudantes universitários da UNTIM (sigla em Indonesia: Universitas Timor-Timur), uma instituição académica privada na sombra da Fundação chamada Yayasan Lorosa'e e da Politécnica Hera, a única instituição académica pública, localizadas a uma curta distância da parte leste da capital. O papel da DSMPPT será o de mobilizar as massas em todo o território de Timor-Leste, de forma a conseguir apoio para a independência, para a paz e para a estabilidade. Contribuem, igualmente, para a estabilidade que permitirá a realização do referendo.

O nascimento dos dois movimentos de carácter estudantil tem uma dupla função. Por um lado, constituem uma força política contra a ocupação Indonésia, advogando os três pilares da resistência: frente armada, diplomática e clandestina. Por outro lado, o movimento funciona como um laboratório político vivo que permite aos jovens exercer o seu conhecimento sobre a vida política pública. Note-se que a maior parte dos políticos e membros do governo começaram a sua vida política num destes movimentos. Foram laboratórios que permitiram desenvolver as capacidades técnicas dos jovens.

Durante o processo de resistência contra a ocupação Indonésia, surgiram novos partidos políticos que tentam deformar e fragmentar os movimentos políticos pró-

independência. O Partido Nacionalista Timorense (PNT) liderado por Abílio de Araújo, ex-quadros políticos da FRETILIN, expulso pelo Comité Central da FRETILIN por este ter desconfiado que havia conluio com o ocupante Indonésio. A União Democrática Cristã (UDC) dividiu-se em dois partidos:“ a UDC, representando a ala protestante, e o partido Democrata Cristã (PDC) é se representa a católica, oficialmente estabelecidos em Portugal em 1998“(ESE/08).

Na década de 1980, Xanana Gusmão, o líder da resistência em Timor-Leste, estabeleceu com outro combatente exilado, José Ramos-Horta, o Conselho Nacional da Resistência Nacional (CNRM) para acomodar outros grupos que não a FRETILIN que resistiam à ocupação de Indonésia. Em 1998, CNRM foi substituído pelo Conselho Nacional da Resistência (CNRT), organização protetora do movimento de resistência. Foi o CNRT que estabeleceu a estratégia de luta e ganhou apoio, tanto nacional como internacionalmente, demonstrado na realização e resultado do referendo de 30 de agosto de 1999. A bandeira do CNRT foi usada nas urnas de voto.

Os universitários que estudavam na Indonésia fundaram o Partido Socialista de Timor (PST) nos anos de 90, com o líder principal Abelino Colho, um jovem estudante timorense, ex-seminarista e estudante em Java. O PST desenvolveu atividades de ideologia socialista, preparando-se para a futura governação, já num Timor-Leste independente.

5.2. Dinamização dos Partidos Políticos

Apesar de ser um país novo, com limitações em vários aspetos, tal não impediu o processo político de democratização, nem tão pouco a dinamização dos partidos políticos. Com um forte espírito de liberdade e um desejo pela democracia, como motores, a motivação dos timorenses era grande no que diz respeito à envolvimento na vida política do país. É evidente que a ajuda da *United Nations of Transition Administration in East Timor (UNTAET)* facilitou o processo de democratização. Os partidos políticos são bastante dinâmicos e movimentam-se num sistema político multipartidário, característica desta nova democracia. Os grupos e movimentos

partidários decorrentes dos anos 1974/1975, e os grupos mais recentes asseguraram o início do processo de transição para a democracia no país.

De facto, desde o início da restauração da independência, no dia 20 de Maio de 2002, antecedida por uma eleição geral da Assembleia Constituinte em 30 de Agosto de 2001, foram envolvidos 16 partidos políticos, para se selecionarem 88 timorenses que iriam assumir a tarefa de elaborar a Constituição da República de Timor-Leste, como base fundamental para a transição política, para a construção do Estado e para a consolidação da jovem democracia em Timor-Leste.

O processo iniciou-se ao estabelecer uma Comissão Eleitoral Independente (CEI) composta por três peritos internacionais, a quem competia supervisionar o processo eleitoral e analisar as queixas, certificando os resultados (A/54/654). De forma complementar, constituíram-se partidos políticos que apresentariam os seus candidatos a eleição, conforme o regulamento UNTAET n.º 2001/2, de 26 de fevereiro (“Sobre a eleição de uma assembleia constituinte para a elaboração de uma Constituição para um Timor-Leste independente e democrático”), posteriormente alterado pelo Regulamento n.º 2002/3, de 23 de março, e o Regulamento n.º 2001/11, de 13 de julho (“Sobre infrações eleitorais para a eleição de uma Assembleia Constituinte”).

Os 16 partidos que se envolveram no primeiro ato político mencionado, eram os antigos partidos políticos (partidos que foram constituídos entre 1974 e o referendo de 30 de Agosto de 1999), os quais se consolidaram, reafirmando a sua existência e envolvência na vida política do país. Entre os antigos partidos encontram-se: APODETI, ASDT, FRETILIN, KOTA, PT, UDT, e também PDC, UDC, PNT, PST que surgiram mais tarde, mas antes do referendo. Enquanto os novos partidos são seis, concretizando, Partido Democrático (PD) o Partido Social Democrata (PSD), Partido do Povo de Timor (PPT), Partido Liberal (PL), Partido República Nacional Timor Leste (PARENTIL) e Partido Democrático Maubere (PDM).

A jornada política Timorense está marcada por uma grande dinamização partidária. A cada ciclo eleitoral de cinco anos apresenta um crescimento do número de partidos políticos, em parte devido a cisões entre partidos devido à paramentação

ideológica, mas também devido ao surgimento de novos partidos que colaboraram com partidos anteriores, na disputa pelo poder do Estado. No entanto, alguns deles depararam-se com dificuldades e desistiram próximo do ciclo eleitoral.

Antes de se realizar a eleição de 2007, nasceram seis novos partidos designadamente, Congresso Nacional da Reconstrução Timorense (CNRT), União Nacional Democrática da Resistência Timorense (UNDERTIM), Partido Republicano (PR), Partido Democrático República de Timor (PDRT), Partido Unidade Nacional (PUN), Partido Milénio Democrático (PMD). Os seus novos partidos apresentavam distintos objetivos, distintas bases sociais e distintas motivações a nível da ideologia política. A permanência desses novos partidos políticos contribuiu para dinamizar os cidadãos ao nível da identificação político-partidária. Foi também consequência destes novos partidos, o declínio de apoiantes da FRETILIN.

De facto, a maior perturbação em termos de preferência política partidária advém do Congresso Nacional da Reconstrução Timorense (CNRT), o qual declarou oficialmente a sua constituição antes da eleição de 2007. Este partido apresenta uma ideologia de centro-esquerda e é liderado por José Alexandre Kay Rala Xanana Gusmão, o líder central da luta contra a ocupação militar Indonésia. O motivo principal da constituição deste partido será o estabelecimento de uma igualdade partidária e o desvio da hegemonia partidária da FRETILIN. Esta motivação devem-se confirmar nos estatutos do partido CNRT em seguinte:

Passados 5 anos da restauração da independência e, no primeiro ano de governação do partido FRETILIN, observou-se que o mecanismo da democracia de Timor-Leste tendia para a hegemonia política por maioria na eleição, em que começa a falhar a força política dos seus oponentes. Como consequência, o líder máximo da resistência e comandante da luta de libertação, Xanana Gusmão, liderou o partido CNRT de forma a fazer um contrabalanço político sobre a governação do partido FRETILIN, para que se eduque a sociedade timorense sobre a cultura política democrática, sobretudo para a transparência e responsabilidade dentro da instituição do Estado, fomentando uma cultura independente e imparcial na instituição judicial, cultura de justiça a todos os cidadãos com maiores decisões do Estado (*CNRT, 2011, Preambulo dos Estatutos*).

Como é evidente, o partido CNRT consegue a vitória enquanto segundo partido mais votado na eleição parlamentar de 2007, constituindo uma Aliança de Maioria Parlamentar (AMP). Esta força política enquadra-se numa ideologia de centro e assume condições para constituir governo, este liderado por Xanana Gusmão como Primeiro-ministro. Por outro lado, a FRETILIN que ainda se posiciona numa ideologia de esquerda, perdeu a maioria absoluta ganha em 2001, tendo apenas conseguido a maioria simples nas eleições de 2007. Esta força é relegada para a bancada da oposição no Parlamento Nacional, durante a legislatura de 2007-2012, tendo o mesmo sucedido em 2012-2017.

Além do CNRT, e ainda dentro da mesma linha ideológica de centro-esquerda, surgem os partidos União Nacional Democrática da Resistência Timorense (UNDERTIM) e Partido Unidade Nacional (PUN), constituídos por alguns membros da FRETILIN, referentes à legislatura 2002/2007. O UNDERTIM foi oficializado a 20 de Agosto de 2005, liderado por Francisco Guterres e Cornélio Barros Gama, quadros e membros do Parlamento Nacional, na bancada FRETILIN. Por divergência de ideais com a linha política da FRETILIN, aconteceu uma divisão política, sobretudo em questões que desrespeitaram os membros combatentes por parte do Primeiro-Ministro Mari Alkatiri, principalmente Cornélio Gama, aliás “L7”, líderes da organização Resistência Sagrada Família e ex-comandante das Forças Armadas da Libertação Nacional Timor-Leste (FALENTIL). O Partido Unidade Nacional (PUN), constituído em 9 de dezembro de 2006, foi liderado por Fernanda Borges, um dos ex-membros da Assembleia Constituinte e do Parlamento Nacional, na primeira legislatura pela bancada da FRETILIN, e que desistiu da posição de Ministra da Finanças no governo de Mari Alkatiri, por divergência de ideias. Por último, neste período eleitoral, o Partido Milénio Democrático (PMD) tem a iniciativa de participar no palco político, mas não conseguiu conquistar a simpatia dos eleitores, por defender uma ideologista centrista.

O Partido Democrático República de Timor (PDRT) foi constituído em Díli, no dia 15 de Setembro de 2004. O PDRT defende uma ideologia cristã e tem origem no grupo KOLIMAU 2000, um dos movimentos de resistência à ocupação Indonésia. A sua base de apoio distribui-se por vários distritos, principalmente na região centro e

leste do território. De acordo com o preâmbulo do Estatutos do partido PDRT identificam-se:

A base concentração do movimento são no Distrito Bobonaro mais especificamente nos subdistritos: Atabae, Balibo e Cailaco; Distrito Ermera, concentra-se na Hatulia (Leimia Kraik), Atsabe e Letefoho; Distrito Ainaro, no subdistrito Hatubuilico (Manumera); Distrito Manufahi, concentra-se em Binani (subdistrito Turicai), Alas, Weberek, Aituha, Ailalek e Covalima. *(PDRT, 2004, Preâmbulo e Artigo 1º do Estatuto).*

Refletindo uma ideologia liberal, o Partido Republicano (PR), Partido Democrático República de Timor (PDRT) e Partido Milénio Democrático (PMD) apresentam um número limitado de apoiantes, nunca tendo obtido representação no Parlamento Nacional. Todavia, os seus fundadores são pessoas com um perfil respeitável, nomeadamente ao nível das suas qualificações académicas e experiência em gestão organizacional.

O nascimento dos seis novos partidos, mencionados anteriormente, resulta numa dinamização da pluralidade política, numa época que se caracteriza pelo despontar da consolidação democrática, apenas cinco anos depois da independência. O número de partidos aumenta para 22, como registado na história política do país. Na eleição de 2007 são 19 os partidos que se apresentam a sufrágio. Tal significa que três partidos desistiram e não apresentam candidatos no ciclo eleitoral de 2007. São estes o PARENTIL, a APODETI e o PTT.

O fenómeno da constituição de um novo partido revela-se mais acentuado depois das eleições de 2007. Oitos novos partidos foram constituídos antes da eleição geral para a legislatura de 2012, com distintos motivos e ideologias. De facto, houve uma evolução no sentido de tendências ideológicas de centro (seja esta centro-esquerda, ou centro-direita), conduzindo a cisões com partidos já existentes. Apareceu, assim, Partido Desenvolvimento Nacional (PDN), o Partido Timorense Democrático (PTD) e a Frente da Reconstrução de Timor-Leste (FRENTI-MUDANÇA).

O Partido Desenvolvimento Nacional (PDN) foi oficializado em 30 de Maio de 2009, tendo tido a sua génese no PSD. Os fundadores do PDN foram um grupo de

membros do Conselho Político do PSD, sendo alguns deles ex-membros do Parlamento Nacional, nos períodos anteriores liderados por Fernando Gusmão, o atual presidente do partido. A existência deste grupo tem como propósito mostrar o descontentamento entre os quadros profissionais, políticos e a liderança do PSD. Da mesma forma o Partido Timorense Democrático (PTD), resulta de uma cisão ocorrida no PNT, processo no qual o líder fundador e presidente do PTD assumiu a responsabilidade de Vice-presidente do PNT, acompanhado pela própria irmã do presidente.

A Frente da Reconstrução de Timor-Leste (FRENTI-Mudança), constituído em meados de 2011 foi liderado pelo fundador José Luís Guterres, um dos quadros políticos da FRETILIN desde 1974. José Luís Guterres foi membro da Assembleia Constituinte e do Parlamento Nacional na primeira legislatura, pela FRETILIN. Por divergências com a FRETILIN, principalmente no que concerne ao mecanismo de eleição da estrutura partidária, no Congresso realizado em 2006. O partido Associação Popular Monarquia Timorense (APMT), foi fundado por uma cisão do partido KOTA devido a motivos semelhantes. Quanto aos outros novos partidos, surgidos em representação de uma nova base social, não tiveram membros saídos de partidos anteriores, a saber: partido Kmanek Haburas Unidade Nacional (KHUNTO) tendo a base social em praticantes da arte marcial tradicional chamando KORKA (sigla em Tétum), com o seu líder central José Búcar Nai-Mori, atualmente conselheiro do partido. Ainda o Partido do Desenvolvimento Popular (PDP), o Partido de Desenvolvimento Liberal (PDL), e Partido Liberta Povo Ai-Leba (PLPA) foram fundados antes de eleição de 2012, com menos apoiantes e cuja base social de apoio não é fácil de identificar.

A tendência de surgimento de novos partidos tem continuado até à recente eleição geral para a legislatura de 2017. De fato foram quatro os novos partidos políticos que se constituíram antes de eleição geral para a legislatura 2017. Entre eles, Partido Esperança da Pátria (PEP), fundado em dia 3 de Fevereiro de 2017 e liderado por Manuel Higinio Gusmão, o irmão mais novo do líder Xanana Gusmão; o partido Centro Ação Social Democrata Timorense (CASDT); o partido Movimento Libertação

do Povo Maubere (MLPM) e o Partido do Desenvolvimento Democrático (PUDD). Nenhum deles conseguiu margem eleitoral para ter um representante no Parlamento.

O Partido de Libertação Popular (PLP) apresenta-se como uma nova força política de ideologia liberal. O PLP, iniciado por um grupo de jovens intelectuais e ativistas que se tinham envolvido em várias organizações da sociedade civil, é motivado pela exigência de mudanças na governação, que durante 15 anos beneficiou alguns grupos e alimentou a desigualdade. O PLP deposita a sua confiança no líder, Taur Matan Ruak, ex-comandante da guerrilha e ex-Brigadeiro General da F-FDTL, que foi Presidente da República no período de 2012-17. Os membros do PLP têm grande confiança no líder, tendo sido o único candidato a presidente do partido. No primeiro congresso do partido foi eleito presidente do partido, numa assembleia que decorreu com a presença de 500 congressistas. Esta força política ultrapassou a barreira eleitoral dos 4% segundo alínea 2ª artigo 8º do Lei nº 9/2017 e ocupou oito lugares no Parlamento Nacional.

O fenómeno do universo político partidário timorense, como foi referido antes, deve ser visto, de forma geral, como um processo de identificação política na procura de ideais e representa uma característica do processo de consolidação da democracia. Nesse processo, a fundação de um novo partido, implica uma maior volatilidade política, sendo até que alguns partidos desistem na próxima eleição depois do seu nascimento, como se pode ver na representação figura nº 11 sobre a dinamização dos partidos de Timor-Leste, por cada ciclo eleitoral desde 2001 a 2018.

O reaparecimento de antigos partidos que tinham diferenças ao nível dos princípios políticos de autodeterminação, demonstra uma nova atmosfera política de unidade nacional que tinha desaparecido no início da liberdade. No entanto, ainda existam alguns partidos que demonstram uma certa nostalgia, principalmente grupos mais otimistas em relação à independência, como acontece com a ASDT e a FRETILIN, que assumiram posições de clivagens sociais. Como é evidente, o princípio de independência política está na base moral da FRETILIN e constitui a maior vantagem para aproximar apoiantes e alcançar a vitória na eleição geral de 2001. Na segunda posição, o Partido Democrático (PD), é um dos novos partidos

constituídos no dia 10 Junho de 2001. Os fundadores do PD são um grupo de jovens formados durante a ocupação da Indonésia que prestaram apoio à resistência, mas também por alguns ex-combatentes, que se sentiram desconsiderados pelo partido FRETILIN. O PSD foi o terceiro partido mais votado, com 29.726 votos, e ocupou seis assentos na Assembleia. O PSD foi constituído a 20 de Setembro 2001, e tem a vantagem de ser liderado por Mário Viegas Carrascalão, um dos fundadores da UDT que maior contribuição deu para o movimento contra a ocupação militar Indonésia, principalmente através da sua posição na convergência política face ao massacre de 12 de novembro de 1991. Assumiu o cargo de Governador, destacando-se pelo seu papel na promoção da liberdade.

Os partidos históricos, nomeadamente UDT, ASDT, KOTA e PTT que se posicionaram a favor do princípio político da integração, assumiram a sua derrota. Assim, o ASDT, que era o centro do movimento nacionalista e anticolonialista em 1974, falhou na mobilização de massas apoiantes, por duas razões, essencialmente. Por um lado, a FRETILIN conseguiu mobilizar esses apoiantes e pela desconsideração de Francisco Xavier do Amaral, pelas posições assumidas anteriormente.

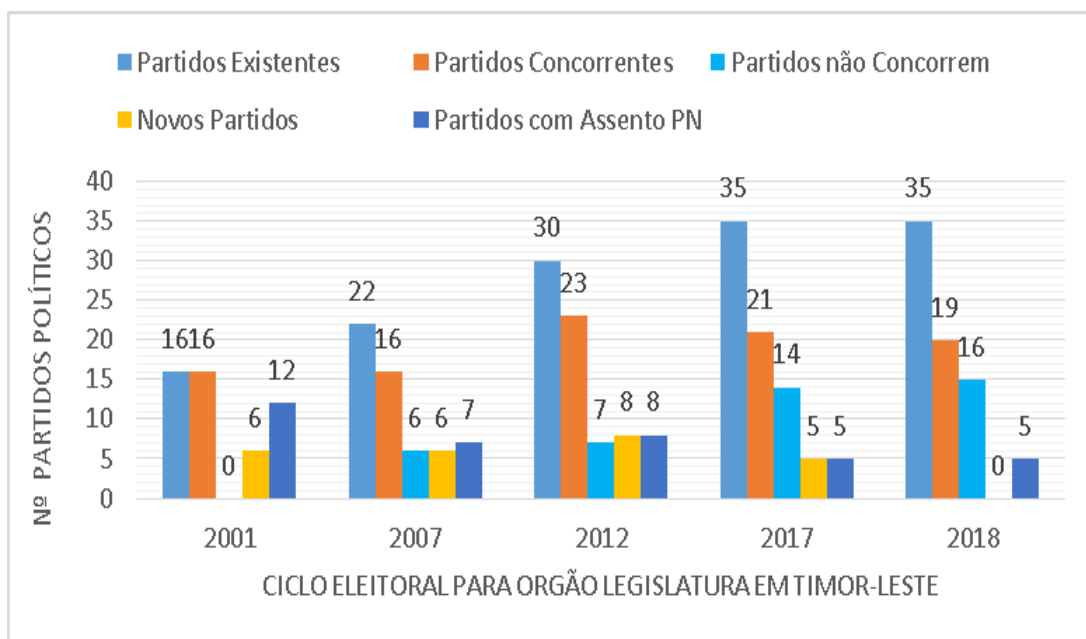
Apesar de se estar a viver um novo processo político democrático, as preferências políticas dos cidadãos mantêm-se fiéis ao território nacional. Tendo a maior base de apoio social, a FRETILIN luta pela libertação do povo Maubere. Os treze distritos apoiam a FRETILIN durante o período eleitoral, apesar da existência do novo partido, liderado por José Alexandre Cairala Xanana Gusmão. Mesmo assim, os votantes de três distritos da parte leste, distrito Baucau, Viqueque e Lospalos mantêm-se como a maior base de apoiantes da FRETILIN, enquanto na região centro, pela primeira vez, a FRETILIN perde para o partido de Xanana Gusmão, especificamente no distrito de Manufahi, o que nunca tinha acontecido. Os outros distritos mantêm o apoio à histórica FRETILIN, sendo o segundo partido mais votado na eleição parlamentar de 2007 o CNRT.

O surgimento dos novos partidos, em convivência com os partidos históricos, como mencionado anteriormente, vem contribuir para a dinamização do sistema partidário, no contexto da consolidação democrática de Timor-Leste. O sistema

partidário, enquanto processo de interações e competição interpartidária, promove a disputa pelo poder do Estado, seja ao nível da Presidência da República, seja no Parlamento Nacional, ou mesmo como Primeiro-ministro, chefe do governo. Ou seja, a dinamização do sistema partidário incide sobre o relacionamento dos partidos entre si, como cada partido exerce as suas funções e como reage, de forma competitiva, na luta pelo poder do Estado.

De facto, o processo de consolidação democrática do jovem país, resultou de uma grande dinamização dos partidos políticos. Por um lado, constitui-se como um bom início de uma cultura democrática, da valorização da expressão da liberdade e da boa vontade em participar no processo político do Estado. Por outro lado, o grande número de partidos políticos, com uma população relativamente reduzida (falamos de uma população na ordem de um milhão de habitantes), levou a que alguns partidos tivessem falhado o objetivo de alcançar número de votos suficientes para terem representantes no Parlamento Nacional. Tal provocou que alguns partidos tivessem deixado de existir no ciclo eleitoral seguinte, como se pode confirmar na figura nº 11 que explica a dinâmica dos partidos políticos.

Figura 11: Dinamização dos partidos políticos



Fontes: Adaptado do relatório da CNE sobre as eleições legislativas.

5.2.1. Coligação dos Partidos Políticos

Sendo constante a tendência de surgimento de novos partidos, como consta na figura nº 11, nota-se, também, uma outra realidade, que consiste na desistência da disputa política ou na reduzida expressão eleitoral que impede a representação parlamentar. Na prática, alguns partidos políticos constituem coligações para a eleição, como estratégia de união de forças políticas no combate pelo poder do Estado, principalmente com as forças que detêm assento no Parlamento Nacional.

De facto, durante o processo político eleitoral de Timor-Leste, já se apresentaram a sufrágio sete coligações partidárias. Para a eleição geral de 2007 constituíram-se duas coligações, que são a “Associação Social-democrata Timorense”, composto pelo partido ASDT & PSD, e que se posiciona na ideologia centro e a “Aliança Democrática” composta pelos partidos KOTA e PPT, próxima de uma ideologia monárquica tradicional. Depois de cinco anos, no segundo ciclo eleitoral em 2012, surgiu também a “Coligação Bloco Proclamador” constituído pelos partidos, PMD e PARENTIL, uma realidade onde coexistem a ideologia liberal (adotada pela PMD) e a ideologia social-democrata (adotada pelo PARENTIL). O fenómeno das coligações partidárias atingiu a expressão mais elevada na eleição de 2018, para na qual foram constituídas as seguintes quatro coligações: Coligação “Movimento Social-democrata (MSD)”, composto por CASDT, PSD, PST & PDC como força política de ideologia socialista moderada. Coligação “Movimento do Desenvolvimento Nacional (MDN)”, que envolveu o APMT, PLPA, UNDERTIM e MLPM e que defendeu uma ideologia socialista de dominante conservadora tradicional. Coligação “Frente Desenvolvimento Democrático (FDD)” envolvendo o PUDD, UDT, FM e PDN, identificada como força política promotora da ideologia posicionada ao “centro”, resultante da concertação entre uma corrente socialista e outra liberal. E, por último, a “Aliança para Mudança e Progresso (AMP)” envolvendo o CNRT, PLP e KHUNTO, com uma orientação pragmática, e que alcançou uma vitória eleitoral sobre o partido FRETILIN que era o partido mais votado.

Tabela 13: As Coligações nos Ciclos Eleitorais

Ciclo Eleitoral	Coligação Partidária	Partidos Envolvidos	Votos obtidos	(%)	Assento PN
2007	Aliança Social Democrata	ASDT, PSD	65.358	15,73	11
	Aliança Democrática	KOTA, PPT	13.294	3,20	2
2012	Aliança Democrática	KOTA, PT	2.622	0,56	0
	Bloco Proclamador	PARENTIL, PMD	3.125	0,66	0
2018	Aliança Mudança e Progresso (AMP)	CNRT, PLP, KHUNTO	309.663	49,6	34
	Coligação Social-democrata (CSD)	PDC, PST, CASDT, PSD	3.188	0,5	0
	Frente Desenvolvimento Democrático (FDD)	UDT, PDN, FRENTE-Mudança, PUUD	34.301	5,5	3

Fonte: Adaptado do relatório da CNE sobre o resultado das eleições parlamentares.

5.2.2. O Contributo dos Antigos Partidos Políticos

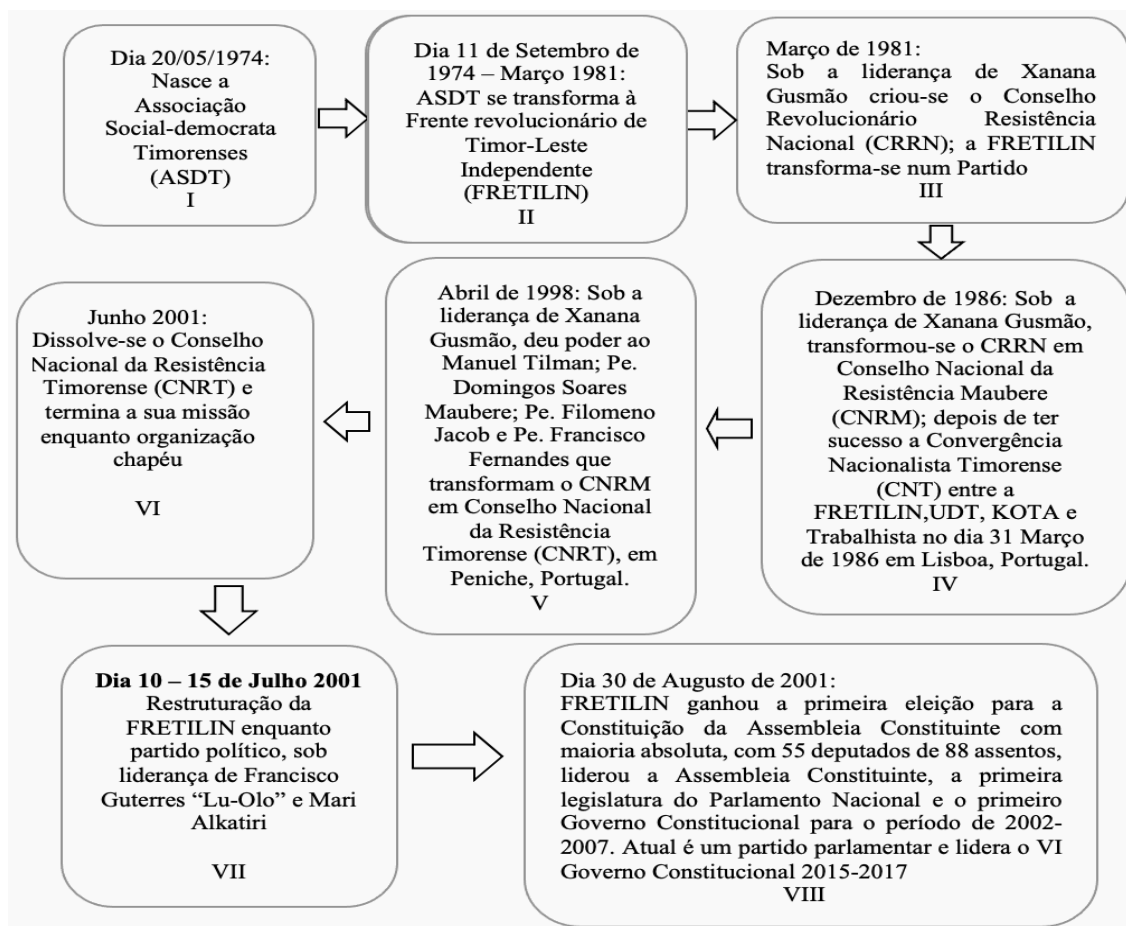
O processo político de consolidação da democracia no país tem o inegável contributo dos partidos que surgiram no início da liberdade e assumiram um relevante papel para o nascimento da democracia. Há que destacar o contributo da ASDT e da FRETINLIN, uma vez que os outros partidos não tinham uma base social tão alargada quanto estes dois. A ASDT e a FRETILIN têm a sua dinâmica organizacional dividida em sete vagas, como se confirma na figura 12 em página seguinte.

Os dois partidos, principalmente a FRETILIN, como partido com maior número de simpatizantes, por promover uma política de independência e como motor da resistência contra a ocupação Indonésia, reorganiza a sua massa apoiante e reestrutura-se entre os dias 10 e 15 de Julho 2001, pouco tempo depois do anúncio do encerramento do CNRT. Embora o processo político e movimento social pela independência não tenham sido assegurados apenas pela força política apresentada na figura nº 12, o seu contributo é exponencialmente superior ao de outras forças políticas.

Devido a atos políticos passados, o partido assumiu a responsabilidade moral de assegurar o sucesso da independência e promoção da democracia, especificamente “continuar a defender o direito do povo Maubere para ser um povo digno da liberdade

da independência total (liberdade da Pátria e liberdade do Povo Maubere” (E/RTTL/05).

Figura 12: A evolução da Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente



Fonte: Adaptado de Martins (2015, p. 34), baseado nos Estatutos do Partido FRETILIN 2017, e Discurso do Presidente da República Xanana Gusmão em 2006.⁸

⁸ O discurso do Presidente Xanana Gusmão naquela altura referente à crise política interna do partido FRETILIN. Relaciona o primeiro congresso após a restauração da independência de Timor-Leste, nomeadamente o processo da eleição da nova estrutura nacional do partido. O mencionado discurso está bem recordado no *site* de *Blog Timor* oferecido por Luciano Alvarez - sexta-feira, junho 23, 2006. Obtido de; <http://timor2006.blogspot.com/2006/06/discurso-de-xanana-gusmo-ao-povo-amado.html>

De facto, a FRETILIN tem o maior contributo para o processo político do país, desde a restauração da independência até ao presente, seja através da maioria na bancada da Assembleia Constituinte (ocupam 55 dos 88 lugares), seja através da maioria absoluta existente na bancada do Parlamento Nacional na primeira legislatura, o que fez com que a Assembleia Constituinte se transformar-se automaticamente no Parlamento Nacional. A FRETILIN assumiu um papel executivo durante a primeira legislatura e continuou a assumir durante as dezenas de anos seguintes. Mesmo quando passou para a bancada da oposição, em 2007, até à presente data.

A ASDT foi reconstruída por Xavier do Amaral como um veículo político depois de ter fracassado a cisão com a FRETILIN após o referendo de 1999. O divórcio destes dois movimentos resultou da diferença ideológica, uma vez que a FRETILIN representava uma política de extrema-esquerda, enquanto a ASDT assumia-se como uma esquerda moderada. O resultado da pesquisa de Ryan em relação à ASDT determina que *“is one of the oldest political parties in Timor, which was revived after being succeeded by FRETILIN, and moved from its center-left left to a much more centrist position”* (Ryan, 2007, p. 11).

Na génese deste divórcio entre as duas forças políticas está o tipo de liderança exercido por Francisco do Amaral. Existem diferenças em relação às estratégias de luta política a assumir, havendo mesmo a acusação de traição aos princípios políticos da causa independentista. Norberto Pinto, em entrevista, evidencia um outro argumento:

“Enquanto o povo timorense retomou a liberdade por maioria através do referendo do dia 30 de Agosto de 1999, os políticos e os fundadores do Estado, especificamente o proclamador Francisco Xavier do Amaral, reativa o partido FRETILIN. O Proclamador nacional ocupou o edifício que agora está a ser utilizado como sede do Comité Central da FRETILIN (CCF), e foi nessa sede que realizou alguns encontros entre os líderes e políticos da FRETILIN, liderados pelo Francisco Xavier do Amaral. Alguns meses depois, surge a separação entre o líder proclamador e alguns dos seus apoiantes e, reativa-se o partido ASDT, por descontentamento dessa fração que desconsideram o fundador e proclamador da independência de Timor-Leste. O renascimento do partido ASDT como último partido que surgiu antes da eleição da Assembleia da Constituinte em 2001” (ESE/02)

Os motivos do afastamento entre os dois partidos não são segredo público. A FRETILIN recusou-se a reconhecer Francisco Xavier do Amaral como proclamador da independência e insiste para que esse papel seja atribuído ao Comité Central da FRETILIN (CCF). Na derradeira homenagem, o Estado de Timor-Leste, através do Parlamento Nacional, ofereceu a condecoração e recordou a memória do líder proclamador, com uma estátua no centro da cidade de Díli, capital do Estado Timorense.

O partido ASDT criou várias redes através do movimento da resistência e tem um grande número de distritos representados, até ao nível do Suco. O partido tem uma ligação muito forte com José Ramos Horta, prémio Nobel da paz 1996, também ele fundador da ASDT. A contribuição da ASDT foi muito significativa na construção do país, tendo seis representantes na Assembleia Constituinte e no Parlamento Nacional, durante a 1ª legislatura (período 2002/2007). O líder do partido, Francisco Xavier do Amaral, assumiu a Vice-Presidência do Parlamento Nacional, no órgão da Assembleia Constituinte e na primeira legislatura 2002/2007. Na 2ª legislatura (período 2007/2012) foi construída uma coligação com o PSD e, assim, ocupa onze lugares nos assentos parlamentares. Participa na Aliança Maioria Parlamentar (AMP), liderada pelo Xanana Gusmão.

Os outros partidos mais antigos contribuem de forma menos significativa para o sistema político, pois não conseguem massa apoiante suficiente e apoiam a política de integração Indonésia, nomeadamente a APODETI, com seus apoiantes UDT, KOTA e PTT. Os seus líderes assinaram a Declaração de Integração, mais conhecida como “Declaração Balibo”, por ter sido realizada em Balibo. Balibo que é um Posto Administrativo do Município Bobonaro, localizado na porteira entre Timor-Leste com Atam-bua (parte de Timor-Ocidental da Indonésia). Na mesma condição, está o PNT que foi criado por Abílio de Araújo, um dos membros CCF, condenado por traição aos princípios políticos do seu partido de origem. No entanto, o seu envolvimento no processo democrático, após a restauração da independência, está legalmente reconhecido dentro da plataforma de política de reconciliação, na tentativa de promover a unidade nacional. Xanana Gusmão integra a constituição do Conselho

Nacional da Resistência Timorense (CNRT), como uma estratégia para alcançar o triunfo do povo timorense.

Os já referidos partidos mais antigos depositam a sua confiança nos líderes, considerados como bem qualificados para a empreender no processo da Constituição da República Democrática de Timor-Leste (CRDTL). Apesar de terem poucos representantes, as suas intervenções são muito válidas e a troca de ideias também é salutar. Tudo isto enriqueceu o processo de debates na Assembleia Constituinte, que logo se transforma durante a 1ª legislatura, no Parlamento Nacional.

Manuel Tilman, líder e secretário-geral do partido KOTA, é um dos candidatos à eleição presidencial de 2007 e é membro da Assembleia Constituinte e do Parlamento Nacional no período de 2002/2007. Anteriormente era professor de direito e advogado em Lisboa, tendo sido deputado da Ação Social Democrata Independente (ASDI) na Assembleia da República Portuguesa. Envolveu-se no CNRT (Conselho Nacional da Resistência Timorense), de forma a promover a unidade nacional e o fim dos conflitos, através do referendo de 30 de agosto de 1990.

Manuel Carrascalão, o líder da UDT, e Ângela Freitas, presidente do Partido Trabalhista (herdeira do seu pai, Paulo Freitas, fundador do partido em 1974), contribuem para o órgão legislativo no período 2002/2007. Ângela Freitas concorreu nas eleições presidenciais de 2012, mas não obteve votos suficientes. Estudou na Universidade de Queensland tendo feito uma licenciatura em Ciência Política e outra Medicina. Trabalhou num hospital em Brisbane.

Abílio Araújo, presidente do PNT, foi um dos membros da CCF com maior contributo para a FRETILIN. Apesar de ocupar apenas dois assentos na Assembleia Constituinte e Parlamentar, deu o seu contributo no processo político do Estado, sobretudo enquanto autor político (1974/1975), como evidencia Pedro Rosa Mendes para a Agência de Notícias de Portugal, S.A. no dia 23 Junho, 2007, 15:23 e notícias da RTP (Radio Televisão Português) em 7 de Junho 20019, sobre a biografia e as competências intelectuais do líder do PNT:

Abílio Araújo é o "melhor aluno no último ano de liceu em Díli", ganhou uma bolsa de estudo em Portugal, para Ciências Económicas e Financeiras, "o primeiro Timorense a estudar e a graduar-se neste curso". Em 1974, regressou a Timor durante 13 meses, para integrar a Fretilin. "Fui eu que redigi o programa político da Fretilin e escrevi o hino", recordou Abílio Araújo, que situa a sua desavença com a Fretilin na "profunda divergência" com Xanana Gusmão, comandante das Falintil e comissário político nacional do partido, "a partir de 1987/88" (Mendes, 2007).

Embora o povo timorense tenha vontade de assumir a pluralidade e a diversidade dos princípios políticos, há ainda um forte sentimento relacionado com a incapacidade de Timor singrar sozinho, isto é, sem estar ligado quer à Indonésia, à Austrália, ou, até mesmo, a Portugal. Por outras palavras, a memória do passado é determinante na formação da preferência política da comunidade e é um importante referente na orientação política futura. O resultado da eleição de 2001 foi o reflexo da antipatia da população para com as políticas de integração Indonésia, promovidas pelo APODETI e UDT. Estes partidos aproveitaram a circunstância geopolítica da Guerra Fria, para espalhar o medo do aparecimento de um regime comunista em Timor-Leste

Com base no que foi dito anteriormente, pode-se dizer que há uma negação implícita da política de reconciliação. O objetivo é promover o país, no sentido de este alcançar um desenvolvimento global, consolidando o seu processo democrático. Veja-se o artigo seis da Constituição da RDTL. A reconstrução dos antigos partidos que se tinham diferenciado em termos de princípios políticos, resultado de um enorme sacrifício do povo timorense, levou ao percurso de uma independência imediata dos seus opressores. Os líderes políticos querem a unidade nacional, respeitando a diversidade e pluralidade política, de forma a desenvolver uma democracia moderna e promotora do desenvolvimento.

As experiências políticas no passado ensinaram as populações de que é necessário consenso, caso contrário poderá ser desastroso para as mesmas. Os conflitos ocorridos aquando da proclamação da independência, entre meados de 1974 a inícios de 1975, prolongam-se por vários anos. Será, pois, um aspeto negativo ligado à liberdade e às posições políticas assumidas pelos vários partidos. O fanatismo dentro de um partido político pode conduzir a um grande desastre, à violência e ao

crescimento de conflitos. Pode até chegar ao extremo de encarar um adversário político como inimigo.

Os resultados da eleição geral de 2001 indicam uma antipatia para com os partidos históricos, esvaziando o apoio dos militantes em relação a estes partidos, adversários da FRETILIN. Tal deveu-se aos atos políticos anteriormente assumidos por este partido que apoiavam a ocupação Indonésia. Ainda estava fortemente guardado na memória o sofrimento infligido ao povo Maubere, os orfanatos de guerra, as viúvas e todos aqueles que perderam familiares durante os conflitos. A opção pela integração ou pela independência envolveram irmãos em luta e conflito. A antipatia em relação aos partidos opositores da FRETILIN é uma questão de posição e de oportunidade.

Apesar de não ser assumido o contributo destes pequenos partidos é grande para o surgimento da nova democracia no início do século XXI, principalmente na região Asiática. O envolvimento desses partidos, com o seu reduzido número de apoiantes, marcou uma nova expectativa no desenvolvimento do sistema político de Timor-Leste, ambicionando-se uma democracia moderna, vivida de forma liberal e que apresente uma vontade de reconstrução nacional, deixando para trás um passado marcado pelos conflitos.

Um partido político deve ser uma parte do sistema político nacional, assumindo um papel no sistema, sem apostar só nos assuntos nacionais. As diferentes políticas obrigaram a um exercício de convergência política, no sentido de atingir um objetivo coletivo, ou seja, o objetivo nacional.

A presença de um partido motivado é essencial para o sistema. A aceitação da importância de cada parcela justifica a eleição democrática. A aceitação do resultado da eleição geral para a Assembleia Constituinte de 2001, demonstra confiança no órgão, que deve ser independente, supervisionando a legalidade do funcionamento processo eleitoral.

Como referenciado pelos politicólogos Lipset e Rokkan sobre a natureza do “partido político é agente de conflito, mas também é um instrumento de integração”

(Lipset & Rokkan, 1985, p. 164). Isto é, depende da capacidade da elite política, seja envolvida diretamente no partido, seja a manter um líder independente com maturidade política para promover o interesse nacional acima dos interesses particulares e dos próprios grupos partidários.

Assim, de facto a dinâmica dos partidos políticos timorenses cumpriram o princípio e natureza de uma organização direcionada para o poder político. Um sistema partidário resulta da interação entre os diferentes partidos, enquanto o partido político é um conjunto de unidades individuais que se relacionam entre si, organizando-se para ganhar eleições, formar governo e chegar ao poder.

5.2.3. O Contributo dos Novos Partidos

A existência de novos partidos foi um fenómeno motivacional deste trabalho. Este surgimento deveu-se à euforia vivida aquando da adquirida liberdade política e democratização da sociedade. De facto, surgiram muitos partidos políticos, como mencionado anteriormente, desde o início da restauração da independência até à realização deste estudo, cerca de três dezenas partidos, com uma tendência para o seu crescimento. Genericamente, os nascimentos dos novos partidos resultaram, por um lado, da fragmentação de alguns partidos e, por outro, da cisão de outros. Os motivos foram diversos, centrando-se, sobretudo, nas diferenças de perspectiva política. Enquanto num novo país, a liderança de alguns partidos poderia ser considerada inadequada, fomentando os conflitos internos a cada um dos partidos.

De facto, após o referendo e o início da restauração da independência, constituíram-se 6 novos partidos, com bases sociais diferentes: Partido Democrático (PD), o Partido Social Democrata (PSD), Partido do Povo de Timor (PPT), Partido Liberal (PL), Partido República Nacional Timor Leste (PARENTIL), Partido Democrático Maubere (PDM). Entre os novos partidos, o Partido Democrático (PD) e Partido Social Democrata (PSD) são, obviamente, os dois partidos com maior força apoiante, tendo contribuído para o processo político do país.

Dentro da corrente de ideologia centro-direita surgiu o Partido Social Democrata (PSD), resultante da cisão do partido UDT, posicionando-se numa ideologia de centro-direita ou liberal moderado. O líder do partido, Mário Viegas Carrascalão, era um dos líderes do partido UDT que decidiu sair deste e construir o PSD, com objetivo de ser um partido mediador entre a FRETILIN e UDT. O líder da PSD, Mário Viegas Carrascalão, foi o primeiro timorense a formar-se superiormente em Engenharia Florestal no Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa com a nota de 19,6, em 1968. É irmão de João Viegas Carrascalão que lidera UDT, desde 1975 até à restauração da independência. Exerceu o cargo de terceiro governador, entre 18 de setembro de 1983 e 18 de setembro de 1992, tendo sido antecedido por Guilherme Maria Gonçalves e sucedido por Abílio Osório Soares.

A maior vantagem do PSD estava concentrada na figura do líder Carrascalão, pelo seu papel administrativo como Governador da província Timor-Timur aquando do regime de ocupação pela Indonésia. Historicamente, PSD foi formalmente criado no dia 20 de Setembro 2000, no aniversário do dia em que a *Internacional Force in East Timor (INTERFET)* entra em Timor-Leste. No início tinha cerca de 40 membros, liderados por Mário Viegas Carrascalão. O fruto do trabalho deste grupo levou o líder do partido, a juntar-se com alguns dos seus companheiros a participaram efetivamente na Assembleia Constituinte e no Parlamento Nacional, na primeira e na segunda legislatura de Timor-Leste. Ainda mais importante, na segunda legislatura, o PSD foi responsável pelo programa de desenvolvimento no 4º governo constitucional, envolvido na Aliança Maioria Parlamentar (AMP), liderada pelo Primeiro-Ministro Xanana Gusmão. Desempenhou um papel particularmente importante no programa relacionados com a segurança social (pensão dos idosos, Banco Nacional e Comércio Timor-Leste (BNCTL), etc. (ESE/11)

Na mesma linha ideológica, um pouco antes da eleição geral da Assembleia Constituinte, surgiu o Partido Democrático, fundado no dia 10 junho de 2001, um dia depois da dissolução do CNRT (Concelho Nacional da Resistência Timorense), tendo como líder principal Fernando Lasama de Araújo, também eleito como primeiro presidente do PD e Mariano Savino Asanami, como Secretário-geral. Ambos os líderes eram jovens, porém tinham experiência na mobilização em massa na organização RENTIL, uma organização de jovens durante a ocupação militar Indonésia, onde foram ativos no movimento contra a ocupação. Tanto o RENTIL, como o DSMP e alguns membros de ex-combatentes sentiram-se desconsiderados pela FRETILIN após o resultado obtido contra a força de ocupação militar da Indonésia.

O PD foi o segundo partido mais votado, com 31.680 votos (8,72%) a seguir à FRETILIN e controlou 7 lugares na Assembleia Constituinte. O PSD foi o terceiro partido mais votado, com 29.726 votos e controlou 6 lugares. O PSD tinha como vantagem ser liderado por Mário Viegas Carrascalão, um dos fundadores da UDT em 1974, e ex-governador. Mário Viegas Carrascalão foi bem-sucedido durante a ocupação da Indonésia, promovendo a liberdade política e o desenvolvimento, principalmente no setor da educação, onde disponibilizou bolsas de estudo para os jovens tendo também o apoio da Universidade Timor-Timur (UNTIM), única universidade privada naquela altura. E que logo, depois de consulta popular/referendo de 1999 se transformou na atual Universidade Nacional Timor Lorosa'e (UNTL).

Os partidos históricos, nomeadamente o APODETI, UDT, KOTA e PTT assumiram a sua derrota, ficando atrás do PD e PSD, e na frente do partido ASDT que, historicamente, é um dos movimentos mais antigos na vida política timorense com o líder histórico Francisco Xavier do Amaral, conhecido como proclamador da independência de Timor-Leste. Dentro desta realidade, a contribuição política obteve-se tanto a nível organizacional, como também através dos líderes partidários, incluindo o ASDT, sendo este o centro do movimento nacionalista e anticolonialista em 1974. Contudo, na era pós-referendo, houve falhas na mobilização das massas apoiantes pelas seguintes razões: a cofixação das massas do partido FRETILIN e a desconsideração por parte da liderança do líder da ASDT, Francisco Xavier do Amaral. Durante a luta pela independência, Francisco Xavier do Amaral foi acusado de traição visto que, por motivos de estratégia, deixou a população para viver na vila e na aldeia, como também organizou clandestinamente a luta contra a força militar Indonésia com o apoio da frente armada e diplomática no estrangeiro.

A jornada política Timorense demonstrou uma grande dinamização partidária, levando ao crescimento do número de partidos políticos. Alguns foram, no entanto, dissolvidos pela CNE e pelo Tribunal de Recurso durante a sua participação no processo eleitoral. A mudança da preferência política está diretamente relacionada com a execução governamental da equipa da FRETILIN, que trabalha em função da máquina do Estado. Contudo, é inegável que o governo enfrente grandes desafios, tal como a falta de recursos, o financiamento do Estado, assim como também o

conhecimento e a experiência limitada por parte dos governantes, que executam tarefas de alta responsabilidade num país que ainda se encontra no início do seu desenvolvimento.

No princípio, o processo governamental, durante a primeira legislatura, liderado pelo FRETILIN, apresentava uma perspectiva diferente da estratégia política para a consolidação democrática e desenvolvimento nacional. Assim sendo, os líderes tiveram variadas estratégias para assegurar uma vida próspera e digna a todos os povos Mauberes, sem qualquer discriminação, que, por sua vez, era bastante elevada. Essa diferença de perspectivas é notável, principalmente, entre o líder da FRETILIN e o líder nacional, Xanana Gusmão, que assumiu o cargo de Presidente da República. Assim, há uma contribuição direta para a dinamização partidária no processo de consolidação da democracia.

Com a diferente visão política dos partidos existentes, principalmente da FRETILIN, que era a força política dominante do país, houve o surgimento de seis novos partidos, antes da eleição parlamentar em 2007, divididos por duas ideologias distintas: a socialista, com a União Nacional Democrática da Resistência Timorese (UNDERTIM), o Congresso Nacional da Reconstrução Timorese (CNRT), o Partido Unidade Nacional (PUN), a política liberal com o Partido Republicano (PR), o Partido Milénio Democrático (PMD) e o Partido Democrático República de Timor (PDRT).

Com o surgimento destes novos partidos, cresceu uma maior força política entre eles, nomeadamente com o Congresso Nacional da Reconstrução Timorese (CNRT), fundado dois meses antes da eleição geral legislativa de 2007. A eclosão deste partido contribuiu para a consolidação da democracia sobretudo por representar um equilíbrio da força política dentro do país. Este partido é liderado por José Alexandre “Kay Rala Xanana” Gusmão, um dos líderes mais determinados na luta pela libertação contra a ocupação militar da Indonésia.

Xanana Gusmão, filho de professores, nasceu no dia 20 de junho de 1946 em Manatuto. Estudou na Escola Católica de Soibada e no Liceu Díli e foi um dos principais ativistas pela independência do país, principalmente pela sua capacidade estratégica em liderar a resistência, depois de Francisco Xavier do Amaral ter sido

capturado e Nicolau Lobato ter morrido no campo de batalha. Em novembro de 1992 foi preso, submetido à tortura do sono, julgado e condenado a prisão perpétua pelo governo indonésio. Anos mais tarde, foi eleito primeiro presidente depois da restauração da independência, reconhecido pela sua competência e pela simpatia do povo, e, no período entre 2007-2012 e 2012-2017, assumiu o cargo de primeiro-ministro.

A força apoiante do partido foi bastante visível, em especial quando um membro do Comité Central da FRETILIN (CCF) decidiu deixar o partido de origem por divergências políticas, tendo também o apoio de antigos combatentes, que defendem a integração com base na política de reconciliação nacional. Na eleição parlamentar de 2007, o CNRT conseguiu obter um número de votos próximo aos da FRETILIN, sendo o segundo partido mais votado. Com o resultado dessa eleição, conseguiu constituir a Aliança Maioria Parlamentar (AMP), assumindo poder para governar com a liderança de Xanana Gusmão, Primeiro-Ministro.

Em 2001, apesar da FRETILIN ter sido o partido mais votado, nas eleições de 2007, passou de maioria absoluta para maioria simples, sendo condicionado pela oposição no Parlamento Nacional, durante o período de legislatura de 2007-2012. No período de 2012-2017 obteve a mesma posição.

Os restantes cinco novos partidos, dentro do mesmo período, embora tenham tido menos apoio de base social, contribuíram para o processo democrático do país. A UNDERTIM (União Nacional Democrática da Resistência Timorense) foi um dos novos partidos deste período que tem um representante no Parlamento. Este partido foi uma cisão da FRETILIN composta, principalmente, por antigos ativistas da resistência da independência, fundada em 2005, tendo como líder Cornélio Gama (*alias* L7). Os fundadores são alguns ex-membros do Parlamento Nacional da FRETILIN, que exerceram funções no período legislativo de 2002-2007, juntamente com Cristiano da Costa que esteve envolvido com membros da resistência, incluindo membros da organização Sagrada Família.

Cornélio Gama é originário de Laga, distrito de Baucau, e era Segundo Comandante das FALINTIL da região III, fundador e líder principal da organização Sagrada Família.

A UNDERTIM participou no processo político do país, principalmente nas eleições de 2007 conseguindo 3,19% dos votos e, com esse resultado, ocupou dois lugares no Parlamento na legislatura de 2007-2012. Nas eleições seguintes, período compreendido entre 2012-2017, houve uma diminuição da força apoiante, pois o líder Cornélio Gama foi despedido pelo próprio subordinado Francisco Guterres Manubui, que é o atual Presidente do partido. Assim, foram encontradas diferenças e insatisfação dentro da UNDERTIM.

Em 2006, é fundado o Partido Unidade Nacional (PUN) tendo como princípio político o Cristianismo. Está inserido dentro do contexto da cisão da FRETILIN, tendo mais confiança e proximidade com as redes académicas australianas e timorenses. Este partido depositou a sua confiança em Fernanda Borges como líder e, por isso, assumiu a função de presidente do mesmo, eleita no primeiro congresso. Fernanda Borges é um dos membros da Assembleia Constituinte e foi membro do Parlamento Nacional, durante a primeira legislatura, na bancada da FRETILIN, desistindo da posição de Ministra das Finanças na primeira governação de Timor-Leste, liderada por Mari Alkatiri. Devido a esta posição política, a formação do PUN foi considerada fruto da cisão do partido histórico pela causa da independência.

Ainda na corrente ideológica liberal, surgiu o Partido Democrático República de Timor (PDRT), fundado em 15 de Setembro 2004, por Gabriel Fernandes e Osório Mau Lequi, por meio de uma organização clandestina da resistência, chamada “COLIMAU 2000”. As diferenças dentro do partido fizeram com que o PDRT tivesse dificuldade em assegurar a unidade interna. Assim, alguns membros despediram-se e afiliaram-se ao CNRT na eleição geral de 2012, incluindo o próprio secretário-geral do partido Osório Mau Lequi.

Com base, ainda, na mesma corrente ideológica surgiu o Partido Republicano (PR) e o Partido Milénio Democrático (PMD). O Partido Republicano (PR) foi fundado em 30 de dezembro de 2005, no entanto, não conseguiu ocupar um lugar no

Parlamento Nacional, visto que só obteve 1,06% de votos aquando da sua participação na eleição geral, em 2007. Nos períodos eleitorais seguintes (2012, 2017 e 2018) obteve ainda menos votos. Tinha como líder João Mariano Saldanha, que apresentava um bom perfil académico, uma vez que obteve grau académico Ph.D. em Economia pela *Graduate School of International Relations and Pacific Studies* da *University of California* (2001) e mestre em *International Management* pela *American Graduate School of International Management (Thunderbird School of Global Management)* em Glendale, Arizona (1993) e um Bacharelado em Economia pela Universidade Cristã de Satya Wacana (Indonésia Universitas Kristen Satya Wacana, UKSW) na Indonésia Salatiga (1984 – 1989). João Mariano Saldanha foi também um aluno visitante no Instituto de Desenvolvimento Internacional na Universidade de Harvard (agosto de 1996 a junho de 1997) e na Escola de Pesquisa de Estudos do Pacífico e Asiático da Universidade Nacional da Austrália. A sua experiência e o seu conhecimento académico inspiraram a sua entrada na carreira política em prol da ideologia liberal.

Embora o Partido Republicano tenha participado no processo eleitoral legislativo durante três períodos eleitorais, não obteve votos suficientes para ter um representante no parlamento. É essa realidade que demonstra que o ideário político timorense raramente exprimia simpatia perante o princípio político de ideologia liberal. Contudo, existe um reconhecimento pela liberdade e divergência, dentro dos valores políticos, ou seja, a ideologia liberal é muito rara na realidade social dos timorenses, mesmo que, durante a constituição da república, enquanto patamar político, tenha sido manifestado um desejo pela democracia.

Ainda na mesma tendência ideológica, apareceu o Partido Milénio Democrático (PMD), fundando em 30 de dezembro de 2005, por um grupo de jovens estudantes que depositou a sua confiança política em Hermenegildo Lopes, mais conhecido por “Cufa” para liderar o partido. Nas eleições de 2007, o PMD conseguiu 2.878 votos (0.69%) e reorganiza a sua estratégia política para conseguir uma coligação com o PARENTIL, como estratégia para ganhar lugar nas eleições parlamentares. No entanto, o resultado não satisfaz as suas expectativas.

No início da eleição de 2012, foram constituídos oito novos partidos que apresentaram a sua vontade de participar na legislatura ao Tribunal de Recurso, nomeadamente: o Partido Timorense Democrático (PTD), a Frente Reconstrução de Timor-Leste (FRENTI-MUDANÇA), a Associação Popular Monarquia Timorense (APMT), o Partido Kmanek Haburas Unidade Nacional (KHUNTO), o Partido Desenvolvimento Nacional (PDN), o Partido Desenvolvimento Popular (PDP), o Partido Desenvolvimento Liberal (PDL), e o Partido Liberta Povo Aileba (PLPA). Os partidos registados na área política democrática aumentaram, havendo um total de 31 partidos com a mesma base social e ideologia com os quais os partidos anteriores se enquadravam. A maioria dos novos partidos foram constituídos pela cisão de partidos já existentes que estavam envolvidos no processo político do país.

Podemos dar o exemplo do PDN, que surgiu a partir da cisão do partido PSD, por motivos de descontentamento e da atitude de liderança do partido. É constituído por um grupo de membros do conselho político do mesmo, sendo alguns deles ex-membros do Parlamento Nacional. Pela mesma razão, o Partido Timorense Democrático (PTD) foi formalmente constituído a 26 de outubro de 2011. O nascimento do PTD resultou da cisão do PNT, fundado por Aliança de Araújo, mulher que tinha carreira política bastante estabelecida e assumiu a responsabilidade como Vice-Presidente do PNT, representando o partido na Assembleia Constituinte e fazendo parte do Parlamento Nacional durante o período de legislatura de 2002-2007. No que concerne a alguns do seu traço do perfil sociológico, Aliança de Araújo tem uma relação familiar com Abílio de Araújo, o presidente da PNT, visto que é sua irmã biológica. Após se despedir do PNT, Aliança de Araújo fundou o PDRT: "não quer ser dependente do seu irmão e quer promover a sua carreira política como mulher" (*ESE/12*). Ainda na mesma realidade, surgiu o partido Frente Reconstrução de Timor-Leste (FRENTI-Mudança) fundado por José Luís Guterres, um dos ex-membros da Assembleia e Parlamento Nacional, por diferenças na perspetiva dentro da FRETILN, principalmente em relação ao mecanismo de eleição e estrutura partidária durante o congresso de 2006.

O partido Associação Popular Monarquia Timorense (APMT), foi fundado através da cisão do partido KOTA, por motivos da mesma natureza. O partido

Associação Monárquica do Povo Timorense (AMPT) é um dos antigos partidos, no contexto político Timorense, que surgiu em 1974, na sequência da revolução de 25 de Abril, ocorrida em Portugal. O partido APMT foi formado por iniciativa das gerações de Liurais (elite tradicional timorense) que, depois de alguns meses, juntou-se ao partido KOTA (Klibur Oan Timor Asuain), para que se promovesse uma evolução das ideias desse grupo de elite local, antes da guerra civil e da invasão dos militares da Indonésia. Depois de dois períodos de legislatura, no âmbito da dinamização da democracia, o partido AMPT foi reconstruído e oficialmente anunciado em 2012, pouco tempo antes das terceiras eleições parlamentares legislativas. O renascimento do APMT, na era da independência, ocorreu devido às diferenças nas ideias políticas entre as elites do partido KOTA, especialmente entre o presidente do partido, Manuel Tilman, e um dos fundadores do partido KOTA, Pedro da Costa Ramalho que, juntamente com o seu grupo de simpatizantes, tomou a iniciativa de mudar o partido APMT. Pedro da Costa Ramalho foi eleito presidente do partido, permanecendo até aos dias de hoje.

Por outro lado, outros partidos surgiram, representando uma base social que não tinha sido representada nos partidos anteriores, nomeadamente: Partido Kmanek Haburas Unidade Nacional (KHUNTO), Partido Desenvolvimento Popular (PDP) e Partido Liberta Povo Aileba (PLPA). O partido KHUNTO, fundado em 2011, foi formalmente declarado num sábado (fim de semana) à meia-noite (0h00 de horas Timor-Leste). O partido tem a sua sede nacional em Díli e possui também uma sede a nível distrital e subdistritos, em todo o território do país. KHUNTO tem a sua base social direcionada para as artes marciais tradicionais, KORKA (sigla em Tétum), sendo o seu líder central, José Búcar “Nai-Mori”, atual conselheiro do partido. Já, o Partido Desenvolvimento Popular (PDP), o Partido Desenvolvimento Liberal (PDL), orientado segundo a ideologia liberal, e o Partido Liberta Povo Aileba (PLPA), orientado para uma ideologia de centro-esquerda, foram fundados antes de eleição de 2012 com menos apoiantes o que, infelizmente, faz com que seja identificável uma clivagem com a sua base social de apoio.

Durante o período de legislatura de 2012-2017, a performance dos partidos, durante o processo político no país, sensibiliza e motiva a participação política

Timorense. De facto, o jovem país, com quase 15 anos, tem idade suficiente e merece uma avaliação holística de todo o processo. Entretanto, a iniciativa de constituir novos partidos tem o propósito de assegurar os seus objetivos, sem alcançar os interesses públicos. Tendo em conta que os partidos que estão no poder, principalmente os dois partidos mais influentes, FRETILIN e CNRT, ainda possuem falhas em agregar e articular interesses públicos, faz com que a maioria das populações enfrentem circunstâncias não favoráveis e tenham pela frente uma vida muito difícil, a nível económico.

Foram registados cinco novos partidos neste período legislativo, aumentando o número de partidos registados para 35. Apenas 21 deles participaram no ato eleitoral de 2017, incluindo os partidos mais novos, nomeadamente, Partido Libertação Popular (PLP), Partido Esperança da Pátria (PEP), Partido Centro Ação Sociais Democrata Timorense (CASDT), Partido Movimento Libertação do Povo Maubere (MLPM), Partido Unidade Desenvolvimento Democrático (PUDD).

Entre os novos partidos, apenas o PLP oferece um maior contributo para dinamizar o processo de consolidação da democracia, assim como também o processo de formação do governo, por desejo do líder do PLP e pelo poder político do Primeiro-Ministro. Por esses motivos houve uma dissolução do Parlamento Nacional em 2017 e a formação VIII do governo levada a efeito pelo partido histórico FRETILIN para viabilizar a sua execução. Quanto ao CNRT, o maior partido da AMP, houve uma decisão, por parte do governo, de não apoiar o Primeiro-Ministro. Contudo, a breve história do PLP encontra-se descrita, no Preâmbulo dos Estatutos:

O Partido Libertação Popular (PLP) surgiu no início de 2015, após uma preparação de praticamente um ano, da qual resulta a declaração formal da fundação do PLP em Díli, no dia 9 de dezembro 2015. O PLP constrói-se por inspiração do líder central do Partido, José Maria de Vasconcelos, também conhecido como “Taur Matan Ruak”, que estava preocupado com o modelo de desenvolvimento do país e com a garantia da coesão social no futuro desse jovem país. Taur Matan Ruak representa a liderança máxima das FALINTIL, após a captura do líder da resistência, Xanana Gusmão, em 1992, e estrutura máxima do F-FDTL após restauração da Independência 2002, dirigida pelo Brigadeiro-General. Pela conjuntura política do país, decide deixar a vida militar e concorrer, tendo sido eleito como Presidente da República no período entre 2012/2017, através de uma luta eleitoral muito dura para chegar ao topo, como primeiro homem de todos os timorenses (*PLP, 2017, Preâmbulo dos Estatutos*).

Por ter confiança no líder da resistência e Ex-Presidente da República, Taur Matan Ruak, o partido consegue ultrapassar a barreira eleitoral dos 4 %, ocupando oito lugares no Parlamento Nacional, durante o período eleitoral de 2017 e a eleição antecipada de 2018, devido à ligação da Aliança à Mudança e ao Progresso (AMP), resultante da dinamização política mencionada anteriormente. Por esse motivo, a posição de força política do Partido Democrata (PD) foi substituída, visto que o PD se encontra em posição mais fraca desde o falecimento do seu líder, Fernando de Araújo “Lasama”.

Enquanto isso, outros partidos que se encontram na mesma fase, focam a sua influência no processo de convergência da representação política em democracia.

O Partido Esperança da Pátria (PEP) foi fundado no dia 3 de fevereiro de 2017 e é liderado por Manuel Higinio Juvenal Gusmão, também conhecido por “Ano Gusmão,” um jovem que mantém uma relação familiar com o líder político Xanana Gusmão e é bem-sucedido na sua profissão de empresário. Os seus desafios centram-se na concorrência política partidária, visto que é feita uma interpretação distorcida relativamente ao seu sucesso nos negócios e relação familiar com líder nacional Xanana Gusmão.

Devido às suas qualidades de empresário, a questão do financiamento do partido, para mobilizar a massa apoiante, não é um obstáculo. Assim, os objetivos do partido são revelados e contextualizados, de acordo com os Estatutos do PEP (2015), como-se passa indicar:

A. Objetivos Gerais:

1. Garantir a unidade nacional, a concórdia, a liberdade e a igualdade dos timorenses nas suas diferenças, sejam no sexo, etnia, raça, região, condição económica e religião;
2. Manter a paz e estabilidade do país, e construir uma comunidade independente, soberana, unificada, democrática, justa e próspera;
3. Promover a solidariedade nacional, regional e internacional para o progresso da sociedade timorense no mundo;
4. Defender a soberania da nação Timor-Leste. (*Artigo 5º dos Estatutos do PEP*).

B. Objetivos específicos:

- Manter os interesses do povo timorense na sua política, economia, no âmbito sociocultural e democrático;
- Promover um desenvolvimento socioeconómico sustentado e equilibrado com base na livre iniciativa da realidade social, política e cultural de Timor-Leste;
- Promover e utilizar o seu direito democrático para competir em igualdade com os outros partidos políticos, dentro do pluralismo ideológico e observância com base na Constituição da RDTL. (*Artigo 6º dos Estatutos do PEP*).

Seguidamente, são identificados dois partidos com base na ideologia socialista moderada ou centro-esquerda, nomeadamente, o partido Centro Ação Sociais Democrata Timorense (CASDT), e o partido Movimento Libertação do Povo Maubere (MLPM). O objetivo principal é defender os interesses do povo Maubere, como característica social, baseando-se na diferença de origem. O partido CASDT surge da separação do partido ASDT, por Gil Alves, depois do falecimento do proclamador e fundador do mesmo, Francisco Xavier do Amaral, em 2012. Gil Alves, o vice-presidente do ASDT, torna-se então o fundador e presidente do CASDT. Com sucesso, o partido posiciona-se na mesma ideologia do partido de origem. Posteriormente, o partido declarou o seguinte:

O partido CASDT surgiu sob a forma de fração do partido histórico ASDT, que continuou a defender da “Ideologia Social-Democrata” com que fora fundado pelo proclamador da independência Francisco Xavier do Amaral (*CASDT, 2015, Preâmbulo*).

Ainda dentro da mesma ideologia política, surgiu o MLPM, formalmente fundado no dia 1 de maio de 2014, em Díli. Era liderado por José Nelson Calcinha, um dos membros do 5º governo constitucional e responsável pela pasta de Ministro da Saúde. Numa observação à breve história do partido, José Domingos Martins Belak explica:

Em 2013, membros deste partido formaram um grupo de pessoas conscientes, com capacidade e conhecimento para fazer uma avaliação sobre a vida de Timor-Leste como nação e Estado soberano. Concluíram que o processo de desenvolvimento durante os 10 anos de independência, ainda que envolvendo vários partidos políticos, não conseguiu elevar a comunidade para uma vida melhor, o que motivou o nascimento deste partido (*ESE/05*).

A motivação que presidiu à fundação do MLPM, tem como base as suas observações no aumento da marginalização do povo, que perdura há mais de uma década, durante a independência. José Domingos Martina Belak, Secretário-geral do partido, foi entrevistado relativamente à evidência da sua repartição:

“Defender a dignidade do povo Maubere, que ainda é ignorado e não foi libertado da pobreza durante os 10 anos da independência. As lideranças políticas até aqui têm usado com muita frequência esse conceito, mas na prática usam-no apenas para proveito próprio. Enquanto o conceito “Maubere”, na percepção geral antigamente significava “Povo Timorense marginalizado e desvalorizado”, para José D. M. Belak este conceito significa atualmente “Jovens bonitos, espertos e com intelecto” (ESE/05).

Por último, entre os partidos registados, o Partido Unidade Desenvolvimento Democrático (PUDD) ofereceu uma natureza mais dinâmica durante o seu percurso pelo poder político. O PUDD declarou-se formalmente no dia 17 de março de 2015, na capital do país. Os fundadores são um grupo de jovens formados que têm gosto pela profissão política, sendo a maioria moradores de Díli. O partido elege como função a organização da resistência da juventude e dos estudantes. O partido tem como metas principais “reunir as sociedades profissionais dentro da unidade nacional (Artigo 1º - 2º dos Estatutos PUDD).” Com a maior coragem, o partido conseguiu unir a sua força política com o UDT, FRENTI-Mudança e PDN durante a eleição antecipada de 2018, conseguindo quebrar a barreira eleitoral dos 4%, de acordo com as leis eleitorais em vigor, o que levou o seu presidente a entrar na Assembleia do Parlamento Nacional. Contudo, na eleição anterior de 2017, perdeu a oportunidade de chegar à sua meta, não conseguindo ultrapassar a barreira eleitoral por pouco. Essa perda foi causada pelos vários limites na consolidação do partido, sendo este um novo partido, assim como também na falta de um líder popular e carismático, o tipo de líder que existe no CNRT e no PLP. Ter apoio dos eleitores é crucial.

Em suma, o fenómeno da constituição dos partidos políticos timorenses deve ser entendido, geralmente, como um processo de identificação política que procura o enquadramento de ideais, representando características do processo de consolidação da democracia. A expressão da liberdade política em conjunto com a reafirmação, identificam a personalidade com a qual se estabelece uma identidade política. O

decorrer desse processo, juntamente com a motivação de fundar um novo partido, implica uma maior volatilidade política, motivo pelo qual alguns partidos, mesmo depois de serem fundados, desistem quando se aproxima a eleição, como é apresentado na figura 11 que remete a dinamização dos partidos políticos durante a eleição geral legislativa, no período de 2001- 2018.

5.3. Análise dos Motivos da Constituição dos Partidos Políticos

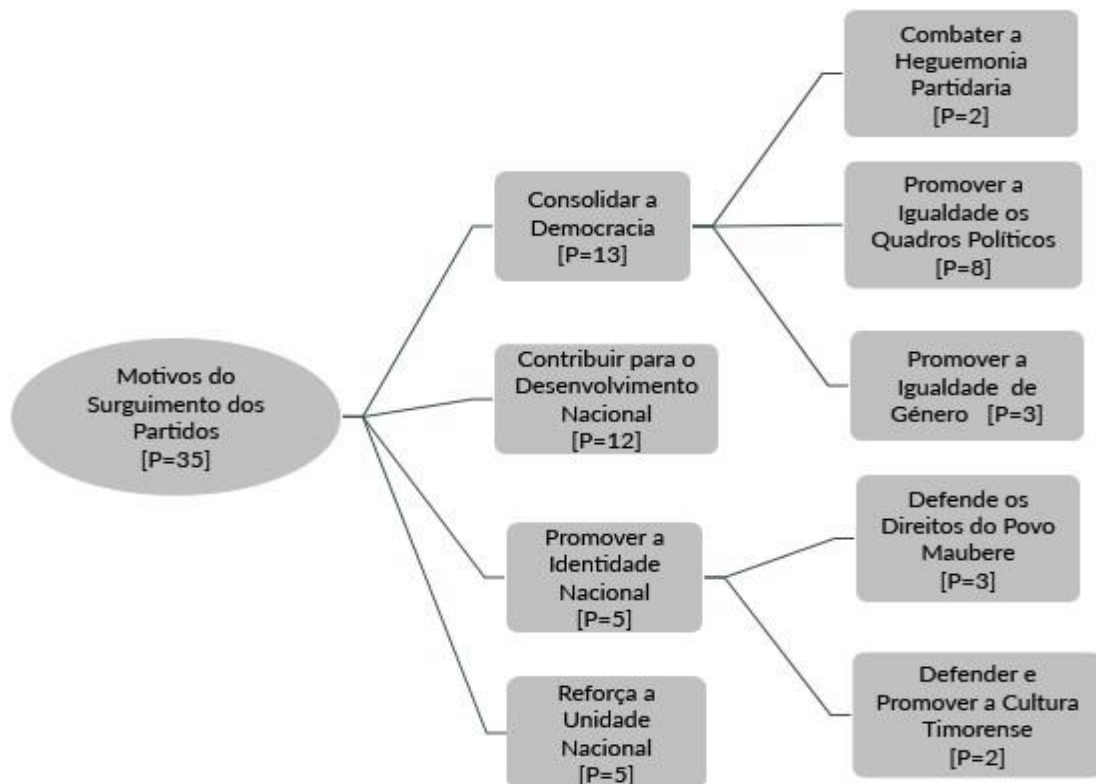
A análise é feita com base na observação da dinamização dos partidos políticos, desde o reaparecimento dos antigos partidos ao surgimento de novos, seja por falhas de alguns partidos ou, até mesmo, por ligações aos partidos pré-eleitorais. A vontade do cidadão indica-se pelo funcionamento do regime democrático, garantido pela Constituição da RDTL (2002), como se pode confirmar nos artigos seguintes:

- A República Democrática de Timor-Leste é um Estado de direito democrático, soberano, independente e unitário, baseado na vontade popular e no respeito pela dignidade da pessoa humana (1º Artigo, alínea 1);
- A soberania reside no povo, que a exerce nos termos da Constituição (2º Artigo alínea 1);
- Defender e garantir a democracia política e a participação popular na resolução dos problemas nacionais (6 Artigo alínea “c” regido como um dos objetivos do Estado)
- Sufrágio universal e multipartidarismo e direito da aposição (Artigo 7º, Artigo 70º);
- Garantia da Universalidade de direito e igualdade (Artigo 16º & 17º);
- Liberdade de expressão e informação (Artigo 40º);
- Liberdade de reunião e manifestação (Artigo 42º);
- Direito de participação política dos cidadãos (Artigo 46º junto 63º);
- Princípio da separação dos poderes e mecanismo de controlo dos órgãos do Estado (Artigo 69º).

De facto, 35 partidos políticos foram registados e há uma tendência para o aumento do aparecimento de novos partidos por cada período eleitoral. Da mesma forma, a participação política dos cidadãos, principalmente no ato eleitoral revela que acima de 70 % dos eleitores exerce o seu direito ao voto, não obrigatório em cada ciclo eleitoral (*cf. Tabela nº 25 no capítulo 6*). Enquanto país geograficamente pequeno e tendo uma população de 1,32 milhões, a maioria da população vive em baixas condições económicas e em circunstâncias difíceis (Lundahl & Sjöholm, 2008).

Os motivos para a formação dos partidos políticos contribuíram fortemente para a sua dinamização. Por essa razão, na análise de conteúdo às entrevistas realizadas no âmbito da presente investigação, juntamente com os documentos oficiais dos partidos (Manual de Política e Estatutos dos Partidos Políticos), identificam-se áreas interligadas dos princípios políticos que motivaram a construção dos mesmos. Frequentemente, as áreas mais efetivas englobam os motivos para a promoção e consolidação da democracia, assim como a contribuição para o desenvolvimento nacional, sendo estas as mais destacadas entre os 35 partidos políticos. Porém, também existem outras áreas a considerar em mais detalhe, nomeadamente, a preocupação em promover a identidade e unidade nacional, assegurando a estabilidade política. Relativamente a essas mesmas áreas, há variações dentro de cada partido de acordo com as características ideológicas e os princípios particulares de orientação política, como podemos confirmar na Figura nº 13.

Figura 13: Motivos para a formação dos partidos políticos em Timor Leste.



Fonte: Adaptado das entrevistas e Estatutos dos Partidos.

5.3.1. Consolidação da Democracia

A figura nº 13 ilustra o aparecimento dos partidos políticos indica, também, a motivação subjacente à consolidação de uma democracia ainda emergente. Este terá sido o principal motivo para a sua criação, a par de outros mencionados nas entrevistas, como, contribuir para o desenvolvimento nacional, reforço da unidade nacional, defesa e promoção da identidade timorense.

Este posicionamento entende o partido político como elemento central no funcionamento da democracia contemporânea, assegurando uma democracia representativa. Assim, no período que decorre desde a independência de Timor-Leste até hoje, duas décadas de independência, surgiram vários partidos preocupados com a consolidação do processo democrático. De acordo com os documentos analisados e as entrevistas conduzidas, existem três dimensões a considerar: combater a hegemonia partidária, promover a igualdade dos quadros políticos e promover igualdade de género.

5.3.1.1. Combater a hegemonia partidária

O esforço para prevenir a hegemonia partidária e promover a igualdade de oportunidades dentro de pluralidade partidária deve ser considerado como um dos aspetos essenciais dos partidos políticos, no trilha da promoção democrática. De acordo com a conceção de Robert A. Dahl, na sua obra monumental, Poliarquia (1971), a hegemonia política é encarada como um aspeto paradoxal que assegura a poliarquia, enquanto requisito para processos políticos mais competitivos dentro de um pluralismo político.

De facto, os fundadores do partido CNRT preocuparam-se com a tendência hegemónica da FRETILIN, no início da transição para democracia (2001/2007). Esta preocupação devem confirmar nos documentos oficiais do CNRT em forma seguinte:

Passados 5 anos da restauração da independência e, no primeiro ano de governação do partido FRETILIN, observou-se que o mecanismo da democracia de

Timor-Leste tendia para a hegemonia política por maioria na eleição, em que começa a falhar a força política dos seus oponentes. Como consequência, o líder máximo da resistência e comandante da luta de libertação, Xanana Gusmão, liderou o partido CNRT de forma a fazer um contrabalanço político sobre a governação do partido FRETILIN, para que se eduque a sociedade timorense sobre a cultura política democrática, sobretudo para a transparência e responsabilidade dentro da instituição do Estado, fomentando uma cultura independente e imparcial na instituição judicial, cultura de justiça para os cidadãos com maiores decisões do Estado (CNRT, 2011, *Manual Político e Preâmbulo dos Estatutos*).

O nascimento do CNRT, no processo político timorense, conseguiu quebrar a hegemonia da FRETILIN, como se pode confirmar na *Tabela nº 21*, sobre a representatividade dos partidos políticos no início da transição para a democracia, na eleição da Assembleia Constituinte de Timor-Leste, resultado da eleição geral para a Assembleia Constituinte de 2001. A presença dos diferentes partidos, especificamente o CNRT que deposita a sua confiança na figura do líder nacional, Xanana Gusmão, no início da eleição de 2007, levou a uma mudança política na maioria absoluta para uma *bargaining position* entre duas forças políticas dominantes. De um lado, aposta na força política da FRETILIN, de ideologia socialista, por outro lado, temos o CNRT, de ideologia mais moderada, ainda que socialista, mas de centro-esquerda. Com uma natureza ideológica mais moderada, o CNRT forma uma coligação pós-eleitoral que lhe permite alcançar a maioria parlamentar, com a sigla AMP (Aliança Maioria Parlamentar). Esta coligação foi conseguida devido aos partidos mais pequenos, mas também de ideologia de centro-esquerda e de centro-direita.

Na última eleição de 2018 (antecipada), o CNRT juntou-se ao PLP e ao KHUNTO, estabelecendo uma coligação pré-eleitoral denominada AMP (Ação Movimento ao Progresso), como se pode confirmar na *Tabela nº 13*, sobre as coligações partidárias pré-eleitorais.

5.3.1.2. Promover a igualdade entre os quadros políticos

A promoção da igualdade entre quadros políticos constituiu outra motivação para o surgimento de vários partidos. Desta forma, houve mais oportunidade para a existência de líderes políticos, enquanto princípio de igualdade e valores inerentes ao

conceito democrático, principalmente no processo de recrutamento político. O partido criado por grupos fundadores com uma faixa etária mais baixa, defendem que a sua criação estará a proporcionar uma nova geração de líderes e uma nova geração mais preparada para assumir cargos de liderança política. Assim, os grupos de jovens que lutaram pela independência e contra a ocupação Indonésia, quiseram criar os seus próprios partidos para terem oportunidade de se envolverem diretamente no processo de construção democrático do país. Simultaneamente, são também movidos pelo interesse em ganhar experiência, em aprender com os líderes mais velhos que ainda ocupavam posições estratégicas nas instituições do país. Assim, alguns partidos acrescentaram nos seus estatutos esta dimensão. A PARENTIL, por exemplo, é um partido formado por um grupo de jovens, em 2001, no âmbito da preparação para a restauração da independência. Na entrevista a Flaviano Pereira Lopes pode confirmar-se esta dimensão:

“Preparar jovens para serem profissionais políticos em palco político na jovem nação de Timor-Leste. Assim, o partido PARENTIL pretende ser um “laboratório político” para o povo, bastante direcionado aos jovens estudantes, preparando-os para o futuro da democracia em Timor-Leste” (ESE/06).

Os mesmos motivos são apresentados pelo PDN, PEP e PLP que surgiram depois do processo de consolidação democrático:

- 1) Partido de Desenvolvimento Nacional (PDN) no sentido de consciencializar, motivar e dar continuidade à ideia de preparar bons sucessores, ideia que nasce pelo falhanço da formação política de anteriores partidos e que motivou jovens de vários partidos a constituir o novo partido PDN, para que se aprenda na participação direta, de forma a assegurar bons sucessores políticos (PDN, 2009, *preâmbulo*).
- 2) Na perspetiva do Partido Esperança da Pátria (PEP) o processo de governação ao longo dos últimos 15 anos colocou o povo Timorense em desigualdade e injustiça social, consideram que os líderes políticos estão envelhecidos e necessitam de novos políticos com boa preparação para a regeneração da liderança (ESE/09).
- 3) Preparar e assegurar condições de transição geracional (PLP, 2017, *Artigo 5º do Estatuto*).
- 4) O surgimento do partido UNDERTIM deve-se a uma grande desconsideração e marginalização do quadro e dos membros da resistência clandestina. Entre eles destacam-se em várias organizações de massas ao longo de história da luta pela libertação Nacional, que deram os seus contributos para esta grandiosa tarefa, tais como entre outros: Delegados da FRETILIN, RENETIL, Caixas de Clandestina e Estafetas, entre outros. Aos ex-membros combatentes de várias organizações, sobretudo os membros clandestinos, foi declarada uma certa incapacidade. E até falta de conhecimento aos patriotas combatentes da libertação muito mais à falta de reconhecimento dos seus direitos. Essa atitude provocou instabilidade política

deste jovem país, evidenciado na crise política em 2006-2007 (*UNDERTIM, 2005, Preâmbulo*).

De acordo com as motivações apresentadas, a democracia configura-se não só no perfil dos antigos líderes, mas também na preparação e promoção de uma nova geração, consciente da necessidade de dar continuidade e consolidar a realidade democrática do país. A exigência pela igualdade de oportunidades dos novos quadros políticos é um fenómeno de natureza organizacional fundamental em qualquer partido.

Por seu turno, a fragmentação de ideais e princípios políticos levam à desconsideração dos líderes e dos quadros políticos, constituindo fatores que contribuem para o “divórcio” no seio de alguns partidos e para a formação de novos partidos. Por outro lado, considera-se que a divergência de ideias é uma característica natural do princípio democrático. A fragmentação no seio de um partido político pode não promover a democracia, tendo um efeito de desvitalização da continuidade desse mesmo partido.

Como se torna evidente, alguns partidos timorenses têm a sua origem em partidos fragmentados. Esta divisão ocorre devido a ideais políticos díspares entre os líderes e os membros dos quadros políticos, tal como aconteceu com a ASDT, no início da transição para a democracia. Veja-se o que diz o representante da ASDT a este respeito:

“O partido ASDT renasceu na época da independência, por divisão política entre alguns dos líderes do partido Fretilin e o líder nacional e proclamador Francisco Xavier do Amaral. Por essa razão, Estanis Lao (um dos membros da CCF), afirma ao público na campanha eleitoral de 2001, no município Baucau: “O partido Fretilin não tem pai e nem avô, nós somos os fundadores” (*ESE/02*).

Com as mesmas características, isto é, partidos que surgiram aquando da consolidação democrática do país, encontram-se *UNDERTIM*, *PUN*, *FRENTI-Mudança*, *PNT*, que resultaram da *FRETILIN* e, ainda, o *PDN* que tem sua origem no *PSD*. O próprio *ASDT* também sofreu uma fragmentação interna, dando origem a um novo partido, o *CASDT*, o que aconteceu após o falecimento do líder central, Francisco Xavier, pouco tempo antes da eleição presidencial de 2012. Referindo-se ao

descontentamento, o representante do partido UNDERTIM, Cornélio Barros, diz o seguinte na sua entrevista:

“Por divergência de ideais políticos entre os dois primeiros membros e a FRETILIN, houve uma divisão política, sobretudo em questões que desrespeitaram os membros combatentes, principalmente o ex-comandante das Forças Armadas da Libertação Timor-Leste (Falintil), o Sr. Cornélio Gama aliás L7, por parte do secretário-geral da FRETILIN Mari Alkatiri, no cargo de Primeiro-Ministro da RDTL” (ESE/14).

Face a esta realidade, o líder do partido é o garante da democracia partidária. De acordo com os pressupostos teóricos apresentados, a consolidação da democracia depende de uma forte presença do líder do partido, atuando sempre que existir o perigo de divergências internas. Só desta forma, conseguirá o partido evoluir de forma a corresponder às expectativas dos seus membros. Quando tal não é conseguido, dá-se o “divórcio” e um novo partido é criado, criando-se divisão onde deveria haver convergência de interesses. Os partidos que foram criados na sequência do afastamento da FRETILIN, consideraram que esse afastamento dinamizou e consolidou a pluralidade política. No entanto, tanta divisão faz com que seja mais difícil conseguir a representatividade nos órgãos, devido, principalmente, à barreira eleitoral imposta. A FRETILIN é obrigada a assumir a derrota contra o CNRT, o novo partido e, depois de 15 anos a defender a consolidação democrática, no governo do país, passa para a bancada da oposição. Um efeito muito semelhante acontece na ASDT e no PSD, que sofreram uma diminuição de apoio, após o falecimento dos seus líderes.

5.3.1.3. Promover a Igualdade de Género

Além da igualdade de promoção de quadros políticos, uma exigência em alguns partidos, estão relacionados com a igualdade de género. Esse aspeto constitui uma das condições no processo de consolidação democrática contemporânea, tal como explícita no artigo 17 da Constituição da RDTL, que garante a igualdade de género.

De acordo com esse princípio político, alguns partidos acrescentam a motivação política pela igualdade género na sua fundação, especificamente o PTD (Partido Timorense Democrático), que tem origem no PNT (Partido Nacionalista Timorense), de liderança feminina, enquanto fundadora e presidente do partido. O fundador do PTD Aliança da Concisão Araújo apresenta o seguinte objetivo:

“Promover e reforçar a taxa de participação política das mulheres Timorenses, razão pela qual os quadros políticos do próprio partido são na sua maioria compostos por mulheres” (ESE/12).

Apesar das garantias e da sensibilização para este assunto, por parte de alguns partidos, a participação ativa e a visibilidade das mulheres na vida política continuam a ser muito baixa. De forma a colmatar esta lacuna, a lei eleitoral determina que nas listas de candidatos para as eleições legislativas deverão conter um mínimo de três elementos do género feminino. Apesar disso, a participação feminina na vida política é ainda muito baixa. A observação da Missão de Peritos Eleitorais em Timor-Leste destaca que, nos últimos atos eleitorais:

Apesar das garantias legais, apenas três dos partidos e coligações concorrentes tinham um número de candidatas acima do mínimo exigido por lei durante as eleições legislativas de 2018. Durante a campanha, os comícios foram predominantemente conduzidos por candidatos do sexo masculino (União Europeia, 2018, p. 23).

Face a esta realidade, os partidos políticos devem promover a igualdade de género, de forma a aumentar a participação de mulheres na vida política. Devem ser desenvolvidos mecanismos que permitam este aumento, quer estes se situem ao nível do incentivo económico e material. De entre os 35 partidos registados, apenas o PTD e PTT apresentavam liderança feminina. Infelizmente, nenhum destes partidos conseguiu votos suficientes, desde o início da sua existência, para assegurar a representação no órgão legislativo.

5.3.2. Participar no processo de desenvolvimento nacional

O princípio que rege o mecanismo democrático contemporâneo considera os partidos políticos elementos indispensáveis para assegurar os interesses dos cidadãos e o desenvolvimento do país. De acordo com Merkl (1970), a importância dos partidos políticos na arena da democracia será o de assumirem a génese de programas e políticas de governo. Face a estas tarefas os partidos devem apresentar os seus programas políticos, em campanha eleitoral, de forma a conseguirem o apoio e simpatia dos cidadãos, principalmente, dos cidadãos eleitores. O programa eleitoral deve ser uma espécie de contrato social entre os partidos políticos e os eleitores.

De facto, Timor-Leste enfrenta grandes desafios, pois é um país ainda muito recente e está a começar a sua iniciação no desenvolvimento democrático, num mundo que já está muito avançado. O país necessita de uma boa estratégia para assegurar o desenvolvimento, mantendo a sua própria identidade de origem. Por um lado, precisa de compensar o atraso de desenvolvimento e modernização, por outro lado terá de proteger a sua origem cultural, como lema da sua identidade.

Em função destas preocupações, os fundadores dos partidos devem fazer parte do processo político que conduzirá à mudança social. Claro que os 35 partidos terão objetivos diferentes, mas todos eles querem a democracia e o desenvolvimento de processos eleitorais, consonantes com os programas eleitorais que defendem.

Os partidos políticos envolvem-se no processo de desenvolvimento nacional, como pode ser visto no programa político eleitoral de 2017 (*ver Figura nº 17 no capítulo 6*). O conteúdo dos programas dos partidos assenta em quatro grandes fatores de prioridade nacional: a educação, a agricultura, a saúde e as infraestruturas. Esses quatro sectores foram considerados fundamentais para ultrapassar o atraso no desenvolvimento e alcançar a mudança social e a modernização.

A estratégia política do Estado e o programa de campanha eleitoral dos partidos políticos em 2017 são, em essência, semelhantes aos programas eleitorais anteriores. Os partidos menos votados acrescentam ao seu programa fatores importantes a serem

considerados. No caso particular da APMT, o programa é apresentado como se indica de seguida.

De modo geral, o programa da campanha eleitoral de 2017 da APMT concentra-se em:

- 1) Promover a identidade nacional estabelecendo a moeda própria de Timor-Leste;
- 2) Promover o estilo de vida tradicional timorense como um dos meios de desenvolvimento no sector turístico;
- 3) Explorar os recursos naturais não dependendo só da capacidade tecnológica moderna, mas respeitando também os valores culturais do jovem país;
- 4) Continuar o processo da construção de infraestruturas básicas: estradas, edifícios escolares e de saúde, sistemas de irrigação, portos e aeroportos como condições básicas de desenvolvimento da economia nacional;
- 5) Extensificação a exploração dos recursos naturais terrestres e do mar; modernizar o sector da agricultura para melhorar a economia nacional, principalmente no município Bobonaro/Maliana, Viqueque, Manatuto Manufahi (*E/RTTL-01*).

5.3.3. Promoção da Identidade Timorense (Defender a cultura e a dignidade do povo Maubere)

Apesar de ser um país novo, Timor tem tradições muito antigas, fortemente ligadas à sua identidade. Os partidos preocupam-se mais com o desenvolvimento político e económico. No início do aparecimento dos movimentos nacionalistas e anticolonialistas a grande motivação reside no alcançar da liberdade da pátria e do seu povo. Esta preocupação não termina com a independência do país, muito pelo contrário, pois ainda essa consciência se torna mais presente na vida dos partidos, mesmo para aqueles que só surgiram na era da independência e da consolidação democrática.

A noção de identidade nacional está tendenciosamente focada na identidade cultural, sem, no entanto, desprezar o aspeto social, económico e político. No aspeto sociopolítico, por exemplo, a motivação da existência da FRETILIN, ASDT e PLPM está bem patente na vontade de trazer dignidade ao povo marginalizado. Esta preocupação é defendida pelo representante da FRETILIN, Rui Araújo, no programa

“Lian Partido”, durante a campanha eleitoral de 2017. Em resposta a um jornalista, Araújo salienta:

O partido FRETILIN desde sempre continuar a defender o direito do povo Maubere para ser digno da liberdade da independência total (liberdade da pátria e liberdade do povo Maubere) (*E/RTTL-05*)

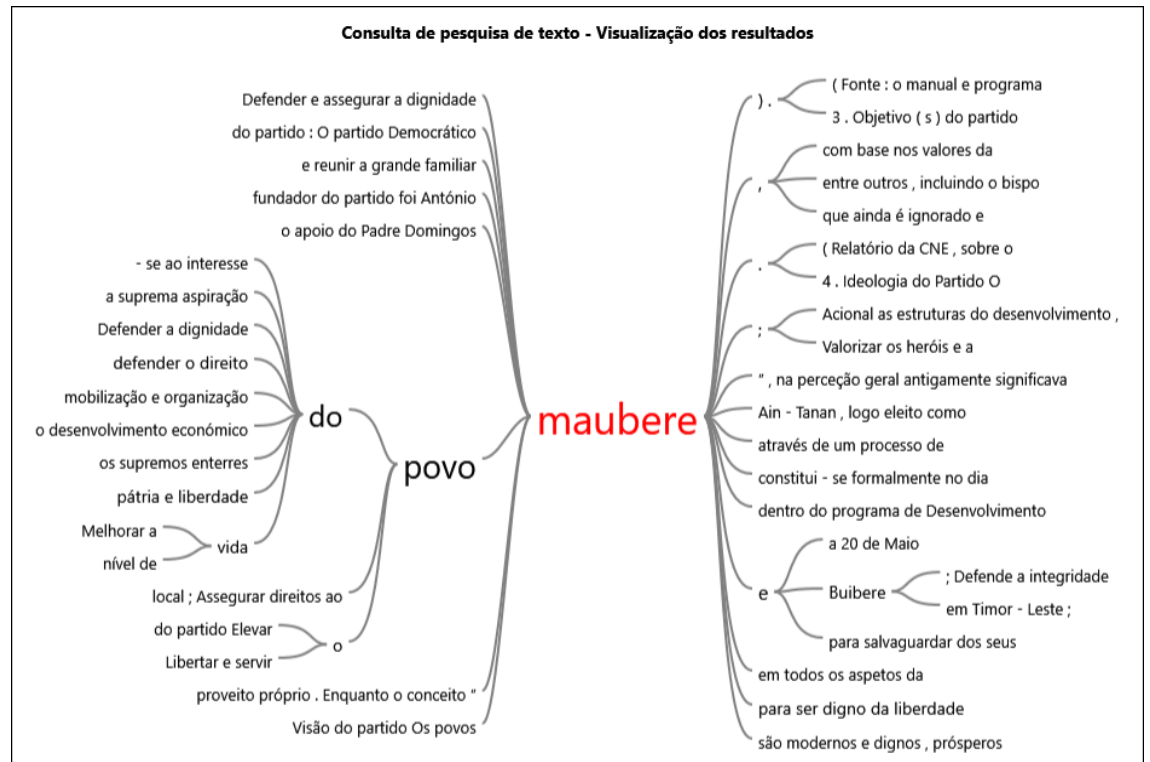
O PLPM é um novo partido que é fundado dez anos após a restauração da independência, e elege como sua principal motivação a defesa e o direito à dignidade do povo Maubere, que se tinha afastado quer da FRETILIN, que da ASDT. A preocupação do PLPM é muito real, pois após quase duas décadas da restauração da independência, o povo Maubere ainda não atingiu o seu pleno, a sua plena dignidade, considerando-se que, do ponto de vista económico, até terá havido uma regressão. Apesar da análise extraída da *Figura nº 19*, elaborado a partir da associação das palavras constantes nos programas eleitorais de 2017, da qual se conclui sobre o destaque que lhe é conferido não houve uma efetiva política de implementação que conduzisse ao desenvolvimento e à inclusão social do povo Maubere. A política de governação durante o processo de consolidação democrático acaba por se centrar mais na vida económica e menos nas pessoas e na sua multiculturalidade, aumentando as barreiras entre os carentes e os abonados.

Tendo consciência que o país ainda tem fortes tradições indígenas, alguns partidos preocupam-se em defender este património cultural, bem como a identidade nacional. A intenção apresentada pelos partidos KOTA, APMT, PPT e KHUNTO, reside também na defesa da identidade nacional, como se vê abaixo:

- Uma das principais motivações dos líderes do APMT é a preocupação em estabelecer um processo político que mantenha a origem cultural do povo Timorense (*ESE/01*).
- Preocupando com existência cultural da origem de Timor-Leste, com expressão de liberdade e de independência do país, sendo um enorme objetivo de todos os povos timorenses (*Introdução aos Estatutos do PPT*).
- Participar na decisão política da nação como base legal da constituição, “Cimentado nos princípios e valores históricos e identidade cultural timorense, como uma sociedade monoteísta animista-cristã e de sistema monárquico eletivos dos reinos do Timor” (*KOTA, 2005, Artigo 1º dos Estatutos*).

- Construir uma sociedade timorense honesta, baseada na herança histórica, cultural, espiritual, religiosa e na identidade cultural de todos os cidadãos (KHUNTO, 2012, *Preâmbulo dos Estatutos*).

Figura 14: A preocupação dos partidos FRETILIN, ASDT e MLPM pelo povo Maubere.



Fonte: Entrevistas realizadas no âmbito da pesquisa, com recurso ao NVivo 12.

5.3.4. Assegurar a estabilidade e a unidade nacional

A estabilidade nacional foi uma dimensão muito importante para assegurar a dimensão de outros motivos, sejam estes os da consolidação democrática, do desenvolvimento nacional ou da identidade nacional, como anteriormente destacado. Timor-Leste tem um passado de conflito que começou com a Guerra Civil de 1974 e continuou com a ocupação pela Indonésia. Os partidos também desempenharam um papel na gestão dos conflitos internos, lutando pelo estabelecimento de consensos e pela unidade nacional.

O partido deve promover a paz entre os grupos da comunidade, tentando resolver os seus conflitos através de um mecanismo denominado “Caixa de Votação”. Como se compreenderá, foram muitas as vítimas desde a luta pela independência, em 1975, até ao referendo de 1999 e à eleição da Assembleia Constituinte em 2001. Alguns partidos políticos demonstravam a sua preocupação em relação à precária estabilidade nacional. Isto foi particularmente sentido na época de conflitos de 2006, causada pela crise político-militar que levou a uma crise nacional. O partido FRENTI-Mudança demonstra as suas preocupações:

O partido tem interesse no acolhimento de todos os combatentes da luta pela libertação, sem discriminação de raça, com um objetivo comum. Continuar a lutar para libertar o povo Timor-Leste da miséria pelo caminho da Reconstrução Nacional, com o princípio regulador “Mudanças e Transformações Constantes” em todas as ações políticas do partido (*FRENTI-Mudança, 2012, Artigo 1º dos Estatutos do Partido*).

Em relação à estabilidade nacional, o partido KHUNTO manifesta a sua intenção da seguinte forma:

Promover a paz em Timor-Leste, através da resolução dos conflitos e antagonismos, baseado, na prática, na resolução local das comunidades identificadas. O processo deverá ser realizado por meios de educação alternativa transformativa, de uma economia alternativa, baseando-se na visão e missão do partido. Daí, que o partido KHUNTO deva garantir atuar em conjunto a comunidade. (*KHUNTO, 2012, Introdução no preâmbulo dos Estatutos do partido*).

De forma mais alargada, o CNRT que, desde sempre confiou na liderança de Xanana Gusmão, reflete uma política de carácter moderado, descrevendo o seu objetivo central:

Assegurar a estabilidade política e fazer parte ao poder do Estado, com um ambiente de harmonia favorável à dinamização da democracia e desenvolvimento da economia, para que o povo timorense possa crescer próspero e digno (*CNRT, 2007, Artigo 8º*).

No artigo 8º do Estatutos acrescenta-se que o partido CNRT tem os seguintes objetivos:

- 1) Defender os interesses nacionais acima dos interesses do partido;
- 2) Reforçar e consolidar a unidade nacional para a garantir paz no país;
- 3) Promover a toda a população o bem-estar para garantir um espírito humanista assim como a solidariedade e a cooperação;
- 4) Garantir a liberdade individual, baseada nos direitos éticos e morais dentro do Estado de direito democrático, providenciar educação cívica e política a todos os cidadãos;
- 5) Garantir a participação ativa de toda a população no desenvolvimento nacional de todos os aspetos do Estado;
- 6) Debater de todos os problemas sobre a vida nacional, de forma a envolver os cidadãos na solução e nas escolhas das alternativas;
- 7) Promover e defender os princípios e valores de direitos políticos, sociais, económicos e culturais de todos os cidadãos;
- 8) Promover a igualdade de género e incentivar a participação da mulher nos processos de tomada de todas as decisões;
- 9) Combater a taxa de não alfabetização, e definir melhores políticas da educação, preparar a nova geração para ser útil no futuro do país;
- 10) Rever as medidas de várias questões, em relevância na política regional e internacional e suportar o processo do desenvolvimento político e socioeconómico do país. (CNRT, 2007, Artigo 8^a alínea 1^a – 10^a).

Dos documentos que têm sido alvo de análise, nomeadamente, Manuais políticas e Estatutos dos diversos dos partidos, há nove aspetos a considerar: 1. Promover o desenvolvimento e participar no processo de desenvolvimento nacional; 2. Defender princípios de humanismo, justiça e solidariedade; 3. Dinamizar a democracia; 4. Defender e promover a identidade timorense; 5. Assegurar a estabilidade política nacional; 6. Defender a dignidade do povo Maubere; 7. Defender a independência do país; 8. Manter o prestígio da história monárquica; e 9. Promover a formação de jovens quadros políticos.

Aspetos como o desenvolvimento e defesa nacional, a promoção do princípio humanista, a dinamização da democracia e a defesa da unidade nacional constituem os faróis que regem os partidos. Através do recurso ao *software* NVivo 12, a partir da análise dos Estatutos dos Partidos políticos, é possível verificar que entre os objetivos dos 35 partidos há quatros aspetos sociopolíticos sempre presentes: promover o desenvolvimento e participar no processo do desenvolvimento nacional; defender princípios de humanismo, justiça e solidariedade; dinamizar a democracia; e defender e promover a identidade timorense. Serão estes os aspetos comuns aos vários partidos. Há ainda um quinto aspeto que é característica específica de apenas alguns partidos, que é a qualidade dos recursos humanos identificada pelo

PL (Partido Liberal) e pelo PDL (Partido Democrático Liberal). De facto, a qualidade dos recursos humanos é uma matéria crucial e merece estar no centro da preocupação dos partidos. No entanto, a estratégia para ultrapassar esta situação ainda não foi convenientemente abordada pelo Plano de Estratégia Nacional.

O APMT e o KOTA identificaram a história monárquica como um aspeto muito importante. No entanto, esta é uma preocupação específica destes partidos, já que a população em geral não parece estar muito consciente deste aspeto. Desde a sua fundação que estes partidos destacam a história monárquica como uma das suas bandeiras, o que também pode explicar a falta de apoio, a falta de base social que possa promover estes dois partidos. Ainda mais, quando a FRETILIN defende a promoção da igualdade social e o desaparecimento da elite tradicional.

Figura 15: Comparação dos objetivos dos partidos

1. Promover o desenvolvimento	3. Dinamizar a democr...	4. Defender e Promo...
2. Defender princípios de humani...	5. Assegurar a estabilidade p.	6. Defender a d...
	7. Defender a independência.	9. Pro... 8. M...

Fonte: Estatutos dos Partidos Políticos (com recurso ao software NVivo 12.)

De acordo com a observação da *Figura 15*, demonstra-se que de entre os 9 (nove) objetivos mencionados, os mais frequentemente enunciados nos Estatutos dos partidos políticos são: (1) promover o desenvolvimento e (2) defender princípios de humanismo. Esta evidência justifica a existência de valores comuns que foram assumidos pelos partidos políticos aquando da sua emergência e envolvimento no processo democrático do país. Enquanto a intensidade na descrição de objetivos

relacionados com os ideais democráticos e identidade nacional observa-se na segunda ordem de concentração de referências extraídas dos Estatutos dos partidos políticos, com as designações de: (3) dinamizar a democracia e (4) defender e promover a identidade timorense. Para além destes quatro principais objetivos, os partidos políticos timorenses assumem ainda outros desígnios a alcançar, e que por ordem de frequência da sua enunciação temos: (5) assegurar a estabilidade política e; (7) defender a independência, Aos quais se seguem ainda outros três objetivos, mas evidenciando uma menor referência nos Estatutos dos partidos em análise e que são: (6) defender a dignidade do povo Maubere [classe baixo], (8) manter o prestígio da história monárquica (classe superior tradicional) e (9) promover a formação de jovens quadros políticos. De destacar que são efetivamente os últimos dois objetivos aqueles que denotam uma mais fraca incidência nos princípios norteadores de estratégia e de reforço da sua base social dos partidos políticos timorenses.

5.4. Caracterização das bases sociais partidárias

O panorama dos partidos políticos timorenses apresenta várias características no que se prende com a base social eleitoral de cada partido, dependendo das clivagens sociais. As referências sobre as bases sociais partidárias assentam sobretudo na obra de M. Duverger (1951), entre outros autores clássicos, ou noutros mais modernos, tais como Lipset e Rokkan (1967). Os últimos fazem referência a quatro clivagens partidárias: centro – periferia, igreja – Estado, indústria - terra e trabalhador - empregador. Mais recentemente, autores como Beck (1997), Gunther e Diamond (2003), referem que, em países subdesenvolvidos, como é o caso de Timor-Leste, os líderes políticos são a base da fragmentação partidária.

No entanto, essas clivagens nunca foram particularmente analisadas na reflexão da realidade social de Timor-Leste. Esta lacuna existe por razões ligadas a algumas particularidades, principalmente a realidade social no início da emergência da democracia, assim como no momento histórico do conflito político no processo de processo descolonização, os quais envolvem vários grupos e movimentos. Isto

acontece no seguimento da invasão militar Indonésia, a qual trouxe muito sofrimento ao povo. Por outro lado, há uma grande distância entre as classes sociais. A maioria da população pertence a uma classe muito baixa, resultado do atraso no desenvolvimento económico e no desenvolvimento da sua indústria. Os valores tradicionais estão muito enraizados na população, existindo uma cultura a preservar. A “uma lulik” (casa sagrada) é um espaço que tem por função orientar a atitude política do povo, em sintonia com os valores religiosos cristãos.

Procura-se o traço comum à subsistência dos partidos políticos em Timor-Leste, desde o início da liberdade política, em 1974. Estes traços constituem as características particulares do funcionamento dos partidos políticos, apresentando uma grande clivagem na política de autodeterminação. Sobressaem três diferenciações de princípios políticos em três perspetivas paradoxais: o revolucionário, o conservador e o pessimista. Esta diferenciação está associada a uma outra clivagem social tipo, a estratificação social: o povo pobre (a maioria dos timorenses), as elites locais tradicionais, e a classe média, que engloba mestiços e negociantes chineses.

O grupo revolucionário pertencente ao partido ASDT/FRETILIN, de valores socialistas encarna o conceito “*Maubere*”, como ideologia socialista Timorense. Sustentam a promoção do princípio da política de independência imediata, proporcionada pela descolonização portuguesa e a maioria dos seus apoiantes encontra-se entre o povo mais pobre e marginalizado.

A conversadora UDT defende o princípio político de uma autonomia progressiva em relação a Portugal.

Encontramos ainda um grupo que promove a integração política na Indonésia. Na perspetiva deste grupo, Timor-Leste não tem capacidade para se tornar um país independente, sendo a integração na Indonésia uma melhor opção do que a federação ou a integração em Portugal, como região autónoma. Desde então, os adeptos do partido APDETE, entre os quais se encontram alguns líderes tradicionais, sentem-se identificados com a Indonésia.

Outros partidos, como o KATA, PTT e ADITLA, raramente estiveram ligados à clivagem com as elites tradicionais, tendo um número muito limitado de apoiantes. A ADITLA constitui um caso particular destes grupos mais pequenos, pois defendia o princípio da integração na Austrália, perfilhando uma perspectiva pessimista. Os seus apoiantes desejavam manter o estatuto social, o qual estava a ser fortemente contrariado pela política da FRETILIN, este grupo empenhado em promover a igualdade social e a resistência contra a classe dominante.

A análise sobre a base social dos partidos políticos, na fase da independência, tem a sua génese histórica nos movimentos de 1974/1975, principalmente na clivagem da política de autodeterminação. Ancorada na política de autodeterminação, as elites assumiram o papel dominante durante a luta contra a ocupação militar Indonésia. Entre estes destacaram-se a elite ligada aos partidos políticos, dando o seu contributo para a luta pela independência. Algumas destas figuras posicionaram-se como líderes centrais dos partidos.

De facto, o CNRT, um dos novos partidos fundados pouco antes de eleições gerais 2007 que tem como líder principal Xanana Gusmão, um líder com um passado de resistência, ascendeu ao segundo partido mais votado. Associou-se à Aliança Maioria Parlamentar (AMP), tendo dirigido o governo no período de 2007/2012. No mesmo contexto, o PLP, liderado pelo ex-comandante da luta pela independência, Brigadeiro General Taur Matan Ruak e ex-presidente da República, embora seja um dos novos partidos fundados em 2015, conseguiu ultrapassar a barreira eleitoral dos 4%, e juntando-se ao CRNT e ao KHUNTO, controlou a bancada de maioria parlamentar, assumindo o governo de Timor-Leste.

Quanto ao ASDT, entrou numa fase difícil desde o falecimento do seu líder central, Francisco Xavier do Amaral, e quase viu comprometida a sua existência. O mesmo se verificou com o partido PSD, depois do falecimento do fundador e líder principal, Mário Viegas Carrascalão. Os dois partidos mencionados, sofreram, portanto, uma enorme quebra de apoiantes devido ao desaparecimento dos seus principais líderes. Tanto mais que houve quadros desses partidos que se separaram para fundar os seus próprios partidos, como se verificou com o partido CASDT (que

resultou de uma cisão com a ASDT), liderado por Gil da Costa, ex-vice-Presidente do ASD, e com o partido PDN (resultante de uma cisão no seio do PSD), liderado por Fernando Gusmão, que era um dos quadros do PSD e ex-membro do Parlamento Nacional do PSD. Se nos debruçarmos sobre a base social desses novos partidos, podemos verificar que são raras, ou quase nenhuma, as diferenças em relação aos partidos de origem. Na maioria dos círculos dirigentes lá se encontra o mesmo grupo que liderou a organização da resistência.

Portanto a presença de figuras públicas que integram as elites centrais dos partidos é uma constante no fenómeno político deste jovem país. Reconhecemos que a ideologia dos partidos não apresenta diferenças significativas, sendo as suas posições bastante determinadas quanto a uma gama de temas, incluídos em programas de campanha eleitoral, lançados para convencer os eleitores e como requisitos para que uma eleição possa ser considerada democrática. Alguns partidos ignoram o seu posicionamento ideológico, sejam em entrevistas realizadas, seja em documentos oficiais do partido, tais como o Manual Político ou os Estatutos. Os partidos KOTA, APMT e KHUNTO não acrescentam a sua ideologia política enquanto partido político, pelo contrário, apresentam os valores tradicionais, como o “Uma-Lulik”, mencionado anteriormente.

De forma geral, a maioria dos partidos que foram criados após a restauração da independência posicionam-se numa corrente ideológica de centro, seja este centro-esquerda, ou centro-direita. Esse fenómeno deve ser enquadrado no espírito de uma dinamização política global, após a Guerra Fria. Os partidos timorenses, sensíveis às tendências das políticas globais, são afetados por este posicionamento. Neste contexto existem três linhas ideológicas, onde se podem distinguir duas tendências de princípios políticos partidários, de que resultam cinco categorias ideológicas possíveis: Valores Tradicionais, Socialista/Esquerda, Socialista Moderado/Centro Esquerda, Liberal/direita e Liberal Moderado/Centro Direita.

Os outros partidos que surgiram no período pós-restauração, mas não dirigidos por um líder da resistência, dificilmente convenceram os votantes a lhe concederem representação política, embora alguns dos fundadores e dos líderes desses partidos

fossem profissionais qualificados e tecnocratas. Por exemplo, o Partido Republicano foi liderado por João Saldanha, acadêmico na área da Economia, o KOTA foi liderado pelo jurista Manuel Tilman e o MLPM foi liderado por José Nelson Salsinha, um jovem com um bom percurso académico, e por profissionais da medicina. Como se pode observar, esses partidos adotam objetivos políticos com grandes semelhanças, e com semelhanças em relação aos partidos com maior número de eleitores aderentes.

A ideologia política de base sociocultural revela-se mais importante para a identificação partidária dos cidadãos, e de acordo com a tabela 14, alguns partidos tendem a enquadrarem-se na mesma linha ideológica, correspondendo a três grandes categorias: 1) Valores Tradicionais; 2) Ideologia Socialista; 3) Ideologia Liberal.

Tabela 14: Tendência Ideológica dos Partidos Políticos

Tendência Ideológica	Partidos Políticos
Valores Tradicionais	APMT, KOTA, KHUNTO.
Socialista/Esquerda	FRETILIN, PST.
Socialista Moderado/ Centro-Esquerda	ASDT, PNT, PTD, PT, CNRT, PUN, CASDT, PDC, CNRT, FRENT-Mudança, MLPM, PPT, PTT, PARENTIL, UNDERTIM, PUDD, PLPA.
Liberal Moderado/ Centro-Direita	PSD, PDN, PDP, PD, PLP, PR, PMD.
Liberal / Direita	APODETI, UDT, PL, PDL.

Fontes: Elaboração própria, baseada nos dados disponíveis nas entrevistas, nos estatutos dos partidos e noutras referências documentais dos partidos políticos.

Parece tratar-se de uma realidade política pouco clara, mas é, essencialmente, uma realidade que precisa ser entendida. Para uma mesma tendência ideológica surgiram vários partidos. O grande número de partidos surgidos após a independência do país resultou de uma forte mobilização ao nível da participação política. Uma forma de luta contra a elite política dos partidos existentes até aí. Assim, o surgimento dos novos partidos tem como principal objetivo a sucessão da elite mais velha. Circunstâncias que surgem enquadradas na premissa defendida por Robert Michels (2001), quando defende que o partido político é visto como uma organização com tendência para a oligarquia, e faz parte de um traço profundamente aristocrático

através de uma estrutura sólida e da relação entre o chefe que dirige as massas. Ao mesmo tempo implica outra realidade, que apesar de ser similar em termos de princípio político e ideologia partidária, implica uma clara dificuldade por parte das massas apoiantes na sua identificação e adesão à ideologia do partido e potenciar uma expressão de votos mais concentrada num líder que se revele de maior confiança, como já mencionado.

5.5. Um Olhar Sociológico Sobre a Tipologia Partidária

Apesar dos numerosos estudos sobre a tipologia dos partidos políticos, o mais apontado para a distinção das correntes ideológicas é o de Duverger (1951). Este autor distingue o partido de massa do partido de quadro. Já Newman (1956) enquadra os partidos de integração social e o partido de representação individual, este último relevante no objeto de estudo que nos ocupa. Essa tipologia foi importada da atmosfera de natureza política da Guerra Fria, tendo as sociedades ocidentais como farol do estudo.

Neste ambiente político, o partido *Catch-all*, proposto por Otto Kirchheimer (1972) caracteriza-se por introduzir uma série de alterações nos sistemas políticos à esquerda e à direita. À luz dos novos desenvolvimentos, o *partido-cartel* deixa de fazer parte da sociedade contemporânea. Por convergência política, pertinentemente analisando o modelo dos partidos políticos com menos importância na carga ideológica e com maior enfoque na emergência dos assuntos mais urgentes da sociedade. Neste contexto permanece o partido timorense como partido *Catch-all*, que se insere numa série de alterações da ideologia socialista no partido FRETILIN, alimentando a cisão de partidos, como UNDERTIM, FRENTI-Mudança e o surgimento dos novos partidos com enquadramento ideológico centro esquerda e centro direita como se pode devesse confirmar na *Tabela nº 14* sobre as tendências da ideologia partidária em Timor-Leste.

Porém, os modelos e tipologias dos partidos não são estáticos, pelo contrário a mudança socioeconómica do país exige a mudança política, especificamente nos partidos políticos e na sua função como instrumento para assegurar a representação

política. Ultimamente, o modelo de partido tende para uma nova tipologia, que é denominada de partido *cartel* como proposta de Katz & Mair (2009). As condicionantes legais sobre recursos financeiros alocadas aos partidos políticos limitam o direito de subvenção pública aos partidos com representante no assento parlamentares como destacado na *Tabela nº 15*, e possivelmente estamos perante o início do modelo de partido Cartel na sociedade Timorense.

A emergência dos partidos políticos timorenses e o seu desempenho enquanto agência de representatividade política no processo democrático é corporizada na dezena de partidos que emergem no período pós-independência: FRETILIN, CNRT, PD, ASDT, PSD, F-Mudança, PUN, UNDERTIN e, os mais recentes, como a PLP e KHUNTO. Os restantes partidos não serão tidos em consideração, uma vez que a sua representatividade é muito baixa, quase residual.

De forma a proceder à análise do modelo e da tipologia dos partidos identificados acima, irão ser abordadas a dimensão do partido, o conhecimento e as referências elaboradas de acordo com a realidade do próprio partido, bem como os princípios que os regem. Pretende-se identificar a tendência ideológica, o financiamento do partido e a orientação política em termos de interesse público.

A ideologia política já foi identificada na tabela nº 14, relembramos que a maior parte dos partidos tende a ficar no centro, seja este centro-direita ou centro-esquerda. Porém, a FRETILIN e o PST destacam-se dos restantes partidos, pois para além da ideologia socialista, apregoam a defesa do povo Maubere, severamente marginalizado. Tanto a FRETILIN, como o PST, poderiam ser considerados partidos de massa, devido a um elevado número de apoiantes e simpatizantes. São partidos antigos que viveram a luta revolucionária pela independência. Desde o seu início, a FRETILIN existe para levar a esperança aos povos mais pobres e aos seus camaradas do mesmo eixo ideológico. Lutam por uma melhor vida para o povo, que ainda se encontravam excluídos do processo democrático. Por outro lado UDT, KOTA e APODETI que surgem durante o processo de descolonização, apresentam uma ideologia liberal, mantendo o estatuto de elite. Consideramos que estes são partidos quadro.

O aparecimento dos partidos de massa e partido quadros acompanham a tendência da política global, em que existe a difusão dos estudos dos partidos políticos nas duas tipologias anunciadas por Maurice Duverger (1951) e pelos seus sucessores. Por um lado, considera-se que o partido de massa é orientado pela defesa dos direitos dos trabalhadores, pela defesa das pessoas com limitadas capacidades financeiras. Por outro lado, o partido quadro é mais apropriado para os notáveis, que tentam manter e promover o seu estatuto, como pessoas dotadas de capital financeiro, de património de bens móveis e imóveis.

Na ideologia de centro, como acontece na maioria dos partidos timorenses, destaca-se a ideologia de centro-direita, como PSD, PDN, PDP, PD, PLP e PR e os de centro-esquerda, como ASDT, PNT, PTD, PT, CNRT, PUN, CASDT, PDC, CNRT, FRENT-Mudança, MLPM, PPT, PTT, PARENTIL, UNDERTIM, PUDD e PLPA. No entanto, não será fácil enquadrar cada um dos partidos na sua ideologia, devido à proximidade de princípios. Podem ser considerados partidos *Catch-all*, uma vez que todos os partidos apostam numa política de desenvolvimento.

Os partidos com representantes no Parlamento Nacional estão progressivamente a orientar-se para um modelo partido *cartel*, uma vez que o Estado proporciona orçamento para a campanha política e uma subvenção pública para os partidos, orientada pela Lei Número 06/2008 sobre o regime jurídico do financiamento dos partidos. No artigo 4º identificam-se três tipos de receitas dos partidos políticos: receitas próprias, receitas provenientes de financiamento privado e subvenções públicas, como detalhado abaixo:

- 1) **São receitas próprias:** a) As quotas e outras contribuições dos membros de partido político; b) As verbas resultantes de atividades de angariação de fundos desenvolvidos por partido político; c) Os rendimentos provenientes do património do partido político; d) As verbas resultantes de empréstimos contraídos em instituições de crédito instaladas no país;
- 2) **São receitas de financiamento privado:** a) As contribuições das pessoas singulares nacionais; b) O produto de heranças ou legados;
- 3) **São subvenções públicas** as dotações orçamentais destinadas a participar no financiamento dos partidos políticos com representação parlamentar, nos termos da presente lei (*Lei 06/2008, Artigo 4º alínea 2ª-4ª*).

De acordo com a lei apresentada, as receitas dos partidos não têm uma natureza única, uma vez que a subvenção pública está limitada aos partidos com representantes no Parlamento. De facto, a maioria dos partidos acaba por não ter acesso à subvenção pública. Assim, os partidos que não tenham representantes ou os partidos mais recentes sobrevivem apenas de receitas próprias e de receitas privadas. A possibilidade de outras receitas, não previstas nos números anteriores, são expressamente proibidas, nomeadamente, as contribuições de pessoas coletivas nacionais e de pessoas singulares ou coletivas internacionais.

De acordo com a lei em vigor, o Estado aloca um valor bastante elevado aos partidos políticos com assento parlamentar. A tabela seguinte mostra as subvenções aos partidos, desde 2008 até 2016. A FRETILIN e o CNRT são os partidos mais beneficiados. São também estes partidos que maior capacidade tem para mobilizar a base social eleitoral. Por outro lado, os partidos que não têm conseguido financiar-se através desta lei, demonstram a sua insatisfação. A lei é da competência do Parlamento, órgão máximo da legislatura. Sendo o Parlamento controlado pela FRETILIN e CNRT compreende-se que não haja vontade política para a alterar.

Tabela 15: Distribuição orçamental - subvenção pública aos partidos políticos.

Partidos Políticos	Valor alocado por período - alocação em US Dólares				Total Financiamento /Partido
	2008-2010	2011-2012	2013	2014-2016	
FRETILIN	323.076,93	969.230,76	1.923.076,92	2.307.690,19	5.523.074,80
CNRT	276.923,08	830.769,23	2.307.692,31	2.769.228,21	6.184.612,83
PD	123.076,92	369.230,77	615.384,62	738.462,47	1.846.154,78
PSD	92.307,69	276.923,08	-	-	369.230,77
ASDT	76.923,08	230.769,23	-	-	307.692,31
PUN	46.153,85	138.461,54	-	-	184.615,39
UNDERTIM	30.769,23	92.307,69	-	-	123.076,92
KOTA	15.384,62	46.153,85	-	-	61.538,47
PPT	15.384,62	46.153,85	-	-	61.538,47
F-Mudança	-	-	153.846,15	184.614,23	338.460,38
Total Verbas do Estado	1.000.000,00	3.000.000,00	5.000.000,00	6.000.000,00	15.000.000,00

Fonte: Adaptado do relatório da CNE.

As tipologias mencionadas resultam da vivência dos partidos, das mudanças sociais ocorridas dentro de uma determinada comunidade. Os partidos na democracia

de Timor-Leste apresentam outro aspeto determinante. Estes assentam a sua confiança no líder principal do partido, e na capacidade que este demonstra em mobilizar as massas de apoiantes. Trata-se uma característica particular da sociedade nos países subdesenvolvidos, como apresentado na proposta de Gunther e Diamond (2003). Os partidos com maior base social eleitoral têm à sua frente um líder que forneceu um grande contributo no processo da luta pela independência. A FRETILIN, como partido pioneiro da política de independência, tem no seu líder fundador e atual secretário-geral do partido, a maior força de mobilização de apoiantes, ocupando o lugar de partido mais votado na história da democracia do país. De seguida, encontramos o CNRT, liderado pelo comandante da luta pela independência, José Alexandre Kay-Rala Xanana Gusmão, mais conhecido por Xanana Gusmão que desde o início da fundação do partido até ao presente, assumiu o cargo de presidente do partido.

De acordo com a realidade vivida nos partidos já indicados, podemos entender que os partidos em Timor-Leste se enquadram na tipologia de partido **“elite based em modalidade clientelistic”** como proposto por Gunther & Diamond (2003) (cf *Figura nº 07 de capítulo 2*). Ou seja, tendem a complementarem o conjunto com as três tipologias convencionais: o partido de *massa*, partido *quadro*, partido *catch-all* e o partido *cartel*.

A identificação do tipo Partido **Elite-based** com a modalidade **clientelistic**, evidencia-se pela capacidade dos partidos para a mobilização de bases eleitorais, dependendo da origem do poder das elites partidárias assente no reconhecimento dos cidadãos à elite pelos seus contributos, sofrimentos e dor suportados durante a luta pela defesa da independência. Porém, o sucesso e a sobrevivência do partido estão ligados ao carisma da liderança partidária. Pelo que, perante os pressupostos de base sociológica entende-se que os líderes são reconhecidos pelo contributo que deram para a luta pela independência, pelo sofrimento e dor que enfrentaram durante a batalha contra a política de colonização e contra a ocupação militar da Indonésia.

5.6. Os Desafios da Institucionalização Partidária

A motivação para constituição de partidos políticos e a dinamização da sua existência não é tarefa fácil num contexto de competição política. É um processo que depende de múltiplas condições e facilidades para assegurar o seu normal funcionamento.

Baseada na observação da *Figura nº 11* sobre a dinamização dos partidos políticos apresenta-se o processo eleitoral ao qual se candidatam os partidos. Neste processo em análise, nos 4 (quatro) períodos eleitorais de eleição parlamentar (2007, 2012, 2017 e eleição antecipada 2018) acrescenta-se que os partidos políticos que não apresentaram as suas candidaturas nestes quatro períodos das eleições são em número bastante elevado e tendenciosamente aumentaram ao longo destes períodos eleitorais. A ausência desses partidos indica a incapacidade dos mesmos em fazê-lo, seja por incapacidade financeira, ou recursos humanos que assegurem a sua existência.

De forma geral, os partidos políticos enfrentam dois grandes desafios em simultâneo. Um, serão os limites dos recursos humanos e dos financeiros, enquanto um segundo se prende com a contribuição que possam dar para a implementação do partido político. Assim, por um lado temos recursos humanos que podem ser inadequados para mobilizar as massas. Um fator muito importante na vida do partido será o seu líder. A ausência de um líder principal num partido político conduzirá, certamente, à derrota eleitoral. Assim se compreende que partidos que já tiveram sucesso, como a ASDT, PSD e PD, encontrem o fracasso após a morte dos seus notáveis líderes. Da mesma forma, os partidos que surgem sem a figura de um líder carismático, dificilmente atraem a simpatia de quadros profissionais que possam desempenhar um papel relevante nesses partidos. Como se compreenderá, os limites de recursos de profissionais qualificados, indicam um rácio inadequado quando se constata a grande proliferação de partidos.

Outro fator condicionante serão os recursos de financiamento partidário, ou seja, os recursos que asseguram o normal funcionamento do partido. Nuno Guedes, no seu trabalho, identifica as várias referências (Hopkin, 2004; Fisher & Eisenstadt, 2004; e Ortuno-Ortin & Schultz, 2005) que apresentam o teorema: “O financiamento dos

partidos políticos é um componente essencial da democracia (...) O dinheiro domina em larga medida os aspetos organizacionais e eleitorais da política” (Guedes, 2006, p. 10). De acordo com os dados recolhidos e com as entrevistas realizadas aos representantes dos partidos políticos, tão importante como os manuais políticos ou os estatutos dos partidos políticos, está o financiamento do partido pelas diversas fontes disponíveis (contribuições dos membros do quadro partidário, contribuições do próprio líder, dos militantes e simpatizantes, dos fundos do partido e das subvenções públicas).

No entanto, a realidade revela que nem sempre se cumprem as normas legais estabelecidas. As contribuições dos membros e militantes dificilmente são conferidas, por aqueles que deveriam ter a obrigação de o fazer. Existem, igualmente, contribuições de carácter pontual, que são voluntárias.

Outros desafios de financiamento encontram-se no apoio do Estado. Falamos do subsídio que constitui a subvenção pública que não é atribuído aos partidos que não possuem representantes no Parlamento Nacional. No início da preparação da transição para a democracia, o Estado, através da assistência da UNTAET, garantiu o financiamento a todos os partidos através da modalidade de subsídio de campanha eleitoral, de forma a facilitar as atividades relacionadas com a campanha eleitoral dos referidos partidos. Esta iniciativa foi determinante no processo eleitoral de 2001-2007, pois contribuiu para a construção da democracia no país.

Após a eleição geral de 2007 ocorreu uma alteração, ao abrigo da Lei do Parlamento Nacional Número 06/2008 que afetou o Regime jurídico de financiamento aos partidos, o que se traduziu na não atribuição de subsídio aos partidos que não tivessem representantes no Parlamento Nacional. Na alínea 4^a do artigo 4^o dispõe-se:

São subvenções públicas as dotações orçamentais destinadas a compartilhar no financiamento dos partidos políticos com representação parlamentar, nos termos da presente lei.

Por outro lado, cada partido tem a liberdade de organizar os seus próprios recursos. No entanto, nem todos os partidos podem ter acesso ao mesmo tipo de recursos. As receitas próprias e receitas de financiamento privado, ou seja, os

contributos dados pelos líderes e pelos quadros do partido, acabam por ser os elementos fundamentais que asseguram a viabilidade do partido. Criticamente podemos dizer que não deveria existir esta dependência financeira do líder do partido. No entanto, tal implicaria desafios conducentes à consolidação democrático-partidária. O maior contributo pessoal do líder seria a consolidação da vida democrática do seu partido.

Guedes (2006) no seu estudo sobre os partidos *Cartel*, em Portugal, afirma que: “Os financiamentos privados são muitas vezes vistos com suspeição, por, alegadamente, terem como objetivo gerar alguma vantagem ilícita aquando da chegada ao poder.” (Guedes, 2006, p. 10) O partido assemelha-se a uma empresa privada, em que o líder é o principal financiador do partido.

O contributo pessoal nos partidos constitui uma realidade. Por exemplo, o PTD (Partido Timorense Democrático) enfrenta vários desafios. Na entrevista com Aliança da Concisão Araújo, presidente do partido, sublinha que:

“ o partido estava a enfrentar a limitação de recursos humanos e financeiros para assegurar o funcionamento do partido, sendo que o maior financiamento vem da própria presidência” (ESE/12).

No mesmo patamar se encontra o ASDT, dependendo fortemente do seu líder, Francisco Xavier do Amaral.

O partido ASDT teve recursos financeiros e humanos, mas após o falecimento do líder central, Francisco Xavier do Amaral, enfrentou vários desafios por divergência de ideias dos novos líderes, o que conduziu a divisões no partido e desvio de dinheiro, até à extinção das verbas. (.....) A maior parte do financiamento vem do governo, através da subvenção do partido e, outrora, vinha também do próprio líder principal do partido, Francisco Xavier do Amaral, até ao seu falecimento. É também obtido financiamento dos militantes que voluntariamente contribuem para as necessidades do partido (ESE/02).

Os casos apresentados do PTD e da ASDT não são situações únicas, mas representam de alguma forma o que se encontra em todos os outros partidos.

Destaquem-se o caso dos partidos mais recentes que ainda não têm direito à subvenção pública, conforme a lei em vigor. O PLP é um dos partidos mais recentes, mas conseguiu quebrar a barreira eleitoral e, atualmente, tem o privilégio do governo através do seu líder, José Maria de Vaz Conselho, conhecido por “Taur Matan Ruak”. Como novo partido, os recursos financeiros dependem unicamente dos fundadores e dos membros do partido. As contribuições assumem formas diversas, tanto a modalidade como o valor dependem de cada pessoa. De acordo com o relatório da estrutura provisória da constituição PLP, apresentado no 1º congresso nacional, um dos maiores contributos tem o valor de US\$ 500.000,00, mas a maioria terá doado entre US\$ 20.000,00 e US\$ 30.000,00. A maioria dos membros e apoiantes dão contribuições simbólicas, sendo que alguns apenas conseguem oferecer o seu apoio moral e simpatia pelo partido.

A diversidade dos contributos dados ao partido é grande e isso implicou um conjunto de novos desafios, que se traduziram na disputa pela nomeação, quando o partido consegue ser eleito. Existe um dilema entre a capacidade profissional e a capacidade de contribuir financeiramente para o partido. O PLP enfrentou esse dilema. No entanto, o líder do partido conseguiu que as diferenças de interesse no seio do próprio partido se desfizessem, e, assim, assegurou a sua primeira experiência na vida política democrática. Este cenário do PLP, demonstra uma outra dimensão: o conflito de interesses entre os membros do partido, decorrente das diferentes contribuições de cada membro (tanto apoio material como imaterial).

A dependência que se cria no partido político pela contribuição pessoal dos seus membros e do seu líder pode, potencialmente, implicar um desvio dos interesses públicos assumidos pelo próprio partido. O interesse público que devia estar no âmago de qualquer partido político pode ser substituído por uma lógica economicista. Devido a estes acontecimentos, os politólogos, principalmente os mais apaixonados pela democracia e pela dinâmica dos partidos, como é o caso de Katz & Mair (2009), apresentam a proposta do *Partido Cartel*, como uma nova tipologia partidária na democracia contemporânea. A sua premissa será a de assegurar o interesse público nos partidos e o concretizar de uma democracia representativa.

CAPÍTULO 6
PARTIDOS POLÍTICOS E DEMOCRACIA
REPRESENTATIVA EM TIMOR-LESTE

6.1. Performance da Política Representativa Parlamentar

A emergência da democracia contemporânea enfrenta vários obstáculos, talvez até um colapso. Está em causa a representatividade política e, por conseguinte, a realização da soberania popular. Timor-Leste não está livre deste enorme flagelo. Este panorama, que caracteriza uma grande parte da democracia representativa, está enquadrada por um modelo competitivo (Schumpeter, 1961; Dahl, 1991; 1994; 1997), e por um modelo deliberativo (Habermas, 2001; Pateman, 1992; Taylor, 2000). Será da maior relevância compreender a realidade política da representação parlamentar dos partidos políticos em Timor-Leste, onde os partidos políticos assumem o papel de facilitar e promover a participação política dos cidadãos, estabelecendo a ligação entre os governados e os governantes enquanto elementos do Estado.

Numa tentativa de compreender a política de representação parlamentar dos partidos políticos, Ana Maria Belchior argumenta que “(...) entre os atores fundamentais no processo democrático, os partidos políticos são o principal canal formal que liga a vontade do povo à sua representação no parlamento.” (Belchior, 2008, p. 459). Assim, os partidos políticos participam no processo eleitoral, de forma a conseguirem ter representantes no Parlamento Nacional. No entanto, mais importante ainda será o papel desempenhado enquanto intermediários no processo político, estabelecendo uma ponte entre a política e as instituições, entre a política e os grupos de interesses, entre a política e os padrões (Putnam, 1976; Dalton, 1985). Para além disso, “o ato eleitoral fornece uma base para avaliar a congruência entre cidadãos e elites” (Dalton, 1985, p. 278). De facto, “o objetivo geral dos partidos políticos será o de assumir a sua função de representação política, gerando afinidade e proximidade ideológica com seus eleitorados, para que os cidadãos se aproximem dos partidos” (Belchior, 2008, p. 459).

Os partidos políticos assumem a sua responsabilidade em relação aos elementos democráticos, possuindo um papel no recrutamento das elites políticas e representando os eleitores. Será dever de qualquer partido manter o contacto com os eleitores e corresponder às expectativas que estes possam ter em relação a um partido em particular. Deste modo entende-se que os partidos políticos modernos estão em

condições de terem uma democracia representativa (Daalder, 2007). Weber considera as “organizações partidárias como componentes da democracia, requerendo o direito do voto, extensivo às massas, e à necessidade de recrutar e organizar os eleitores” (Weber, 2000, p. 58).

A Constituição da República Democrática de Timor-Leste determina que o Parlamento Nacional é um dos quatro órgãos de soberania do País que representam todos os cidadãos timorenses, com poderes legislativos, de fiscalização e de decisão política. Neste mandato constitucional exprime-se o princípio político da democracia representativa que encontra o seu eixo fundamental no Parlamento Nacional, como órgão legislativo eleito pela vontade popular. Os partidos políticos constituem-se como instrumentos políticos e o processo eleitoral assegura a sua representatividade. A base de funcionamento dos partidos políticos reside no processo eleitoral, no recrutamento político e na articulação entre os interesses públicos e o mecanismo eleitoral, assegurando o princípio da liberdade política e do sufrágio universal.

A representação política é o princípio fundamental inspirado pela ideia de Tomas Hobbes, assinalada pela Teoria do Contrato Social que facilita o mecanismo da democracia moderna e que alarga o sufrágio universal para obter representatividade política. Na sociedade contemporânea, o cidadão elege as pessoas mais confiáveis para serem os seus representantes no processo político público, baseando-se na confiança nos partidos políticos e nos programas da campanha eleitoral. Estes devem estar em sintonia com a sua própria ideologia política. O processo de identificar e depositar confiança num determinado partido traduz-se em votos eleitorais, o que é, de facto, o mais importante para a representação e, ao mesmo tempo, constitui a base do contrato social.

Neste caso, o Parlamento Nacional de Timor-Leste, no seu papel como órgão legislador e fiscalizador da decisão política, é eleito por eleição nacional, periodicamente, em mandatos de 5 anos. De facto, o país já realizou cinco processos de eleição parlamentar, incluindo uma primeira eleição em 30 de agosto de 2001 para eleger 88 representantes que assumiram mandato na Assembleia Constituinte. Devido a constrangimentos de tempo e, também, de preferência política, uma vez terminado o

mandato constitucional, a Assembleia Constituinte transpôs-se automaticamente para o Parlamento Nacional, após a restauração da independência, como já mencionado anteriormente no capítulo 4, nos termos do artigo 167.º da Constituição.

De acordo com a Constituição da República, o Parlamento Nacional será composto por um mínimo de 52 e um máximo de 65 Deputados. No entanto, desde a primeira legislatura que são mandatados 65 membros. Sempre que algum mandato cessa, independentemente do motivo, outro é iniciado, em sua substituição. Ao processo de acesso a assento parlamentar concorrem os partidos políticos, através de um processo eleitoral conforme a lei eleitoral. Inicia-se pela apresentação dos candidatos dos respetivos partidos políticos, seguido de campanha eleitoral. Uma vez terminada a campanha e depositados os votos nas urnas, processa-se a conversão dos votos em assentos parlamentares e formação do governo pelos partidos mais votados. Caso seja necessário poderá existir uma coligação de maioria parlamentar, que permite a formação de governo. Finalmente, o governo é homologado pelo Presidente da República.

Durante quatro mandatos, os assentos parlamentares foram controlados por dois partidos: a FRETILIN, detentor da ideologia socialista/esquerda e o partido CNRT, com a sua política mais moderada num patamar ideológico socialista moderado/centro-esquerda. Excetua-se o caso da primeira legislatura em que existiu uma maioria absoluta da FRETILIN, controlando 55 dos 88 assentos parlamentares. Os outros partidos funcionam de forma complementar, como o PD, ASDT PS e, ultimamente, os novos partidos como o PLP, KHUNTO e PUDD. O PSD e a ASDT não têm representantes nos últimos três actos eleitorais (2012, 2017 e 2018), de forma a não quebrar a lei eleitoral.

Apesar de dominante a FRETILIN e o CNRT convivem democraticamente com os partidos mais pequenos. A permanência de outros partidos diminui o número de assentos parlamentares, justificando uma divergência ideológica (*cf. tabela nº 14 no capítulo 5*). Tendo em consideração a ideologia de cada partido, reconhece-se uma ideologia socialista, dividida em socialista conversadora e socialista moderada, ou seja, entre esquerda e centro-esquerda. A ideologia liberal, por sua vez, encontra-se

quase ausente deste panorama, tendo apenas três assentos na primeira legislatura e apenas um assento na eleição antecipada de 2018. Os partidos KOTA e APMT apresentam uma ideologia relacionada com os valores tradicionais. Este tipo de ideologia alcança algum progresso nos últimos dois ciclos eleitorais, depois da ausência no período legislativo de 2012/17. O partido KHUNTO, que participa na eleição de 2012, mas apenas alcança a vitória na eleição de 2017 e na eleição antecipada de 2018, formando coligação com o CNRT e o PLP, assegurando a maioria absoluta de assentos no Parlamento Nacional.

A composição dos partidos políticos com assento no Parlamento Nacional, durante e após a restauração da independência, na tabela nº 14 mostra a divisão ideológica dos partidos. No capítulo 5, tivemos oportunidade de mostrar as divergências políticas dos partidos políticos, partindo da sua base ideológica. A *Tabela nº 16* mostra a representação partidária no Parlamento Nacional e a ideologia de cada partido que o integra.

Tabela 16: Representação Parlamentar dos Partidos Políticos

Tendência ideológica	Partidos políticos	Representantes dos partidos por período legislativo				
		2002	2007	2012	2017	2018
Valores Tradicionais	KHUNTO	-	-	-	5	5
	KOTA	2	1	-	-	-
	Total	2	1	-	5	5
Socialista/ Esquerda	FRETILIN	55	21	25	23	23
	PST	1	-	-	-	-
	Total	56	21	25	23	23
Socialista moderada/ Centro-esquerda	ASDT	6	5	-	-	-
	PDC	2	-	-	-	-
	PNT	2	-	-	-	-
	PPT	2	1	-	-	-
	CNRT	-	18	30	22	21
	PUN	-	3	-	-	-
	PUDD	-	-	-	-	1
	UNDERTIM	-	2	-	-	-
	FRENTI-Mudança	-	-	2	-	1
	Total	12	29	32	22	23
Liberal moderada/ Centro-direita	PD	7	8	8	7	5
	UDC	1	-	-	-	-
	PSD	6	6	-	-	-
	PLP	-	-	-	8	8
	Total	14	14	8	15	13
Liberal/ Direita	PL	1	-	-	-	-
	UDT	2	-	-	-	1
	Total	3	-	-	-	1
Independente		1	-	-	-	-
Total de Assentos Parlamentares		88	65	65	65	65

Fonte: Elaboração própria, baseado nos relatórios da CNE.

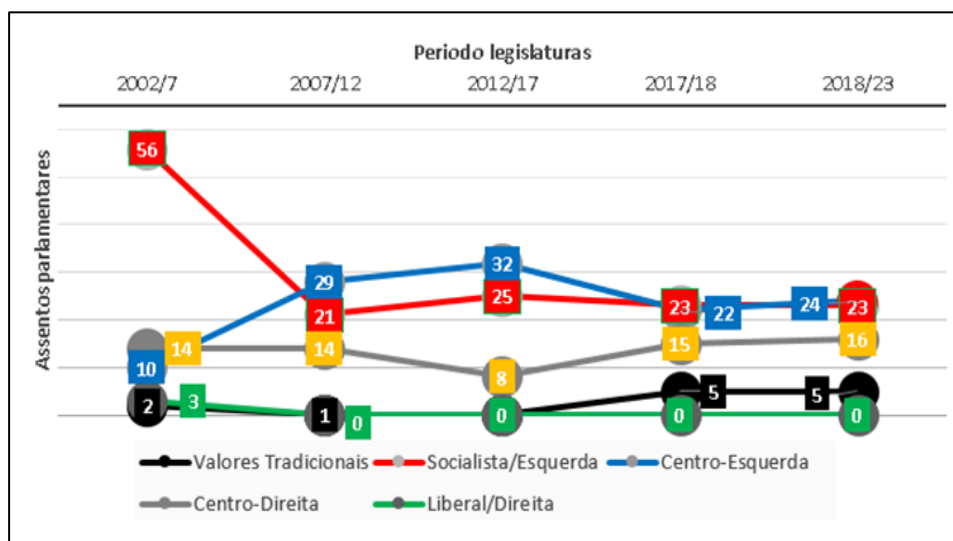
Apesar de existir um forte domínio de duas forças políticas, ambas ancoradas na FRETILIN e de corrente ideológica socialista (esquerda), tendo assumido um papel determinante desde o início da autodeterminação timorense, o CNRT surgiu anos mais tarde, assumindo uma ideologia de centro-esquerda. Como já notado no capítulo 5, este partido foi sustentado pelo carisma do seu líder, José Alexandre Kay-rala Xanana Gusmão. O seu papel centrou-se na reconciliação da unidade nacional e no desenvolvimento. O CNRT pauta-se por ter uma política moderada e de tendência ideológica socialista. Coligou-se com outros partidos liberais (centro-esquerda e centro-direita) para assegurar a formação de Governo.

Por sua vez, os partidos de ideologia puramente liberal e de valores tradicionais, apresentados na *Tabela nº 16*, perderam, quase na totalidade, a sua representação no Parlamento.

Partindo do pressuposto que os partidos políticos se assumem como organizações sociais que têm a missão de assegurar o poder do Estado, com base na consciência política e corrente ideológica. Importa compreender a realidade da representação política partidária, tendo em conta a tendência ideológica dos partidos políticos no Parlamento Nacional. Esta abordagem argumenta que o processo de deliberação política nesse órgão legislativo se alimenta da consciência e dos valores políticos. A fragmentação ideológica política em Timor-Leste durante a existência como Estado soberano, pode ser visualizada na *Figura nº 16*.

Tendo em consideração a figura no 16, é evidente a tendência socialista dos partidos políticos, embora exista uma divisão entre um socialismo conservador (esquerda) e um socialismo moderado (centro-esquerda). Obviamente, os partidos políticos que personificam uma ideologia mais conservadora, de esquerda, são a FRETILIN e o PST, apesar de este último não ter um número significativo de apoiantes. Foi a FRETILIN que assumiu um papel dominante desde a primeira legislatura, onde ocupou 55 dos 88 lugares no Parlamento Nacional. Na mesma linha ideológica, ainda que de características mais moderadas e ancorados numa ideologia de centro-esquerda encontra-se a ASDT e o PDC, sendo que este último tem menos força apoiante no início do primeiro período (2002/7).

Figura 16: Fragmentação das tendências ideológicas políticas dos partidos com representação no Parlamento Nacional desde período 2002 ate atualidade.



Fonte: Baseado na composição dos membros da bancada parlamentar conforme apresentado na *Tabela nº 16*.

Acompanhando uma política que se quer dinâmica, cinco anos mais tarde, a FRETILIN voltou a promover a ideologia socialista e desempenhou um papel muito importante no crescimento desta linha ideológica. O CNRT também cresceu, promovido pelo seu líder Xanana Gusmão.

Do lado da ideologia liberal (direita) existe uma representatividade bastante menor, quando comparada com os partidos de ideologia socialista. Tanto o APODETI, como o UDT quase estão ausentes na representatividade do processo democrático. Tal reflete a natureza de um país que acabou de sair de uma revolução, onde singrou o sofrimento e o conflito armado. Mesmo que na sua forma mais moderada, a ideologia de centro-direita está presente através do PD, PSD e PLP. Este último, um partido mais recente que, ainda assim, conseguiu representatividade no Parlamento Nacional. A linha política representada por estes partidos, demonstra ser mais flexível, participando nas várias coligações parlamentares. Tiveram uma intervenção na formação do governo de centro-esquerda, liderado por Xanana Gusmão. Por sua vez os representantes dos partidos com uma orientação ideológica voltada para os valores tradicionais, como o partido KOTA e KHUNTO, nascidos em 2015, apresentam

bastantes divergências com a ideologia socialista ou liberal. O seu lema *“Tane o Rain no Tane o Lisan”* é uma expressão em Tétum que significa “Respeitar e promover a nação e as suas tradições”.

De forma geral, a representação político-partidária no Parlamento Nacional foi bastante dinâmica, expressando as preferências políticas dos eleitores. Iniciou-se com uma maioria Socialista Conservadora (Esquerda) no 1º período legislativo, 2002/2007, ancorada no partido FRETILN, que facilitou o processo de transição e a consolidação democrática no recém-formado país. No 2º período legislativo, 2007/2012, a postura política encontra a sua estabilidade numa ideologia de centro-esquerda. Esta dinâmica política foi promovida pelo líder Xanana Gusmão, destacando o CNRT como instrumento político democrático. Foram também incluídos os partidos da corrente liberal moderada (centro-direita), como o PSD e o PD. Este último foi mais tarde revitalizado pela presença do PLP, que depositou a sua confiança no seu líder *“Tuar Matan-Ruak”*. Em termos da política de valores tradicionais inicialmente desempenhada pelos partidos KOTA e APMT, surgiu o partido KHUNTO que aumentou a força política desta ideologia. No entanto, nos períodos legislativos de 2007/2012 e 2012/17 perderem o seu representante no Parlamento Nacional. Assim, na eleição de 2017, e na eleição antecipada de 2018, os partidos políticos da corrente tradicional asseguraram cinco assentos parlamentares, enquanto nos períodos de 2002/2007 e 2007/2012 tinha tido apenas dois assentos.

Em termos gerais, e observando o processo político de duas décadas de regime democrático em Timor-Leste, pode-se avançar que existe um grande dinamismo. O processo foi condicionado pelo fenómeno política global da Guerra Fria, alimentado pela corrente ideológica socialista e liberal. Os valores tradicionais aparecem em consequência de uma sensibilização da população, e como forma de clivagem social. Depois de cinco anos de de consolidação e desenvolvimento político do jovem país, existe uma mudança de posicionamento ideológico, agora para o centro, adaptando-se o país à dinâmica política global. Existem, assim, duas novas posições. Aqueles que se identificam como socialistas moderados e de centro-esquerda, e aqueles que se identificam como liberais moderados, situando-se, no panorama político, mais ao centro, ou centro-direita.

6.1.1. Papel do Programa (da Campanha) Eleitoral em busca de uma Política Representativa

De forma geral, considera-se que a população está pouco consciente do posicionamento ideológico dos partidos políticos, como mencionado anteriormente no capítulo 5. A massa eleitoral orienta-se pela simpatia que possam nutrir em relação ao líder do partido, enquanto as elites políticas os utilizam como instrumentos para a mobilização de apoiantes. As atividades eleitorais são, legalmente, um dos instrumentos democráticos obrigatórios para que os partidos políticos possam fazer o seu percurso na captação de massa eleitoral que lhes permitam ascender ao poder do Estado.

O Estado de Timor-Leste determina que as atividades de campanha eleitoral tenham uma duração de 30 dias úteis, devendo terminar dois dias antes do dia indicado para as eleições (Artigo 28º da Lei Nº 7/2011, segundo alteração à Lei Nº 06/2006). Dessa lei resultaram melhorias significativas no processo, permitindo aos eleitores exercerem o seu direito de voto de forma mais consciente. Desta forma, a soberania popular é assegurada, no que diz respeito à eleição dos seus representantes. Todos os partidos demonstram humanidade, preocupando-se com aspetos relacionados com a saúde, a educação, a agricultura e as infraestruturas dos setores prioritários. Embora exista divergência entre os vários partidos, todos querem recuperar o atraso nos vários setores, elevando a qualidade de vida dos seus eleitores.

Recorde-se os programas eleitorais dos vários partidos no período de 2017, especificamente as entrevistas no programa *Lian Partido* realizadas pela Rádio e Televisão de Timor-Leste - empresa pública (Rttl-ep), bem como os debates públicos entre os partidos políticos no âmbito da campanha eleitoral, facilitados pelo CNE em emissão direta pela Rttl-ep. Este processo de entrevista e debates envolveu 20 partidos, os quais conseguiram obter um maior número de representantes no Parlamento Nacional.

Os partidos de ideologia liberal moderada ou de centro-direita, PLP, foram representados por Fidélis Magalhães, Vice-presidente do PLP, e porta porta-voz do partido na campanha da eleição geral legislativa 2017. De forma geral:

1. **Programa geral ou de longo prazo:** composto por segurança nacional, integridade territorial e soberania nacional; contruir um sistema económico coerente e sustentável; coesão social e democrática; reforçar a relação regional e internacional.
2. **Programa de curto prazo, com 4 componentes:** política identitária; coesão social e potenciar a economia timorense; amar a nação como processo de promover o nacionalismo.
3. **Modelo de governação integrado (Programa):** habitação; água e saneamento; nutrição; energia sustentável através da diversificação de fontes; educação como chave para uma melhor sociedade; proteção social; Estado social como chave para o desenvolvimento público; desenvolvimento económico (*E/RTTL – 10*).

Comparando com o programa político do PLP, a FRETILIN foca-se noutro modelo de programa eleitoral:

1. O partido FRETILIN tem uma política diferente, acredita num novo paradigma da Economia Social de Mercado, como estratégia mais relevante em todo processo económico nacional.
2. Compromete-se a fortalecer a economia e o emprego, aumentando o rendimento, proporcionando o financiamento às empresas e combatendo a pobreza.
3. Pretende acelerar o esforço para fortificar e modernizar o Estado, nas seguintes áreas:
 - a) Fortalecer o sistema de segurança interna e externa;
 - b) Melhorar a regularização do mercado;
 - c) Promover a descentralização administrativa ao nível do posto administrativo;
 - d) Dar maior importância à causa da mobilização dos povos (*E/RTTL-05*)

A posição socialista moderada e de centro-esquerda foi determinante para o CNRT que funcionou como mediador, impedindo a fragmentação política do país. Para assegurar o seu interesse em alcançar o poder político, o programa da campanha dessa força política apresenta-se da seguinte forma:

O partido considera que a correlação entre a paz e o desenvolvimento é uma realidade universal indiscutível. O partido CNRT governou durante 10 anos, e pretende continuar os seus programas anteriores nas eleições de 2017 a 2022, em quatro pontos principais:

- 1) Promover a paz e a estabilidade como base importante do processo de desenvolvimento, sendo estes pré-condições para todos os sectores do desenvolvimento nacional.

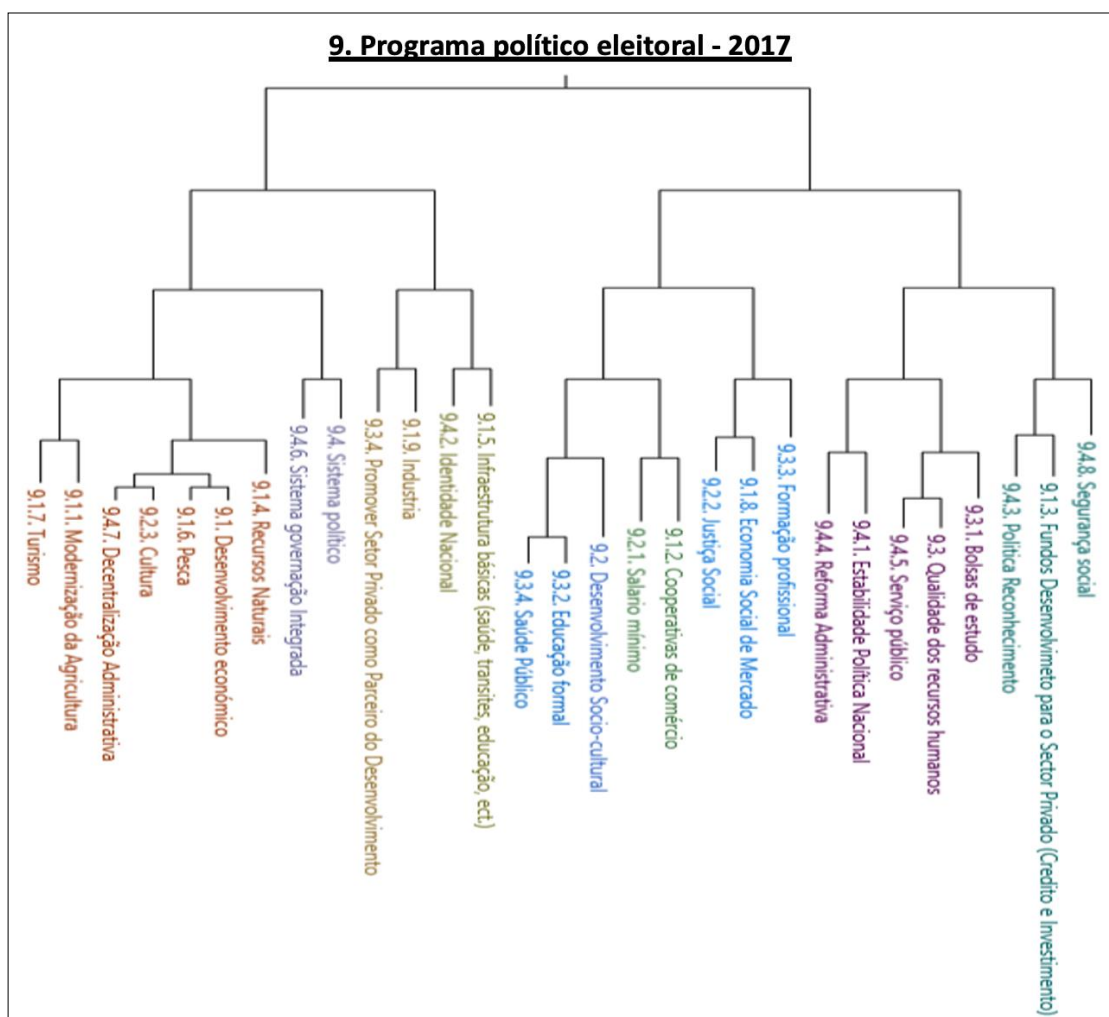
- 2) Continuar o melhoramento de infraestruturas básicas, seja nos transportes (estradas), saúde (edifícios e laboratórios), educação (edifícios das salas de aulas, incluindo laboratórios de aprendizagem), agricultura (irrigação) etc. A perspetiva política do partido é de que a infraestrutura básica é uma ponte para os vários sectores do desenvolvimento.
- 3) Promover o setor privado em parceria com governo, a participação colaborativa é mais ativa no desenvolvimento nacional.
- 4) Promover o setor industrial para proporcionar mais emprego aos jovens e fazer avançar o processo do desenvolvimento nacional (E/RTTL - 02).

Analisando o conteúdo das informações das entrevistas e debates, identificam-se quatro linhas principais dos programas da campanha deste ciclo eleitoral, nomeadamente:

- 1) **Sistema político:** 1.1. Estabilidade da política nacional; 1.2. Identidade nacional; 1.3. Política de reconhecimento; 1.4. Reforma administrativa; 1.5. Serviço público; 1.6. Sistema governação Integrada; 1.7. Descentralização administrativa; 1.8. Segurança social.
- 2) **Qualidade dos recursos humanos:** 2.1. Bolsas de estudo; 2.2. Educação formal; 2.3. Formação profissional; 2.4. Saúde pública.
- 3) **Desenvolvimento Sociocultural:** 3.1. Salário mínimo; 3.2. Justiça social; 3.3. Cultura; 3.4. Promoção do setor privado como parceiro de Desenvolvimento.
- 4) **Desenvolvimento económico:** 4. 1. Modernização da agricultura; 4.2. Cooperativas de comércio; 4.3. Fundos de desenvolvimento para o sector privado (Crédito e Investimento); 4.4. Recursos naturais; 4.5. Infraestruturas básicas (saúde, trânsito, educação, etc.); 4.6. Pesca; 4.7. Turismo; 4.8. Economia social de mercado; 4.9. Indústria.

Para compreender o programa político da campanha eleitoral de 2017, os documentos e entrevistas na Rttl-ep foram analisados com o *software NVivo 12*, permitindo obter uma classificação baseada na similaridade, como se pode confirmar na *Figura n° 17* disponível de seguida.

Figura 17: Cluster por similaridade de codificação ao Programa Político da Campanha eleitoral dos partidos e coligação partidária que competem na eleição legislativo 2017.⁹



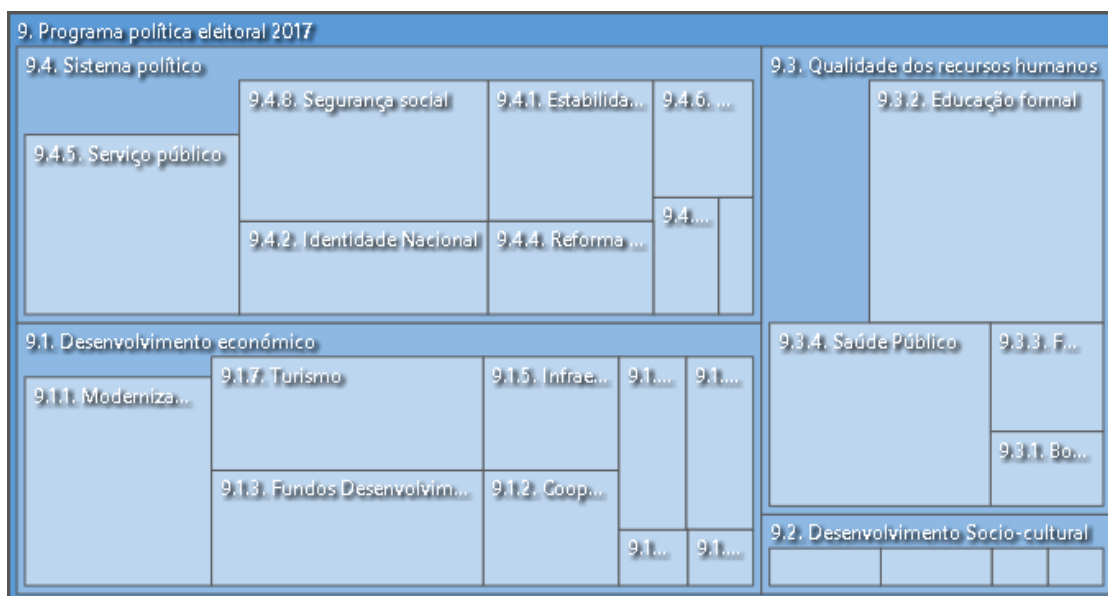
Fonte: Entrevista aos representantes partidos políticos no programa *Lian Parido Político*, da Rrtl-ep no âmbito campanha eleitoral 2017, suportada de NVivo 12.

Tendo por base a lateralização apresentada, devemos compreender a comparação entre a intensidade e a frequência da codificação dos programas políticos na campanha eleitoral de 2017, onde participaram 21 partidos políticos, como se pode confirmar na

⁹ Os partidos e coligação partidarias que apresentam os seus programas política da camphaha eleitoral 2017 devem confirma na tabela nº 2 disponível em parte Introdução.

figura nº 18 em seguinte.

Figura 18: Comparação da intensidade e frequência por cluster dos programas dos partidos políticos na campanha eleitoral 2017.



Fonte: Programas eleitorais, com recuso ao NVivo 12.

Devido às distintas classificações nos programas da campanha eleitoral de 2017, aposta-se na comparação da intensidade de cada categoria, apresentando-se a frequência e intensidade de cada categoria do programa. A ilustração na figura nº 18 evidencia o Sistema político (9.4) e Desenvolvimento económico (9.1), frequentemente apontados como a maior preocupação entre os partidos políticos. Por sua vez, as intensidades dos programas incluem o aspeto do desenvolvimento da Qualidade recursos humanos (9.3). O aspeto do desenvolvimento Sociocultural (9.2) foi muito menos considerado no programa da campanha eleitoral dos partidos políticos. Como se pode confirmar nos programas dos partidos FRETILIN, CNRT, PD e PLP, partidos com maior capacidade de representação, o sector sociocultural não surge como uma parte do programa. A identidade sociocultural foi um motivo maior, na resistência e na luta contra a política de integração indonésia. A base dessa consciência remonta à presença colonizadora de Portugal durante mais de quatro décadas, tendo-se cristalizado uma identidade timorense, diferente da sociedade

Indonésia. Os timorenses apresentam uma forte noção da sociedade portuguesa, enquanto portadora da fé cristã católica, que se junta à fé tradicional, Animismo, simbolizado na casa sacral em língua Tétum chamado “Uma Lulik”».

Os conteúdos dos programas nos aspetos socioeconómico e identidade nacional são evidenciados nos programas da campanha eleitoral de 2017. O PD, por exemplo, defende que se deve “Promover a cultura tradicional como modalidade de desenvolvimento na área turística, preservando a identidade nacional.” (E/RTTL-08).

O APMT, apesar de não ter ainda representante no Parlamento Nacional, tem por base ideológica os valores da cultura tradicionais. Este partido propõe o seu programa político da seguinte forma:

- a) Promover a identidade nacional estabelecendo a moeda própria de Timor-Leste;
- b) Promover o estilo de vida tradicional timorense como um dos meios de desenvolvimento no sector turístico;
- c) Explorar os recursos naturais não dependendo só da capacidade tecnológica moderna, mas respeitando também os valores culturais do jovem país;
- d) Continuar o processo da construção de infraestruturas básicas: estradas, edifícios escolares e de saúde, sistemas de irrigação, portos e aeroportos como condições básicas de desenvolvimento da economia nacional;
- e) Extensificação da exploração dos recursos naturais terrestres e marítimos;
- f) Modernizar o sector da agricultura para melhorar a economia nacional, principalmente nos municípios de Bobonaro, Viqueque, Manatuto Manufahi (E/RTTL-01).

Com as mesmas bases ideológicas, participam no período eleitoral geral de 2017 o partido KHUNTO que tem confiança no seu líder principal do partido José Naimori Búcar. Apesar de ser um partido novo, que enfrenta uma batalha com os partidos mais antigos, demonstra entusiasmo em defender a identidade sociocultural timorense. O mote do partido é **“Tane o rain no tane o lisan”** que significado “Valorizar o que é seu e a sua tradição”. De fato, KHUNTO foi um dos partidos políticos de base ideológica tradicionalista que consegue ter representação no Parlamento Nacional, em 2017, com força política para controlar 7,7 % dos assentos parlamentares, ou seja, 5 deputados de entre os 65 membros do Parlamento. Essa conquista continua a prevalecer na legislatura de 2018-2023, assumindo uma posição determinante na

formação do VIII Governo, liderado pelo Primeiro-Ministro, Taur Matan Ruak. Esta conquista resultou da luta na campanha eleitoral de 2017.

As linhas gerais do programa eleitoral do partido KHUNTO focam-se no “Investimento do capital social e proteção civil”. Enquadram-se nas várias divisões sectoriais, de modo mais específico:

- I. Melhorar o setor da educação, que considera como a chave do desenvolvimento da nação. As prioridades são:
 - a) Educação gratuita para todos até ao ensino universitário;
 - b) Revisão dos currículos de ensino;
 - c) Dignificar o corpo docente e assegurar a qualidade do ensino;
 - d) Facilitar o apoio da aprendizagem, tal como laboratórios, bibliotecas, etc.
- II. Melhorar o sistema de saúde nacional com assistência adequada à população, para que seja um agente do desenvolvimento nacional.
- III. Melhorar o sistema de assistência social:
 - 1) Apoiar os deficientes em saúde, educação, formação própria para deficientes e promover subsídios necessários;
 - 2) Aumentar o subsídio de idosos de US\$ 30 para US\$ 80 por mês;
 - 3) Promover assistência aos familiares dos veteranos e aos combatentes da libertação;
 - 4) Promover assistência às crianças e jovens como futuro da nação;
 - 5) Promover igualdade de género em todo o tipo de desenvolvimento.
- IV. Promover e valorizar a cultura dos timorenses, sobretudo preservar a cultura “*uma luluik sira*” (casa sacral/tradicional de Timor), através do Dia Nacional da Cultura;
- V. Efetuar uma boa governação, prevenir a corrupção através do mecanismo de juramento dos governantes no “Foho Ramelau” «designado será de Ramelau» por fé dos timorenses;
- VI. Promover a segurança e a defesa;
- VII. Melhorar o setor agrícola;
- VIII. Melhorar as relações bilaterais, regionais e internacionais (*E/RTTL /07*).

6.1.2. Leitura da base social dos eleitorados de acordo com a ideologia política no Parlamento Nacional

Para compreender a política de representação parlamentar dos partidos políticos é necessário focar na capacidade demonstrada pelas elites partidárias em identificar os seus principais valores e a própria ideologia político-partidária. A permanência na ideologia política, na vida político-partidário, é fulcral para organizar os seus percursos pelo poder do Estado, através de processo eleitoral. A política de

representação parlamentar resulta da habilidade das elites em identificar valores que possam ser transformados num programa político a ser utilizado na campanha eleitoral, como forma de contrato social para obter o apoio dos eleitores.

Tabela 17: Fragmentação ideológica dos eleitores por municípios

Tendências ideológicas	Ciclo eleitoral	Disposição dos votos validos por categoria tendência ideologia dos partidos políticos por Município													Totais votos/ Tendências ideológicas
		Aileu	Ainaro	Baucau	Bobonaro	Cova lima	Díli	Érmera	Lautem	Liquiçá	Manatuto	Manufahi	Oecússi	Viqueque	
Valores tradicionais	2001	534	1.211	766	743	224	832	842	440	485	390	177	588	503	7.735
	2007	1.012	4.066	702	790	568	1.329	1.265	301	848	527	663	359	864	13.294
	2012	1.500	2.641	2.021	1.879	1.113	2.289	2.660	1.015	1.217	1.255	856	655	1.321	20.422
	2017	2.517	4.813	4.195	3.948	2.343	5.140	4.975	1.274	3.675	2.794	2.363	1.315	2.564	41.916
	2018	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Socialista	2001	3.829	5.821	36.691	17.982	13.241	45.198	12.654	15.029	15.821	8.485	9.468	9.030	21.165	7.014
	2007	1.604	2.449	31.606	6.222	6.868	18.204	6.294	12.311	3.001	3.333	4.902	7.724	20.026	124.574
	2012	3.208	3.907	28.452	8.585	7.504	26.694	12.216	12.750	7.477	2.290	8.129	7.180	21.092	149.484
	2017	6.591	5.718	26.912	10.543	7.253	35.223	11.515	12.568	8.431	5.788	6.795	14.110	21.569	173.016
	2018	6.975	5.939	35.612	14.185	8.896	45.206	14.988	15.394	10.834	5.737	8.900	10.831	27.322	158.029
Socialista Moderada	2001	8.348	7.532	2.320	3.421	15.072	9.945	4.442	1.694	1.849	3.242	5.345	3.304	1.726	55.029
	2007	13.714	11.311	15.732	21.730	10.819	52.690	23.365	9.397	16.153	9.562	10.558	14.884	9.336	219.751
	2012	13.468	2.565	19.620	18.845	11.054	59.331	24.385	7.854	14.373	10.665	9.245	16.147	7.585	215.137
	2017	11.456	11.016	8.347	18.339	11.850	51.158	25.250	9.675	13.601	9.776	11.814	13.151	8.851	204.284
	2018	386	703	216	308	202	546	1.000	86	346	125	150	153	265	4.486
Liberal	2001	328	1.188	1.262	668	470	2.443	2.035	746	485	772	319	2.379	1.680	14.775
	2007	136	264	191	372	100	494	918	191	223	322	201	169	142	3.753
	2012	200	903	431	678	120	314	850	153	341	325	338	69	203	4.925
	2017	405	910	578	1.145	593	1.571	3.060	140	651	424	473	466	493	10.909
	2018	386	703	216	308	202	546	1.000	86	346	125	150	153	265	3.486
Liberal Moderada	2001	1.075	4.248	3.238	7.828	5.433	7.557	16.101	5.121	3.048	2.793	1.065	7.291	2.299	65.607
	2007	1.256	3.139	1.898	7.823	5.314	6.238	9.593	4.477	3.134	2.544	2.428	4.457	1.941	54.232
	2012	2.052	5.586	3.538	7.814	7.364	3.113	5.882	6.872	5.163	3.128	3.762	6.784	3.968	65.026
	2017	4.039	8.168	22.870	13.250	10.475	25.133	12.470	8.157	7.804	5.844	5.419	6.732	6.323	136.684
	2018	1.473	3.906	3.370	8.795	6.855	6.886	8.203	5.451	771	2.242	2.521	2.583	2.390	55.446

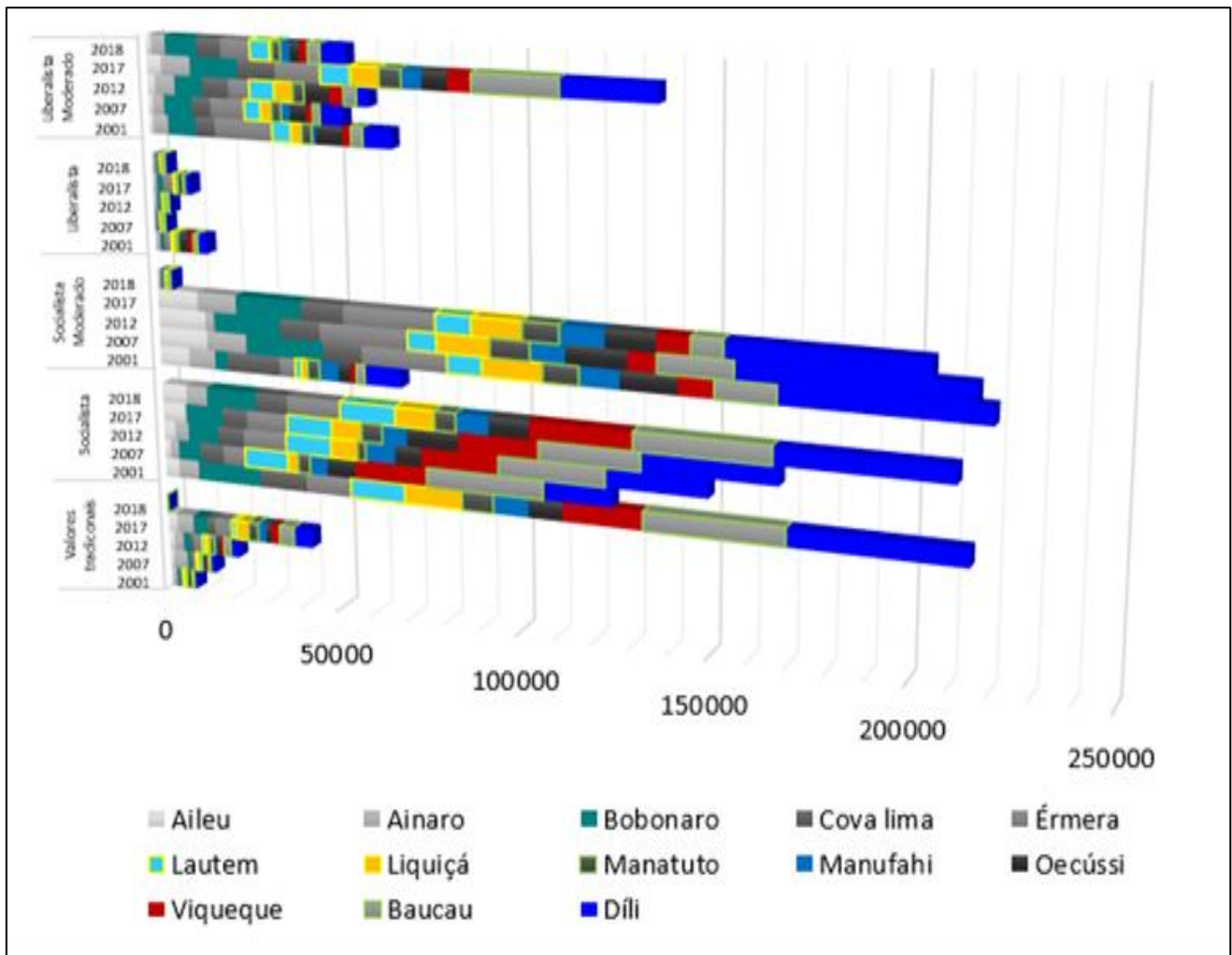
Fonte: Adaptado de Gomes, 2012; CNE, 2015; Fischer, 2020.

Com base neste pressuposto, importa compreender o mapeamento das bases sociais dos eleitores, tendo em conta as suas tendências ideológicas, por município durante cinco ciclos eleitorais, nomeadamente as eleições gerais de 2001, 2007, 2012, 2017, e a eleição geral antecipada de 2018. Deste ensaio resultou um cenário que

permitiu entender a disposição das bases sociais eleitorais dos partidos políticos, seja daqueles que têm, ou não, representantes no Parlamento Nacional. O estudo sobre as tendências ideológicas dos partidos políticos está apresentado na Tabela nº 14 no capítulo 5 e a representatividade partidária por tendência ideológica está disponível Tabela nº 17 e Figura nº 19 em seguinte.

Com base nos dados apresenta na *Tabela nº 17*, de forma resumida, disponibiliza-se *Figura nº 19* em seguida.

Figura 19: Mapeamento da fragmentação ideológica dos eleitores por municípios



Fonte: Adaptado de Gomes, 2012; CNE, 2015; Fischer, 2020.

O panorama desta distinção compreende características dos eleitores que mostram valores políticos e posicionamento ideológico, contribuindo para a representação dos partidos políticos, por cada período legislativo, desde 2002/7, 2007/12, 2012/17, 2017/18, 2018 e que termina em 2023.

De acordo com disposição data na *Tabela nº 17* e a *Figura nº 19*, compreende-se o posicionamento da base social dos eleitores, por fragmentação ideológica (Duverger, 1951), dos 13 municípios, como uma das pressuposições sociológicas da gênese representativa dos partidos políticos. Este estudo foca-se na divisão administrativa municipal, como forma de divisão geográfica, rural e urbana (Lipset & Rokkan, 1967). Tentando encontrar fatores explicativos para o comportamento eleitoral, André Siegfried (1964) desprende-se do fator geográfico e populacional. Col & Mounier (1976) salientam que “as opiniões estão sujeitas a uma repartição geográfica, que há climas políticos como há climas naturais. Este facto levou-o a comparar mapas de resultado eleitorais com mapa físicos, humanos e económicos” (Col & Mounier, 1976). Os municípios apresentam diferentes características socioculturais e económicas, contribuindo para o engajamento político-partidário, bem como para a orientação das atitudes eleitorais.

Com base nas experiências eleitorais, durante quase duas décadas no processo de consolidação democrática de Timor-Leste, os eleitores identificam-se com diferentes ideologias, apresentando uma maior preferência pela ideologia socialista, quer esta seja de caráter mais conservador (esquerda) e de socialista moderado (centro-esquerda), como aconteceu nos dois últimos ciclos eleitorais. A posição ideológica liberal teve dificuldades em encontrar apoiantes e simpatizantes em todos os municípios. Os liberais moderados ainda apresentam menos apoiantes. Por outro lado, os eleitores demonstraram preferência pelos valores tradicionais, aumentando a sua presença com o partido KHUNTO. Este novo partido participou em três períodos eleitorais. Em 2012 e 2017 o partido KHUNTO apresentou-se sozinho a eleição, mas em 2018 fez uma coligação com AMP e mais dois partidos de ideologia centro, o CNRT de centro-esquerda e o PLP de lado centro-direita. O KHUNTO reconquista a corrente política tradicional que tinha sido defendida pelo partido KOTA e APMT.

De forma geral, a representação política parlamentar é fortemente alimentada por uma base social de eleitores que se identifica com uma ideologia socialista: conservador/esquerda, socialista moderada/centro-esquerda. Esta posição acaba por ter como consequência uma forte representação da FRETILIN e do CNRT (socialista moderada/centro-esquerda). Os distritos da parte Leste de Timor (Lautem, Viqueque e Baucau) têm um forte peso na eleição da FRETILIN, principalmente nos mais recentes três processos eleitorais. Os restantes municípios apresentam maior preferência pelo CNRT.

De forma geral, pode observar-se que os eleitores estão espalhados pelos diversos municípios com alguma proporcionalidade, ou seja, a preferência ideológica política não se pode aferir através das regiões administrativas municipais. Os municípios de Cova Lima apresentam preferência pela FRETILIN na eleição 2007, e na parte Leste os municípios Lautem, Viqueque e Baucau desde a primeira eleição 2001 até à mais recente eleição de 2018. Na eleição geral de 2001 todos os distritos (atualmente municípios) votaram maioritariamente na FRETILIN e apenas no distrito de Aileu a ASDT ganhou a maioria dos votos.

Entretanto, outros municípios são mais dinâmicos no que diz respeito à mudança de ideologia partidária na eleição geral 2007. No município de Manatuto, na eleição de 2001, a maior parte dos votos foi para a FRETILIN, mas desde o período eleitoral de 2007, até 2018, a ideologia mudou para o centro-esquerda. Esta mudança ocorreu pelo surgimento do CNRT que consegue captar mais eleitores devido ao seu carismático líder, Xanana Gusmão, uma vez que o líder nasceu neste município.

Os municípios que estão na parte centro, de etnia Mambai, nomeadamente o município de Aileu, Ainaro e Manufahi, votou maioritariamente na coligação social-democrata (CSD), composta pelo ASDT e PSD, uma vez que o líder do ASDT, Francisco Xavier do Amaral, pertence a uma elite local tradicional (Liu-rai) desta região, especificamente de posto administrativo Turiscai. Por sua vez, o município de Érmera, geograficamente situado no centro, votou maioritariamente no PD, uma vez que ideologicamente se identifica como liberal moderado/centro-direita.

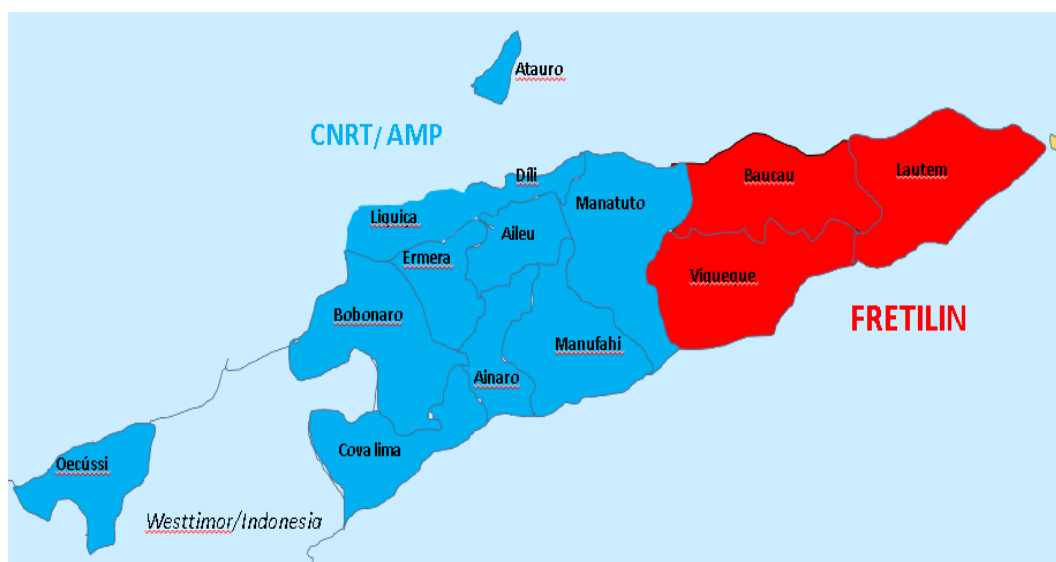
A ilustração das mudanças de preferências políticas dos eleitores, que alimentam a composição da representação parlamentar, estão apresentadas no mapa eleitoral, na Figura 20 e 21 (cf. Tabela nº 17 & Figura nº 19).

Figura 20: Mapa político eleitoral 2007 - partido mais votado por município



Fonte: Adaptado de Fischer (2007).

Figura 21: Mapa político eleitoral 2017-2018 - partido mais votado por município



Fonte: Elaboração própria, com base no relatório da CNE 2017 & 2018.

6.2. Sistema Eleitoral e o Mecanismo de Conversão de Votos em Assentos Parlamentares

A política para conseguir a representação popular no Parlamento Nacional tem a sua origem no processo eleitoral democrático, que envolve os partidos políticos e os independentes, através das suas disponibilidades na apresentação de candidaturas.

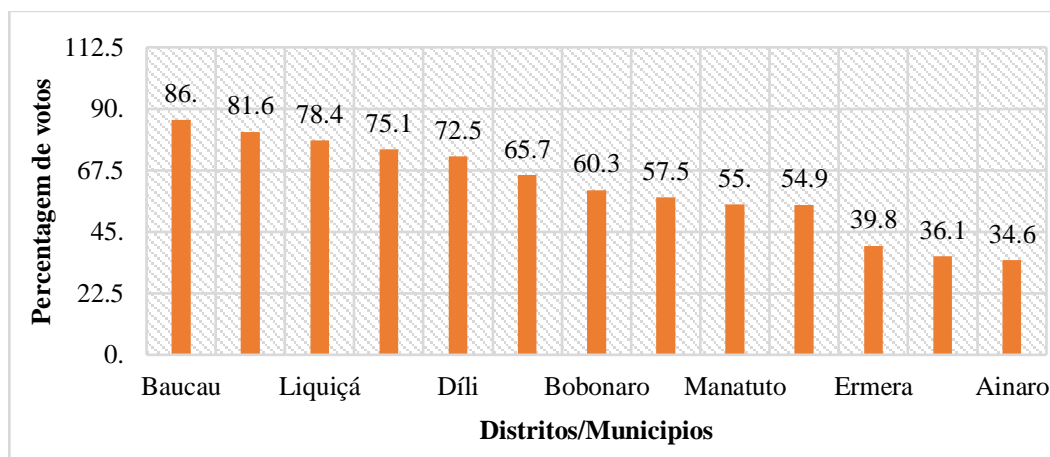
O processo eleitoral parlamentar decorre a cada cinco anos. Desde 2001 a 2018 foram efetuados dois sistemas eleitorais: o sistema eleitoral misto foi implementado na eleição geral para Assembleia Constituinte, no dia 30 de Agosto de 2001, e o sistema de representação proporcional foi implementado nos quatros seguintes atos eleitorais, para a eleição legislativa geral de 2007, 2012, 2017 e a eleição antecipada de 2018.

6.2.1. Sistema de Representação Mista

A experiência do processo democrático timorense reside num *Sistema eleitoral misto*, realizado na primeira eleição de 2001 para eleger 88 timorenses capazes de assumir um papel fundamental na Assembleia Constituinte, depois transferidos para o Parlamento Nacional, durante o primeiro período legislativo de 2002. Nesta ocasião, em 12 distritos com círculos eleitorais, foram escolhidos os representantes utilizando o sistema de maioria relativa (*first-past-the-post*), enquanto para os representantes nacionais foi utilizado o sistema de representação proporcional.

Num sistema de maioria relativa, os candidatos com mais votos são eleitos. Caso exista empate em alguns ciclos distritais, sem que nenhum candidato obtenha a maioria, a decisão é feita por sorteio com uma moeda (artigo 36 reg. UNTAET 2001/2). Portanto, “o candidato que obtiver mais votos ganha o mandato em disputa” (Lopes & Freire, 2002, p. 105). Os resultados apontam para a vitória da FRETILIN em 13 distritos, enquanto no distrito de Oecússi ganhou um candidato independente. A *figura no 22* apresenta os candidatos dos partidos políticos que ganharam a disputa eleitoral pelos assentos na Assembleia Constituinte e no Parlamento Nacional em 2001.

Figura 22: Distribuição de votos nos candidatos vencedores, por maioria relativa e por distritos em 2001 (em %)



Fonte: Baseado no relatório da CNE relativo ao resultado eleitoral de 2001.

Enquanto para os representantes nacionais foi utilizada a representação proporcional, com o método de conversação de voto em lugares baseado no método *Hare*: “atribuição de mandatos pelos partidos dividem-se os respetivos totais de votos pela quota. A cada um dos partidos são atribuídos tantos lugares quanto os números inteiros correspondentes à quota. Numa segunda contagem, os mandatos restantes são atribuídos aos partidos com maiores restos” (Lopes & Freire, 2002, p. 117). E assim de acordo com Martins (2015), praticamente foi utilizada a seguinte fórmula: $X = (A/B) + C$. O “X” representa o número referido e o “A” representa o número de votos apurados para o partido político em causa; o “B” é determinado pela divisão do número total de votos válidos apurados para todos os partidos não excluindo os que tenham nomeado candidatos como representantes a nível nacional, pelo número atribuído ao partido político em causa e o valor 0 se não for atribuído nenhum assento ao partido político em causa (Reg. UNTAET 2001/2, artigo 37). Neste caso, é uma aplicação da fórmula dos maiores restos segundo a Quota de *Hare* numa circunscrição eleitoral com 75 lugares, para 16 partidos políticos e cinco independentes, que concorreram individualmente na eleição de 2001.

Tabela 18: Atribuição de assentos parlamentares em 2001, de acordo com o sistema de representação proporcional.

Partidos Políticos / Independentes	Quociente = 363.501 votos validos /75 lugares = 4,847				
	Votos obtidos	Quota Hare (A/B)	Lugares por quotas	Lugares restantes©	Total lugares (A/B)+C
FRETILIN	208.531	43,0	43	0	43
PD	31.680	6,5	6	1	7
PSD	29.726	6,2	6	0	6
ASDT	28.495	5,9	5	1	6
UDT	8.581	1,8	1	1	2
PNT	8.035	1,7	1	1	2
KOTA	7.735	1,6	1	1	2
PPT	7.322	1,5	1	1	2
PDC	7.181	1,5	1	1	2
PST	6.483	1,3	1	0	1
PL	4.013	0,8	0	1	1
PDCT	2.413	0,5	0	1	1
APODETI-Pro Referendo	2.181	0,4	0	0	0
PTT	2.026	0,4	0	0	0
PARENTIL	1.970	0,4	0	0	0
PDM	1.788	0,4	0	0	0
Domingos Alves	1.492	0,3	0	0	0
Daniel da Silva Ramalho	1.412	0,3	0	0	0
Maria D. Fernandes	947	0,2	0	0	0
Total	363.501	100	66	9	75

Fonte: Relatório da CNE sobre a eleição de 2001.

De acordo com sistema eleitoral misto e o mecanismo de atribuição de votos obtiveram-se 88 (oitenta e oito) lugares no Parlamento Nacional no período da 1ª legislatura (2002-2007), composto por deputados nacionais (65 lugares) e representante distritais (13 lugares). Assim, a composição dos assentos parlamentares neste período pode ser confirmada na *Tabela nº 19*.

6.2.2. Sistema de Representação Proporcional

Após cinco anos de 1ª legislatura, a consolidação democrática foi evoluindo de forma bastante positiva, enfrentando grandes desafios, quer económicos, quer sociais, e, até mesmo, em termos de segurança interna. A crise político-económica de 2006 espelha a insatisfação relativamente aos direitos de igualdade socioeconómica. Desde o início da 2ª legislatura (2007-2012), até à última eleição de 2018, ocorreram mudanças no sistema eleitoral, para o sistema de Representação Proporcional (RP). A sua

finalidade é aprofundar o processo de representatividade parlamentar dos partidos políticos.

Tabela 19: Atribuição de Assentos Parlamentares - 1ª legislatura 2002-2007

Partidos Políticos	Lugares por representação maioria relativa distrital	Lugares por representação proporcional nacional	Total de lugares preenchidos por cada partido
FRETILIN	12	43	55
PD	0	7	7
PSD	0	6	6
ASDT	0	6	6
UDT	0	2	2
PNT	0	2	2
KOTA	0	2	2
PPT	0	2	2
PDC	0	2	2
PST	0	1	1
PL	0	1	1
PDCT	0	1	1
Independente	1	0	1
Total	13	75	88

Fonte: Elaboração própria baseada no relatório da CNE, sobre o resultado eleitoral de 2001.

Além do aumento do número de partidos, a opção pelo sistema de Representação Proporcional reside no afastamento das representações distritais e nos candidatos independentes, como tinha acontecido na eleição de 2001. Este sistema significa que a proporção de obtenção de mandatos de um partido no Parlamento depende da percentagem de votos obtidos, por cada partido, a partir dos votos válidos nas eleições. Na sua pretensão político-partidária, o sistema de Representação Proporcional “pretende uma forte aproximação entre a percentagem de votos de cada partido e correspondente percentagem de mandatos.” (Lopes & Freire, 2002, p. 101)

Em virtude do uso do sistema de Representatividade Proporcional, o Parlamento passa a ser eleito através de um círculo eleitoral único. A conversão dos votos em mandatos foi implementada através do método D’Hondt, uma vez que a cláusula de barreira eleitoral (2007 e 2012) aplica 3% de votos válidos. Segundo Lopes & Freire (2002), cláusula de barreira significa que:

Determinação legal quanto ao nível mínimo de apoio que um partido precisa de obter para aceder à representação parlamentar, geralmente ex-presso em termos de percentagem de votos, mas por vezes também em numero de lugares. (Lopes & Freire, 2002, p. 99).

Porém, na prática eleitoral em Timor-Leste, o cenário de votos válidos varia em função da percentagem. De fato, na eleição de 2007 e 2012 foram aplicados 3% de votos válidos, e na eleição de 2017 e na de 2018 o cálculo de barreira aumenta para 4%. Isto significa que a cláusula de barreira determina a percentagem mínima de votos que cada partido deve obter para aceder à representação parlamentar.

A aplicação da barreira eleitoral limita os partidos menos votados no acesso ao Parlamento. O efeito da aplicação da barreira eleitoral implica que haja um mínimo de dois lugares (para a barreira dos 3%) ou de três lugares (para a barreira dos 4%), em relação ao total de votos válidos na referida eleição. Evidentemente, os partidos com menos capacidade de atração de votos, foram excluídos devido à barreira eleitoral. Ainda que a implementação da barreira eleitoral implique a perda do direito a ter representante do partido, quem não conseguir ultrapassar o quociente da barreira, não tem direito a mandatos.

Nas tabelas seguintes mostramos os partidos que ultrapassaram a barreira eleitoral. O resultado eleitoral deve ser calculado como apresentado nas tabelas seguintes.

Tabela 20: Cláusula de barreira de 3% e 4%, nas eleições parlamentares de 2007 - 2018

Período Eleitorais	Votos Válidos	Valor de Barreira	Valor Mínimo Atribuição normal	Valor Limite Atribuição de mandatos	Mínimo de lugares no PN
2007	415.604	12.468 (3%)	6.394	5.565	2
2012	471.419	14.143 (3%)	7.253	5.636	2
2017	471.418	18.857 (4%)	7.253	7.309	3
2018	635.116	25.405 (4%)	9.771	9.107	3

Fonte: Elaboração própria com base nos resultados eleitorais (CNE).

Com base no cálculo de barreira mencionado, admite-se a concertação dos votos conseguidos pelos partidos políticos nos três ciclos das eleições parlamentares, como evidenciado posteriormente em cada período eleitoral.

A participação dos partidos políticos encontra-se no seu máximo, demonstrando o desejo de se verem representados. No entanto, metade dos partidos foram excluídos devido à aplicação 3% de barreira eleitoral. Evidentemente, dados em tabela nº 21 demonstra a perda do direito de representatividade pelos partidos PNT e PDRT, na eleição de 2007, embora os partidos mencionam obter votos maior de valores limites dos partidos que ultrapassam a barreira eleitoral aplicada

Tabela 21: Atribuição de mandatos aos partidos políticos na eleição parlamentar de 2007.

Partidos políticos & Coligação dos Partidos Políticos	Quociente barreira 3% = 12,468			
	Votos	% Votos	Lugares	Valor limites
FRETILIN	120.592	29,02	21	5.742
CNRT	100.175	24,10	18	5.565
ASDT-PSD	65.358	15,72	11	5.942
PD	46.946	11,30	8	5.868
PUN	18.896	4,55	3	6.299
AD: KOTA-PPT	13.294	3,20	2	6.647
UNDERTIM	13.247	3,19	2	6.624
PNT	10.057	2,42	0	-
PDRT	7.718	1,86	0	-
PR	4.408	1,06	0	-
PDC	4.300	1,03	0	-
PST	3.982	0,96	0	-
UDT	3.753	0,90	0	-
PMD	2.878	0,69	0	-
Total	415.604	100	65	

Fonte: Elaboração própria, com base no resultado eleitoral de 2007 (CNE).

Deste paradoxo, a eleição parlamentar de 2012 representa a maior diminuição em termos de pluralidade da representação política parlamentar. A maioria dos partidos (17) que participam nessa eleição não ultrapassa a barreira dos 3%, não tendo oportunidade de ter assento no Parlamento Nacional, como se comprova na tabela nº 22. Para clarificar o processo de atribuição de votos aos mandatos parlamentares baseado no método D'Hondt, apresenta-se na tabela sobre o mecanismo de atribuição votos eleitores ao mandato Parlamento Nacional (cf. Anexo nº 5).

A conversão de votos eleitorais em lugares no parlamento demonstra a perda do direito de representatividade pelos partidos KHUNTO, PST, PSD, PDN, ASDT e UNDERTIM que obtiveram um número considerável de votos, não têm direito a atribuição de mandatos, uma vez que não ultrapassam a barreira eleitoral. Assim, existe uma incapacidade de realizar o mandato constitucional, assegurado pelo direito à liberdade e à pluralidade partidária. A situação agrava-se no período de 2017 e 2018, quando a barreira eleitoral passa para os 4%.

Tabela 22: Atribuição de mandatos aos partidos políticos, na eleição parlamentar de 2012.

Partidos políticos/Coligação dos Partidos Políticos	Quociente barreira 3% = 14,143			
	Votos	% Votos	Lugares	Valor Limite
CNRT	172.908	36,68	30	5.764
FRETILIN	140.905	29,89	25	5.636
PD	48.579	10,30	8	6.072
FRENTE-Mudança	14.648	3,11	2	7.324
KHUNTO	13.822	2,93	0	-
PST	11.379	2,41	0	-
PSD	10.158	2,15	0	-
PDN	9.386	2,00	0	-
ASDT	8.488	1,80	0	-
UNDERTIM	7.042	1,50	0	-
UDT	5.332	1,13	0	-
PR	4.270	0,91	0	-
Coligação: PLPA-PDRT	4.011	0,85	0	-
APMT	3.978	0,84	0	-
PUN	3.191	0,68	0	-
BP: PMD-PARENTIL	3.125	0,66	0	-
AD: KOTA-PTT	2.622	0,56	0	-
PTD	2.561	0,54	0	-
PDL	2.223	0,47	0	-
PDP	1.904	0,40	0	-
PDC	887	0,19	0	-
Total	471.419	100	65	-

Fonte: Elaboração própria, com base no resultado eleitoral de 2012 (CNE).

No processo da eleição legislativa de 2017 e na eleição antecipada de 2018, existe uma alteração que aumenta o desafio dos partidos políticos, para serem representados no órgão legislativo do país. Por um lado, temos a barreira eleitoral que foi aumentada dos 3 para os 4%, devido à alteração da Lei de Eleição do Parlamento Nacional (2006, alterada em 2011, 2012 e 2017). Por outro lado, o número de partidos

políticos concorrentes, no processo da eleição, ainda sofre um aumento: 21 partidos políticos.

De facto, o resultado da eleição demonstra que a maioria dos partidos concorrentes não têm capacidade eleitoral para quebrar a barreira estabelecida. Apenas cinco partidos detêm a capacidade de controlar os lugares no Parlamento. Tal significa uma grande perda em termos de pluralidade política, o que vai contra os princípios democráticos orgulhosamente estabelecidos na constituição da democracia do país. Isto é, significa uma grande perda da pluralidade política no contexto da democracia representativa que foi orgulhosamente privilegiado na Constituição. Os resultados destes desafios podem ser analisados nas tabelas 21, 22, 23 e 24.

Tabela 23: Atribuição de lugares por Partidos Políticos, na eleição legislativa de 2017

Nº.	Partidos políticos/Coligação Pré-eleitoral dos Partidos Políticos	Quociente barreira 4% = 18.857			
		Votos	% Votos	Lugares	Valor limite
1.	FRETILIN	168.480	33,16	23	7.325
2.	CNRT	167.345	32,94	22	7.607
3.	PLP	60.098	11,83	8	7.512
4.	PD	55.608	10,95	7	7.944
5.	KHUNTO	36.547	7,19	5	7.309
6.	PUDD	15.887	3,13	0	-
7.	UDT	11.255	2,22	0	-
8.	FRENTI-Mudança	8.849	1,74	0	-
9.	PEP	6.775	1,33	0	-
10.	APMT	5.461	1,08	0	-
11.	PEP	5.060	1,00	0	-
12.	PST	4.891	0,96	0	-
13.	PSD	4.688	0,92	0	-
14.	PR	3.951	0,78	0	-
15.	PDN	3.846	0,76	0	-
16.	CASDT	2.330	0,46	0	-
17.	PDP	2.079	0,41	0	-
28.	PDC	1.764	0,35	0	-
19.	PLPM	1.332	0,26	0	-
20.	UNDERTIM	1.216	0,24	0	-
21.	PTD	661	0,13	0	-
Total		508.025	100	65	-

Fonte: Elaboração própria, com base no resultado eleitoral de 2017 (CNE).

Baseado na alocação de votos ao assento parlamentar, apresentada na tabela nº 23, evidencia-se que a maioria dos partidos concorrentes na eleição legislativa de 2017 perderam a oportunidade de ter representantes no Parlamento Nacional, por não terem obtido votos dos eleitores suficientes que permitissem ultrapassar a barreira eleitoral

dos 4%. O PUUD, UDT e FRETI-Mudança não alcançaram qualquer mandato, não tendo direito a colocar um seu representante na legislatura, devido às regras em vigor.

Em observância dessa realidade, há uma política de inconsistência constitucional, mas resguardada pelo objetivo da cláusula que é o de evitar a fragmentação parlamentar. O princípio democrático da liberdade de expressão e de organização não vê resultados, uma vez que não atingem o número de votos suficientes para a representatividade na legislatura. Com essa intenção, os partidos que têm poder no Parlamento aumenta a barreira eleitoral 3% para 4%, de forma a diminuir a fragmentação parlamentar. Esta decisão política vai contra os princípios da liberdade, da igualdade e do respeito pela pluralidade democrática.

Tendo a experiência da eleição de 2017, os partidos começaram a estabelecer coligações, na tentativa de alcançarem a representatividade na eleição antecipada de 2018. A referida eleição resultou de uma dissolução do Parlamento Nacional empreendida pelo Presidente da República. A razão prendia-se com a grande instabilidade vivida no país e no desempenho institucional deste órgão legislativo.

Como se pode observar, os partidos com menos votos (na eleição anterior) constituíram coligações, não só para alcançarem a representatividade, mas também para o alcançar de uma possível maioria absoluta no Parlamento. Quatro coligações surgiram entre os doze partidos políticos existentes. Estas coligações ocorreram tanto ao nível dos partidos mais pequenos, como dos partidos maiores. Estes últimos pretendiam a maioria absoluta, de forma a viabilizar um futuro governo. A maior coligação resultou na Aliança de Mudança para o Progresso (AMP), constituída por três partidos com assento parlamentar, nomeadamente CNRT, PLP e KHUNTO. As outras coligações estabelecidas pelos partidos com menos votos foram a Frente de Desenvolvimento Democrático (FDD), com o PUUD, UDT, FRETI-Mudança e PDN. Desta forma, a coligação conseguiu quebrar a barreira eleitoral dos 4%, tendo obtido 5,49% de votos válidos. Com o resultado referido, a FDD conseguiu eleger três representantes para o parlamento neste período legislativo. As outras duas coligações não conseguiram ultrapassar a barreira dos 4% e, assim, eleger os seus representantes. Foram estas, o Movimentos pelo Desenvolvimento Nacional (MDN) assegurado pelos

partidos UNDERTIM, APMT, PLPA e MLPM com 0.72% de votos válidos e, por último, o Movimento Social Democrata (MSD) promovido pelo PSD, CASDT, PST e PDC com 0,51% dos votos válidos.

Houve ainda outros partidos que se apresentaram à corrida eleitoral, embora com um número reduzido de apoiantes. O Partido Esperança da Pátria (PEP) obteve 0,81% votos, o Partido Republicano (PR) 0,66% dos votos. A FRETILIN e o PD fizeram uma coligação e formaram governo em 2017. No entanto, esta coligação de minoria esteve na base da dissolução do Parlamento. Francisco Guterres dissolveu o Parlamento no início de 2018 e decreta uma eleição antecipada, para dia 20 de maio desse mesmo ano.

Tabela 24: Atribuição de lugares por partidos políticos na legislatura de 2018

Partidos políticos/Coligação pré-eleitoral dos Partidos Políticos	Quociente barreira 4% = 25.405			
	Votos	% Votos	Lugares	Valor limit
Aliança de Mudança para o Progresso (AMP)	309.663	53,47	34	9.107
Frente Revolucionário de Timor Leste Independente (FRETILIN)	213.234	36,82	23	9.271
Partido Democrático (PD)	50.370	8,70	5	10.074
Frente de Desenvolvimento Democrático (FDD)	34.301	5,92	3	11.435
Partido Esperança da Pátria (PEP)	5.060	0,87	0	-
Movimento pelo Desenvolvimento Nacional (MDN)	4.494	0,78	0	-
Partido Republicano (PR)	4.125	0,71	0	-
Movimento Social-democrata (MSD)	3.188	0,55	0	-
Total	579.102	100	65	-

Fonte: Elaboração própria, com base no resultado eleitoral de 2018 (CNE).

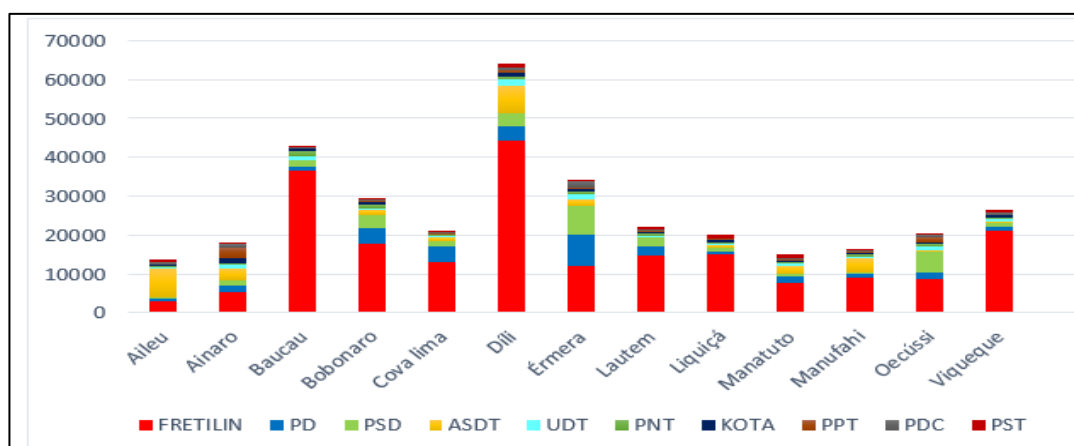
Com base na observação do sistema eleitoral e o mecanismo de transformação de votos dos eleitores em mandatos parlamentares, temos uma realidade paradoxal. Por um lado, a sociedade timorense demonstra a sua vontade de construir partidos políticos, em cumprimento dos princípios democráticos, da liberdade e da pluralidade partidária. Por outro lado, a maioria dos partidos políticos nunca alcançam a representatividade parlamentar, pela incapacidade de mobilizar apoiantes e eleitores que lhes garantam número suficiente de votos. Nestes casos, há uma quebra de confiança por parte dos eleitores em relação ao processo político de representação no Parlamento Nacional.

Os partidos que não conseguem eleger membros para o Parlamento Nacional sofrem ainda uma consequência adicional: ficam excluídos do direito ao financiamento público, de acordo com a Lei N.º 06/2008, que define o regime jurídico do financiamento dos partidos. Os partidos com assento no Parlamento Nacional têm esse privilégio, recebendo a subvenção pública, como indicado na tabela nº 15 de capítulo 5, relativo à distribuição orçamental. Desta situação resulta o facto de os representantes no Parlamento Nacional desenvolverem atividades enquadradas num programa de contacto com os eleitores, cabendo ao orçamento de Estado alocar o financiamento destinado a cada bancada parlamentar.

6.3. Análise da base social dos eleitorados - partidos com representantes no Parlamento Nacional

Como referido anteriormente, o processo de representação parlamentar, tem a sua origem na confiança que as massas eleitoras depositam nos partidos políticos de sua confiança. Este ato de confiança, na prática, é transformado em votos nos partidos, de acordo com programa da campanha eleitoral. Trata-se, portanto, de um contrato social na vida política contemporânea, sendo, igualmente, uma forma de soberania popular. Assim, os partidos políticos têm o dever de ouvir os eleitores e, a partir de tal ato, fomentar as decisões políticas. Se os desejos dos eleitores forem ignorados, estes podem depositar a sua confiança num outro partido. A massa eleitora tem uma grande importância na soberania popular. Desta forma, é deveras importante compreender o posicionamento das bases sociais eleitorais dos partidos com assento parlamentar. Tal deverá ser realizado, tendo em consideração os municípios. É evidente que, de ciclo eleitoral em ciclo eleitoral, existem alterações nas preferências políticas. Tal é resultado da dinâmica política existente entre a elite que conduz a vida do partido, como já referido no capítulo 5. As mudanças às bases sociais do eleitorado são mais prementes em relação à FRETILIN. O município de Aileu foi o único a eleger o ASDT como partido mais votado, com 7.478 de um total de 13.760 totais votos. O ASDT obteve mais de metade do total de votos, 54,35% do total de votos válidos. O mapeamento eleitoral para a Assembleia constituinte de 2001 pode ser observado na figura 23.

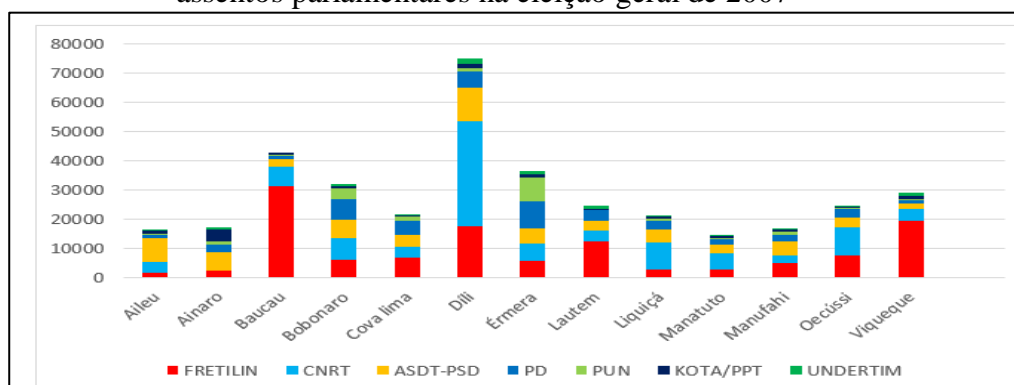
Figura 23: Representação geográfica da base social eleitoral - partidos com assentos parlamentares na eleição geral de 2001



Fonte: Adaptado do relatório da Comissão Nacional de Eleições 2001.

Apesar de ser um processo ainda novo, já se encontra um grande dinamismo, em termos de preferência eleitoral, durante a primeira legislatura. O processo eleitoral de 2007 traz uma mudança nos votos, pois o maior partido de 2001 entra em franco declínio, dividindo as bases do partido. O novo partido, CNRT, consegue ter maioria no município Díli, Manatuto, Bobonaro e Oecússi. Enquanto em Aileu, Manufahi e Ainaro vence a coligação da ASDT e PSD. Érmera é o único município que deposita simpatia no PD, conseguindo ser o partido mais votado. Os outros municípios, Cova lima, Lospalos, Viqueque e Baucau, ainda dão a maioria à FRETILIN. A mudança de composição dos votantes na eleição de 2007 está disponível na figura nº 24.

Figura 24: Representação geográfica da base social eleitoral dos partidos com assentos parlamentares na eleição geral de 2007

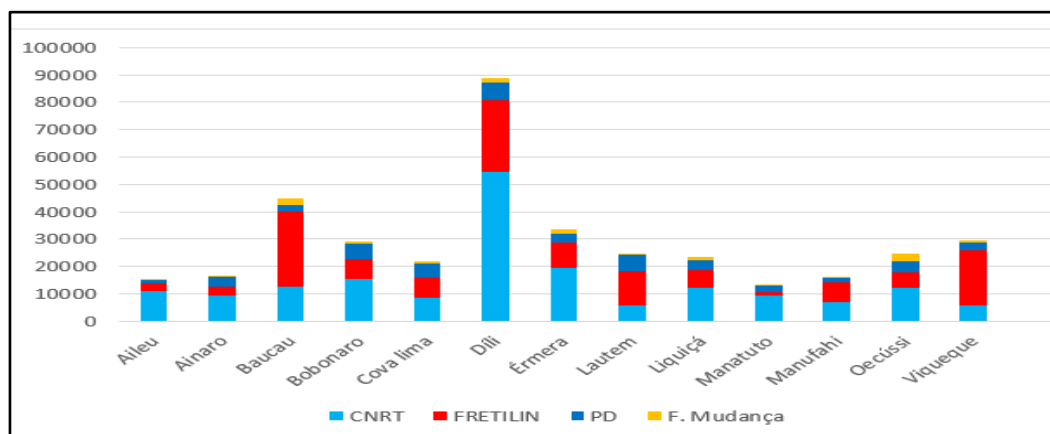


Fonte: Adaptado do relatório da Comissão Nacional de Eleições 2007.

Passada uma década da restauração da independência e de um processo de consolidação democrática, as preferências políticas dos eleitores estão maioritariamente depositadas em dois partidos: a FRETILN e o CNRT. Desde 2012 até à eleição mais recente de 2018 é este o panorama. As bases sociais da FRETILIN concentram-se em três municípios da parte Leste, a saber, o município Lospalos, Viqueque e Bucau. O restante município da parte Oeste demonstra algumas mudanças nas orientações político-partidárias. Todos os outros partidos são relevantes no processo de acesso à democracia, como se pode confirmar nas figuras 25 e 26 em seguida.

Nos dois processos eleitorais mais recentes, as eleições legislativas de 2017 e eleição antecipada de 2018, o posicionamento base dos eleitores continua dividido pelos dois partidos mais fortes. No entanto, há uma alteração na percentagem de votos relativamente aos dois novos partidos, PLP e KHUNTO, os quais, nas eleições de 2012 não conseguiram quebrar a barreira eleitoral 4%, mas na eleição de 2017 aumentaram o número de apoiantes.

Figura 25: Representação geográfica das bases sociais eleitorais - partidos com assentos parlamentar na eleição geral de 2012

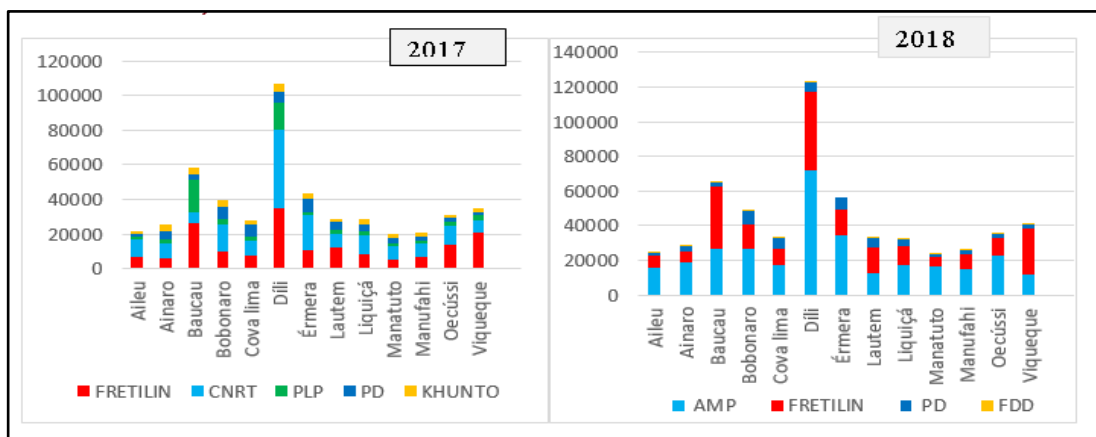


Fonte: Adaptado do relatório da Comissão Nacional de Eleições 2012.

De forma a conquistar a maioria absoluta no Parlamento Nacional, e desejando a estabilidade política, surgiu uma coligação que formou governo. Esta coligação intitula-se “Aliança, Mudanças e Progresso” e é composta pelos seguintes partidos: CNRT, PLP e KHUNTO. Desta coligação resultou a vitória eleitoral. Porém, a formação da AMP deixou a histórica FRETILIN como força política opositora,

juntamente com o PD e outros partidos com menor número de assentos parlamentares. Esta conjuntura política demonstra claramente a permanência de duas camadas políticas com apoiantes bastante variados e espalhadas por todos os municípios. A figura nº 26 ilustra este facto.

Figura 26: Representação geográfica da base social eleitoral dos partidos com assento parlamentar nas eleições de 2017 e 2018.



Fonte: Adaptado do relatório da Comissão Nacional de Eleições 2017 & 2018.

A observação do mapeamento das bases eleitorais apresentadas nas figuras nº 24 a 26, evidencia a pluralidade política no processo de consolidação da democracia em Timor-Leste. Existe, porém, uma degradação em termos de pluralidade política, a qual tem origem nas preocupações relacionadas com a estabilidade política e a eficácia no processo de atendimento público. Na eleição antecipada de 2018, os partidos políticos CNRT, PLL e KHUNTO juntaram-se à coligação Aliança de Mudança para o Progresso (AMP). A expectativa da AMP era evitar a fragmentação política no Parlamento e assegurar o funcionamento da máquina do Estado (governo/executivo), evitando que houvesse uma nova dissolução do Parlamento.

De forma geral, a dinâmica da pluralidade ideológico-política na sua forma cada vez mais estreita à ideologia centro, dominante no centro esquerda. De acordo com as estatísticas dos votos dos eleitores justifica-se esta dinâmica de mudanças de bases eleitorais, como se pode confirmar na tabela nº 16 e figura nº 16.

6.4. Papel dos partidos políticos na promoção da participação política

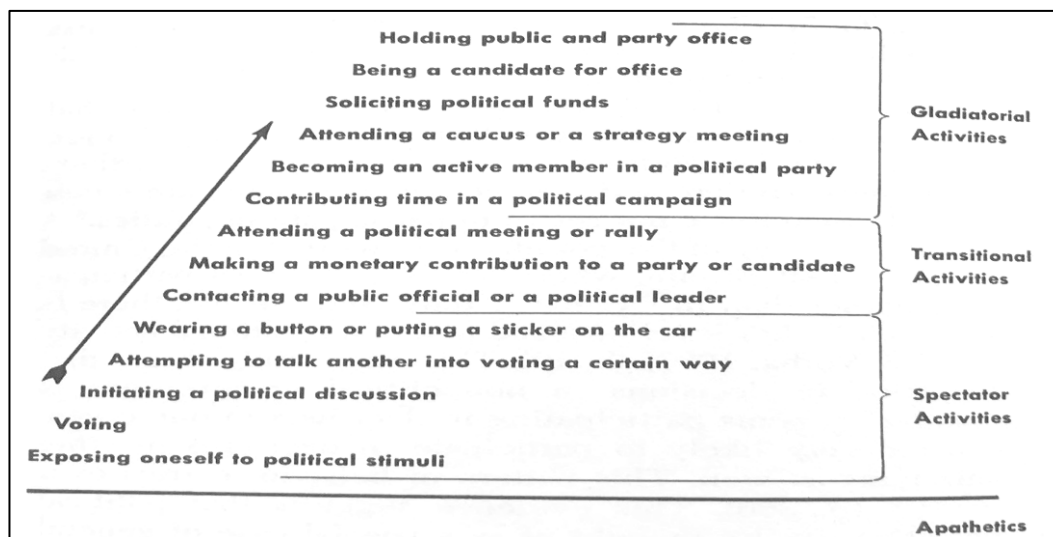
A noção de democracia contemporânea, pautada pela liberdade, igualdade e participação ativa de todos no processo político, tem em conta o papel dos partidos políticos enquanto elementos facilitadores do mecanismo do Estado soberano. Os partidos políticos posicionam-se como os principais eixos no estabelecimento dos órgãos políticos do Estado, assegurando a sua legitimidade. Deste modo entende-se que os partidos políticos modernos pressupõem as condições da democracia representativa (Daalder, 2007). Weber defende que “organizações partidárias como componentes da democracia, requerendo o direito do voto, extensivo às massas, e à necessidade de recrutar e organizar os eleitores” (Weber, 2000, p. 58). Ou seja, a existência dos partidos políticos assume a função de organizar e sistematizar as disputas pelo poder representativo, enquadrado num mecanismo eleitoral que serve de farol a todos os envolvidos.

A participação política dos cidadãos, na sua forma mais específica, num contexto de democracia representativa, tem os seus caris nas atividades políticas eleitorais. A atividade eleitoral é considerada como o único instrumento que permite alcançar a representatividade política na democracia contemporânea. Assim, a política eleitoral tende a desagregar-se num conjunto de indicadores entre os quais se encontra a dimensão da participação política. Com estatuto de dimensão divergente, seria necessário refletir no ensaio de Mibrath (1970) que identifica e estrutura, em três níveis, as atividades políticas: *Spectator Activities*, *Transitional Activities* e *Gladiatorial Activities* (ver Figura n° 27)

O conceito de participação política eleitoral é entendido como englobando as atividades desenvolvidas pelos cidadãos, mais ou menos diretamente direcionadas para a escolha dos governantes que assumem as tarefas de decidir e executar as decisões em representação dos que representam (Verba & Nie, 1972; Verba, Nie, & Kim, 1980). Assim, a participação eleitoral deve ser um compromisso constante, assegurando que a população tenha um controlo efetivo sobre os processos de decisão, através de uma escolha em consciência e bem referenciada pela confiança do conjunto de eleitores aos seus representantes políticos. Enquanto “a realização e o exercício da

participação política eleitoral como elementos democráticos, requerem condições de igualdade de direitos e oportunidades” (IDEA, 2012, p. 1).

Figura 27: Hierarquia do envolvimento político



Fonte: Milbrath (1970, p. 18).

Em observância desse princípio da democracia, a participação política eleitoral não é um conceito unidimensional como refere André Freire, “participação eleitoral é a atitude dos indivíduos que exerceram o seu direito de voto na escolha dos representantes políticos na eleição” (Freire, 2000, p. 116). Pelo contrário, os atos eleitorais são distintas dimensões interligadas holísticamente em perseguição de um objetivo: a escolha dos governantes que assumem as tarefas de decidir e executar as decisões em representação dos que representam. Desde então, a participação política eleitoral entende-se como o conjunto das atividades políticas no âmbito dum ciclo eleitoral, que tem a finalidade de estabelecer a soberania representativa do povo. A realização dos votos eleitorais é determinante para chegar a uma decisão democrática. Tal como afirma Josep Schumpeter “(...) numa democracia a função primária do voto do eleitor é produzir um governo.” (Schumpeter, 2018, p. 370).

Em cumprimento destas proposições, os atos eleitorais apresentam as seguintes dimensões: o envolvimento como candidato, seja num partido político ou como independente numa eleição geral (tanto eleição parlamentar como presidencial); apoiar a apresentação de um candidato; envolvimento no ato da campanha eleitoral;

contribuir financeiramente para apoiar o seu candidato; e, por último, realizar o seu direito ao voto no candidato escolhido.

O povo timorense tem já um percurso trilhado no caminho da democratização. País que tem um sistema de governação semipresidencialista, o que segundo Duverger (1980), significa que existem duas instituições com legitimidade eleitoral a nível nacional e com competência para formar governo, o Presidente da República (PR) e a Assembleia da República. O chefe de Estado é o presidente, eleito por sufrágio direto, que partilha, no entanto, o poder com um chefe de governo (o Primeiro-Ministro) que responde perante a Assembleia da República. Neste contexto, o sistema semipresidencial requer duas modalidades de eleições gerais para assegurar o processo de representatividade política.

De facto, desde o primeiro ciclo eleitoral, com uma eleição para a Assembleia Constituinte em 2001, até à mais recente eleição legislativa antecipada em 2018, ocorreram 11 atividades de eleição geral (CNE, 2001-2018; Luís, 2018). Entre os quais, as eleições gerais para a legislatura com cinco atos eleitorais, composto de 4 ciclos eleitorais e uma eleição antecipada em 2018, e as eleições presidenciais com seis eleições, divididas em quatro ciclos de eleição com duas eleições de segunda volta em 2012 e 2017, as quais envolveram os dois candidatos mais votados, em consonância com os requisitos de maioria absoluta para legitimidade eleitoral.

6.4.1. Participação eleitoral – os concorrentes e os votos

A participação, como concorrentes ou candidatos, no processo eleitoral e o envolvimento dos eleitores no exercício do seu direito de voto, constituem duas dimensões fundamentais, para se alcançar a determinação dos mandatos para representantes políticos. Os votos eleitorais determinam a vida política democrática e mandatam aqueles que legitimamente podem representar os cidadãos. Estes dois aspetos devem ser entendidos como condição primária para uma governação democrática.

Assim, a taxa de participação nas eleições é bastante elevada, como se pode confirmar na tabela nº 25 e 26. Por outro lado, a inclusão política dos cidadãos

demonstra uma progressão positiva. O número de eleitores aumentou em cada um dos períodos eleitorais, assim como o número de candidatos, sejam os partidos políticos nas eleições parlamentares, como os candidatos a presidente nas eleições presidenciais.

Tabela 25: Participação Política Eleitoral: por realização de votos e concorrentes.

Eleição Geral	Eleitores	Votantes	Participação (%)	Nº de Partidos/ Candidatos
Assembleia Constituinte 2001	421.018	384.248	91,27	16 Partidos
Eleições Presidenciais 2002	439.254	378.548	86,18	2 Candidatos
Eleições Presidenciais 2007 (1. ^a v.)	522.933	427.198	81,69	8 Candidatos
Eleições Presidenciais 2007 (2. ^a v.)	524.073	424.073	80,92	2 Candidatos
Eleições Legislativas 2007	529.198	426.210	80,54	16 Partidos
Eleições Presidenciais 2012 (1. ^a v.)	626.503	489.933	78,20	12 Candidatos
Eleições Presidenciais 2012 (2. ^a v.)	627.295	458.702	73,12	2 Candidatos
Eleições Legislativas 2012	645.624	482.972	74,81	24 Partidos
Eleições Presidenciais 2017	743.150	528.813	71,16	8 Candidatos
Eleições Legislativas 2017	760.907	583.956	76,74	31 Partidos
Eleições Legislativas 2018	784.286	635.116	80,98	16 Partidos

Fonte: Elaboração própria, baseada nos Relatórios Eleitorais da Comissão Nacional da Eleição (CNE) de Timor-Leste.

Com base nos dados de participação eleitoral apresentado na *Tabela nº 25* poder-se-á analisar o fenómeno da participação política eleitoral em Timor-Leste. Entre as duas dimensões, relativamente à participação em realizar voto eleitoral, devendo esta ser entendida como um modelo de participação eleitoral passiva. A parte ativa, prende-se com o envolvimento das pessoas individualmente, das instituições e das organizações políticas que competem como candidatos nas eleições. De facto, os que procuram e mobilizaram recursos numa candidatura para serem eleitos num contexto de concorrência eleitoral, considera-se que revelam uma dimensão mais ativa do que a realização de votos através do princípio do sufrágio universal. Os candidatos destacam-se como um dos níveis mais elevados ou, no conceito de Milbrath, *Gladiatorial activity* na hierarquia da participação política (ver Figura nº 27).

A participação eleitoral ativa assume-se como uma componente determinante da outra dimensão mais passiva. A participação no exercício do direito de voto dependente do programa eleitoral dos partidos políticos e candidatos (caso na eleição presidencial). Sendo assim, um maior número de concorrentes no processo eleitoral posiciona-se como dimensão ativa num percurso de maior representatividade política

por heterogeneidade das características sociais, como potencial político através da capacidade de se realizarem convergências na formulação da política nacional. O maior número de concorrentes, sejam eles partidos políticos, na eleição legislativa, ou candidatos pessoais, na eleição presidencial, demonstra uma forma ativa de apresentar uma diversidade de potenciais objetivos e valores sociais. Isto é uma estratégia política perante a liberdade e a igualdade de oportunidade como foi fortemente defendido por Robert Dahl (1997). Com estas duas das sete condições da democracia, admite-se os candidatos concorrentes e inclusividade em realizar voto eleitoral como requisitos básicos para medir o sistema político democrático, a incolumidade e contestação, como se pode confirmar em *Figura nº 04 “modelo da governação democrática” no capítulo I*.

Com base nos dados do relatório da CNE, na *Tabela nº 25*, existe uma vontade efetiva de os eleitores exercerem o seu direito ao voto, seja na eleição parlamentar ou na presidencial. Do total de eleitores registados, acima dos 70% exercem o seu direito ao voto. O envolvimento do candidato na eleição será um indicador da própria vontade em ser eleito. Apesar de todas as dificuldades, conseguem apoio financeiro, conseguem mobilizar os eleitores a votar em si.

A eleição presidencial de 2002 contou com apenas dois candidatos, mas os números aumentaram em cada um dos períodos eleitorais seguintes. O mesmo aconteceu em relação aos candidatos ao Parlamento Nacional. Esta realidade foi uma nota positiva, tendo em conta a democracia pluralista ou *polyarchy*. Para compreender a participação política refletida em votos eleitorais e a legitimidade dos concorrentes nos atos políticos democráticos em Timor-Leste veja-se a secção sobre as dinâmicas eleitorais (6.5).

6.4.2. O apoio dos eleitores no processo de apresentação dos candidatos

A participação e o envolvimento dos concorrentes, apresentada anteriormente, tem a sua força política no apoio dos cidadãos, seja em relação à eleição parlamentar, seja para a eleição presidencial. O cidadão, com estatuto de eleitor, promove e apoia um candidato, elemento indispensável ao estudo da participação política eleitoral. Porém, o acto de participação política de cidadão em promover e apoiar um candidato

com base na adequada preferência política sobre os candidatos concorrentes, é essencial para seguir um representante desejável.

Os candidatos a membros do Parlamento Nacional são designados pelos partidos políticos, de acordo com uma lista que apresente, pelo menos, 90 candidatos (incluindo 25 suplentes). Este número contempla uma quota de 1/3 para o género feminino. Na última eleição legislativa de 2018, confirme-se o que diz o relatório da equipa de Missão de Peritos Eleitorais da União Europeia (MPE UE):

Os critérios para a elegibilidade dos candidatos para as eleições legislativas estão de acordo com as obrigações internacionais para eleições democráticas e não incluem restrições discriminatórias. Os partidos políticos devem reunir um mínimo de 20.000 assinaturas de eleitores recenseados com um mínimo de 1.000 assinaturas em cada um dos 13 municípios. Os partidos políticos devem ser registados, pelo menos, seis meses antes das eleições. Um partido político perde o estatuto legal se não participar com um programa numa eleição a nível local ou nacional por um período superior a cinco anos (MPE UE, 2018, p. 13)

Refletindo sobre a informação apresentada, nomeadamente a parte que refere «Os partidos políticos devem reunir um mínimo de 20.000 assinaturas de eleitores recenseados com um mínimo de 1.000 assinaturas em cada um dos 13 municípios», deve-se calcular que mais de metade dos eleitores registados na eleição em causa participam como proponentes ou apoiantes dos candidatos que os incluíram na lista das candidaturas da eleição em causa. O número de partidos ou coligações que concorrem na eleição legislativa indica um elevado número de concorrentes (*ver Tabela nº 26 coluna 4*).

As eleições presidenciais têm o mesmo procedimento para as candidaturas, quer sejam independentes ou através de um partido. O número total de apoiantes, ao abrigo da Lei eleitoral, mudou face às alterações da realidade política e ao aumento de eleitores. De facto, na eleição presidencial de 2007, cada um dos candidatos apresentam um mínimo de 5.000 e um máximo de 7500 cidadãos eleitores, de todos os distritos. Cada cidadão eleitor só pode ser proponente de uma única candidatura (Lei nº. 7/2006, e quinta alteração Lei nº. 4/2017, artigo 15).

Tendo em consideração os aspetos legais acrescentados, o processo eleitoral em Timor-Leste requer que os partidos políticos desempenhem o seu papel,

promovendo o partido junto dos cidadãos. A participação eleitoral implica o envolvimento dos cidadãos eleitores que pretendem que os seus candidatos sejam eleitos para o Parlamento ou para a Presidência.

Tabela 26: Participação política eleitoral no processo de apresentação de candidaturas

Ato eleitoral presidencial & parlamentar em causa		Eleitores registados	Número Concorrentes/ Candidatos (NC)	Número Mínimo Apoiantes (QMA)	Cálculo Apoiantes (NC x QMA)	(%) Apoiantes de Eleitores Registados
2007	Presidencial	524.073	8	5.000	40.000	7,63
	Parlamentar	529.198	14	20.000	28 0.000	52,91
2012	Presidencial	626.503	12	5.000	65.000	10,37
	Parlamentar	645.624	21	20.000	420.000	65,05
2017	Presidencial	743.150	8	5.000	40.000	5,38
	Parlamentar	760.907	21	20.000	420.000	55,20

Fonte: Adaptado dos relatórios da CNE.

6.4.3. A mobilização dos cidadãos nas campanhas eleitorais.

A natureza da política admite que qualquer cidadão timorense se possa envolver na campanha eleitoral. Logo, de acordo com as bases legais no país, especialmente as leis das eleições mencionadas anteriormente, as atividades da campanha eleitoral estão inerentemente ligadas aos atos eleitorais. De forma semelhante, a Lei nº 6/2006, com as cinco alterações (Lei n.º 4/2017), propõe que a campanha eleitoral tenha uma duração de 30 dias e termina dois dias antes do dia das eleições. Essas realizações da campanha eleitoral são supervisionadas pela CNE, de forma a dar cumprimento aos princípios políticos democráticos:

- 1) Liberdade de propaganda eleitoral;
- 2) Igualdade de oportunidade e de tratamento das diversas candidaturas;
- 3) Imparcialidade das entidades públicas perante as candidaturas;
- 4) Transparência e fiscalização das contas eleitoral (Artigo 29 da Lei nº 4/2017).

À luz dos princípios políticos e disposições legais já referidas, o ato político costuma ser bastante animado pelos cidadãos eleitores. A observação na realização da eleição geral parlamentar e presidencial, desde a primeira eleição da Assembleia Constituinte, em 2001 e presidencial 2002, demonstrou que os cidadãos eleitores estão

à vontade para se envolverem na atividade eleitoral. Tal acontece sobretudo com os dois maiores partidos do país: a FRETILIN e a CNRT.

A participação pode ser real, mas também pode ser feita através dos meios de comunicação social e das redes sociais, com destaque para o *facebook*. Ao fazer um balanço sobre a participação eleitoral na eleição mais recente, destaque-se a reportagem da equipa Missão de Peritos Eleitorais da União Europeia (MPE UE):

Durante a campanha, os participantes, particularmente a FRETILIN e a AMP, envolveram-se numa veemente troca de ataques verbais sobre o papel dos seus líderes durante a luta pela independência, o que obscureceu o debate em torno das suas plataformas políticas. Candidatos e líderes conduziram os seus ataques durante as atividades públicas de campanha e pelas redes sociais, mais frequentemente através do *Facebook* (MPE UE, 2018, p. 15).

De facto, a participação política dos cidadãos apresenta agora uma dimensão mais moderna, de acordo com o avanço do conhecimento e as mudanças ao nível da comunicação social (rádio, televisão e redes sociais). A rádio e a televisão constituem os meios que maior penetração consegue entre os cidadãos. Com o apoio internacional no período eleitoral, a Radio e Televisão Timor-Leste - Empresa Pública (Rttl-ep) assume um papel importante, ao fazer a reportagem das atividades de campanha, em todo o território nacional. O programa “A voz dos partidos” (em tétum “Lian partido) analisou o programa da campanha eleitoral de 2017.

Importa acrescentar que o envolvimento dos cidadãos não se realiza apenas ao nível das grandes cidades ou da capital. A participação política acontece também nos Sucos e nas Aldeias. Devido às estruturas partidárias, são realizados encontros de cariz democrático, de forma *bottom up*. Antes do congresso nacional é necessário um prévio envolvimento dos representantes distritais. No entanto, os partidos com menos recursos financeiros têm dificuldades em cumprir as regras estatutárias.

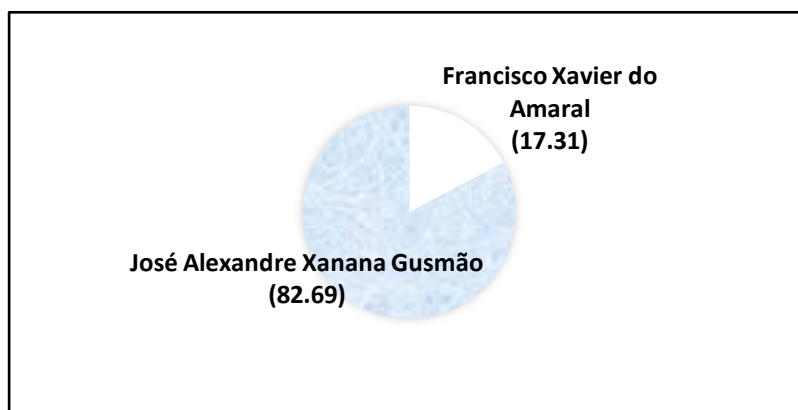
6.5. As dinâmicas eleitorais

6.5.1. Ciclo Eleitoral 2001/2002

A primeira página da jornada político-democrática de Timor foi assinalada pela eleição para a Assembleia Constituinte realizada a 30 de Agosto de 2001, de acordo com o Regulamento da UNTAET n.º 2001/2, o qual criou também o primeiro órgão de administração eleitoral, a Comissão Eleitoral Independente (CEI). Esta eleição registou a maior taxa de participação eleitoral: 91,27%. Contando com um total de 421.018 eleitores registados, foram 16 os partidos que apresentaram candidatos. Houve 968 candidatos através dos partidos e cinco candidatos nacionais independentes para os 75 mandatos do círculo nacional. “Para os 13 mandatos distritais houve 84 candidatos partidários e 11 candidatos independentes” (Luís, 2018, p. 252).

Seis meses depois, realizou-se a primeira eleição presidencial, em 23 de Abril de 2002, regida pelo Regulamento n.º 2002/01 da UNTAET, de 16 de Janeiro. Esta envolveu dois candidatos: Francisco Xavier do Amaral e José Alexandre Xanana Gusmão. O resultado da eleição foi a favor de Xanana Gusmão, sendo eleito o primeiro Presidente da República, por ter obtido 82,69% dos votos, enquanto 17,31% dos votantes demonstraram a sua confiança a Francisco Xavier do Amaral. A taxa de participação eleitoral manteve-se elevada, situando-se nos 86% dos 439.254 eleitores que exerceram o seu direito de voto. (Cf. Figura nº 28).

Figura 28: Votação eleitoral dos candidatos - PR 2002-2007



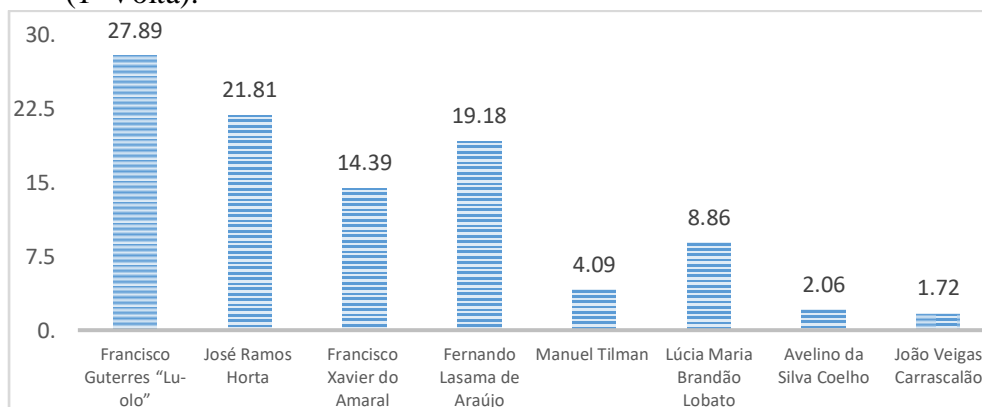
Fonte: Relatório eleitoral da CNE 2002.

6.5.2. Ciclo Eleitoral 2007

Volvidos mais cinco anos, no ciclo eleitoral de 2007, realizou-se a eleição presidencial a 9 de Março. Envolveu oito candidatos e, entre eles, contava-se uma mulher, Lúcia Lobato. A candidata ficou em 5º lugar, com 35.789 (8,86 %) votos válidos. A elevada taxa da participação eleitoral manteve-se, embora com uma tendência de decréscimo pouco acentuada. Esta ficou na ordem dos 81,69%, o que significa que 522.933 eleitores recensados, dos quais 427.198 a exercerem o seu direito de voto. A legitimidade eleitoral dos oito candidatos confirma-se na seguinte figura.

Com o envolvimento de um maior número dos candidatos e com um manifesto equilíbrio de confiança, o resultado eleitoral levou a uma eleição de segunda volta para os dois candidatos mais votados: José Ramos Horta e Francisco Guterres “Lu-Olo”. A eleição da segunda volta foi realizada um mês depois da primeira volta, a 9 de Abril 2007. A taxa de participação manteve-se aproximadamente nos 81%, e com um acréscimo de eleitores (524.073 eleitores recenseados), a verdade é que o número de votados desceu para os 424.478.

Figura 29: Resultado Eleitoral dos Candidatos a Presidente da República 2007-2012 (1ª Volta).

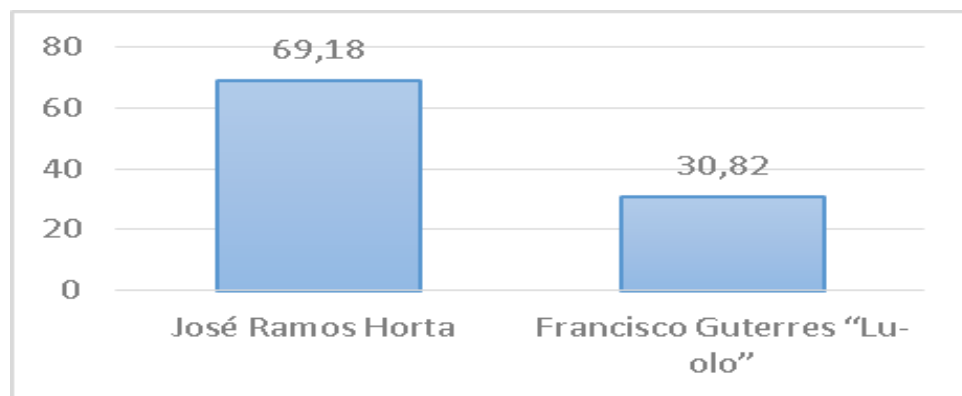


Fonte: Baseado no relatório eleitoral da CNE 2007.

Assim, na eleição parlamentar de 2007, a moderada tendência para o decréscimo na taxa de participação eleitoral manteve-se, registando-se 80,54 % no total de votantes, o que corresponde a 529.198 eleitores registados no Secretariado

Técnico da Administração Eleitoral (STAE). Neste ciclo eleitoral estiveram envolvidos 16 partidos, incluindo duas coligações, como anteriormente referido.

Figura 30: Resultado Eleitoral dos Candidatos a Presidente da República 2007-2012 (2ª Volta).



Fonte: Baseado no relatório eleitoral da CNE 2007.

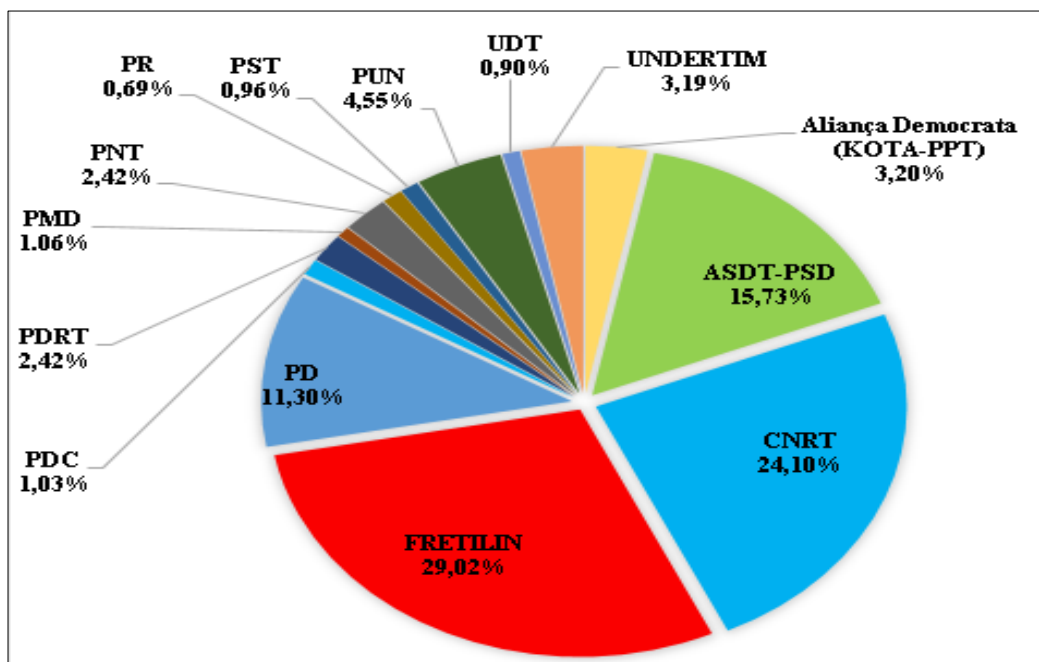
O processo de eleição inicia-se com a campanha eleitoral 30 dias antes da data eleitoral, como ditam as regras do jogo democrático. A CNE teve a função de organizar o horário da campanha, ouvindo as propostas dos candidatos, e também ouvindo os observadores nacionais e internacionais. Os meios de comunicação social realizaram a cobertura da campanha eleitoral, o que inclui o agendamento de um programa de debate público entre os partidos políticos, transmitido pela Rttl-ep e pela Rádio Comunitária existente no território. Estes programas de debate ocorreram sempre durante cada ciclo eleitoral. A realidade política timorense tem de se adaptar à modernização dos meios de comunicação e dos meios digitais.

O resultado da eleição de 2007 levou a uma mudança da postura política do país. Com o aumento dos partidos, sobretudo o partido CNRT liderado por Xanana Gusmão, uma nova força política promove o equilíbrio do poder, fazendo frente à hegemonia política da FRETILIN. De facto, na eleição de 2007 nenhum partido atingiu a maioria absoluta. A FRETILIN, enquanto partido histórico promotor da luta pela independência, obtém um grande apoio do povo Maubere, continuando a ser o partido mais votado. Obtém a maioria simples com 168 480 votos, o que perfaz 29,02% do total de votos. Já o CNRT, como nova força política recentemente fundada (apenas dois meses antes da eleição) aproveita a figura de Xanana Gusmão para aumentar o

número de votos e ocupa o segundo lugar na lista dos partidos mais votados na eleição legislativa de 2007.

O resultado das eleições de 2007 redonda numa força política sem maioria absoluta, o que faz com que não se consiga assegurar a estabilidade necessária à governação. Forma-se, por isso, a coligação que permita o funcionamento do governo. Surgiu a Aliança Maioria Parlamentar (AMP) composta por quatro partidos políticos, deixando, no entanto, de fora a FRETILIM. A coligação foi liderada por Xanana Gusmão e apoiada pelo CNTR, PD e coligação PSD/ASDT. Segundo o artigo 172º da constituição e, de forma a impedir a instabilidade política que aconteceu entre 2006 e 2007, o Presidente da República decide indicar Xanana Gusmão como Primeiro-Ministro durante o período de 2007-2012. A FRETILIN, apesar de ser o partido mais votado, foi relegada para a cadeira da oposição. Mostrando a sua revolta pela situação, a FRETILIN reagiu considerando o mandato ilegal.

Figura 31: Panorama da competição dos partidos políticos na eleição parlamentar de 2007



Fonte: Elaboração própria, baseada no relatório eleitoral da CNE 2007

O panorama representado na *Figura 31* demonstra os resultados da eleição de 2007 e, ao mesmo tempo, ilustra uma mudança na postura política do país. Com o aumento dos novos partidos, especialmente do CNRT liderado por Xanana Gusmão, surge uma nova força política que tem a capacidade de combater a hegemonia política do partido FRETILIN. Como já referenciado, uma vez que a eleição de 2007 não elegeu nenhum partido com a maioria absoluta, a coligação do CNRT acabou por formar governo.

A eleição para a legislatura de 2007 resulta numa equivalência de forças políticas que falham no propósito da estabilidade governativa. Daí, a formação da coligação, esta tem o intuito de assegurar estabilidade na governação do território. A Aliança Maioria Parlamentar (AMP) foi uma coligação composta por quatro partidos políticos, composta por 4 partidos políticos, CNTR, PD e coligação PSD/ASDT, e liderada por Xanana Gusmão. Esta coligação formou governo e constituiu-se este como um período de maturidade política dos cidadãos. No entanto, a insatisfação do povo Maubere mantém-se bem viva nas práticas políticas da FRETILIN. No entanto, por respeito aos líderes fundadores da nação, esta força política coopera com o governo, conseguindo ultrapassar as diferenças políticas que os separavam, de forma a unir o país na procura de um melhor futuro.

6.5.3. Ciclo Eleitoral 2012

Conforme a constituição da RDTL, o mandato do poder do Estado corresponde a um período de 5 anos. Assim, 2º ciclo eleitoral fica disponível em 2012. Desta vez, são 12 os candidatos na eleição presidencial de 2012, incluindo dois candidatos do género feminino: Maria do Céu Lopes da Silva e Angelita Maria Francisca Pires. Devido ao maior número de candidatos, foi necessária uma segunda volta, uma vez que nenhum dos candidatos obteve, na primeira volta, mais de 50% dos votos. A taxa de participação eleitoral, embora expressiva, desce para os 78,20%, em cerca de 626.503 dos eleitores registados, enquanto na segunda volta baixa para 73.12% do total dos 627.295 votantes registados.

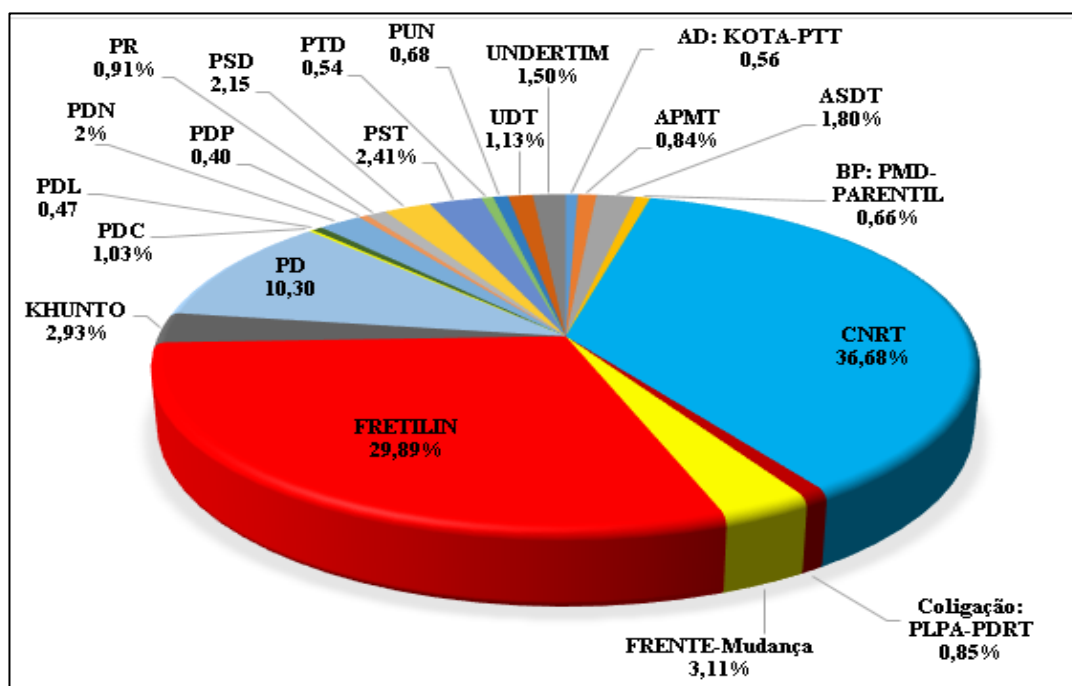
Tabela 27: Resultado eleitoral dos Candidatos a Presidente da República 2012-2017.

Candidatos	Apoiante	Votos	%
Eleição 1ª Volta			
Bailio Araújo	PNT	6.294	1,35
Fernando de Araújo	PD	80.381	17,30
Maria do Céu Silva	Independente	1.843	0,40
Lucas da Costa	Independente	3.862	0,83
Francisco Gomes	ASDT	3.531	0,76
Francisco Guterres “Lu-Olo”	FRETILIN	133.635	28,76
José Luís Guterres	FRENTI-Mudança	9.235	1,99
José Ramos-Horta	Independente	81.231	17,48
Rogério Lobato	Independente	16.219	3,49
Angelina Peres	UNDERTIM	1.742	0,37
Taur Matan Ruak	CNRT	119.462	25,71
Manuel Tilman	KOTA	7.226	2,56
<i>Votantes</i>		489.933	78,20
<i>Total Eleitores Registados</i>		626.305	100
Eleição 2ª Volta			
Taur Matan Ruak	CNRT	254.141	60,85
Francisco Guterres “Lu-Olo”	FRETILIN	163.495	39,15
<i>Votantes</i>		458.703	73,12
<i>Total Eleitores registados</i>		627.295	100

Fonte: Baseado no relatório eleitoral da CNE 2012.

Já na eleição parlamentar realizada a 7 de julho 2012, envolveram-se 21 partidos e coligações partidárias. Regista-se um aumento de 6 partidos em relação à última eleição legislativa de 2007. Em legislaturas anteriores, identificavam-se duas forças políticas: o CNRT, liderado por Xanana Gusmão, que formou um governo de coligação na legislatura anterior; e a FRETILIN, partido mais antigo e forte defensor da política de independência de Timor-Leste. Dos restantes 19 partidos e coligações que participaram nas eleições, esperava-se que poucos ultrapassassem a barreira dos 3% exigidos para a atribuição de mandatos no Parlamento. Evidentemente, apenas quatro dos 21 partidos e coligações partidárias concorrendo às eleições ultrapassaram esta barreira: o CNRT, a FRETILIN, o Partido Democrático (PD) e a FRENTI-Mudança (F-M). O partido F-M ultrapassou ligeiramente os 3% exigidos, com 3.17% da votação, recolhendo assim dois assentos.

Figura 32: Resultado eleitoral dos partidos e coligações partidárias na eleição de 2012



Fonte: Baseado no relatório eleitoral da CNE 2012.

6.5.4. Ciclo Eleitoral de 2017 e Eleição antecipada de 2018

A eleição presidencial de 2017, realizando-se no dia 20 de Março foi diferente, uma vez que não foi necessária uma segunda volta. A taxa de participação regista os valores mais baixos, 71,16% de entre os 743.150 eleitores com direito a exercer o voto num dos oito candidatos. Além de diminuir o número da taxa de participação, também a competição dos concorrentes não é mesma de anteriormente. Maria Ângela Freitas da Silva é a candidata à eleição presidencial e presidente do Partido Trabalhista Timorense. Foi legitimada candidata com 4.353 votos, com uma percentagem 0,8, o que corresponde a 528.813 eleitores. O desequilíbrio de forças implicou, igualmente, menos desafios na competição pelo lugar de Presidente. Francisco Guterres “Lu-Olo” voltou a apresentar a sua candidatura depois de ter perdido nas duas eleições anteriores. Desta vez, Francisco Guterres foi apoiado não só pela FRETILIN, mas também pelo CNRT e, claro, pelo próprio Xanana Gusmão, presidente do CNRT. O candidato Francisco Guterres “Lu-Olo” obteve 295.048 votos, o que perfaz 57,1% de 516.881

votos válidos. Este resultado fez com que não fosse necessária uma segunda volta na eleição presidencial.

Tabela 28: Resultado eleitoral dos Candidatos na Eleição Presidencial de 2017

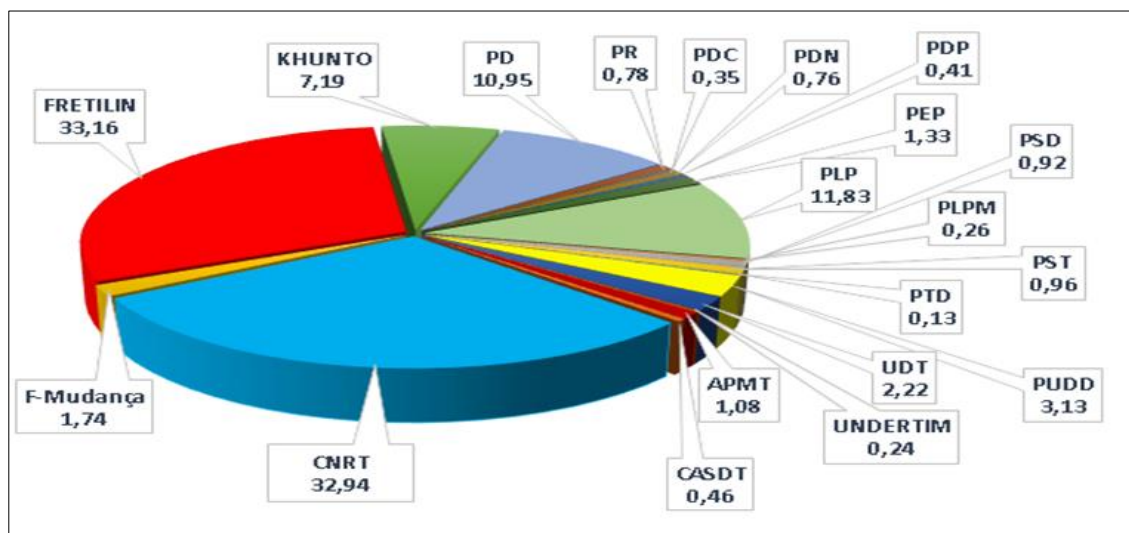
Candidatos	Apoiante	Votos	%
Francisco Guterres “Lu-Olo”	FRETILIN	295.048	57,1
António da Conceição	PD	167.794	32,5
José Luís Guterres	FRENTI-Mudança	13.513	2,6
José Neves	Independente	11.663	2,3
Luís Alves Tilman	Independente	11.125	2,2
António Maher Lopes	PST	9.102	1,8
Maria Ângela F. da Silva	PTT	4.353	0,8
Amorim Vieira	Independente	4.283	0,8
Total de Eleitores Participantes		528.813	100
Total Eleitores Registados		743.150	
Taxa de Participação Eleitoral		71,2%	

Fonte: Elaboração própria, baseada no relatório da CNE 2017

Já na eleição geral para o Parlamento Nacional no período legislativo de 2017-2023 que se realizou no dia 22 de julho de 2017, a taxa de participação voltou a subir para 76,74% dos 760.907 eleitores registados. Foram 21 os partidos a concorrer, número mais elevado, desde a primeira eleição em 2001, como se pode comprovar na Tabela nº28. Uma vez que o total da população era de 1.241.506 (DGE, 2017), sendo os eleitores registados em número de 760.907 deve ser entendido como um indício positivo pelo procedimento democrático, como foi propósito na teoria *polyarchy* de Robert A. Dahl (1971), que enfoca na participação/inclusividade e contestação/competição. Apesar do elevado número de candidatos partidários, a representatividade político-partidária no Parlamento diminuiu, causando um desequilíbrio entre as forças políticas.

O aumento da participação eleitoral é, ainda, mais marcante aquando da eleição antecipada de 2018, uma vez que o Presidente da República tinha dissolvido o Parlamento Nacional, constituído no ano anterior. A taxa de participação eleitoral sobe para os 80,89%, de um total de 784.286 eleitores registados. Por outro lado, o número de partidos desce para 16, dos quais quatro se apresentam individualmente.

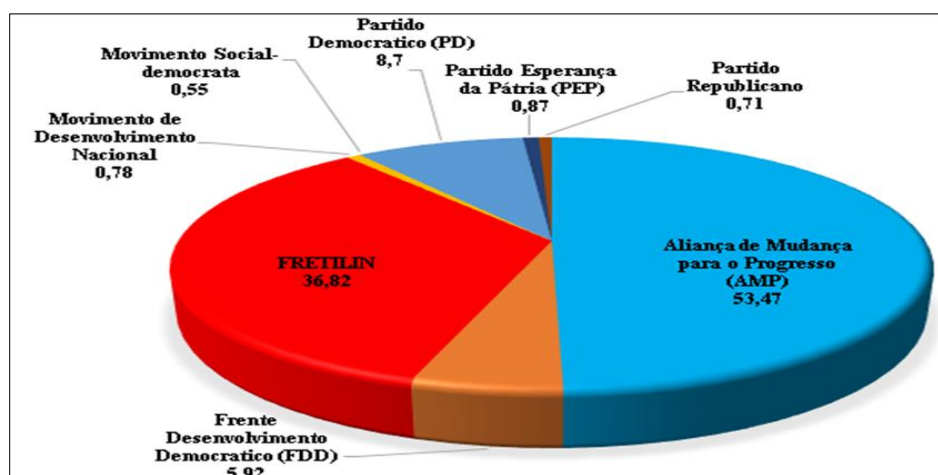
Figura 33: Resultado eleitoral dos partidos políticos na eleição antecipada de 2018



Fontes: Elaboração própria baseada no relatório da CNE 2017.

A formação das coligações para a eleição resulta de estratégias políticas no sentido de tentar superar a barreira dos 4%, em conformidade com a lei eleitoral. Três dos partidos com menos apoiantes (PUDD, UDT e FRENTI-Mudança) constituem a coligação Frente de Desenvolvimento Democrático (FDD) e conseguem quebrar a barreira estabelecida, conquistando três assentos no Parlamento Nacional. Nove partidos das outras três coligações assumiram a derrota nestas eleições legislativas antecipadas. A composição da legitimidade dos partidos políticos na eleição geral parlamentar está espelhada na Figura nº 34.

Figura 34: Resultado eleitoral dos partidos políticos na eleição antecipada de 2018



Fonte: Baseado no relatório da CNE 2018.

As disposições apresentadas neste capítulo demonstram a permanência da liberdade dentro da pluralidade política partidária na vida política da sociedade timorense o que evidencia a sua vontade em prosseguir a liberdade e igualdade política como alma do funcionamento da democracia em Timor-Leste. Nestes princípios, inserem-se atitudes de expressivo envolvimento político conducente a elevada participação política eleitoral, que se considera como iminente condição entre as demais apresentadas no capítulo I, principalmente no campo da abordagem da modernização que requisitam as condições internas (nacionais) que sustentam a emergência e a consolidação da democracia. De facto, a sociedade timorense revela vontade para enfrentar os desafios e lacunas que emergem no processo de consolidação da democracia do país, como por exemplo, a limitação das condições económicas que ainda é considerado o maior obstáculo deste jovem país. Importa ainda realçar a ausência de confiança mútua entre os líderes políticos que deu origem à crise política de 2005/2006 e a dissolução parlamentar em 2017 que provocou a eleição antecipada em 2018.

CAPÍTULO 7
CONSIDERAÇÕES FINAIS

7.1. Discussão dos Resultados

Com base na realidade política e conforme apresentado anteriormente, evidencia-se uma projeção positiva, no contexto da dinamização da democracia em Timor-Leste. As proposições teóricas e na revelação dos dados empíricos sobre o fenómeno da democracia representativa em Timor-Leste, verifica-se o imenso desejo do cidadão pela liberdade e igualdade, aparentemente com boa vontade em participar politicamente na construção de um robusto sistema democrático em seu país, assente no modelo dos Partidos Políticos.

Este argumento, está suportado em três dimensões essenciais:

- 1) No surgimento dos partidos políticos com maior motivação em consolidar a democracia e contribuir no desenvolvimento do país; promover a igualdade, inclusive nos quadros políticos partidários, evitando os desvios da hegemonia do poder político num determinado grupo ou partido político; promover a unidade e identidade nacional; minimizar as desigualdades, nomeadamente na parte do povo marginalizado (povo Maubere).
- 2) Na taxa da participação política bastante elevada, especificamente nos atos políticos eleitorais, como instrumento indispensável da democracia representativa.
- 3) No mecanismo das políticas representativas parlamentares dos partidos políticos que está ancorado nos princípios das democracias representativas, principalmente no aspeto da representação partidária como forma de soberania popular. Embora se verifique um paradoxo nos aspetos das contabilidades políticas dos representantes, pois ainda não satisfazem os mandatos em busca da liberdade da população mais vulnerável.

Obviamente, este estudo exprime-se numa interligação entre as três dimensões, que refletem o funcionamento do sistema político de Timor-Leste, resultante da cultura política do país. Na análise da cultura política centrada nos objetivos a discutir, os contributos da cultura política no funcionamento dos regimes democráticos (Kuschnir & Carneiro, 1999; Almond, 1956; Pye & Verba, 2015), principalmente a obra clássica de Tocqueville (1835) intitulada de “*A Democracia na América*”, na qual, a perspetiva

do teórico, foca-se no movimento e nas mudanças sociais dentro das múltiplas estruturas que ocorreram num período histórico, por ele denominado de “revolução democrática”.

Porém, a democracia não era um fenómeno acidental, mas um movimento histórico inevitável em qualquer sociedade, tendo por base a avaliação e a consciencialização da sociedade na dualidade do percurso: de um lado o bem-estar privado/individual e por outro lado o bem-estar comum; da paixão pela liberdade e da igualdade. Uma vez ancorada nos dois paradoxos: os desejos e os interesses privados, em contraponto com os interesses comuns presentes na vida em sociedade. Esta procura do ponto de encontro entre os dois tipos de interesses, reclama a necessidade dos valores fundamentais da cultura política democrática, como mecanismos de moderação, de compromisso e de tolerância entre divergências e convergências mútuas.

Em análise aos motivos da formação dos partidos políticos, na consolidação da democracia do país, esta enquadra-se numa abordagem da cultura política democrática da sociedade Timorense. Desde então, a cultura política refere-se “ao conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão ordem e significado a um processo político, pondo em evidência as regras e os pressupostos nos quais se baseia o comportamento de seus atores” (Kuschnir & Carneiro, 1999, p. 227). Ou seja, a noção dos motivos e atitudes políticas, pelos quais se constituíram os partidos, a participação política e a política representativa são reflexos de uma cultura política.

Neste estudo, a cultura política entende-se por aquilo que se refere aos motivos e a orientação do cidadão em consciência e na confiança em instituição política (Belchior, 2016). Desta reflexão, entendida como confiança e respeito pela constituição, e as restantes legalidades, como instrumento e mecanismo de apoio às políticas do Estado e da soberania popular. Com base nesta consciência política, resultam a orientação e a atitude política, na relação com a organização dos partidos políticos e, o governo com o Parlamento Nacional e o Presidente da República, no seu papel de representação política da soberania popular.

Os factos, a vontade e motivação para a constituição dos partidos políticos, evidenciam a confiança em partidos políticos como única instituição que facilita a realização da soberania do popular em regimes de democracia representativa. Esta confiança política implica cada vez mais, o aumento da vontade e desejo em realizar os seus direitos políticos, pela liberdade e igualdade, defesa e promoção da identidade cultural no processo de desenvolvimento nacional num mundo cada vez mais globalizado. Reflito nesta orientação, levaram a cabo numa atitude política em que a taxa de participação política eleitoral é bastante elevada. Seja assim, demonstra uma participação política convencional que materializa a cultura política democrática.

Em olhar às origens dessas consciências e as orientações políticas, baseiam-se na reflexão dos valores históricos e da crença, semelhante nas religiões e nas tradições indígenas duma localidade, as circunstâncias do aparecimento e oportunidade política contemporânea, em fase da liberdade e igualdade, tem alicerce no pensamento intelectual da filosofia moderna: o humanismo que surgiu no início de século XV, estendeu-se à sociedade Timorense na década 1970, transportado pelo grupo de jovens intelectuais de classe média que plantou o novo nacionalismo “Timorense”. Nos valores do humanismo, motivaram o surgimento dos partidos políticos, optando pela ideia do humanismo, com valores e os princípios políticos dos partidos, principalmente ASDT/FRETILIN, desde início do seu nascimento.

O princípio do humanismo foi adotado no Concílio Vaticano II, em transformação numa cultura política democrática, principalmente pelas correntes de vagas de democratização que ocorreram na última década do século XX, incluída a que fora desenvolvida pelos Timorenses. Aparentemente com a liberdade política em Portugal, em meados de 1974, que resultou na destituição do poder político ditatorial, para a passagem à democracia.

A permanência dos valores do humanismo levada a cabo pela sociedade Timorenses tem maioritariamente como praticantes os Católicos. Embora, a vida política partidária não seja puramente afiliada em partidos com base na doutrina cristã como raízes de ideologia partidária, neste caso da PDC e UDC que é muito raro serem as suas bases sociais de eleitores. Pelo contrário, aparentemente foi uma pluralidade

política muito dinâmica com maioritária socialista desde o início e encontravam mudanças nas correntes de ideologia centro desde a segunda eleição geral em 2007, que está associada com a transformação da cultura política do país.

Apesar de ser um processo ainda recente, assente em valores humanistas e que alimentam o espírito da liberdade e da igualdade, que serviu de fundamento aos movimentos nacionalistas anticoloniais da década de 1970, e que não se desmobilizaram mesmo face à força política invasora da Indonésia durante 24 anos, que ocupou e anexou o país (Pereira & Baltazar, 2019). Nesta realidade, foi uma aceitação pressuposta na aproximação cultural (Lipset, 1959, 2014) e influência estrangeira na modernização da instituição política e na democratização (Huntington, 1991; O'Donnell et al., 1986; Whitehead, 1991; Schmitter, 1991; Whitehead, 1986).

Não obstante ter sido um início com desafios de várias dimensões, em particular no aspeto económico, considerado o maior dos desafios, num país pobre desde a sua génese. Vive-se numa condição económica “com circunstâncias difíceis” (Lundahl & Sjöholm, 2008). Esta perspetiva económica, alimenta “o grupo político do pessimismo”, desde o início da liberdade em 1974 até ao referendo de 1999. Não esquecer a opção de integração com Indonésia com base na sua previsão: “Timor Leste não tinha condições económicas para ser um país independente e soberano” (Pereira & Baltazar, 2019, p. 108).

Empiricamente, o processo de desenvolvimento nos vários sectores da economia, tem limitações com implicações, sobretudo no setor da educação, na qualidade dos recursos humanos (Costa, 2018), e na performance da efetividade da burocracia do Estado no serviço público e nos próprios partidos políticos (Linz & Stepan, 1996). Descobre-se nos estatutos dos partidos políticos e as entrevistas com representante de 14 partidos políticos (cf. Tabela nº. 3), geralmente os partidos surgem pela paixão na democracia e a participação no desenvolvimento do país, mas que infelizmente estão a enfrentar enormes desafios nos seus desenvolvimentos, justamente por falta de recursos humanos profissionais qualificados nos quadros políticos e inadequados recursos para o financiamento partidário, isto é, pela falta de

contribuição dos fundadores e dos militantes das diferentes organizações, devido à incapacidade do poder económico privado.

Essas dificuldades, indicadas com relevância no predisposto da *Economics Approach*, propõem que para o avanço ao desenvolvimento económico, é determinante a consolidação da democracia (Feng, 1997; Bunce, 2000; Clague & Gleason, 2001; Vanhanen, 2003; Landman, 2008). Observando-se a realidade política no país, verificam-se as limitações financeiras das instituições partidárias e a falta de confiança no apoio do Estado neste sentido, ou seja: nos subsídios aos partidos políticos e nas subvenções públicas (Lei do Parlamento n.º 6/2008 sobre Regime jurídico do financiamento dos partidos políticos). A lei mencionada desponta por uma preocupação nas dificuldades no financiamento às vivências dos partidos políticos:

A vivência político-partidária é recente e tem sido grandemente dificultada pelo facto de Timor-Leste emergir dos escombros de uma ocupação militar brutal, (...) Os partidos têm sobrevivido com limitações e constrangimentos, fundamentalmente à custa das contribuições dos seus membros, que refletem a realidade que se vive no país (Preambulo da Lei n.º 6/2008).

O aspeto económico não é único pressuposto, há ainda as dimensões sociais, como por exemplo, o espírito revolucionário e o radicalismo (Poulantzas, 1976; Lima & Sá, 2005) decorrente do domínio da colonização e na capacidade das elites políticas (Mas'ood, 2003), um desafio a contrariar naquilo que é a preocupação com a possibilidade de indexação da força militar da Indonésia durante mais de duas décadas e que promove uma unidade nacional (Palma, 1990), como cimento para a construção e a promoção da democracia. Os desejos de liberdade e de igualdade racionalizam-se na vontade em constituírem-se os partidos políticos, no surgimento dos novos partidos, nas ações de participação na política, sobretudo na participação eleitoral nos vários atos eleitorais, e no envolvimento das atividades dos partidos políticos em assegurar a vontade dos cidadãos, representando-os no Parlamento. Tudo isto, dinamiza a Democracia. É através da atitude política do cidadão que confia nos partidos políticos que se obtém a base de confiança para as pontes de ligação entre representados e representantes (Weber, 2000).

Cabe aos partidos políticos em Timor-Leste ser um instrumento facilitador, para organizar as diversas orientações e ideias políticas, dentro de um processo eleitoral

democrático. Principalmente, em reflexo ao conflito político no passado, como uma das condições particulares de Timorese, os partidos políticos assumiram o papel em assegurar unidade nacional e estabilidade política evitando gerarem-se conflitos políticos de caráter violento. De acordo com informações das entrevistas e nos documentos dos partidos, ficou evidente que o surgimento alguns partidos foram motivados por defender a independência do país, promover estabilidade política e unidade nacional, acelerar o processo da consolidação democrática e o desenvolvimento do país. Em forma mais estreita, a formação do IV governo constitucional, liderado por Xanana Gusmão como primeiro-ministro, lançou-se uma metáfora política chamando “Adeus conflito Benvindo Desenvolvimento.”

O modelo político descrito acima deve ser considerado como uma internalização dos valores e dos mecanismos democráticos, em construir uma nova cultura política. A sociedade timorese ainda tem na memória os conflitos herdados da sua história, que causaram profundos sofrimentos e dor na sua população e as elites políticas. Convém lembrar que alguns atores tiveram um papel preponderante na história passada e presente do povo timorese. Nesta realidade constrói uma particularidade do valor político timorese, e implicava na postura política democrática desta sociedade, é o valor de reconhecimento pelo sofrimento e dor dos combatentes durante a ocupação de Indonésia (Silva, 2009).

Devendo compreender que a polarização dos partidos políticos foi uma aposta positiva no sistema multipartidário. A hegemonia partidária do histórico partido FRETILIN, no início da independência, foi quebrada no segundo período da legislatura como a principal motivação de constituição do partido CNRT. E fruto dessa motivação uma alternância de poder no processo de formação do governo timorese. Desde a eleição legislativa de 2007 até ao presente, a exigência pela formação de uma coligação parlamentar com maioria é exigência indispensável para uma estabilidade governativa.

Em cumprimento dessa realidade política, a realização de votos para eleger os representantes, não se propôs na confiança e nas preferências políticas, mas também depende da capacidade estratégica de agir baseada nas oportunidades, nos desafios,

que implica um sistema multipartidarismo. Desde então, as exigências de formação de coligação pré-eleitoral dos partidos políticos são soluções esperadas para chegar a ter representante(s) político(s) e assegurar o envolvimento na decisão política. Evidentemente, a formação da coligação (*cf. Na Tabela nº 13*) facilita os partidos em causa, principalmente na recente eleição antecipada 2018, seja com a coligação Aliança Mudança e Progresso (AMP) de CNRT, PLP e KHUNTO em desejo pela maioria absoluta e assegurar estabilidade governativa. Na mesma ocasião, constitui-se a coligação Frente Desenvolvimento Democrático (FDD) constituída pelos 4 partidos políticos (UDT, PDN, FRENTE-Mudança e PUUD) que nas eleições anteriores estiveram com dificuldades para ultrapassar a barreira eleitoral dos 4%, conforme a lei eleitoral.

O exercício político mencionado, implica que os partidos políticos redefinam as suas tendências políticas, orientadas por premissas ideológicas, que refletem a demanda e os interesses da sociedade. Enquanto base principal da formulação das decisões ao nível das políticas públicas, possivelmente preso pelo domínio e dependência ao líder político do partido. Assim, a natureza da vida partidária é inclinada pela hegemonia elite-partidária como aconteceu nos partidos ASDT, PSD e PD antes da morte dos seus líderes do partido. Na mesma forma, o atual partido CNRT que tem confiança no carisma do líder Xana Gusmão. Assim, o partido FRETILIN tem maior influência do seu líder Mari Alkatiri. Enquanto, o partido PLP tem o privilégio de contar com o líder dos Ex-combatentes Taur Matan Ruak.

O fenómeno da hegemonia elite-partidária na realidade política Timorense, demonstra uma forma de clivagem política com origem em três grupos políticos, que apareceram em 1974/75 como grupos radicais: otimistas pela independência; pessimista ao integracionismo; e moderado, com confiança na federação em Portugal, antes de ser independente (Hill, 1978; Gunn, 2005; Saldanha, 2008; Rizzi, 2010). Os atuais líderes políticos que dominando a arena política em Timor-Leste têm o seu passado como figura de maior contributo pela independência, seja à Frente das Força Armadas, à Frente Clandestina, e à Frente da Diplomacia. Uma vez que o grau das suas influências tem em consideração, o nível de contributos, seus sofrimentos e a dor pela qual tinham passado, como um farol da independência do país.

A hegemonia na liderança de um partido político não é uma particularidade só na democracia em Timor-Leste. De acordo com Beck (1997), Gunther

& Diamond (2003) e Fukuyama (2018) em seus estudos, acrescenta que a base da clivagem social dos partidos políticos nos países subdesenvolvidos tem-se caracterizado pela identificação ao líder do partido. Enquanto na proposta de Duverger, a base de ideologia social e das classes sociais são encaradas nas tarefas dos líderes dos partidos de forma a identificar quais são os apoiantes com maior potencial numérico para assegurar o número de votos. De acordo com este pressuposto, designa-se a ideia de Schumpeter (1961) “a irracionalidade da massa eleitoral”. Entretanto, “muitos eleitores escolhem os candidatos com base em suas características pessoais, sem levar em conta partido, ideologia ou questões programáticas” (Mainwaring & Torcal, 2005, p. 250). Esperava-se que numa democracia representativa, com um número insuficiente na elite e com capacidade e conhecimento na massa eleitoral para formular as suas preferências políticas com base na ideologia, fosse capaz de avaliar a realidade social-cultural do país.

Os países em desenvolvimento, neste caso o país Timor-Leste, têm limites na capacidade económica, mais ainda, numa ligação recíproca entre fatores económicos e de socialização/educação política. A incapacidade económica implica dificuldades aos meios da socialização, nos recursos de acesso à escola com boa qualidade, e outros meios de comunicação ao conhecimento e à maturidade política. Na mesma linha de pensamento, os limites à maturidade política dos cidadãos, implica limitação no avanço do desenvolvimento económico.

Destacar o líder político com base na convivência dos partidos políticos, seria relevante e confirmaria a descoberta de Francis Fukuyama sobre os partidos políticos e as atitudes eleitorais nos países da Melanésia:

Quando este sistema político foi transposto para a Melanésia, porém, o resultado foi o caos. A principal razão foi o facto de a maioria dos eleitores na Melanésia não votar em programas políticos; eles apoiam, pelo contrário, o seu Homem Grande e o respetivo *wontok*. Se o Homem Grande (e ocasionalmente Mulher Grande) conseguir ser eleito para o parlamento, o novo deputado utilizará a sua influência para direcionar os recursos do governo para o seu *wontok*, de maneira a ajudar os seus apoiantes em coisas como as propinas escolares, as despesas funerárias ou projeto de construção. Apesar de existência de um governo nacional, com todos os adereços da

soberania – como uma bandeira e um exército – poucos residentes da Melanésia possuem um sentido de pertença a uma nação mais ampla, ou sequer um mundo social que ultrapasse a escala do seu *wantok*. Os parlamentos da Papuásia-Nova Guiné e das Ilhas Salomão não têm partidos políticos coerentes; estão repletos de líderes individuais, cada um dos quais procura obter tantos porcos quanto por possível para a sua exígua base de apoio (Fukuyama, 2018, p. 13).

Conforme os dados extraídos das entrevistas e da documentação estatutária dos partidos, a descoberta de Fukuyama¹⁰, mostra como a educação política é um dos desafios que enfrentam os partidos políticos no processo de promoção do profissionalismo dos quadros desses mesmos partidos políticos e a sua modernização assume um papel relevante na representação política.

A permanência de um elevado número de partidos políticos de Timor-Leste é indicada em duas perspetivas: De um lado, reflete a existência de pluralidade de princípios e de interesses da sociedade em defesa da liberdade e da igualdade. Desta perspetiva indicam-se os motivos para combater a hegemonia partidária e promover igualdade. Por outro lado, é um efeito do falhanço à acomodação da divergência de interesses, ou seja, a falta de capacidade para obter consensos à concretização dos objetivos gerais do partido. Neste caso, reflete-se a formação dos partidos políticos com motivos de promover a cultura e identidade nacional, e defender a independência e unidade nacional.

De forma mais comum, os motivos acrescentados seriam um desvio de perspetiva económica. Na lógica económica, destaca-se o pensamento utilitarista, no que toca, aos partidos como uma instituição ou órgão político, constituído por grupos de indivíduos que tem tanto de motivações individuais, quanto uma função social pelos interesses públicos. Além disso, na função social atuam a atenderem os seus desejos

¹⁰ A descoberta de Fukuyama foi elaborada com base nos estudos empíricos de R.J: May, *Disorderly Democracy: Political Turbulence and Institutional Reform in Papua New Guinea* (Camberra: Australia National University State Society and Governance in Melanesia discussion paper 2003/04, 2003); Hank Nelson, *Papua New Guinea: when the –extravagant Exception is No Longer Exception* (Camberra: Australian National University, 2003); Benjamin Reilly, «Political Engineering and party politics in Papua New Guinea», *Party Politics* 8, n.º. 6 (2002):701-18.

particulares e na obtenção de dividendos, e não, por qualquer desejo de beneficiar os outros. Nessa linha de orientação, Anthony Downs (1957) acrescenta que “qualquer outro agente na divisão do trabalho desempenha sua função social, principalmente como um meio de alcançar seus próprios fins: o gozo de renda, prestígio ou poder” (Downs, 1957, p. 136).

Com base na aproximação utilitária, os motivos da fundação dos partidos políticos Timorenses têm uma dualidade: formal convencional e específica, mas com tendência particular. Nos documentos e nas entrevistas podemos observar motivos para avaliar a democratização, o desenvolvimento nacional, a identidade nacional e a unidade nacional. Enquanto motivos específicos e particularidades estão intrinsecamente incorporados no espírito real dos partidos políticos. Como confirmado no pressuposto de Downs, quanto mais específico o partido político é, melhor se entende como uma equipe de homens que buscam o ofício apenas para desfrutar do prestígio, prestígio e poder que acompanham o funcionamento do aparelho de governo (Downs, 1957).

O jogo político partidário no contexto deste estudo, evidencia que os partidos políticos mobilizam necessariamente o maior número possível de apoiantes a incluírem na organização partidária de base, com vontade e paixão pela liberdade e igualdade, como condição essencial na competição para ser o representante do partido no órgão do Estado. Desta circunstância, prestígio e privilégio económico, desponta como motivação não convencional, proponente de cada pessoa, com interesse particular, requisitos próprios, tipo senha da carreira política em variadas modalidades: ser fundador do partido, maior contribuição financeira ao partido, ser influente ou ter domínio na base social. Fora destas condições, dificilmente encontrará a oportunidade esperada. Com esta consciência e considerando as condições que motivaram o surgimento de alguns novos partidos, tenham ou não origem na cisão de um partido já existente, com forte posição na chefia da organização, é uma oligarquia estável. Assim, inicia-se um novo grupo, com base em novos princípios e objetivos políticos para assegurar uma classe dirigente.

Esta realidade, foi analisada por cientistas e sociólogos como Ostrogorski (1854-1919; 2017), na sua obra “*Democracy and Organization of Political Parties*”; Duverger (1950), “Os Partidos Políticos” e sobretudo, Robert Michels (1911), na sua obra “Sociologia dos Partidos Políticos”, que ainda suplanta a área de estudos partidários, e é adequada no contexto partidário de Timor-Leste. Na ideia de Robert Michels, haverá sempre luta: “*détenteurs d`emploi e os chercheurs d`emploi*. - Trata-se sempre do conflito entre chefes e os que querem ser chefes” (Michel 2001, p. 230). Este fenómeno, entende-se como uma estratégia política para quebrar a hierarquia e a estrutura burocrática partidária, na meta pelo poder político e alcançar o topo da organização existente. Fundar um novo partido, possivelmente ser líder no próprio partido e ao mesmo tempo evitar ser instrumento de outros camaradas ou companheiros, mais passivos ou mais dominadores.

A principal ideia de Robert Michels é conhecida como “a Lei de Ferro da Oligarquia”, e visa o seguinte:

A lei fundamental da Sociologia que rege, inelutavelmente, os partidos políticos - «pode ser formulada assim»: a organização é a fonte de onde nasce a dominação dos eleitos sobre os eleitores, dos mandatários sobre os mandantes, dos delegados sobre os que os delegam. Quem diz organização, diz oligarquia (Michel, 1982, p. 238).

Com base na discussão teórica e descoberta empírica sobre os motivos da formação dos partidos políticos na democracia representativa de Timor-Leste, esta aponta para dois tipos: motivos interligados reciprocamente e motivos convencionais, que se referem a uma forma de motivação que geralmente é declarada publicamente na vivência do partido, mencionada nos estatutos, no manual político e em outros documentos oficiais do partido. Exemplo: participação em processos políticos do país pela igualdade, e para promover a identidade e a unidade nacional, como evidenciado pelos dados encontrados nos estatutos e no manual político dos partidos e, justificado nas entrevistas e nos documentos áudio visuais de Rttl-ep.

Enquanto na segunda dimensão, temos os motivos não convencionais, que não são publicamente acrescentados. Nesta dimensão, identifica-se a competição pelo interesse privado; pelo desejo do privilégio de dominação como elite no partido; pelo aproveitamento na classe dominante, tudo isto se considera como motivos não

convencionais. Entretanto, há uma orientação particular que, literalmente, está incorporada nos motivos convencionais. Indica-se como motivo não convencional aquele que, não formalmente, foi acrescentado ou publicado com tendência. Apesar de não acrescentado formalmente, tem intrinsecamente, força dominante no processo da constituição de um partido político. Um grupo de pessoas que pensam em constituir-se num partido, tendo em conta desejos pessoais e prestígio no cargo político, assegura posição numa elite considerada de influência, com aproveitamento próprio e da família ou até numa forma mais extrema, poderia gerar descontentamento na liderança e no quadro da política existente.

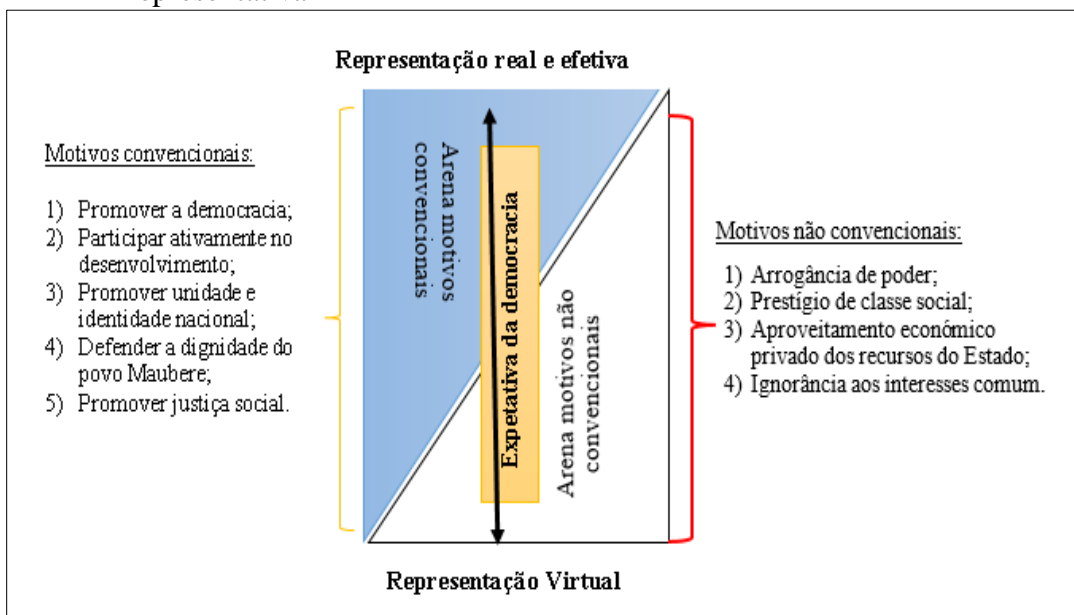
Na prática, os políticos são pessoas com capacidade de construir retórica política e desenvolver opinião pública, convencendo e mobilizando a base de apoiantes de forma a demonstrar as suas preocupações nos interesses comuns, atuando na direção de manipular as consciências de massa, e não como interesses verdadeiros. Na vida política nem sempre se encontra um único objetivo. Assim, a luta partidária representa e assegura os interesses comuns. Muito dos desejos importantes promovidos e anunciados pelos partidos, são virtuais. Por outro lado, existem interesses reais, mas que nunca ou, raramente, são expostos publicamente. Esse tipo de interesse, está mais ligado ao percurso e desejo do partido.

O contraditório dos partidos políticos, implica o seu desempenho como intermediário entre representante e representados, numa *performance* da democracia representativa. Mais no domínio convencional teria implicações na credibilidade da democracia representativa. Pelo contrário, o domínio dos motivos não convencionais dos partidos políticos no seu desempenho ou nas suas funções, resultariam numa democracia não efetiva e logo, no desmotivar da vontade dos eleitores em exercer o seu direito de voto. A maioria dos cidadãos votantes deixou os seus direitos de voto como forma de protesto pelo inadequado desempenho dos partidos políticos (contestatários) como representante político. Este fenómeno, Silva, D., Setti, G., Paranhos, R., & Nascimento, W. (2013), consideram-no como uma patologia política, e afeta cada vez mais a sociedade com alto nível do conhecimento político.

Um paradoxo que merece ser entendido, enquanto participação política dos cidadãos e que se assume como elemento indispensável na democracia. Não apenas para realizar o direito de voto, mas para dar “voz aos cidadãos em expressar suas queixas, os partidos políticos fazem exigências ao público e contabilizam-se como governantes e políticos responsáveis” (Teorell & Torcal, 1995, p 334). Como salientou Verba & Nie, “*Citizen Participation is at the heart of democracy. Indeed, democracy is unthinkable without the ability of citizens to participate freely in the government process (Verba & Nie, 1991, p. 1).*” Enquanto, participação política tem o propósito na competência e conhecimento da política e da vida pública, acessível à socialização, ou seja, em promover maturidade e conhecimentos aos eleitores como cidadãos democráticos.

Em síntese desta ideia, a permanência dos partidos políticos é sempre essencial como elemento central do regime democrático representativo. Entretanto, a efetividade ou qualidade da democracia representativa depende do papel assumido pelos partidos políticos. As performances da democracia representativa do país são resultadas da reciprocidade entre motivos convencionais e os motivos não convencionais dos partidos políticos como instrumento interligado do representante e dos representados.

Figura 35: Motivos de constituição dos partidos políticos e Efetividade na Democracia Representativa



Fonte: Elaboração própria.

7.2. Conclusões

O aparecimento dos partidos políticos em Timor-Leste, de facto, é um fenómeno ainda recente, passados 50 anos da génese do movimento anticolonialista e do percurso para um novo nacionalismo. Desta realidade, temos a fase embrionária dos partidos políticos no país, em três grupos de movimentos: *Primeiro*, o grupo dos otimistas revolucionários, patrocinado pela ASDT/FRETILIN, passando de Timor Português a Timor-Leste Independente; *Segundo*, os grupos pessimistas, proponente da APODETI que promove a política da integração à Indonésia, por acreditar que “Timor-Leste não seria capaz de ser um país independente economicamente”; *Por último*, o grupo moderado, com um projeto de transição com o apoio de Portugal e gradualmente caminhando para Independência de Timor-Leste.

É fulcral nos movimentos mencionados o porquê do surgimento dos múltiplos partidos políticos e a sua complexa dinâmica, seja na motivação, nos objetivos, na base ideológica ou no princípio político, tudo isto para identificarem suas preferências políticas junto às bases eleitorais, criarem oportunidades, superarem desafios que resultam das vivências partidárias. Todas as organizações estão sujeitas a sucessos ou falhanços na sua trajetória. Recordamos que o desejo de Timor era tornar-se num modelo de democracia representativa. Desde então, partidos políticos estão consubstanciados nas suas funções como intermediários entre os cidadãos Timorenses e os seus governantes.

Verificou-se neste estudo, que o povo Timorense tem vontade de adotar o regime democrático e deposita a sua confiança nos partidos políticos como instrumento indispensável no funcionamento da democracia representativa. As ações e os motivos para se institucionalizar os partidos políticos, mais a elevada taxa de participação no direito de voto, indiciam uma democracia representativa. De facto, Timor-Leste é um pequeno país, geograficamente com uma área de 14.954,44 km², e com uma população que é inferior a 1,261 milhões de pessoas (INE, 2018), e registou 35 partidos e com tendência a surgirem novos partidos em cada período eleitoral e com uma taxa de participação eleitoral bastante elevada (a taxa média é de 80% nos 11 atos eleitorais - quer para as presidenciais quer para a parlamentar).

Ainda neste estudo e no comprimento do princípio da democracia representativa, a realização dos papéis de representação, é dominado pelos motivos não convencionais, que indicam uma orientação de aproveitamento de desejo de prestígio de poder e no lucro económico nos quadros principais dos partidos. Esta provável tendência ao desvio de motivos convencionais, fica visível no seu desempenho do processo democrático e no desejo de o consolidar através do avanço no desenvolvimento no país.

A constatação de motivos não convencionais como mencionado, é uma interpretação dos dados encontrados nos estatutos e nas entrevistas, na ótica de uma abordagem com base nos fundamentos teóricos, principalmente no aspeto da perspetiva económica, daquilo que se entende como um partido político: uma equipa de homens que buscam o ofício apenas para desfrutar do prestígio e poder que acompanham o funcionamento do aparelho de governo (Downs, 1957). Segundo Anthony Downs, ajudaria a um melhor entendimento sobre este assunto, se considerarmos os partidos como uma divisão ou uma organização política, que incorpora um grupo de pessoas que desempenham suas funções sociais a fim de alcançar seus próprios interesses, como por exemplo, aproveitar facilidades, usar do prestígio pelo poder alcançado no aparelho de Estado ou membro de um órgão governativo, como o Parlamento Nacional, com maior salário e pensão vitalícia, quando terminam um mandato de legislatura.

Desde então, as constituições dos partidos políticos em Timor-Leste devem ser interpretadas, adequadamente, com base na racionalização económica, uma vez que noutra dimensão pressupostamente interligada, não é objeto deste estudo. A institucionalização dos partidos políticos deve ser entendida como investimento político na democracia. Quanto mais se investir neste projeto, melhor será o retorno. Quanto maior a contribuição nas atividades partidárias, seja materialmente falando ou não, maior é a probabilidade de o partido conseguir um triunfo na luta eleitoral.

Com base nas suposições acima, a pretensão política na representação parlamentar durante a emergência para a democracia no país, apresentada um paradoxo. De um lado, demonstra que é o melhor processo interno à delegação política,

com elevada taxa de participação e o envolvimento dos eleitores na realização os seus direitos de voto. Pelo contrário, *accountability* dos representantes aos representados, ainda não corresponde ao que se espera. Verifica-se nas campanhas eleitorais dos partidos políticos, principalmente os que têm representantes no Parlamento Nacional, um consenso sobre as estratégias de combate à pobreza concentradas em quatro setores prioritários: educação, agricultura, saúde e infra-estruturas. O processo assenta na confiança nos recursos naturais, principalmente recursos petrolíferos, como oportunidades para o acréscimo ao rendimento nacional bruto, e que conduzirá ao desenvolvimento nacional. De fato, o maior custo da operação do Estado durante os últimos 10 anos tem sido beneficiado pelos rendimentos petrolíferos.

A política de desenvolvimento durante estes últimos 20 anos foram despesas, na ordem dos 200 milhões de Dólares Americanos, mas este resultado ainda não diminuiu a pobreza de que sofre a maioria do povo Timorense. O país ainda enfrenta múltiplos desafios para superar práticas da desigualdade socioeconómica e a exclusão social. A taxa de pobreza ainda é muito elevada: 30,3% da população tem menos de \$1,9/dia (World Bank, 2018). O combate à pobreza é o maior desafio desde o início da independência de Timor-Leste, que tem encontrado sérios obstáculos no investimento limitado nos setores público e privado, conduzindo a uma maior taxa de desemprego e a quebra do rendimento familiar; a permanência da maioria da população nas atividades agrícolas de subsistência tradicional, embora o setor agrícola esteja definido como um dos setores prioritários do desenvolvimento nacional. O sector da educação é outra prioridade, defendido no Plano Estratégico do Desenvolvimento Nacional como: “educação é chave para as oportunidades e melhoria da qualidade da vida da população” (Ministério das Finanças, 2011). Mas, as dificuldades de acesso à educação ainda continuam a ser um problema persistente no país, ao longo da sua independência. Problemáticas refletidas no Relatório do Desenvolvimento Humano, que indica que Timor-Leste ocupa a posição 132^a no ranking de 189 países, por apresentar o valor de 0,625, no índice do Desenvolvimento Humano (HDI), do qual se destaca a esperança média de vida à nascença, em apenas 69.2 anos. (UNDP, 2018).

De facto, a decisão do Presidente da República em dissolver o Parlamento Nacional, resultante da eleição geral 2017, e anunciar a realização de nova eleição

geral legislativa (designada de eleição antecipada) em 2018, no seguimento da crise política na formação do novo governo (VIII governação da eleição antecipada) liderado pelo Primeiro-ministro Taur Matan Ruak, vem justificar a incapacidade dos partidos políticos em assegurar o interesse comum no jogo político democrático.

BIBLIOGRAFIA

- Aguiar, J. (1990). As funções dos partidos nas sociedades modernas. *Análise Social*, XXV (1073), 287 – 331. Lisboa: Instituto Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Obtido de:
<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223034142C8oFR2qk4Eq89YH8.pdf>
- Águila, R. (1996). La participación política como generadora de educación cívica y gobernabilidad. *Revista Ibero-Americana de Educação*, 12, 31-44. Obtido de:
<https://doi.org/10.35362/rie1201149>
- Aries, M. C. (2009). A dimensão Representativa da Participação na Teoria Democracia Contemporânea. *Revista Debates*, 3(2), 12., 1-12. Obtido de:
<https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/10884>
- Aires, L. (2015). *Paradigma qualitativo e práticas de investigação* (1ª Ed.). Lisboa: Universidade Aberta.
- Almeida, C. X. (2013). *A participação de sociedades timorenses nas eleições presidenciais: um estudo comparativo das eleições presidenciais de 2002, 2012 e 2012*. (Dissertação de Mestrado em Ciências Políticas: Repositório da Universidade de Lisboa Comunidades & Coleções ISCSP - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas). Obtido de: <http://hdl.handle.net/10400.5/5879>
- Almond, G. (1956). Comparative Political Systems. *The Journal of Politics*, 18(3), 391-409. Retrieved February 10, 2021. Obtido de:
<http://www.jstor.org/stable/2127255>
- Almond, G. A., & Coleman, J. S. (2015). *The Politics of the Developing Areas*. Princeton Legacy Library: Princeton University Press.
- Almond, G. A., & Verba, S. (1989). *The Civic Culture, Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. London: SAGE Publications.
- Anastasia, F., & Nunes, F. (2007). A Reforma da Representação. Em Avritzer, & Anastasia, *Reforma Política no Brasil* (15 - 33). Belo Horizonte: UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais). Obtido de:
<https://www.researchgate.net/publication/278018888>
- Aries, M. C. (2009). A dimensão Representativa da Participação na Teoria Democracia Contemporânea. *Revista Debates*, 3(2), 1-12. Obtido de:
<file:///C:/Users/Utilizador/Downloads/Representa%C3%A7%C3%A3oDemocracia/Dimen%C3%A7%C3%A3o%20representativa%20pol%C3%ADtica.pdf>
- Aristóteles (2006). *Política*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. 3ªed., São Paulo: Lafonte.
- Baltazar, M.S. (2005). “A Integração na recente teoria sociológica: do micro-macro e de acção-estrutura de Anthony Giddens” In Ramos, F. & Silva, C. (Orgs).

Sociologia em diálogo, (1-19). Évora, Departamento de Sociologia (Universidade de Évora)

- Baltazar, M.S. (2016). *Anthony Giddens e a teoria da estruturação. Desenvolvimento e Sociedade Revista Interdisciplinar de Ciências Sociais*, 1, 83-91. CICS.NOVA - Publicações - Artigos em Revistas Nacionais Com Arbitragem Científica. Obtido de: <http://hdl.handle.net/10174/20234>
- Baptista, A. (2010). Democracia e representação democrática. *Análise Social*, 45(196), 491–514. Instituto Ciências Sociais da Universidad de Lisboa. Obtido de: <https://www.jstor.org/stable/41012814>
- Barber, Benjamin R. (2004). *Strong Democracy: Participatory Politics for a New Age*. Berkeley Los Angeles London: University of California Press.
- Barker, C., Pistrang N. & Elliot, R. (2002). *Research Methods in Clinical Psychology: An introduction for Students and Practitioners*. (2º Ed). Wiley Online Library.
- Barker, E. (1942). *The Development of Public Services in Western Europe, 1660-1930*. London, New York, Toronto: Oxford University Press.
- Barnes, S. H., & Kaase, M. (1981). Political Action. Mass Participation in Five Western Democracies. *The Journal of Politics*. 43(2), 572-574: SAGE Publications. Obtido <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/227490>
- Barnett, A. (2014). The Creative Analytic Paradigm and Generative Social Research within the Context of the Early-Years/Kindergarten Physical Learning Environment. *American Journal of Educational Research*, 2(5), 283-290. Obtido de: <http://pubs.sciepub.com/education/2/5/8de>:
- Bartolini, S., & Mair, P. (2007). Identity, Competition and Electoral Availability: The Stabilisation of European Electorates 1885-1985, Colchester: ECPR Classics. Retrieved from Cadmus, *European University Institute Research Repository*. Obtido de: <http://hdl.handle.net/1814/7073>
- Beck, P. A. (1997). *Party Politics in America*, New York: HarperCollins College.
- Beetham, D., Carvalho E., Landman T., & Weir S. (2008). *Assessing the Quality of Democracy: A Practical Guide*. International Institute for Democracy and Electoral Assistance ().
- Belchior, A. M. (2008). "Party Political Representation in Portugal". In *South European Society and Politics*, 13(4), 457–476. Obtido de: <http://dx.doi.org/10.1080/13608740902738384>
- Belchior, A. M. (2010). *Democracia e Representação Partidária “A elite parlamentar e os cidadãos.”* (1ª Ed). (Gráfica Manuel Barbosa & Filhods Lda., Ed.) Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

- Belchior, A. M. (2016). *Confiança nas Instituições Políticas*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, Ed.
- Black, M. (1961). The Social Theories of Talcott Parsons, a Critical Examination. *The American Catholic Sociological Review, Autumn, 1962*, 23,(3) (Autumn, 1962), 236-254. Oxford University Press Stable.
- Blondel, J. (1968). Party Systems and Patterns of Government in Western Democracies. *Canadian Journal of Political Science*, 1(2), 180-203. Obtido de: <https://www.jstor.org/stable/i362112>
- Bogdan, R. & Biklen, S. (2010). *Investigação Qualitativa em Educação: Uma Introdução à Teoria e aos Métodos*. Capítulo 1 & 2, 48-52. Portugal: Porto Editora. Obtido de: <https://ria.ufrn.br/123456789/1119>
- Boni, V. & Quaresma, J. (2005). Aprendendo a entrevistar como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Em Tese*, 2(1), 68 - 80. Obtido de: <https://doi.org/10.5007/18027>
- Borba, J. (2005). Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. *Opinião Pública*, 11(1), 147-168. Obtido de: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762005000100006>
- Brady, H. E. (1999), Political Participation. In Robinson, J. P., Shaver, P. R., & Wrightsman, L. S. (Eds). *Measures of social psychological attitudes*, Vol. 2. San Diego: Academic Press.
- Brady, H. E., Verba, S., & Schlozman, K. L. (1995). Beyond SES: A resource model of political participation. *American political science review*, 271-294. Obtido de: <https://www.jstor.org/stable/2082425>
- Bryman, A. (2016). *Social Research Methods* (5º Ed). Oxford: Oxford University Press.
- Bueno, R. (2007). *Teoria da Sociedade Aberta Democrática, (Filosofia política e direito na sociedade bem organizada)*, (1ª Ed). São Paulo: Mackenzie.
- Bunce, V. (2000). Comparative Democratization: Big and Bounded Generalizations. *Comparative Political Studies*, 33(7), 703–734. Obtido de: <https://doi.org/10.1177/001041400003300602>
- Calca, P., & Gross, M. (2019). To adapt or to disregard? Parties 'reactions to external shocks. *West European Politics*, 42(3), 545-572. Obtido de: <https://dx.doi.org/10.1080/01402382.2018.1549851>
- Canotilho, J. J. G. (2003). *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, (7ª Ed. & 14ª reimpressão). Coimbra: Almedina.
- Cardoso, F. & Gusmão, M. (2008). *Hari ĩ Demokraria Projrtu no Prosesu Ne'ebe La Nahas*. Dili: Comissão Nacional da Eleição de Timor-Leste.

- Caregnato, R. C. A., & Mutti, R. (2006). *Pesquisa Qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. Texto & Contexto - Enfermagem*, 15 (4), 679 – 684. Obtido de: <https://doi.org/10.1590/s0104-07072006000400017>
- Charlot, J. (1974). *Os Partidos Políticos*. Lisboa: Parceria A.M. Pereira Lda.
- Clague, B. C., & Gleason, S. (2001). *Lasting Democracy. The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 573 (Political and Social Science), 16–41. SAGE Journals Online and High Wire Press platforms). Obtido de: <http://ann.sagepub.com/cgi/content/refs/573/1/127>
- Clague, C., Gleason, S., & Knack, S. (2001). “Determinants of Lasting Democracy in Poor Countries: Culture, Development, and Institutions”. In *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, 573(1), 16–41. Obtido de: <https://doi.org/10.1177/000271620157300102>
- Coelho, M. (20014). *Os Partidos Políticos e O Recrutamento do Pessoal Dirigente em Portugal – o caso do PS e do PPD/PSD (1ª Ed.)*. Lisboa: Europress.
- Col, J. P., & Mounier, J. P. (1976). *Para Uma Sociologia Política*. Lisboa: Livraria Bertrand.
- Costa, J. A. L. (2018). *Desenvolvimento e Educação: contributo para uma estratégia de intervenção em Timor-Leste*. (Tese doutamente). Évora: Instituto de Investigação e Formação Avançada (IIFA) Universidade de Évora.
- Cotta, M. (2008). *Democracia, Partidos e elites*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Cotton, J., (2007). Against the Grain: The East Timor Intervention, *Survival*, 43(1), 127-142. Obtido de: <https://doi.org/10.1080/00396330112331343015>
- Creswell, J. W. (2003). *Research design: Qualitative, quantitative, and mixed method 2nd approaches*. Thousand Oaks: SAGE Publications.
- Croissant, A., & Völkel, P. (2012). Party system types and party system institutionalization: Comparing new democracies in East and Southeast Asia. *Party Politics*, 18 (2), 235 – 265. Obtidos de: <https://doi.org/10.1177/1354068810380096>
- Da Cruz, M. B., (1985). A participação política da juventude em Portugal — as elites políticas juvenis. *Análise Social*, 21 (87-88-89), 1067-1088. Obtido de: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223480202Y7eVG2cq8Cn79OV1.pdf>
- Daalder, H. (2007). “Partidos Negados, Oviados, o Redundantes? Una Crítica ” Montero, J. R., Gunther, R. & Linz, J. J. (2007) *Partido Políticos Viejos Conceptos y Nuevos Retos*. Madrid: Trotta.
- Dahl, R. A. (1971). *Polyarchy-Participation and opposition*. New Haven and London: Yale University Press.

- Dahl, R. A. (1991). *Democracy and its Critics*. New Haven and London: Yale University Press.
- Dahl, R. A. (1994). A Democratic Dilemma: System Effectiveness versus Citizen Participation. *Political Science Quarterly*, 109(1), 23-234. Obtido de: <https://www.jstor.org/stable/2151659>.
- Dalh, R. A., (2005). *Who Governs? Democracy and Power in the American City*. New Haven and London: Yale University Press.
- Dalton, R. J. (1985). Political Parties and Political Representation: Party Supporters and Party Elites in Nine Nations. *Comparative Political Studies*, 18(3), 267–299. Obtido de: <https://doi.org/10.1177/0010414085018003001>.
- Dalton, R. J. (2013). *The apartisan American: Dealignment and Changing Electoral Politics*. Washington: Sage publiser.
- Dennis, J. (1966). Support for the Party System by the Mass Public. *American Political Science Review*, 60(3), 600-615. Obtido de: <https://doi.org/10.2307/1952973>
- Dewey, J. (1927- reprinted 1988). *The Public and Its Problems*. Chicago: Ohio University Press.
- Diamond, L. (2003). *Developing Democracy, Toward Consolidation*. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press.
- Diamond, L., Linz, J. J. & Lipset, S. M. (1995). *Politics in Developing Countries: Comparing Experiences with Democracy*. 2nd Editions. Boulder, Colo: Lynne Rienner.
- Dias, M. R. (2002). *Sob o Signo da Vontade Popular: o orcamento participativo e o dilema da Câmara Munocopal de Porto Alegre*. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ).
- DGE (2017), *Timor-Leste em Números*, VII Ed., Direção Geral de Estatística Ministério das Finanças de Timor-Leste. Díli: Sylvia.
- Downs, A. (1957). An Economic Theory of Political Action in a Democracy Author (s): Anthony Downs Source: *Journal of Political Economy*, 65(2), 135-150. Published by: The University of Chicago Press. Obtido de: <http://www.jstor.org/stab>.
- Duverger, M. (1951). *Os Partidos Políticos*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Duverger, M. (1954). *Political Parties: Their Organization and Activity in the Modern State*. London: Methuen.
- Duverger, M. (1980). A new Political System Model: Semi-presidential Government. Em A. L. (ed.), *Parliamentary Versus Presidential Government (Oxford*

- Readings in Politics and Government*) (pp. 142-149). New York: Oxford University Press.
- Easton, D. (1957). An Approach to the Analysis of Political Systems. *World Politics*, 9(3), 383-400. doi: 10.2307/2008920: Cambridge University Press. Obtido de: <https://www.jstor.org/stable/2008920>
- Eckstein, H. (1966). Political Divisions in Norway. In *Division and Cohesion in Democracy: A Study of Norway* (pp. 33-67). Princeton, New Jersey: Princeton University Press. Obtido de: <http://www.jstor.org/stable/j.ctt13x12vx.6>
- Eckstein, H., (1974). *Division and Cohesion in a Democracy: A study of Norway*. Series: Center for International Studies, Princeton University. New Jersey: Princeton University Press
- Economist Intelligence Unit, (2019). *Democracy Index 2019 A year of democratic setbacks and popular protest, XII (Democracy Index)*, 1–69. Obtido de: <https://www.eiu.com/topic/democracy-index>
- Elgie, R., & McMenamin, I. (2011). Explaining the Onset of Cohabitation under Semi-presidentialism. *Political Studies*, 59(3), 616-635. Obtido de: <https://doi.org/10.1111/j.1467-9248.2010.00870.x>
- Epstein, L. D. (2000). *Political Parties in Western Democracies*. (4th Ed.). New Brunswick & London: Routledge.
- Feijó, R. G. (2013). *O Semi-Presidencialismo Timorense*. (Apresentação do autor no Município de Lospalos, 15 de Março de 2013). Obtido de: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/41354/1/Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20Semi-presidencialismo%20Timorense.pdf>
- Feijo, R. (2016). *Dynamics of Democracy in Timor-Leste: The Birth of a Democratic Nation, 1999-2012*. Amsterdam: Amsterdam University Press. Obtido de: <https://doi.org/10.1515/9789048526338>
- Feijó, R. G. (2018). “Pecados, Virtudes e Bruxaria Institucional no Presidencialismo: articulações entre o sistema de governo e a construção de um Estado democrático em Timor-Leste”. Em António Costa Pinto & Paulo José Canelas Rapaz (Org). *Presidentes e (Semi)Presidencialismo nas Democracias Contemporâneas*, Capítulo 6 (137-175). Lisboa: Inprensa de Ciências Sociais.
- Feijó, R. G. (2019). Timor-Leste in 2018: Political Instability and Economic Decline. *Asian Survey*, 59 (1), 215-221. Obtido de: <https://doi.org/10.1525/as.2019.59.1.215>
- Feleiciano Fátima. (2007). *Diario Timor Post*. Díli. Edição 28 de Março de 2007.
- Feng, Y., & Zak, P. J. (1999). The Determinants of Democratic Transitions (The Politics and Economics science). *Journal of Conflict Resolution*, 43(2), 162–177. Obtido de <https://doi.org/10.1177/0022002799043002003>

- Fischer, J. P. (12 de Abril de 2020). Eleição parlamentar de Timor-Leste de 2018. *Wikipédia- Enciclopédia livre*. Obtido de: https://pt.wikipedia.org/wiki/Elei%C3%A7%C3%A3o_parlamentar_de_Timor-Leste_de_2018
- Fischer, J. P. (2007). *Results of Parliament Elections in East Timor 30th June 2007 - Strongest party in each district*. Retrieved August 4, 2017. Obtido de: https://commons.wikimedia.org/wiki/User:J._Patrick_Fischer?uselang=pt
- Fraser, N. (2002). A Justiça Social na Globalização: Redistribuição, reconhecimento e participação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (63), 07–20. Obtido de: <https://doi.org/10.4000/rccs.1250>
- Freire, A. & Lopes, F. F., (2002). *Partidos políticos e Sistemas Eleitorais: Uma Introdução*. Lisboa: CELTA Editora.
- Freitas, H., & Janissek, R. (2000). *Análise Léxica e Análise de Conteúdo: Técnicas complementares, sequenciais e recorrentes para exploração de dados qualitativos*. Porto Alegre: Gráfica La Salle. Obtido de: <http://www.adm.ufrgs.br/professores/hfreitas>
- Fukuyama, F. (2000). *The Great Disruption: Human Nature and the Reconstitution of Social Order*. New York: Touchstone, Ed.
- Fukuyama, F. (2018). *As Origens da Ordem Política*. (2ª Ed). Lisboa: Uma editora do Grupo LeYa, Ed.
- Giddens, A. (1991). *The Consequences of Modernity*. California: Stanford University Press.
- Giddens, A. (2007). *Sociologia*. (5ª Ed). Lisboa: Vossas, Fundação Calouste Gulbenkian – Serviço Educação e Bolsas.
- Giddens, A., & Turner, J. (1999). *Teoria Social Hoje*. (Tradução de Gilson Cesar Cardoso de Sousa). São Paulo: UNESP.
- Gimenes, É. R. (2014). Comportamento Eleitoral e Tipologia da Ação Social Weberiana: considerações sobre a tese do apartidarismo Norte-Americano. *Em Tese, Florianópolis*, 11(1). Obtido de: <http://dx.doi.org/10.5007/1806-5023.2014v11n1p109>
- Glasure, Y.U., Lee, AR. & Norris, J. (1999). Level of economic development and political democracy revisited. *International Advances in Economic Research* 5, 466–477. Obtido de: <https://doi.org/10.1007/BF02295544>
- Goldenberg, M. (1999). *A Arte de Pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais*. Rio de Janeiro: Record.
- Gomes, F. C. (2012). *Atlas Eleitoral: Eleição parlamentar 2012*. Díli: Comissão Nacional de Eleições (CNE).

- Gorjão, P. (2005). Mudança de regime e política externa: Portugal, a Indonésia e o destino de Timor Leste. *Análise Social*, 40 (174), 7–35. Obtido de: <https://doi.org/10.2307/41012122>
- Graça, J. C. (2018). *Manual de Sociologia Política*. (Edições Almedina, S.A.). Coimbra: Almedina.
- Grosselli, G., & Mezzaroba, O. (2011). The Political Participation and its implications for the construction of full Citizenship and Democratic Political Culture. In *Anais do XX Encontro Nacional do CONPEDI realizado em Belo Horizonte - MG Junho de 2011*. (7128-7143). Obtido de: https://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/grosselli_7.pdf
- Guba, E. G. (1990). “The Alternative Paradigm Dialogue”. In Egon G. Guba (Ed.), *The Paradigm Dialog* (17-30). Newbury Park London: Sage Publications. Obtido de: <http://www.sciepub.com/reference/49351>
- Guedes, N. (2006). *O partido-cartel: Portugal e as leis dos partidos e financiamento de 2003*. Working paper n° 17/2006. Repositório do ISCTE-IUL. Obtido de: <http://hdl.handle.net/10071/181>
- Gunn, G. C. (2005). *500 Tahun Timor Loro Sa'e* (500 Anos Timor-Leste). Díli: Sa'he Institute for Liberation (SIL) em cooperação com Nagasaki University Press.
- Gunn, G. C. (2020). Timor-Leste in 2019: Going for Broke. *Asian Survey*, 60(1), 159-164. Obtido de: <https://doi.org/10.1525/as.2020.60.1.159>
- Gunther, R., & Diamond, L. (2003). *Species of political parties: A new typology*. *Party Politics*, 9(2), 167–199. Obtido de: <https://doi.org/10.1177/13540688030092003>
- Gunther, R., Montero, J. R., & Linz, J. J. (2009). *Political Parties, Old Concept and New Challenges comparative Politics*. Oxford: Oxford University Press.
- Gurr, T. R., (1980). *Handbook of political conflict: theory and research*. New York : Free Press.
- Habermas, J. (1995). Três Modelos Normativos de Democracia. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, (IV) 36-95 (Tradução de Gabriel Chon & Álvaro de Vita) Obtido de: <https://doi.org/10.1590/s0102-64451995000200003>
- Hill, H. M. (1978). *FRETILIN the Origins, Ideologies and Estrategies of a Nationalist Movement in Esat Timor*. Australia: Disertation of Master Degri on Monas University, Departement Politik.
- Hobbes, T. (1979). *Leviatã: Ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil*. São Paulo: Nova Cultura.
- Horowitz, I. L. (2006). The promotion of democracy is the centerpiece of Bush's foreign policy, but the president has yet to define democracy. *The struggle for*

- democracy. Obtido de: <https://nationalinterest.org/article/the-struggle-for-democracy-880>
- Huntington, S. P. (1991). *The Third Wave: democratization in the late twentieth century*. Oklahoma: University of Oklahoma Press.
- Huntington, S. P. (1999). *O Choque da Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial*. Lisboa: Gradiva.
- Huntington, S. P. (2006). *Political Order in Changing Societies*. New Haven, Connecticut: Yale University Press.
- Huntington, S. P., & Nelson, J. M., (1976). *No Easy Choice: Political Participation in Developing Countries*. Cambridge: Harvard University Press.
- Hycner, R. H. (1985). *Some Guidelines for the Phenomenological Analysis of Interview Data*. *Human Studies*, 8(3), 279–303. Obtido de: <https://doi.org/10.1007/BF00142995>
- IDEA. (2012). *International — Second Meeting of the Inter-Regional Dialogue on Democracy, 2012*.
- Inglehart, R. (1971). The Silent Revolution in Europe: Intergenerational Change in Post-Industrial Societies. *American Political Science Review*, 65(4), 991–1017. Obtido de: <https://doi.org/10.2307/1953494>
- Inglehart, R. (1977). *The Silent Revolution: Changing Values and Political Styles Among Western Publics*. Princeton New Jersey: Princeton University Press.
- Inglehart, R. (1997), *Modernization and post-modernization: cultural, economic and political change in 43 societies*, Princeton: Princeton University Press.
- Inglehart, R. (2003), Modernization and Volunteering, in P. Dekker & L. Halman (eds.), *The values of volunteering*, New York: Kluwer
- Innerarity, D. (2016). *A Política em Tempos de Indignação* (1ª Ed). Lisboa: Dom Quixote.
- Jardim, A. C. S. (2009). Metodologia Qualitativa: é possível adequar as técnicas de coleta de dados aos contextos vividos em campo? *Apresentação no 47º congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural*, 1–12. Obtido de: <https://cursodegestaoelideranca.paginas.ufsc.br/files/2016/03/Artigo-sobre-Pesquisa-Qualitativa.pdf>
- Katz, R. & Mair, P. (2008). Chapitre 1 - La transformation des modèles d'organisation et de démocratie dans les partis: L'émergence du parti-cartel. Dans : Yohann Aucante éd., *Les systèmes de partis dans les démocraties occidentales: Le modèle du parti-cartel en question* (pp. 35-64). Paris: Presses de Sciences Obtido de : <https://doi.org/10.3917/scpo.aucan.2008.01.0035>

- Katz, R. S., & Mair, P. (1995). Changing Models of Party Organization and Party Democracy: The Emergence of the Cartel Party. *Party Politics*, 1(1), 5–28. Obtido de: <https://doi.org/10.1177/1354068895001001001>
- Katz, R. S., & Mair, P. (2009). The Ascendancy of the Party in Public Office: Party Organizational Change in Twentieth-Century Democracies. In R. Gunther, J. R. Montero, & J. J. Linz, *Political Parties. Old Concepts and New Challenges* (113–135). New York: Oxford University Press.
- Katz, R. S., & Mair, P. (2009). The Cartel Party Thesis: A restatement. *Perspectives on Politics*, 7(4), 753–766. Obtido de: <https://doi.org/10.1017/S1537592709991782>
- Katz, R.S. & Crotty, W. (2006). *Handbook of Party Politics*. London & New York: SAGE publications Ltd.
- King, A. (1969). Political Parties in Western Democracies: Some Sceptical Reflections *Northeastern Political Science Association*, 2(2), 111–141. Obtido de: <http://www.jstor.org/stable/3234095>
- Kirchheimer, O. (1990). *The Catch-all Party. The Western European Party System*. Oxford: Oxford University Press.
- Kuschnir, K., & Carneiro, L. P. (1999). As Dimensões Subjetivas da Política : Cultura Política e Antropologia da Política. *Estudo Histórico*, 24. 227–250. Obtido de: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4332982/mod_resource/content/1/Dimens%C3%B5es%20subjetivas%20da%20cult%29%20pol%C3%ADtica.pdf
- Lamounier, B., & Souza, A. (1991). Democracia e Reforma Institucional no Brasil: uma cultura política em mudança, *Dados Revista de Ciências Sociais*, 34 (3) . 311–348. Obtido de: <http://dados.iesp.uerj.br/artigos/?id=412>
- Landman, T. (2008). *Issues and Methods in Comparative Political, An Introduction*. (3rd ed.). London and New York: Routledge Taylor & Francis Group.
- LaPalombara, J. & Weiner, M. (2015). *Political Party and Political Development*. New Jersey: Princeton University Press.
- Lavou, G. E. (2018). Partis politiques et Réalités sociales. Contribution à une étude réaliste des partis politiques. Préface de M. Duverger. *Revue Française de Science Politique*, 3(4), 878–880. Obtido de: https://www.persee.fr/doc/rfsp_0035-2950_1953_num_3_4_452745_t1_0878_0000_002
- Leach, M. (2018) *Nation-Building and National Identity in Timor-Leste*, (eBook), London: Routledge. Obtido de: DOI <https://doi.org/10.4324/9781315311654>

- Leach, M. & Kingsbury, D, (ed.) (2013), *The politic of Timor-Leste, Democratic Consolidation After intervention*, New York: Cornel University Southeast Asia Program.
- Leeuwen, B. V. (2007). A formal recognition of social attachments: Expanding Axel Honneth's theory of recognition. *Inquiry*, 50(2), 180-205. Obtido de: <https://doi.org/10.1080/00201740701239897>
- Lenza, P. (2020). *Direito Constitucional Esquemático* (24ª edição). São Paulo: Saraiba Educação. Obtido de: <https://books.google.pt/books?id=hwnYDwAAQBA>
- Lerner, D., (1965). *The Passing of Traditional Society - Modernizing the Midlle East* (5th printing edition). Free Press.
- Lessard-Hébert, M., Goyette, G., Boutin, G., & Reis, M. J. (2013). *Investigação qualitativa: fundamentos e práticas* (5ª Ed.). Maria João Reis (Trad.) Lisboa: Instituto Piaget
- Lijphart, A. (1989). *As Democracias Contemporâneas*. Lisboa, Portugal: Gradiva.
- Lijphart, A. (2012) *Patterns of Democracy*. New Haven and London: Yale University Press.
- Lima, B. P., & de Sá, T. M. (2005). As teorias da transição para a democracia e o caso português. *Relações Internacionais*, 127–144. Obtido de: http://bernardopiresdelima.com/wpcontent/uploads/2013/03/RI7_BPLTMS.pdf
- Linz, J. J., & Stepan, A. (1996). *Problems of democratic transition and consolidation (Southern Europe, South America, and Pos-Communist Europe)*. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press.
- Lipset, S. M. & Rokkan, S. (1967). *Party System and Voter Alignments. Cross-National Perspectives*. New York: The free Press.
- Lipset, S. M. (1959). Some Social Requisites of Democracy: Economic Development and Political Legitimacy. *The American Political Science Review*, 53(1), 69-105. American Political Science Association. Obtido de: <http://www.jstor.org/stable/1951731>
- Lipset, S. M. (1994). The Social Requisites of Democracy Revisited: 1993 Presidential Address. *American Sociological Review*, 59(1) 1-22. Obtido de: <https://www.jstor.org/stable/2096130>
- Lipset, S. M., & Rokkan, S. (1985). *Consenso e Conflito: Trajectos* (1ª Ed.). Lisboa: Gradiva.
- Lipset, Seymour Martin (2018). *Political Man. The Social Basis of Politics*. Nova York: Anchor.

- Lisi, M., Marchi, R., & Evans, A. M. (2013). Participação Política e Qualidade da Democracia. Em *A Qualidade Democracia em Portugal: A Visão dos Cidadãos* 51–75. Lisboa: Universidade de Lisboa. Obtido de: <http://hdl.handle.net/10451/22840>
- Lopes, F. F., & Freire, A. (2002). *Partidos Políticos e Sistema Eleitoral*. Lisboa: CELTA.
- Lowi, T. (2018). Toward Functionalism in Political Science: The Case of Innovation in Party Systems. In *The American Political Science Review*, 57(3), 570-583. Obtido de: <https://www.jstor.org/stable/1952563>
- Luis, C. (2015). Eleições em Timor-Leste: o papel da participação popular na construção do Estado. Em Freire, M.R. *Consolidação da paz e a sua sustentabilidade: as missões da ONU em Timor-Leste e a contribuição de Portugal*, (pp. 243-272). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Magagnin, R. C. (2008). *Um Sistema De Suporte À Decisão Na Internet Para O Planejamento Da Mobilidade Urbana*, (Tese Dotourando). Universidade de São Paulo. Obtido de: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18137/tde-21052008-173849/publico/Dr_RCM.pdf
- Mainwaring, S. (1998). Rethinking Party systems Theory in the Third Wave of Democratization: The importance of Party System Institutionalization. *Institute for International Studies*, (260), 28. (Working Paper). Obtido de: https://www.researchgate.net/publication/270349236_Rethinking_Party_Systems_in_the_Third_Wave_of_Democratization_The_Case_of_Brazil
- Mainwaring, S. & Scully, T. R. (eds) (1995) *Building Democratic Institutions: Party Systems in Latin America*. Stanford, CA: Stanford University Press.
- Mainwaring, S., & Torcal, M. (2005). Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização. *Opinião Pública*, 11(2) 249–286. Obtido de: <https://doi.org/10.1590/s0104-62762005000200001>
- Mair, P. (1996). *Party System Change: Approaches and Interpretations*. Oxford: Clarendon Press - Oxford University Press.
- Mair, P. (2021). “Party Systems and Structures of Competition”. In *Party System Change: Approaches and Interpretations*. Oxford: Oxford University.
- Manin, B. (1997). *The Principles of Representative Government* (Themes in the Social Sciences). Cambridge: Cambridge University Press. Obtido de: doi:10.1017/CBO9780511659935.
- Manzini, E. J. (2018). *Entrevista Semi Estruturada: Analise objetivos e de roteiros*. Em seminário internacional sobre pesquisa e estudos qualitativos UNESP Marília.pdf. Obtido de: <https://id.scribd.com/document/325080891/Manzini-Eduardo-Jose-Entrevista-Semi-Estruturada-Analise-de-Objetivos-e-Roteiros>

- Martins, M. (2015). *A Evolução do Sistema Partidário de Timor-Leste 2001-2012* (Dissertação de Mestrado) Universidade de Aveiro.
- Martins, M. M. (2004). *Participação Política em Democracia, O Caso do Português (1976 – 2000)*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Mas'ood, M. (2003). *Negara, Kapital dan Demokrasi*, (Estado, Capital e Democracia). Jacarta: Pustaka Pelajar.
- Matsuno, A. (2014). Construção da democracia, diálogo político e capital social na transição de Timor-Leste para a independência. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (104), 83 – 100. Obtido de: <https://doi.org/10.4000/rccs.5709>
- Maxwell, K. (1999). Reviewed Work: Rethinking Party Systems in the Third Wave of Democratization: The Case of Brazil by Scott P. Mainwaring. *Foreign Affairs: The New American Realism* 78(6), 153. Council on Foreign Relations. Obtido de: <https://doi.org/10.2307/20049577>
- Mayer, R. (2013). O uso das tipologias para o estudo dos partidos políticos. Em. Gallo Carlos Arthur, Souza Bruno Mello, Miranda Joyce Miranda, *Ciência Política Hoje* (pp. 141-161). Porto Alegre: Evangraf.
- Medeiro, A. M. (2017). *Sabedoria Política: Um site dedicado ao Estudo da Política*. Obtido de: <https://www.sabedoriapolitica.com.br/ciber-democracia/democracia-representativa/>
- Medeiros, A. M. (2015). Epistemologia e Ciências Sociais Política __ Sabedoria Política. Obtido de: <http://www.portalconscienciapolitica.com.br/products/epistemologia-e-ciencias-sociais-politica/>,
- Mendes, P. R. (23 de Junho de 2007). "Vivia-se melhor no tempo indonésio" - *Abílio Araújo*. Obtido de MUNDO - RTP Notícias: https://www.rtp.pt/noticias/mundo/vivia-se-melhor-no-tempo-indonesio-abilio-araujo_n138041
- Meny, Y., & Surel, Y. (1991). *Politique comparée : les démocraties, Allemagne, Etats-Unis, France, Grande-Bretagne, Italie*. Paris, Montchrestien,. Obtido de <http://hdl.handle.net/1814/9202>
- Michels, R. (2001). *Para uma Sociologia dos Partidos Políticos na Democracia Moderna*. Lisboa, Portugal: Antígona.
- Michels, R., & Lipset, S.M. (2017). *Political Parties: A Sociological Study of the Oligarchical Tendencies of Modern Democracy* (E. Paul, & C. Paul, Trans.; 1st ed.). Routledge. Obtido de: <https://doi.org/10.4324/9781315126685>
- Miguel, L. F. (2005). Impasses da accountability: dilemas e alternativas na representação política. *Revista Sociologia Política*. (25) 25-38. Obtido de: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782005000200004>.

- Milbrath, L. W. (1977). *Political Participation: How and why do people get involved in politics?* (2 Ed.). Chicago: Rand McNally & Company.
- Mill, J. S. (2013). *Considerations on Representative Government*, (Ebook) Produced by Curtis A. Weyant and David Widger. New York. Obtido de: https://www.gutenberg.org/files/5669/5669-h/5669-h.htm#link2H_PREF
- Milbrath, L. W. (1977). *Political Participation: How and Why Do People Get Involved in Politics?* (2 ed.) Chicago: Rand McNally & Company.
- Ministério da Educação Timor-Leste. (Julho de 2015). *Ultima Homenagem do Suadoso Fernando Lasama de Araújo*. Díli-Timor-Leste: Centro de Impressão do Ministério da Educação.
- Moestrup, S. (2007). Semi-presidentialism in Young Democracies: Help or Hindrance? In *Semi-Presidentialism Outside Europe*, (pp. 42-67). Routledge.
- Montero, J. R. & Gunther, R. (2009). Reviewing and Reassessing Parties. In Gunther, R., Montero, J. R. & Linz, J. J. (Ed.). *Political parties: old concepts and new challenges* (pp. 1-16). Oxford: Oxford University Press.
- Montero, J. R., Gunther, R., & Torcal, M., (1997). *Democracy in Spain: Legitimacy, discontent, and disaffection*. *St Comp Int Dev* 32, 124–160. Obtido de: (1997). <https://doi.org/10.1007/BF02687334>
- Moore, B. (2015). *Social Origins of Dictatorship and Democracy: Lord and Peasant in the Making of the Modern World*. Boston: Beacon Press.
- Morais, A. A., (2011). A Concepção de Charles Taylor de Uma Ética da Autenticidade Unida a Uma Política do Reconhecimento, *Revista Filosofia Capital*, 6(13), Brasília: RFC 3–12. Obtido de: <http://filosofiacapital.org/ojs-2.1.1/index.php/filosofiacapital/article/viewFile/215/180>
- MPE EU, (2018). *Relatório Final: Missão de Peritos Eleitorais em Timor-Leste*, Eleição Legislativa Antecipadas, 12 Maio 2018.
- Nascimento, E. M., & Gonçalves, S. L. (2014). Democracia e Transnacionalidade: A Democracia como Paradigma de Garantia dos Direitos Fundamentais Através da Solidariedade no Século XXI. *Revista Brasileira de Direito*, 10 (2) 85-101. Obtido de: <file:///C:/Users/Utilizador/OneDrive/Dialnet-DemocraciaETransnacionalidade-5120189.pdf>
- Neil, A. M. (2012). *The Study of Political Parties: Short Stories in Political Science*. Whitefish: Literary Licensing.
- Newmann, S. (1956a). *Modern Political Party*. Chicago: University of Chicago Press.
- Newmann, S. (1956b). “Towards a Comparative Study of Political Parties”. In Blondel, J., (1969). *Comparative Government*. London: Palgrave Macmillan.

- O'Donnell, G., Cullell, J. V. & Iasazzetta, O. M. 2004. *The Quality of Democracy: Theory and Application*. Indiana: University of Notre Dame Press.
- O'Donnell, G. & Schmitter, P. C. (2013). *Transitions from Authoritarian Rule, Tentative Conclusions about Uncertain Democracies*. Baltimore, Maryland Estados Unidos de America: Johns Hopkins University Press.
- Offe, C. (1996). *Partidos Políticos y Nuevos Movimientos Sociales*. Madrid: Alianza Editorial.
- Oliveira, A. F. B. S. (2020). *Cidade Nova- a a construção social de uma cidade. Estudo de caso de um projeto de políticas públicas de desenvolvimento regional* (Tese de Doutorado). Évora: Instituto de Investigação e Formação Avançada (IIFA) Universidade de Évora.
- Ostrogorski, M. (2017). *Democracy and the Organization of Political Parties*. Volume II: The United States. (S. M. Lipset, Ed.) (2nd ed.). London and New York: Routledge.
- Palma, G. D. (1990). *To Craft Democracies: An Essay on Democratic Transition*. Berkeley and Los Angeles, California: University of California Press.
- Panbianco, A. (2009). *Modelos de Partido- Organización y Poder en Los Partido Políticos*. Madrid: Alianza Editorial.
- Parsons, T., & Shils, E. A. (2001). *Toward a General Theory of Action: Theoretical Foundations of the Social Sciences*. New York: Harvard University Press.
- Pateman, C. (1971). Political Culture, Political Structure and Political Change. *British Journal of Political Science*, 1(3), 291-305. Obtido de: <https://doi.org/10.1017/S0007123400009133>
- Pateman, C. (1992). *Participação e Teoria Democracia*. (Tradução de: Luiz Paulo Rouanet). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Pereira, M. & Baltazar, M. S. (2019). “Performance of the Timor-Leste Democracy Consolidation: Analyzing opportunities, challenges and expectations for a more inclusive society”. Em Cristiana Dias de Almeida, Helena Reis Amaro da Luz, Jacqueline Marques & Joana Vale Guerra (Edt.), *The Challenges of Democracy: Making Society in Times of Individualization. Proceedings of the VIII ICSSW 2019/Livro de Atas da VIII ICSSW 2019*, (pp. 105 – 116). Coimbra: Faculdade de Psicologia e ciências da Educação de Universidade de Coimbra e Instituto Superior de Serviço Social do Porto.
- Pereira, M. (2008). *Garantismo dalam Demokratisasi di Timor-Leste* (Dissertação Mestrado). Programa Pós-Graduação na área de Ciência Política UGM, área de concentração Política Local e Região Autónoma. Yogyakarta: Universidade Gajah Mada.

- Peres, P. S. (2009). Revisitando a teoria geral dos partidos de Maurice Duverger. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica Em Ciências Sociais*, 68 (2), 17 – 58 Obtido de: <http://works.bepress.com/pauloperes/7/>
- PORDATA (2019). *Base de Dados Portugal Contemporâneo: Taxa de abstenção nas eleições para a Assembleia da República: total, residentes em Portugal e residentes no estrangeira*. Fundação Francisco Manuel dos Santos. Obtido de: <https://www.pordata.pt/Portugal>
- Poulantzas, N. (1976). *The Crisis of Dictatorship: Portugal, Greece and Spain*. London: New Left Books and Atlantic Highlands, N.J.: Humanities Press.
- Pridham, G. (1991). *Encouraging Democracy: the international context of regime transition in southern Europe / edited by*. Leicester: Leicester University Press.
- Przeworski, A. (2016). Institutionalization of Voting Patterns, or is Mobilization the Source of Decay? *The American Political Science Review*, 69(1), 49-67. Obtido de: <https://www.cambridge.org/core/journals/american-political-science-review/article/abs/institutionalization-of-voting-patterns-or-is-mobilization-the-source-of-decay/27C03437892058FD2D283B2AB12F207B>
- Przeworski, A., Cheibub, J., & Limongi, F. (2003). Democracia e Cultura: Uma visão não culturalista. *Revista de Cultura de Política: Lua Nova*, nº.58, 9–35. (Tradução de Gabriel Cohn) Obtido de: <https://www.scielo.br/pdf/ln/n58/a03n58.pdf>
- Puddington, A. (2017). *Breaking Down Democracy: Special Report 2017. Goals, Strategies, and Methods of Modern Authoritarians* (Executive Summary). Obtido de: <https://freedomhouse.org/report/special-report/2017/breaking-down-democracy>
- Putnam, R. D. (1976). *The Comparative Study of Political Elites*. Englewood Cliffs, NJ.: Prentice-Hall.
- Putnam, R. D. (2000). *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*. New York: Simon & Schuster.
- Pye, L. W., & Verba, S. (2016). *Political Culture and Political Development*. London: Princeton University Press and Oxford University Press.
- Rizzi, K. R. (2010). *A construção do Estado no Timor-Leste : colonização, ocupação e independência*, 51 – 75. Obtido de: <https://silo.tips/download/a-construcao-do-Estado-no-timor-leste-colonizacao-ocupacao-e-independencia>
- Roballo, J. H. M. & Machado, A. S. (2009). *Internet: um novo espaço de socialização política*. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Buenos Aires: Asociación Latinoamericana de Sociología.
- Rokkan, S. (1961). Mass Suffrage, Secret Voting and Political Participation. *European Journal of Sociology / Archives Européennes de Sociologie / Europäisches*

Archiv für Soziologie 2(1) :132–52. Cambridge University Press. Obtido de : <https://www.jstor.org/stable/i23985360>

Rousseau, J.-J. (1973). *O contrato social*. Lisboa: Presença.

Rustow, D. (1970). Transitions to Democracy: Toward a Dynamic Model. Em (. L. Anderson, *Transition to Democracy* (337-363). New York: Columbia University Press.

Rustow, D. A. (1999). Transitions to Democracy: Toward a Dynamic Model. In Lisa Andeson (Edt.) *Transitions to Democracy*, (Capter 2) 14-41. New York Chichester, West Sussex: Columbia University Press.

Ryan, G. (2007). *Political Parties and Groupings of Timor-Leste*. An initiative of Australian Labor's International Projects unit under the auspices of the Australian Political Parties fo Democracy Program.

Sá, T. M. D. (2007). *Os Estados Unidos da América e a Democracia Portuguesa: As relações luso-americanas na transição para a democracia em Portugal 1974-1976*. (Tese Doutoramento). Repositório do ISCTE: Instituto Universitário de Lisboa. Obtido de: <http://hdl.handle.net/10071/679%3E>

Saldanha, J. M. (2008). Anatomy of Political Parties in Timor-Leste. Em R. R. Morgan, *Political Parties in the Pacific Islands* (69-81). Camberra: The Australian National University (ANU) Press.

Santos, D. D. N. (2010). *A Democracia Greganos Libros Didaticos da Década de 80 do Século XX e a Partir do Século XXI (IV Colóquio de Historia, Abordagem Interdisciplinares sobre Historia da Sexualidade de 16 a 19)*. Obtido de: <http://www.unicap.br/coloiodehistoria/wp-content/uploads/2013/11/4Col-p.182.pdf>

Sartori, G. (1976). Parties and Party Systems: A Framework for Analysis. *American Political Science Review*. 92(4) 718-720 (Winter, 1977-1978). Obtido de: <https://www.jstor.org/stable/2148863>

Sartori, G. (2005). *Parties and Party Systems: A Framework for Analysis*. London: Cambridge University Press.

Scarrow, S. E. (2006). “The Nineteenth-Century Origins of Modern Political Parties: The Unwanted Emergence of Party-Based Politics”. In *Handbook of Party Politics*, Chapter 2 (16–24). London, Thousand Oaks, New Delhi: SAGE Publications.

Schattschneider, E. E. (2009). *American Government in Action. Party Government*. London & New York: Taylor & Francis group. Obtido de: WWW.routledge.com

Schmitter, P. (1986). An Introduction to Southern European Transitions from Authoritarian Rule: Italy, Greece, Portugal, Spain, and Turkey. In A. L. W. Guillermo O'Donnell, Philippe Schmitter (Ed.), *Transitions from Authoritarian*

- Rule: Southern Europe* (3–10). Baltimore, Maryland Estados Unidos de America: Johns Hopkins University Press.
- Schmitter, P. (1999). *Portugal: Do Autorismo à Democracia*, (04-1999) Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Schumpeter, J. (2018). *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Coimbra: Almedina.
- Seligman, L. G. (1961). Political Recruitment and Party Structure: A Case Study. *The American Political Science Review*, 55(1) 77-86. Obtido de: <http://www.jstor.org/stable/1976051>
- Sen, A. (2013). Desenvolvimento como liberdade. *Scientia Iuris*, 17(2), 231-236. Obtido de: <https://doi.org/10.5433/2178-8189.2013v17n2p231>
- Shoesmith, D. (2003), Timor- Leste: Divided Leadership in a Semi Presidential System. *Asian Survey*, 43(2), 231-252. Obtido de: <https://doi.org/10.1525/as.2003.43.2.231>
- Silva, D., Setti, G., Paranhos, R., & Nascimento, W. (2013). Teoria Democrática Contemporânea : Modelo Democrático Competitivo e Modelo Democrático Popular. *Em Tese* 1(27). (Revista Electrónico dos Pós Graduados em Sociologia Política da UFSC. Obtido de: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/about/submissions>.
- Silva, K. (2009). Reciprocity, recognition and suffering: political mobilizers in Independent East Timor. *Vibrant* 5 (2), 156-178. Obtido de: http://www.vibrant.org.br/downloads/v5n2_silva.pdf.
- Sitter, N. (2002). Cleavages, party strategy and party system change in Europe, east and west. *Perspectives on European Politics and Society*, 3(3), 425–451. Obtido de: <https://doi.org/10.1080/15705850208438844>
- Shoesmith, D. (2012). Is small beautiful? Multiparty politics and democratic consolidation in Timor-Leste. *Asian Politics & Policy*, 4(1), 33-51. Obtido de: <https://doi.org/10.1111/j.1943-0787.2011.01318.x>
- Shoesmith, D. (2017). Timor-Leste in 2016: Redefining Democracy. *Southeast Asian Affairs*, 387–404. Obtido de <https://www.jstor.org/stable/26492620>
- Shoesmith, D. (2020). Party Systems and Factionalism in Timor-Leste. *Journal of Current Southeast Asian Affairs*, 39(1), 167–186. Obtido de: <https://doi.org/10.1177/1868103419889759>
- Stock, M. J. (2007). *Velhos e Novos Actores Políticos - Partidos e Movimentos Sociais*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Strauss, A. L., & Corbin, J. M. (2008). *Basics of Qualitative Research: Grounded theory procedures and techniques*. Newbury Park: Sage Publications.

- Surbakti, R. (1992). *Memahami Ilmu Politik* (Compreender a Ciência Política). Jakarta: Gramedia Pustaka Utama.
- Tavares, C. I. C. (2011). *O associativismo e a participação cívica dos jovens em meio rural* (Dissertação de Mestrado). Viseu: Universidade Católica Portuguesa.
- Taylor, C. (2000). *Argumentos Filosóficos*. São Paulo: Loyola.
- Telo, A. J., (1993). *Os Acores e o Controlo do Atlântico, 1898-1948*. Porto: Asa.
- Teorell, J., Torcal, M., & Montero, J. R. (2007). “Political Participation: Mapping the Terrain”. In J. van Deth, J. R. Montero, & A. Westholm (Eds.), *Citizenship and Involvement in European Democracies: A Comparative Perspective*, Vol. 17, (334-357). London and New York: Routledge.
- The Asia Foundation (2015), *Democracy, Representation, and Accountability in Timor-Leste*., Timor-Leste: Programs Elections.
- UNDP. (2020). *Human Development Indices and Indicators: Statistical Update*. New York: The United Nations Development Program.
- Urbano, M. B. (2009). *Representação Política e Parlamento - Contributo para Uma Teoria Política-Constitucional dos Principais Mecanismos de Proteção do Mandato Parlamentar*. Lisboa: Almedina
- Vanhanen, T. (2000). A new Dataset for Measuring Democracy, 1810-1998. *Journal of Peace Research*, 37(2), 251–265. Obtido de: <https://doi.org/10.1177/0022343300037002008>
- Vanhanen, T. (2003). *Democratization: A Comparative Analysis of 170 Countries*. (Vol. 7) London & New York: Routledge. DOI: [10.4067 / S0718-090X2005000100022](https://doi.org/10.4067/S0718-090X2005000100022)
- Vasconcelos, P. (2011). *Capital Social, Solidariedade Familiar e Desigualdade Social no Portugal Contemporâneo*. Tese de Doutoramento em Sociologia. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Obtido de: <http://hdl.handle.net/10071/3395>
- Vasconcelos, P. B. (2011). *Constituição Anotada da República Democrática de Timor-Leste*. Braga: Centro de Investigação Interdisciplinar, Escola de Direito da Universidade do Minho.
- Vasconcelos, F. & Cardoso, T. M. N. (2015). *Perfil dos Partidos Políticos*. Díli: Comissão Nacional de Eleição - CNE.
- Verba, S., & Nie, N. H. (1991). *Participation in America : political democracy and social equality*. (The University of Chicago Press, Ed.). Chicago & London.
- Verba, S., & Nie, N. H. (1991). *Participation in America : Political Democracy and Social Equality*. Chicago: The University of Chicago Press.

- Verba, S., Nie, N. H., & Kim, J. (1980). *Participation and Political Equality (A seven-nation Comparason)*. London: Cambridge University Press.
- Viana, N. (2014). *O Que São Partidos Políticos?* (Libro Electronica) Edição: 2: Kíron. Obtido de : <https://www.researchgate.net/publication/292734859>
- Viegas, J. M. C., & Faria, S. (2007). Participação Política. O caso Português numa perspetiva comparativa europeia. Em Viegas, J. M. L., Carreiras H. & Malamud, A. (eds.) *Portugal no contexto europeu – Vol. I Instituições e política*. Lisboa: Celta Editora.
- Viegas, J. M. L., Belchior, A. M., & Seiceira, F. (2011). Mudanças e Continuidades no Modelo de Participação Política em Portugal: Análise Comparada Europeia: Changes and Continuities in the Model of Political Participation in Portugal: European Comparative Analysis. *Perspectivas - Journal of Political Science*, 5, 17-42. Obtido de: <https://doi.org/10.21814/perspectivas.16>
- Ware, A. (1996). *Political Parties and Party Systems*. Oxford: Oxford University Press.
- Wattenberg, M. P. (1994). *The Decline of American Political Parties 1952-1992*. Cambridge: Harvard University Press.
- Weber, M. (2000). *A Política Como Profissão* (5ª Edições). Lisboa: Universitárias Lusófonas.
- Weber, M. (2004). *Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva*. (Vol. 2). São Paulo: Fundação Universidade de Brasília. Obtido de: https://doi.org/10.1007/978-1-349-25249-7_17
- Weber, M. (2012). *Economia e Sociedade. Fundamentos da Sociologia Compreensiva. Vol. 1. 4. ed. 3. reimpr.* Brasília: Universidade de Brasília.
- Weingast, B. R. (1970). Political Foundations of Democracy and the Rule of Law. *American Political Science Review*, n. 91, 146-157.
- Weingast, B. R. (1997). The Political Foundations of Democracy and the Rule of the Law. *American Political Science Review* 91(2) 245-263. Obtido de: <https://doi.org/10.2307/2952354>
- Wheeler, N. & Dunne, T. (2001). Timor Leste e o Novo Intervencionismo Humanitário. *Assuntos Internacionais (Royal Institute of International Affairs 1944-)*, 77 (4), 805-827. Obtido de: <http://www.jstor.org/stable/3095596>
- Whithead, L. (1991). International Aspects of Democratization. In *Transitions from Authoritarian Rule: Comparative Perspectives*, Vol. 3, 3-45. Baltimor & London: The Johns Hopkins University Press.
- Woolcock, M. (1998). *Social Capital and Economic Development: Towards a Theoretical Synthesis and Policy Framework*. *Theory and Society*, 27, 151-208.

Obtido de:

World Bank. (2018). *Timor-Leste Economic Report*.

Ximenes, V. (2016). *Reforma Político-administrativa em Timor-Leste Enquanto Processo de Reterritorialização*. (Tese Doutoramento: Instituto Investigação Interdisciplinar Universidade Coimbra).

Yin, R. K. (2013). *Applications of Case Study Research. Applied Social Research Methods Series (Vol. 34)*. Washington: Sage Publications.

Yoshikawa, H., Weisner, T. S., Kalil, A., & Way, N. (2013). Mixing qualitative and quantitative research in developmental science: Uses and methodological choices. *Qualitative Psychology*, 3 – 18. Obtido de:
<https://doi.org/10.1037/2326-3598.1.S.3>

Zakaria, F. (2004). *O Futuro da Liberdade; a Democracia Liberal nos Estados Unidos e no Mundo*. Lisboa: Grávida.

LEGISLAÇÃO CONSULTADA

Constituição da RDTL, 2002, de 22 de abril.

Resolução do conselho Segurança da ONU N.º 1272 de 25 de Outubro de 1999.

Regulamento de UNTAET N.º 1999/1, de 27 de Novembro de 1999, sobre os Poderes da Administração Transitória em Timor-Leste.

Regulamento de UNTAET N.º 2/1999, de 2 de dezembro: Sobre criação do Conselho Consultivo Nacional (CCN).

Regulamento da UNTAET N.º 2000/23, sobre A Criação de um Gabinete do Governo de Transição em Timor-Leste.

Regulamento da UNTAET N.º 2001/2, 26 de Fevereiro sobre Eleição da Assembleia Constituinte.

Regulamento da UNTAET N.º 2001/11, 13 de Julho e o Regulamento da UNTAET N.º 2002/3, 23 de Março sobre infrações eleitorais.

Lei Número 3/2004, Sobre Partidos Políticos.

Lei Número 6/2006: Alteração da Lei N.º. 3/2004.

Lei Número 6/2006, de 28 de Dezembro, sobre eleição para o Parlamento Nacional.

Lei Número 6/2007, (31 de Maio de 2007), primeira alteração lei número 6/2006 sobre eleição para o Parlamento Nacional.

Lei Número 6/2008 sobre Regime jurídico do financiamento dos partidos políticos.

Lei Número 7/2011, sobre Segunda Alteração à Lei N.º. 6/2006, de 28 de Dezembro, sobre Lei eleitoral para o Parlamento Nacional.

Lei Número 1 / 2012, de 13 de Janeiro sobre terceira Alteração à lei N.º. 6/2006 de 28 de dezembro sobre Lei eleitoral para o Parlamento Nacional.

Lei Número 2 /2016 de 3 de Fevereiro (primeira alteração à lei N.º. 3/2004, de 14 de abril, sobre Partidos Políticos.

Lei Número 9/2017, sobre 4ª Alteração à Lei N.º. 6/2006, de 28 de dezembro (Lei eleitoral para o Parlamento Nacional)

ANEXOS

Anexo 1: Guião da Pesquisa

Os partidos políticos na democracia representativa em Timor-Leste

Nº.	Objetivos da Pesquisa	Dados Pertinentes	Técnica de Recolha - Dados de Pesquisa	Fontes de dados
1.	Contribuir para a sistematização das abordagens teóricas sobre partidos políticos, participação política e democracia representativa.	Teoria e operacionalização dos conceitos chave: 1. Teoria Democracia; 2. Teoria Partido Político. 3. Teoria da Participação Política	Revisão da Literatura: livros, artigos científicos e relatórios em relação com temático da pesquisa	1. Biblioteca da Universidade de Évora 2. Biblioteca <i>online</i> . 3. Outra pesquisa <i>site</i> de Internet.
2.	Identificar e analisar os motivos de constituição/formação e tipologia dos partidos políticos em Timor-Leste, numa perspetiva diacrónica da sua dinâmica partidária.	1. Breve história sobre a constituição do(s) Partido(s); 2. Filosofia e orientação Política dos partidos políticos; 3. Mecanismo de organização dos partidos políticos: hierarquia da organização, mecanismo de nomeação dos líderes e restantes estruturas dos partidos. 4. Estratégia de obtenção dos apoiantes/militantes do partido (Base social do Partido)	1. Estatutos do(s) Partido(s); 2. Entrevista com os líderes dos Partidos 3. Observação sobre atitude de penetração os programas e atividades partidos com massas simpatizantes e militantes dos partidos. Especificamente as campanhas eleitorais do partido. 4. Relatório da eleição parlamentar em cada período por distrito e Suco.	1. Trigonal do Recurso & Comissão Nacional da Eleição (CNE). 2. Secretariado do cada partido político; 3. Local de cada evento político do partido político.
3.	Descrever e analisar as principais tendências da evolução político-representativa parlamentar dos partidos políticos e as formas de promoção da participação eleitoral.	1. Composição dos órgãos parlamentares por cada período (2002, 2007 & 2012). 2. Ação de representação política dos cidadãos pelo Deputado por bancada parlamentar.	1. Relatório das atividades parlamentares por cada período. (ata de cada debates de acordo com assuntos e projetos de lei na plenária parlamento), 2. Observação direta e indireta através dos órgãos de comunicação nacional	Secretariado do parlamento.
4.	Compreender como a dinâmica partidária e a participação política eleitoral legitimam a consolidação da democracia representativa em Timor-Leste.	1. Resultado eleitoral (presidencial, parlamentar líder comunitário). 2. Avaliação e expectativa dos cidadãos sobre participação política dos cidadãos.	1. Relatório da CNE por cada evento eleitoral. 2. Grupo discussão ao líder da política local.	Secretariado da CNE Suco identífico como amostragem da População

Anexo 2 Guião das entrevistas semi-estruturadas.

Objetivos da Pesquisa		Questões Centrais	Questões Secundárias
1.	Contribuir para a sistematização das abordagens teóricas sobre partidos políticos, participação política e democracia representativa;	1.1. Qual é a vossa opinião sobre o processo de democracia em Timor-Leste?	<ul style="list-style-type: none"> - Como é que os partidos políticos desempenham o seu papel em assegurar participação dos cidadãos? - Para além dos partidos políticos, qual ou quais são os agentes /atores importantes para contribuírem para a promoção do processo de democracia em TimorLeste? - Qual são os principais obstáculos que enfrentam neste processo democrático? Indique sugestões para que sejam ultrapassados tais obstáculos.
2.	Identificar e analisar os motivos de constituição/formação e tipologia dos partidos políticos em Timor-Leste, numa perspectiva diacrónica da sua dinâmica partidária.	<p>2.1. Qual foi a razão (ou razões) fundamental para a constituição deste partido político?</p> <p>2.2. Quais os principais mecanismos de funcionamento do partido?</p> <p>2.3. Obstáculos ou desafios que impedem o funcionamento normal do partido?</p>	<ul style="list-style-type: none"> -Qual é a génese do partido, ou seja, qual é a história de nascimento do partido? - Quais os motivos e princípios políticos fundamentais da construção do partido? - Quais são as potenciais massas apoiantes/base social do partido? - E como é o mecanismo da identificação dos membros, militantes, aderentes e simpatizantes do partido? - Qual é fator (os fatores) determinante de salvaguarda e de garantia do poder do partido? - Qual é a distribuição do poder do partido (organigrama /estrutura do partido)? - Qual é o mecanismo de definição / estabelecimento da estrutura da organização, tanto a nível nacional e a nível local? - Quais as funções exercidas desde a existência do partido? - Qual ou quais são os mecanismos de nomeação dos quadros profissionais para serem membro parlamentar e membro do governo? - Na Vossa opinião o partido já tem recursos adequados para assegurar o seu funcionamento - Como pensam obter/como obtêm os recursos materiais e financeiros? (será que existe contribuição obrigatória ou voluntária dos militantes e membros do partido, etc.? Que outros tipos de apoios recebem?)
3.	Descrever e analisar as principais tendências da evolução político-representativa parlamentar dos partidos políticos e as formas de promoção da participação eleitoral.	3.1. Qual é a vossa opinião sobre o futuro da existência deste partido no palco da política?	<ul style="list-style-type: none"> - Qual é a vossa opinião sobre ação de representação política dos cidadãos pelo Deputado Parlamento Nacional por bancada parlamentar? - No caso da dinâmica política e do resultado da eleição parlamentar necessitam de uma coligação parlamentar qual ou quais partidos políticos gostaria de fazer a coligação?
4.	Compreender como a dinâmica partidária e a participação política eleitoral legitimam a consolidação da democracia representativa em Timor-Leste.	4.1. Qual é vossa opinião sobre participação política dos cidadãos Timorenses?	<ul style="list-style-type: none"> - Como se assegura a participação dos membros e militantes no seio das atividades do partido? - Como é que o partido político promove a participação política dos cidadãos em geral? - Qual é a estratégia do partido político para assegurar a aspiração do povo timorense no processo do desenvolvimento nacional?

Anexo 3. Estrutura dos conteúdos das Entrevistas Semi-estruturadas, dos Estatutos e Manual Político dos Partidos e Entrevistas da Rttl-ep (NVivo 12).

Nome	Arq..	Ref.	Criado em:	Criado	Modificado em:	Modificado
1. Origem do Partido	0	0	04/05/2020 18:36	SIM	11/07/2020 15:05	SIM
1.1. Cisão de Partido anterior	7	7	04/05/2020 18:38	SIM	14/07/2020 23:36	SIM
1.1.1. FRETILIN	4	4	08/06/2020 13:07	SIM	14/07/2020 23:36	SIM
1.1.2. PSD	1	1	08/06/2020 13:07	SIM	11/07/2020 15:06	SIM
1.1.3. ASDT	2	2	08/06/2020 13:09	SIM	11/07/2020 15:07	SIM
1.1.4. PNT	1	1	15/06/2020 17:41	SIM	11/07/2020 15:07	SIM
1.2. Grupo de interesse elite local	2	2	06/05/2020 14:52	SIM	15/07/2020 00:11	SIM
1.3. Movimentos Sociais	10	10	04/05/2020 18:37	SIM	12/07/2020 15:20	SIM
10. Recursos do partido para assegurar funcionamento do partido	0	0	09/06/2020 15:46	SIM	12/07/2020 23:10	SIM
10.1. Financiamento do partido	0	0	10/06/2020 15:46	SIM	11/07/2020 10:41	SIM
10.1.1. Contribuição dos simpatizantes e membro do partido	14	16	10/06/2020 15:37	SIM	16/07/2020 11:41	SIM
10.1.2. Contribuição líderes do partido	3	3	14/06/2020 18:48	SIM	14/07/2020 16:48	SIM
10.1.3. Subvenção pública	4	4	10/06/2020 15:39	SIM	14/07/2020 23:36	SIM
10.1.4. Fundos organizados pelo partido	6	8	10/06/2020 15:39	SIM	14/07/2020 16:48	SIM
10.2. Quadros políticos profissionais	1	1	17/06/2020 18:22	SIM	11/07/2020 10:44	SIM
11. Valores principais do partido	0	0	10/06/2020 17:47	SIM	12/07/2020 23:12	SIM
11.1. Humanismo	7	9	10/06/2020 17:34	SIM	12/07/2020 23:13	SIM
11.2. Liberdade de expressão	4	4	10/06/2020 17:36	SIM	13/07/2020 00:20	SIM
11.3. Princípio económico	2	2	10/06/2020 17:35	SIM	12/07/2020 23:13	SIM
11.4. Princípio política híbrida	1	1	15/06/2020 17:08	SIM	12/07/2020 23:13	SIM
12. O mecanismo de funcionamento do partido	0	0	12/07/2020 23:06	SIM	12/07/2020 23:11	SIM
12.1. Liberdade e Igualdade da oportunidade dos membros e quadros políticos	3	4	13/07/2020 14:57	SIM	16/07/2020 17:43	SIM
12.2. Congresso e conferência como órgão máximo de tomada Decisão do partido	2	2	13/07/2020 14:59	SIM	16/07/2020 12:05	SIM
12.3. Congresso e conferência como órgão máximo de tomada decisão partidária	1	1	13/07/2020 15:01	SIM	13/07/2020 15:06	SIM
12.4. Processo eleições Titulares do Partido	2	2	16/07/2020 12:03	SIM	16/07/2020 17:43	SIM
13. O mecanismo estrutural do partido	0	0	12/07/2020 23:07	SIM	12/07/2020 23:12	SIM
13.1. A estrutura de nível local	15	20	13/07/2020 15:03	SIM	13/07/2020 15:03	SIM
13.2. Dificuldades locais	2	2	13/07/2020 15:04	SIM	16/07/2020 11:44	SIM
14. Obstáculos e desafios que impedem o funcionamento do partido	0	0	12/07/2020 23:08	SIM	12/07/2020 23:31	SIM
14.1. Ambição e egoísmo pessoal	1	1	12/07/2020 23:30	SIM	12/07/2020 23:39	SIM
14.2. Limites de Recursos Financeiros	12	15	12/07/2020 23:32	SIM	16/07/2020 11:07	SIM
14.3. Limites de recursos humanos	12	15	12/07/2020 23:33	SIM	16/07/2020 11:07	SIM
2. Período da emergência do partido	0	0	01/06/2020 04:39	SIM	11/07/2020 15:09	SIM
2.1. Liberdade Política e Descolonização	0	0	04/06/2020 11:55	SIM	11/07/2020 15:10	SIM
2.1.1. Revolução 25 de abril de 1974 - Invasão da Indonésia 7 de Julho 1976	5	7	14/06/2020 15:35	SIM	15/07/2020 00:11	SIM
2.1.2. Durante a invasão da Indonésia - Referendum 1999	3	5	14/06/2020 15:36	SIM	11/07/2020 15:10	SIM
2.2. Transição para a democracia	6	6	04/06/2020 11:57	SIM	11/07/2020 15:11	SIM
2.3. Consolidação da Democracia	0	0	04/06/2020 11:58	SIM	11/07/2020 15:11	SIM
2.3.1. Período eleitoral 2007	6	6	08/06/2020 16:30	SIM	14/07/2020 23:36	SIM
2.3.2. Período eleitoral 2012	7	7	08/06/2020 16:31	SIM	11/07/2020 15:11	SIM
2.3.3. Período eleitoral 2017	5	5	08/06/2020 16:31	SIM	11/07/2020 15:11	SIM
3. Motivação Ideológica e Princípios políticos dos partidos	0	0	04/05/2020 18:55	SIM	11/07/2020 15:13	SIM
3.1. Ideologia Política	35	35	04/05/2020 18:57	SIM	11/07/2020 15:13	SIM
3.1.1. Identidade e Valores Culturais	3	4	04/05/2020 19:01	SIM	15/07/2020 00:11	SIM
3.1.2. Socialista	2	5	04/05/2020 19:01	SIM	11/07/2020 15:14	SIM
3.1.3. Socialista moderado	22	25	04/05/2020 19:03	SIM	14/07/2020 23:36	SIM
3.1.4. Liberal	4	4	04/05/2020 19:03	SIM	11/07/2020 15:14	SIM
3.1.5. Liberal moderado	7	12	04/05/2020 19:04	SIM	11/07/2020 15:15	SIM
3.2. Princípios políticos dos partidos	2	2	04/05/2020 18:59	SIM	11/07/2020 15:16	SIM
3.2.1. Contribuir para o desenvolvimento nacional	18	21	04/05/2020 19:05	SIM	11/07/2020 15:16	SIM
3.2.2. Consolidar a democracia	13	15	09/06/2020 11:48	SIM	15/07/2020 00:11	
3.2.2.1. Combater Hegemonia Político-partidária	2	10	04/05/2020 19:06	SIM	12/07/2020 16:49	SIM
3.2.2.2. Promover Igualdade entre quadros políticos	8	8	04/05/2020 19:27	SIM	14/07/2020 23:36	SIM
3.2.2.3. Promover Igualdade género	3	4	15/06/2020 17:43	SIM	12/07/2020 16:41	SIM
3.2.3. Promover Identidade Nacional	5	7	10/06/2020 20:37	SIM	11/07/2020 15:18	SIM
3.2.3.1. Defender o Povo Maubere	3	5	10/06/2020 20:37	SIM	11/07/2020 15:18	SIM
3.2.3.2. Defender a cultura Timorense	2	2	10/06/2020 21:15	SIM	11/07/2020 15:17	SIM
3.2.4. Reforçar a Unidade Nacional	5	7	07/05/2020 16:15	SIM	12/07/2020 16:50	SIM
4. Objetivos do partido	0	0	04/05/2020 19:08	SIM	11/07/2020 15:20	SIM
4.1. Defender e Promover a identidade timorense	19	22	10/07/2020 23:58	SIM	15/07/2020 00:11	SIM

4.1.1. Defender a dignidade do povo Maubere	7	7	11/07/2020 00:07	SIM	11/07/2020 19:02	SIM
4.1.2. Promover a formação dos quadros políticos	2	2	11/07/2020 00:08	SIM	11/07/2020 18:23	SIM
4.2. Promover o desenvolvimento	26	32	11/07/2020 00:00	SIM	14/07/2020 23:36	SIM
4.3. Defender princípios de humanismo, justiça e solidariedade	25	35	11/07/2020 00:01	SIM	14/07/2020 23:36	SIM
4.4. Manter o prestígio da história monárquica	2	2	11/07/2020 00:01	SIM	15/07/2020 00:11	SIM
4.5. Assegurar a estabilidade política nacional	10	11	11/07/2020 00:01	SIM	11/07/2020 19:06	SIM
4.6. Dinamizar a democracia	20	4	11/07/2020 00:02	SIM	11/07/2020 19:00	SIM
4.7. Defender a independência do país	7	8	11/07/2020 00:02	SIM	11/07/2020 19:05	SIM
4.8. Promover uma sociedade industrial	1	1	11/07/2020 00:03	SIM	11/07/2020 19:01	SIM
4.9. Alterar formas de governação anteriores	1	1	11/07/2020 00:06	SIM	11/07/2020 18:53	SIM
5. Missão do partido	0	0	04/05/2020 19:08	SIM	11/07/2020 14:54	SIM
5.1. Promover democracia	26	49	08/06/2020 15:00	SIM	15/07/2020 00:11	SIM
5.2. Promover desenvolvimento económico	17	22	09/06/2020 11:30	SIM	11/07/2020 14:57	SIM
5.3. Promover qualidade Recursos humana	9	13	09/06/2020 11:34	SIM	11/07/2020 14:57	SIM
5.4. Promover igualdade e justiça social	19	33	11/06/2020 11:45	SIM	11/07/2020 14:58	SIM
5.5. Promover Cultura Timorense e identidade Nacional	4	4	14/06/2020 12:58	SIM	11/07/2020 14:58	SIM
5.6. Promover a paz e estabilidade nacional	1	1	11/07/2020 14:51	SIM	13/07/2020 10:32	SIM
5.7. Manter o prestígio da história monárquica	1	1	11/07/2020 14:52	SIM	15/07/2020 00:11	SIM
6. Visão dos partidos políticos	0	0	09/06/2020 11:15	SIM	13/07/2020 11:12	SIM
6.1. Defender a continuação da independência	7	7	11/07/2020 10:30	SIM	15/07/2020 00:11	SIM
6.2. Delinear percurso de desenvolvimento para o país	15	15	11/07/2020 10:30	SIM	14/07/2020 23:36	SIM
6.3. Defender a dignidade do povo Maubere	4	4	11/07/2020 10:31	SIM	16/07/2020 12:17	SIM
6.4. Defender a estabilidade política e unidade nacional	9	9	11/07/2020 10:32	SIM	15/07/2020 00:11	SIM
6.5. Criar moeda própria para a soberania do Estado	1	1	11/07/2020 10:34	SIM	13/07/2020 10:59	SIM
6.6. Espectativa pelo princípio democrático	7	10	13/07/2020 10:48	SIM	16/07/2020 16:17	SIM
7. Base social do partido	0	0	06/05/2020 14:35	SIM	11/07/2020 10:50	SIM
7.1. Quadro Resistência	0	0	11/07/2020 10:57	SIM	11/07/2020 15:00	SIM
7.2. Povo Maubere	4	4	06/05/2020 14:38	SIM	11/07/2020 15:00	SIM
7.3. Cristão (Católico e Protestante)	2	2	11/06/2020 17:03	SIM	11/07/2020 15:00	SIM
7.4. Élités tradicionais	3	3	04/06/2020 15:30	SIM	15/07/2020 00:11	SIM
7.5. Juventude	3	4	14/06/2020 19:23	SIM	14/07/2020 23:36	SIM
7.6. Timorenses em geral	15	15	06/05/2020 14:37	SIM	11/07/2020 15:00	SIM
9. Programa político eleitoral 2017	0	0	17/06/2020 12:28	SIM	12/07/2020 17:45	SIM
9.1. Desenvolvimento económico	1	1	17/06/2020 17:56	SIM	16/07/2020 10:43	SIM
9.1.1. Modernização da Agricultura	8	10	07/07/2020 09:57	SIM	16/07/2020 10:41	SIM
9.1.2. Cooperativas de comércio	4	4	07/07/2020 09:49	SIM	12/07/2020 17:47	SIM
9.1.3. Fundos Desenvolvimento para o Sector Privado (Credito e Investimento)	5	8	07/07/2020 10:01	SIM	12/07/2020 17:47	SIM
9.1.4. Recursos Naturais	1	2	07/07/2020 11:22	SIM	16/07/2020 10:35	SIM
9.1.5. Infraestrutura básicas (saúde, transportes, educação, etc.)	3	4	07/07/2020 11:25	SIM	16/07/2020 11:23	SIM
9.1.6. Pesca	1	1	07/07/2020 09:58	SIM	12/07/2020 17:49	SIM
9.1.7. Turismo	6	8	07/07/2020 09:57	SIM	16/07/2020 10:41	SIM
9.1.8. Economia Social de Mercado	1	1	11/07/2020 08:49	SIM	13/07/2020 00:39	SIM
9.1.9. Industria	3	3	07/07/2020 11:31	SIM	13/07/2020 00:36	SIM
9.2. Desenvolvimento Socio-cultural	0	0	11/07/2020 08:54	SIM	12/07/2020 17:52	SIM
9.2.1. Salário mínimo	2	2	07/07/2020 11:36	SIM	12/07/2020 17:52	SIM
9.2.2. Justiça Social	1	1	11/07/2020 09:01	SIM	13/07/2020 00:41	SIM
9.2.3. Cultura	0	0	11/07/2020 09:02	SIM	12/07/2020 17:53	SIM
9.2.4. Promover Setor Privado como Parceiro do Desenvolvimento	1	1	16/07/2020 11:22	SIM	16/07/2020 11:22	SIM
9.3. Qualidade dos recursos humanos	6	6	17/06/2020 10:19	SIM	12/07/2020 17:54	SIM
9.3.1. Bolsas de estudo	2	2	07/07/2020 10:35	SIM	12/07/2020 17:55	SIM
9.3.2. Educação formal	9	14	07/07/2020 10:46	SIM	13/07/2020 00:37	SIM
9.3.3. Formação profissional	3	3	07/07/2020 10:43	SIM	13/07/2020 00:41	SIM
9.3.4. Saúde Pública	7	10	07/07/2020 10:48	SIM	13/07/2020 00:38	SIM
9.4. Sistema político	3	3	18/06/2020 18:23	SIM	12/07/2020 17:58	SIM
9.4.1. Estabilidade Política Nacional	5	6	17/06/2020 10:31	SIM	12/07/2020 17:58	SIM
9.4.2. Identidade Nacional	6	6	17/06/2020 10:43	SIM	16/07/2020 10:32	SIM
9.4.3. Política reconhecida	2	2	17/06/2020 15:31	SIM	12/07/2020 18:00	SIM
9.4.4. Reforma Administrativa	4	4	17/06/2020 16:41	SIM	12/07/2020 18:00	SIM
9.4.5. Serviço público	6	10	17/06/2020 10:40	SIM	12/07/2020 18:00	SIM
9.4.6. Sistema de governação Integrado	3	3	07/07/2020 11:01	SIM	12/07/2020 18:02	SIM
9.4.7. Descentralização Administrativa	0	0	11/07/2020 09:31	SIM	12/07/2020 17:59	SIM
9.4.8. Segurança social	6	9	17/06/2020 15:33	SIM	12/07/2020 18:01	SIM

Anexo 4. Votantes nos partidos com assento parlamentar por Município

Ciclo eleitoral	Partidos/ Coligações partidárias	Disposição dos votos válidos por categoria - tendência ideologia dos partidos políticos por Município													Totais votos
		Aileu	Ainaro	Baucau	Bobonaro	Cova lima	Díli	Érmera	Lautem	Liquiçá	Manatuto	Manufahi	Oecússi	Viqueque	
2001	FRETILIN	3.024	5.436	6.551	7.751	3.173	4.128	2.107	4.589	5.071	7.551	9.177	8.829	21.144	208.531
	PD	749	1.650	1.087	3.924	3.999	3.930	7.852	2.421	820	1.749	782	1.607	1.110	31.680
	PSD	213	1.230	1.585	3.446	1.309	3.178	7.578	2.350	1.029	872	595	5.366	975	29.726
	ASDT	7.478	2.969	161	1.351	992	7.169	1.659	69	535	1.856	3.686	412	158	28.495
	UDT	208	1.005	789	395	262	1.534	1.346	386	269	622	227	932	606	8.581
	PNT	281	561	1.358	815	316	935	533	665	520	507	641	507	556	8.035
	KOTA	534	1.211	766	743	224	832	842	440	485	390	177	588	503	7.735
	PPT	65	2.826	71	464	261	849	179	136	309	309	469	1.313	71	7.322
	PDC	403	743	328	430	287	530	1.654	528	244	318	339	683	694	7.181
PST	805	385	140	231	68	1.070	547	440	750	934	291	201	621	6.483	
2007	FRETILIN	1.479	2.170	1.302	5.917	6.764	7.671	5.760	2.145	2.803	2.861	4.768	7.595	19.327	120.592
	CNRT	3.626	2.567	6.727	7.599	3.651	5.708	5.656	3.897	9.100	5.405	2.592	9.570	4.077	100.175
	ASDT-PSD	8.382	6.338	2.305	6.224	4.201	1.688	5.340	3.338	4.629	2.799	5.023	3.175	1.916	65.358
	PD	1.087	2.778	1.366	7.138	4.899	5.282	9.105	3.652	2.891	2.069	2.197	3.235	1.247	46.946
	PUN	306	961	411	3.710	1.200	1.349	8.149	144	535	390	1.153	308	280	18.896
	KOTA/PPT	1.012	4.066	702	790	568	1.329	1.265	301	848	527	663	359	864	13.294
	UNDERTIM	288	697	4.390	562	474	1.918	981	1.064	517	347	329	392	1.288	13.247
2012	CNRT	0.785	9.238	2.458	5.285	8.644	4.546	9.345	5.799	1.996	9.242	7.006	12.087	5.567	172.760
	FRETILIN	3.067	3.302	7.779	7.213	7.174	6.062	9.473	2.563	6.797	1.479	7.114	5.846	20.336	13.8205
	PD	1.235	3.728	2.139	5.902	5.367	6.469	3.306	5.914	3.631	2.456	1.807	3.746	2.879	42.110
	F. Mudança	283	450	2.562	934	829	1.811	1.339	526	1.195	289	374	3.198	858	14.648
2017	FRETILIN	6515	5525	26552	9897	7141	34523	10793	12362	8088	5044	6580	14055	21060	168135
	CNRT	10239	9285	6208	15288	9172	45901	19877	7873	10987	7761	7637	10490	6609	167327
	PLP	1590	2464	18947	3690	1974	15342	2162	1988	2250	1932	1999	2335	3170	59843
	PD	1562	4403	2456	6881	7354	6622	7387	5093	3896	2904	2445	2859	1704	55566
	KHUNTO	1895	3487	3976	3705	2136	4656	3675	1177	3462	2637	2254	1241	2187	36.488
2018	AMP	5.933	9.026	27.027	6.900	7.536	1.763	4.686	2.344	7.663	6.299	4.899	22.455	11.450	242.878
	FRETILIN	6.975	5.939	5.612	4.185	8.896	5.206	4.988	5.394	0.834	5.737	8.900	10.831	27.322	158.029
	PD	1.118	3.255	2.532	7.797	6.332	5.881	6.843	5.057	3.935	1.718	2.034	2.065	1.655	42.750
	FDD	386	703	216	308	202	546	1.000	86	346	125	150	153	265	3.486

Anexo 5: Conversão de votos em mandatos conforme o método D'Hondt

5.1. Conversão de votos em mandatos conforme o método D'Hondt no período eleitoral de 2007

Partidos/ Oposições	Atribuição votos em mandatos período eleitoral 2007-2012														
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
FRETILIN	120.592	60.296	40.197	30.148	24.118	20.099	17.227	15.074	13.399	12.059	10.963	10.049	9.276	8.614	8.039
CNRT	100.175	50.088	33.392	25.044	20.035	16.696	14.311	12.522	11.131	10.018	9.107	8.348	7.706	7.155	6.678
ASDT-PSD	65.358	32.679	21.786	16.340	13.072	10.893	9.337	8.170	7.262	6.536	5.942	5.447	5.028	4.668	4.357
PD	46.946	23.473	15.649	11.737	9.389	7.824	6.707	5.868	5.216	4.695	4.268	3.912	3.611	3.353	3.130
PUN	18.896	9.448	6.299	4.724	3.779	3.149	2.699	2.362	2.100	1.890	1.718	1.575	1.454	1.350	1.260
KOTA-PPT	13.294	6.647	4.431	3.324	2.659	2.216	1.899	1.662	1.477	1.329	1.209	1.108	1.023	0.950	0.886
UNDERTIM	13.247	6.624	4.416	3.312	2.649	2.207	1.892	1.656	1.472	1.325	1.204	1.104	1.019	0.946	0.883
Continuação de atribuição votos em mandatos período eleitoral 2007-2012															
	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
FRETILIN	7.537	7.094	6.699	6.347	6.030	5.742	5.481	5.243	5025	4824	4638	4466	4306	4158	4020
CNRT	6.261	5.893	5.565	5.272	5.009	4.770	4.553	4.355	4174	4007	3853	3710	3578	3454	3339

5.2. Conversão de votos em mandatos conforme o método D'Hondt no período eleitoral de 2012

Partido/ Coligação	Atribuição votos em mandatos período eleitoral 2012-2017														
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
CNRT	172.908	86.454	57.636	43.227	34.582	28.818	24.701	21.614	19.212	17.291	15.719	14.409	13.301	12.351	11.527
Fretilin	140.905	70.453	46.968	35.226	28.181	23.484	20.129	17.613	15.656	14.091	12.810	11.742	10.839	10.065	9.394
PD	48.579	24.290	16.193	12.145	9.716	8.097	6.940	6.072	5.398	4.858	4.416	4.048	3.737	3.470	3.239
F-Mudança	14.648	7.324	4.883	3.662	2.930	2.441	2.093	1.831	1.628	1.465	1.332	1.221	1.127	1.046	977
Continuação de atribuição votos em mandatos período eleitoral 2012-2017															
Partido/ coligação	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
CNRT	10.807	10.171	9.606	9.100	8.645	8.234	7.859	7.518	7.205	6.916	6.650	6.404	6.175	5.962	
Fretilin	8.807	8.289	7.828	7.416	7.045	6.710	6.405	6.126	5.871	5.636	5.419	5.219	5.032	4.859	

5.3. Conversão de votos em mandatos conforme o método D'Hondt no período eleitoral 2017

Partido/ Coligação	Atribuição votos em mandatos período eleitoral 2017-2018															
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
FRETILIN	168480	84240	56160	42120	33696	28080	24069	21060	18720	16848	15316	14040	12960	12034	11232	10530
CNRT	167345	83673	55782	41836	33469	27891	23906	20918	18594	16735	15213	13945	12873	11953	11156	10459
PLP	60098	30049	20033	15025	12020	10016	8585	7512	6678	6010	5463	5008	4623	4293	4007	3756
PD	55608	27804	18536	13902	11122	9268	7944	6951	6179	5561	5055	4634	4278	3972	3707	3476
KHUNTO	36547	18274	12182	9137	7309	6091	5221	4568	4061	3655	3322	3046	2811	2611	2436	2284
Continuação de atribuição votos em mandatos período eleitoral 2017-2018																
Partido/ Coligação	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32
FRETILIN	9911	9360	8867	8424	8023	7658	7325	7020	6739	6480	6240	6017	5810	5616	5435	5265
CNRT	9844	9297	8808	8367	7969	7607	7276	6973	6694	6436	6198	5977	5771	5578	5398	5230
PLP	3535	3339	3163	3005	2862	2732	2613	2504	2404	2311	2226	2146	2072	2003	1939	1878
PD	3271	3089	2927	2780	2648	2528	2418	2317	2224	2139	2060	1986	1918	1854	1794	1738
KHUNTO	2150	2030	1924	1827	1740	1661	1589	1523	1462	1406	1354	1305	1260	1218	1179	1142

5.4. Conversão de votos em mandatos conforme o método D'Hondt ao período eleitoral de 2018.

Partido/ Coligação	Atribuição votos em mandatos período eleitoral 2018-2023														
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
AMP	309663	154832	103221	77416	61933	51611	44238	38708	34407	30966	28151	25805	23820	22119	20644
FRETILIN	213234	106617	71078	53309	42647	35539	30462	26654	23693	21323	19385	17770	16403	15231	14216
PD	50370	25185	16790	12593	10074	8395	7196	6296	5597	5037	4579	4198	3875	3598	3358
FDD	34301	17151	11434	8575	6860	5717	4900	4288	3811	3430	3118	2858	2639	2450	2287
Continuação de atribuição votos em mandatos período eleitoral 2018-2023															
Partido/ Coligação	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
AMP	19354	18215	17204	16298	15483	14746	14076	13464	12903	12387	11910	11469	11059	10678	10322
FRETILIN	13327	12543	11846	11223	10662	10154	9692	9271	8885	8529	8201	7898	7616	7353	7108
PD	3148	2963	2798	2651	2519	2399	2290	2190	2099	2015	1937	1866	1799	1737	1679
FDD	2144	2018	1906	1805	1715	1633	1559	1491	1429	1372	1319	1270	1225	1183	1143
Continuação de atribuição votos em mandatos período eleitoral 2018-2023															
Partido/ Coligação	31	32	33	34											
AMP	9989	9677	9384	9108											
FRETILIN	6879	6664	6462	6272											
PD	1625	1574	1526	1481											
FDD	1106	1072	1039	1009											